

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

Lucas de Melo Andrade

Romantismo e Ciência em *O Doutor Benignus* (1875) – Augusto Emílio Zaluar e  
seu romance científico e instrutivo

Mariana  
2014

Lucas de Melo Andrade

Romantismo e Ciência em *O Doutor Benignus* (1875) – Augusto Emílio Zaluar e seu romance científico e instrutivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Lucas de Melo Andrade. Área de concentração: Poder e Linguagens.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helena Miranda Mollo.

Mariana  
2014

A553r

Andrade, Lucas de Melo.

Romantismo e ciência em O Doutor Benignus (1875) [manuscrito]:  
Augusto Emílio Zaluar e seu romance científico e instrutivo / Lucas de Melo  
Andrade. - 2014.  
186f.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Miranda Mollo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de  
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-  
Graduação em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

1. Ciência. 2. Romantismo. 3. Natureza. I. Mollo, Helena Miranda. II.  
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 82(091):140.8



**Lucas de Melo Andrade**

"Romantismo e Ciência em O Doutor Benignus (1875) –  
Augusto Emílio Zaluar e seu romance científico e instrutivo".

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em  
História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau  
de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora  
abaixo assinada.

**Prof.ª Dr.ª Helena Miranda Mollo**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof.ª Dr.ª Anny Jackeline Torres Silveira**  
UFMG

*À mamãe, pois ao amor.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Helena Miranda Mollo, pela amizade, persistência e compreensão.

Ao professor Marcelo de Mello Rangel, agradeço pela generosidade e por me ensinar, com seu exemplo, que filosofar é preciso.

À professora Anny Jaqueline Torres Silveira, sou muito grato pela prontidão com que aceitou o sincero e convicto chamado para compor à banca.

Ao Irineu, agradeço por cuidar de mamãe e pelo abraço sempre fraco e alegre quando da minha chegada.

Aos meus tios Giselda, Afonso e José, bem como aos meus primos Maiara e Afonso Junior sou grato por serem o sorriso que sempre embala o retorno de um viajante levado por sonhos.

Ao Elógio e Ângela, minha gratidão por terem carinhosamente cuidado de mim ao longo desses seis anos.

À Viviane, Felipe Santiago, Nívea, Nayla, Stella, Mateus, Juliana e Bruna, agradeço pela profunda amizade, tão indispensável àqueles que só querem ser felizes ao lado da família que a vida nos presenteia.

Ao Felipe Godoi e a Polianna Gerçóssimo, também retribuo a amizade e a certeza de que o Rio de Janeiro é sempre possível e necessário.

Ao Bruno, agradeço pela chegada e por querer caminhar (e viajar) comigo. Chão de giz.

À Capes, sou grato por ter viabilizado este empreendimento ascético e expedicionário com que se revela todo ato de escrita.

*Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria  
como o metal que soa ou como o sino que tine.*

*E ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a  
ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes,  
e não tivesse amor, nada seria.*

*E ainda que distribuísse toda a minha fortuna para sustento dos pobres, e ainda  
que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada disso  
me aproveitaria.*

*O amor é sofredor, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com levi-  
andade, não se ensoberbece.*

*Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não sus-  
peita mal;*

*Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade;  
Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.*

*Coríntios 13: 1-7*

*Amigo, quando me vejo inundar de luz, quando o mundo e o céu vêm habitar den-  
tro de mim, como a imagem da mulher amada, então digo a mim mesmo: “Se  
pudesses exprimir o que sentes! Se pudesses exalar e fixar sobre o papel o que  
vive em ti com tanto calor e plenitude que essa obra se transformasse em espelho  
da tua alma, como a tua alma é espelho de Deus Infinito!”*

*Goethe, em Os sofrimentos do jovem Werther*

## Resumo

A presente dissertação discute a perspectiva de ciência encontrada no romance-folhetim *O doutor Benignus* (1875), obra literária escrita no Brasil por Augusto Emílio Zaluar e à época apresentada como meio de “vulgarização científica”. Ao narrar os desdobramentos de uma expedição científica dirigida ao sertão brasileiro, tal ficção constrói uma concepção de ciência fortemente estruturada pelas novas experiências epistemológicas (surgimento do homem como sujeito e objeto do conhecimento), temporais (afastamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, movimento radicalizado pela ideia de progresso) e literárias (Romantismo) fomentadas pelo mundo moderno.

Palavras-chave: Ciência – Romantismo – Natureza

## ABSTRACT

This research discusses the science prospect found in the serial novel *O doutor Benignus* (1875), a literary work, written in Brazil by Augusto Emilio Zaluar, which was presented at the time as a means of "vulgarização científica" (i.e. scientific vulgarization: a historical Portuguese term used to refer to the evolution of the public understanding of science). By narrating the unfolding of a scientific expedition to the Brazilian backlands, such fiction constructs a science conception strongly structured by new epistemological experiences (the emergence of man as subject and object of knowledge), temporal experiences (the distance between the space of experience and the horizon of expectation, a movement radicalized by the idea of progress), and literary experiences (Romanticism) fostered by the modern world.

Key-words: Science – Romanticism - Nature

## Sumário

Introdução .....	9
Capítulo 1 - <i>O Doutor Benignus</i> no processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil. ....	18
1.1 A década de 1870 e um país em crise.....	24
1.2 Entre homens de ciência.....	31
1.3 “Heróis do trabalho e da ciência”.....	35
1.4 Um romance e o <i>dever</i> de vulgarização. ....	39
1.5 Para a ciência, uma ficção. ....	42
1.6 Brasil, a “metrópole do futuro” .....	49
Capítulo 2 - Romantismo e Ciência na experiência moderna de tempo.....	53
2.1 Percorrer o mundo, evidenciar suas similitudes. ....	55
2.2 Uma ciência universal da ordem: o saber clássico à procura de identidades e diferenças. ....	61
2.3 O saber moderno: uma nova <i>epistémê</i> e o emergir das ciências humanas. ....	64
2.4 O escritor romântico e a sublimidade do mundo.....	69
2.5 O senso de missão e a posição do verbo literário em uma atmosfera romântica. ...	72
2.6 A evasão romântica no espaço. ....	75
2.7 Crença no progresso: a atitude romântica dirige-se para a História. ....	79
Capítulo 3 - A “expedição romântica e científica” de um benigno homem. ....	86
3.1 O “banquete egípcio”.....	93
3.2 Um romance e uma carta.....	100
3.3 A busca pela unidade eterna.....	110
3.4 Os perigos naturais interpelam o corajoso homem de ciência. ....	115
3.5 O papiro indígena. ....	122
3.6 Otimismo e pessimismo à procura da “grande lei da unidade universal”. ....	126
3.7 Entre amigos, o “consórcio com as estrelas”. ....	132
3.8 Os imperativos da amizade interpelam a observação científica. ....	135
3.9 A presença de Deus. ....	139
3.10 A morte em meio à exploração .....	144
3.11 O problema da habitabilidade dos mundos. ....	148
3.12 As riquezas naturais de Goiás e homens em oração.....	150
3.13 Um sonho científico revela a Criação. ....	151
3.14 Diálogos entre “o chefe selvagem e o chefe civilizado”. ....	159
3.15 O retorno. ....	173
Considerações Finais.....	176

Referências Bibliográficas .....	179
Referências documentais.....	185

## Introdução

Entre 1874 e 1883, os leitores localizados na Corte e nas províncias brasileiras podiam ter acesso às extensas páginas, às estreitas colunas e às pequenas letras que davam forma ao periódico carioca *O Globo: Orgao da Agencia Americana Telegraphica, dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria*. Mesmo produzido no Rio de Janeiro, a capital do Brasil na época, tal folha não deixava de trazer à esfera pública notícias interioranas das mais diversas, agrupando-as em uma seção de nome claramente autoexplicativo – *Interior*. Nosso interesse em determinada seção se justifica, uma vez que em 24 de setembro de 1874 uma especial informação nela se registrou. Em meio a uma nota de falecimento, a novas investidas em cargos públicos, à nomeação de professores primários e ao assalto de uma fazenda por escravos armados, *Interior* trazia a notícia de que Augusto Emílio Zaluar estava publicando no periódico *Município*, de Vassouras, “uma recente produção litteraria” – tratava-se do romance *O Doutor Benignus*.<sup>1</sup>

Era bastante comum aos redatores de *O Globo* compor a *Interior* a partir de informações encontradas em periódicos publicados nas localidades interioranas em questão, postura textual bastante clara aos olhos do leitor, que se deparavam facilmente com os nomes dos periódicos nos quais cada notícia havia sido encontrada. Boa parte das vezes tratava-se mesmo de uma transposição parcial ou literal às páginas da folha carioca dos textos informativos provenientes dos outros periódicos. No caso da notícia referente a *O Doutor Benignus*, não foi diferente; *O Globo* transpôs às suas folhas o comentário da redação do *Município* sobre o romance, chamando ““a atenção para este, por ser uma narrativa original e instructiva e o ensaio de um novo gênero de literatura pouco conhecido ainda entre nós.””

2

Se em 1874, como se vê, a redação de *O Globo* já se atentara para a existência do novo e instrutivo romance, foi em 01 de julho de 1875 que o interesse pela obra se confirmou. Nesse dia, foi possível ler nas páginas do periódico carioca o início dos desdobramentos de uma narrativa que conduziria os leitores a uma

---

<sup>1</sup> *O GLOBO*. Rio de Janeiro: 24/09/1874, p. 02.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 02.

viagem ficcional não menos científica, então repleta de aventuras, mistério, sonhos, natureza e projeção. O romance narraria as aventuras de uma expedição científica e romântica comandada pelo doutor Benignus, sábio médico e estudioso das ciências naturais. A viagem, que se estenderia do interior de Minas Gerais ao extremo norte da Ilha do Bananal, era um grande empreendimento arquitetado na década de 1870 pelo próprio Benignus com o principal objetivo de encontrar vestígios atestadores da suposta existência de vida no sol.

Antes de disponibilizar o primeiro capítulo do científico e aventureiro romance, a redação do periódico optou por não se esquivar; ela preferiu apresentar a obra no sentido de dirigir o olhar do leitor, utilizando-se, para tanto, de uma dupla estratégia. Em um primeiro momento, os redatores referiram-se diretamente ao público de leitores com o intuito de dizer que *O Doutor Benignus* era “na literatura nacional o primeiro ensaio do romance científico ou instrutivo”; que a ficção em questão era uma “bela digressão humorística, empreendida nos domínios até há pouco não incursados pelos poetas e romancistas.”<sup>3</sup> Logo em seguida, o texto de apresentação escrito pela redação do periódico diz-se cumprir um especial “dever”, i.e., o de oferecer aos leitores a possibilidade deles mesmos lerem as “linhas” que o “ilustrado autor” havia encaminhado aos redatores quando comunicado do início da publicação do seu romance naquela folha. Em tais parágrafos, Emílio Zaluar procurou não apenas apresentar *O Doutor Benignus*, mas também direcionar a leitura daquilo que, segundo ele, não chegava a ser “um ensaio, mas o simples pressentimento da nova fase em que necessariamente [iria] entrar a literatura contemporânea”.<sup>4</sup> O fabulador disse ainda:

O espírito humano, enriquecido com a grande soma de conhecimentos com que as ciências têm opulentado o seu patrimônio intelectual não pode contentar-se unicamente com as leituras frívolas ou livros de exageradas e às vezes perigosas seduções. Compreendem-no assim as sociedades mais adiantadas. Na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos são raras as obras de pura imaginação e essas mesmas passam pela maior parte despercebidas. Assim deve ser. Para que os trabalhos de um escritor tenham significado aceitável, é preciso primeiro que tudo que eles sejam o transunto das ideias de seu tempo. Ainda há poucos dias me dizia um amigo:

---

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 01.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 01.

“Os autores antigamente morriam e ficavam suas obras: hoje morrem as obras e vivem os autores.”  
 E por quê?  
 A resposta já ficou acima formulada.<sup>5</sup>

Nesse excerto, Zaluar considera a existência de uma “soma de conhecimentos”, algo possível porque ele parte do pressuposto de que todo conhecimento produzido ganha corpo e é conseqüentemente alocado enquanto “patrimônio intelectual”. O homem do tempo presente, portanto, tem a possibilidade de acessar um conjunto de saberes acumulados ao longo do tempo, o que indica um processo no qual novas somas podem ser realizadas no transcorrer da sucessão constante de tempos presentes. A ideia de um processo marcado pela temporal acumulação de conhecimento científico lança o olhar de Zaluar para a dimensão do “dever” humano frente a uma experiência compartilhada; o homem do presente “deve” reconhecer que a riqueza do “espírito humano” reside na científica “soma de conhecimentos”, de tal sorte que as “leituras frívolas ou livros de exageradas e às vezes perigosas seduções” devam ser alocados em posições de menor relevância. Temos, assim, o seguinte quadro: há uma soma de conhecimento real e palpável, de modo que cabe a Zaluar impelir o homem do tempo presente a assumi-la enquanto principal medida de ação. O acesso a esse patrimônio enriquecedor do espírito humano coloca-se, nesse sentido, enquanto dever ao homem do tempo presente; é este homem que, ao acessar o patrimônio, dá-se conta da grande “soma” que ali existe, enriquecendo-se. Uma soma a ser, enquanto dever, veiculada na literatura. O presente, portanto, permite e configura a soma, de modo a ser aceitável a afirmação de que as “obras”, para serem legitimadas e reconhecidas, devam ser o “transunto das ideias” do tempo em que são escritas, isto é, do presente mesmo nos quais todas elas se realizam.

Assim, o dever para com o presente faz com que os autores suplantem as suas próprias obras; estas comporão o patrimônio, mas serão os autores de um momento que as entenderão enquanto parcelas de uma soma a ser realizada e que foram produzidas por homens comprometidos com o enriquecimento do espírito humano; as obras então “morrem”, porque deixam de ser soma e passam a serem parcelas de um cálculo ainda futuro – são obsoletas enquanto resultado, já que o devir e a sobreposição de presentes são incessantes, alojam-se sempre em um horizonte projetado; os autores permanecem vivos, porque serão lembrados enquan-

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 01.

to pessoas afeitas com o enriquecimento do espírito humano, que escreveram obras que foram depositadas no patrimônio intelectual. A medida do “dever” para com a soma a ser realizada no presente é tomada, portanto, como medida a ser lembrada e seguida como modelo. Zaluar, nesse sentido, coloca-se como um autor que impele os homens do seu tempo presente a reconhecerem o patrimônio intelectual que possuem, de modo que seus “escritos” (e de todos aqueles que se colocarem como escritores) devam expressar tal riqueza e serem valorizados por um país que vislumbre a posição das “sociedades mais adiantadas”.

Há, portanto, um sentido do “novo” inerente a cada presente, pois de presente em presente novas somas podem ser realizadas por aqueles comprometidos com o processo de aperfeiçoamento. Em Zaluar, a novidade ainda é colocada como medida na qualificação da obra que ele mesmo produz. Segundo ele, sua obra é um “pressentimento” daquilo que ainda virá; é entendida, assim como reconhece o próprio periódico em que é publicada, como uma viagem nunca antes navegada, como “pressentimento” de uma nova, e necessária, fase literária. Trata-se, mesmo, de uma narrativa que se apresenta enquanto novidade sob duas formas. *O Doutor Benignus* é novo porque se coloca como o transunto das ideias de seu tempo, porque veicula uma soma de conhecimento realizada em um dado presente, porque acessa um patrimônio intelectual opulento pela ciência. *O Doutor Benignus*, assim como já adiantara o *Município*, é novo enquanto “gênero literário” no Brasil; é novo, assim como adiantara *O Globo*, enquanto o “primeiro ensaio científico ou instrutivo”; é novo, como diria Zaluar sob pretensa modéstia, como “o simples pressentimento da nova fase em que necessariamente [iria] entrar a literatura contemporânea”. Se há, aqui, a afirmação de uma novidade em solo brasileiro, Zaluar não deixa, porém, de revelar o autor que o influenciou. Questiona o escritor ainda em suas “linhas”:

Se Júlio Verne tem encontrado no entanto nas regiões hiperbóreas, e no conhecimento das maravilhas da natureza tão vasto assunto para seus livros, que são em todo mundo lidos com interesse, o que não fará o escritor que queira explorar no mesmo sentido as prodigiosas riquezas científicas do nosso continente?<sup>6</sup>

Para Zaluar, Júlio Verne é um modelo a ser seguido, pois nas obras do escritor francês o “conhecimento das maravilhas da natureza” é tomado enquanto conteúdo narrativo válido. O que diferencia Zaluar de Verne, é que Zaluar propõe

---

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 01.

ater-se nas “prodigiosas riquezas científicas do nosso continente”. Dizendo de outro modo, a aproximação se dá entre ambos devido a uma modalidade de literatura que supõe o manejo da ciência; a especificidade de Zaluar acontece porque este quer que o objeto da ciência a ser perscrutado seja as riquezas do continente americano, característica que, segundo ele, atribui pioneirismo a uma obra escrita em solo brasileiro. Finalizando seu texto de apresentação, Emílio Zaluar prefere polemizar:

[...] assim terminarei estas linhas corroborando a minha opinião com as seguintes palavras do Sr. Draper, professor da universidade de New York, no prólogo do seu recente livro, *Conflitos da ciência e da religião*: “Estamos em véspera de uma grande revolução intelectual, diz ele, e as leituras frívolas vão ceder lugar a uma literatura grave e austera, a que os interesses da Igreja em perigo comunicarão a paixão e a força.”  
A. E. Zaluar.<sup>7</sup>

Vê-se que, em *O Doutor Benignus*, o conteúdo da ciência, aquilo que ela observa e o modo como ela observa estão intimamente ligados ao que ela é, ao que dela se espera, ao que ela deve ser, à experiência de tempo que ela engendra. Em sua apresentação da obra ao público leitor, a ciência de Zaluar é motivo de enriquecimento do espírito humano, e deve continuar sendo assim entendida. Desse modo, ela se afirma enquanto necessária e se abre a um devir expresso na ideia de soma: há ciência, mas sua existência se insere em um devir constante, operado pelo manejo de uma soma que deve continuar sendo feita e veiculada; a ciência é e deve continuar sendo um processo acumulativo, pois seu avanço manifestado em soma expressa a evolução do espírito humano. Assim, a ciência coloca-se como uma forma de pensamento, como uma forma de experiência que não apenas toma o mundo como objeto, mas que também colabora para o seu aperfeiçoamento.

Para Michel Foucault,<sup>8</sup> toda “imaginação”, todo “pensamento” torna-se possível apenas na medida em que as coisas e os seres possam ser enumerados ao compartilharem um “lugar-comum”, ao avizinhareem-se, ao dividirem um “espaço comum dos encontros”, ao relacionarem-se num “espaço de acolhimento”. Tal espaço, que a um só tempo possibilita e compõe todo pensamento, configura-se na “tábua de trabalho” de Roussel entendida em dois sentidos superpostos: “mesa

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 01.

<sup>8</sup> FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção tópicos), p. X a XIII.

niquelada, encerada, envolta em brancura, faiscante sob o sol de vidro que devora as sombras – lá onde, por um instante, para sempre talvez, o guarda-chuva encontra a máquina de costura”; “quadro que permite ao pensamento operar com os seres uma ordenação, uma repartição em classes, um agrupamento nominal pelo que são designadas suas similitudes e suas diferenças – lá onde, desde o fundo dos tempos, a linguagem se entrecruza com o espaço.”<sup>9</sup> No primeiro sentido, a tábua de trabalho de Roussel constitui-se enquanto coisas e espaços expressos em matéria, organismos manifestos em sua palpabilidade, em sua solidez. Na segunda caracterização, a tábua de trabalho se coloca como quadro onde já se encontra presente a linguagem, onde o pensamento movimenta-se, atribuindo sentido ao espaço e às coisas que ali se apresentam. O espaço material e as coisas que são nele deitadas, arroladas, ganham significação, classificação, ordenam-se conforme similitudes e diferenças, isto é, eles são traduzidos ao sobreporem-se pela linguagem, momento onde o nome atrela-se à coisa e ambos tornam-se possíveis por compartilharem um mesmo lugar. Assim, diz Foucault, é correto entender que classificar

não se trata de ligar conseqüências, mas sim de aproximar e isolar, de analisar, ajuntar e encaixar conteúdos concretos; nada mais tateante, nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem entre as coisas, nada que exija um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e mais bem modulada, nada que requeira com maior insistência que se deixe conduzir pela proliferação das qualidades e das formas.<sup>10</sup>

Mas qualquer experiência, seja ela a mais ingênua ou não, exige o manejo de “uma operação precisa e da aplicação de um critério prévio”.<sup>11</sup> No mesmo resulta dizer que, para ordenar/classificar, para estabelecer uma relação entre coisas, entre conteúdos concretos, para instaurar uma ordem, para direcionar um olhar e operacionalizar a linguagem é sempre necessário o manejo de um “sistema de elementos” previamente estabelecido, então responsável pela “definição dos segmentos sobre os quais poderão aparecer as semelhanças e as diferenças, os tipos de variação de que esses segmentos poderão ser afetados, o limiar, enfim, acima do qual haverá diferença e abaixo do qual haverá similitude”.<sup>12</sup> Tal sistema, diz

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. XII.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. XV.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. XV.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. XV-XVI.

Foucault, é condição para o “estabelecimento da mais simples ordem”, sendo ordem

aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada.<sup>13</sup>

De uma forma ampla, há duas “regiões” intermediadas por um terceiro domínio, diz Foucault, nos quais a experiência da ordem acontece, a linguagem coloca-se em movimento, o sistema dos elementos atua, o pensamento concretiza-se. Em um extremo do pensamento, encontra-se a região dos “códigos fundamentais de uma cultura”; tais códigos são aqueles que regem a “linguagem”, os “esquemas perceptivos”, as “trocias”, “as técnicas”, os “valores” e a “hierarquia de práticas” presentes em uma cultura.<sup>14</sup> Todos eles “fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar”.<sup>15</sup> Em outra extremidade do pensamento, temos uma segunda região, então composta pelas “teorias científicas ou interpretação dos filósofos”.<sup>16</sup> Nesta esfera do pensamento, procura-se explicar “por que há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta a ordem estabelecida e não outra.”<sup>17</sup> Entre essas duas regiões entendidas por Foucault como bastante distantes uma da outra, apresenta-se um terceiro domínio que, “apesar de ter sobretudo um papel intermediário, não é menos fundamental.”<sup>18</sup> Trata-se de um obscuro domínio onde a cultura afasta-se “insensivelmente das ordens empíricas que lhes são prescritas por seus códigos primários.”<sup>19</sup> Consequentemente, tais ordens perdem sua “transparência inicial”, a cultura “cessa de se deixar passivamente atravessar por elas, desprende-se de seus poderes imediatos e invisíveis, libera-se o bastante para constatar que essas ordens não são talvez as únicas possíveis nem as melhores.”<sup>20</sup> Significa dizer que há, em tal obscurantismo, um movimento de pluralização de ordens possíveis: em um primeiro momen-

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. XVI.

to, a cultura afasta-se dos seus códigos, percebendo a possibilidade de existência de outros; acontece um movimento de códigos que se anulam pela possibilidade de outros existirem, mas que novamente aparecem pela forma mesma com que se realiza a pluralização. Ocorre, porém, que semelhante pluralização de ordens possíveis vindas à superfície levam a cultura a um paradoxal encontro estabilizador: ela vê-se diante do “fato bruto de que há, sob suas ordens espontâneas, coisas que são em si mesmas ordenáveis, que pertencem a uma certa ordem muda, em suma, que *há* ordem.”<sup>21</sup> Destarte,

é em nome dessa ordem que os códigos da linguagem, da percepção, da prática são criticados e parcialmente invalidados. É com base nessa ordem, assumida como solo positivo, que se construirão as teorias gerais de ordenação das coisas e as interpretações que esta requer. Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fracionada e descontínua, ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas separados de coerência, composta de semelhanças que se aproximam sucessivamente ou que se espe- lham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes etc. [...]. Assim, em toda cultura, entre o uso que se poderia chamar de os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há uma experiência nua da ordem e de seus modos de ser.<sup>22</sup>

*O Doutor Benignus* está repleto de códigos culturais. É linguagem estruturada em romance, é romance expresso em periódico, é periódico impresso a partir de técnicas em desenvolvimento, é técnica que dá corpo à prática da leitura, é leitura que, ao trazer à superfície códigos ordenadores, dá aos homens esquemas de percepção da realidade, de leitura do mundo. Na outra extremidade do pensamento, *O Doutor Benignus* engendra ciência, debruça-se sobre a explicação de como os códigos culturais ordenam e nomeiam as coisas e seres e, no momento mesmo da reflexão, depara-se com a impossibilidade do pensamento caso não considere a experiência nua da ordem.

No primeiro capítulo desta dissertação, procura-se demonstrar como o romance em questão insere-se no processo mais amplo de institucionalização da ciência no Brasil. O segundo capítulo destina-se a um estudo propriamente teórico sobre a constituição do campo epistemológico moderno, lugar a partir do qual o

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. XVII.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. XVIII.

homem emerge como sujeito e objeto do conhecimento ao mesmo tempo em que o Romantismo se afirma. O terceiro e último capítulo, por sua vez, tem o objetivo de situar *O Doutor Benignus* nesse solo epistemológico elaborado pela modernidade, valendo-se, por conseguinte, da evidenciação da maneira com que o homem, no interior do romance, recorre ao Romantismo a fim de integrar-se a uma ordem ficcionalmente expressa pela existência de certa lei da unidade universal.

## Capítulo 1 - *O Doutor Benignus* no processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil.

Augusto Emílio Zaluar nasceu em Lisboa em 14 de fevereiro de 1826. Chegou a matricular-se no 1º. Ano da Escola Médico-cirúrgica da mesma cidade, mas não concluiu os estudos ao descobrir-se mais apto às atividades literárias. Escrevendo principalmente poemas, Zaluar colaborou com periódicos lisboetas, dentre eles o *Epocha*, *Jardim das Damas* e *Revista Popular*. Deixou Portugal em 1849, chegando ao Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1850, lugar onde morreu em abril de 1882. Naturalizou-se cidadão brasileiro em 1856 e atuou em diversas frentes: foi membro da *Sociedade Auxiliadora Nacional* (SAIN), do *Observatório Nacional* e Lente em pedagogia da *Escola Normal*. Escreveu poemas,<sup>23</sup> biografias,<sup>24</sup> uma peça de teatro,<sup>25</sup> fez apreciação crítico-literária,<sup>26</sup> publicou um livro de contos,<sup>27</sup> foi tradutor,<sup>28</sup> colaborador em periódicos,<sup>29</sup> autor de obras didáticas<sup>30</sup> e integrante da sociedade literária *Arcádia Fluminense*.<sup>31</sup>

<sup>23</sup> ZALUAR, A. E. *Dores e flores*. Rio de Janeiro: Typ. De F. de Paula Brito, 1851. ZALUAR, A. E. *Revelações*. Rio de Janeiro-Paris: Livraria de B. L. Garnier, 1862. (Disponível na Biblioteca Nacional); ZALUAR, A.E. *Uruguayana*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. (Disponível na Biblioteca Nacional); ZALUAR, A. E. *Os Rios. A S.M. Imperial o Senhor Dom Pedro Segundo*. [S.l.: s.n., s.d.] 6p. 22 cm. (Disponível na Biblioteca Nacional). Zaluar participou das antologias: *Lírica Nacional*; *Ao Senhor Dom Pedro II, homenagem da Imprensa Nacional* – Coletânea de versos dedicados todos a D. Pedro II, pelos poetas D. Magalhães, Odorico Mendes, Delfina da Cunha, Gonçalves Dias, Paula Brito, Fagundes Varella, Zaluar, Zeferino Rodrigues, Rodolfo Ornellas, Paranacapiacaba e Mucio Teixeira. Rio de Janeiro: [s.n.], 1887; *Collecção de poesias*, composta por poemas de: F. Palha, J. de Lemos, L. C. Sousa Almada, A. de Serpa, Mendes Leal Junior, A. E. Zaluar, L. Corrêa Caldeira, Antonia Pussich, João d'Azevedo, A. F. de Castilho, J. P. das C., José Osorio, Gentil e A. P. da Cunha. [S.l.: s.n., s.d.].

<sup>24</sup> CASTRO, E. de Sá P. de. ZALUAR, A. E. *Os Heróis brasileiros na campanha do sul em 1865*. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro & Comp. 1865. ZALUAR, A. E. *Emília Adelaide*. Rio de Janeiro, Typ. do Diário de Rio de Janeiro, 1871. (Disponível na Biblioteca Nacional)

<sup>25</sup> Intitulada *O cofre da tartaruga*, tal peça consiste numa conversação em um ato, de 1865.

<sup>26</sup> AZEVEDO, J. I. A. de. *Poesias*. Rio de Janeiro Typ. Universal de Laemmert, 1872. Apreciações críticas de Augusto Emilio Zaluar. José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha José Maria Velho da Silva.

<sup>27</sup> ZALUAR, A.E. *Contos da Roça*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1868. (Disponível na Biblioteca Nacional)

<sup>28</sup> FIGUIER, L. COLOMBO, Christovão. *Os Sábios Illustres*. Tradução de Augusto Emílio Zaluar. Rio de Janeiro: Oliveira & Ca. [Typographia Americana], 1869. Zaluar traduziu para o periódico *Correio Mercantil* o romance *Os Moicanos de Paris*, de Alexandre Dumas.

<sup>29</sup> Zaluar colaborou com os seguintes periódicos brasileiros: *O Município*, *O Parahyba*, *A Civilização*, *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Globo* e o *O Vulgarizador*.

<sup>30</sup> ZALUAR, A.E. *Lições das cousas animadas e inanimadas; modelos e assumptos de exercicios oraes e por escripto para os meninos de 5 a 8 annos, imitação, para uso das escolas primarias*. 3. ed. Rio de Janeiro, Liv. classica de Alves & comp., 1893. (Disponível na Biblioteca Nacional).

Depois de vinte cinco anos vivendo no Brasil, Emílio Zaluar publicou o seu romance-folhetim *O Doutor Benignus*, como vimos, nas páginas do periódico carioca *O Globo: orgão dos interesses do comercio da lavoura e da indústria*. Ainda em 1875, o romance ganhou em dois volumes uma primeira edição em livro.<sup>32</sup> A preocupação central de Zaluar ao escrever tal obra atrela-se ao tipo de literatura a ser escrita e veiculada, isto é, vincula-se à projeção de um possível e novo horizonte literário brasileiro modelado pela produção de Júlio Verne. Premissa literária principal de Emílio Zaluar, os trabalhos de um autor ganham “significado aceitável” na medida em que sejam o “transunto das idéias de seu tempo”. Se no “tempo” aqui em questão são pressupostos conhecimentos científicos cuja “soma” enriquece o “espírito humano”, o autor de *O Doutor Benignus* então justifica o dever de inserir ciência na literatura, postura autoral tida como oposta àquela encontrada em produções literárias supostamente restritas à frivolidade, às exageradas seduções e à pura imaginação. Importante observarmos que a própria ideia de “grande soma de conhecimentos” já nos permite dizer que a experiência de tempo em que *O Doutor Benignus* se insere pressupõe progresso, pressuposição confirmada quando o autor sugere que a incorporação do conhecimento científico à literatura vem sendo realizada pelas “sociedades mais adiantadas”. Podemos inicialmente concluir que, para Zaluar, inserir ciência na literatura é uma forma de comprometer-se com o progresso visivelmente constatado em países como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos.

---

Além dessa obra, já localizada na Biblioteca Nacional, Zaluar escreveu: *Compêndio de um curso de Philosophia Elementar*, de 1877; *Primeiro livro de infância e adolescência*, de 1880; *Noções Elementares de Geografia*, de 1880; *Nova série de livros de leitura graduada*, de 1881; *Nova série de livros de leitura graduada, etc.*, segundo livro, de 1881.

<sup>31</sup> AMARAL, M. *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, 2000. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/>>. Acesso em: 30/10/2011; SMANIOTTO, E. I. *Uma análise do conceito antropológico do “outro” na obra do escritor Augusto Emílio Zaluar*. 2007. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciência, UNESP, Marília, 2007; DUARTE, D. A. S. D. *Augusto Emílio Zaluar: aspectos da trajetória e produção de um intelectual português no Brasil do século XIX. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, nº. 1, p. 123-129, 2010.

<sup>32</sup> A publicação em periódico e a primeira edição em livro estão disponíveis na Biblioteca Nacional. Nesta dissertação, utilizamos a segunda edição em livro publicada pela Editora UFRJ no ano de 1994. Distribuindo o romance em 37 capítulos, tal edição ainda contém: (1) três textos de apresentação da obra, cada qual redigido por José Murilo de Carvalho, Fernando Lobo Carneiro e Alba Zaluar; (2) um texto das editoras Helena Cavalcanti de Lyra e Ivette Savelli S. de Couto, momento em que explicam-se as opções de edição; (3) algumas páginas contendo uma pequena apresentação dos personagens não fictícios citados por Zaluar ao longo da narrativa.

Silvia Figueirôa, em um importante trabalho publicado pela *Asclepio* em 1998, fez uma definidora análise das novas perspectivas trazidas ao campo da História das Ciências por um conjunto de pesquisadoras,<sup>33</sup> dentre as quais ela se inclui, que, nos últimos anos, vem demonstrando como o processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil é ainda mais recuado no tempo. Diferentemente do que supunha uma tradição historiográfica assentada nos trabalhos de Fernando de Azevedo,<sup>34</sup> Simon Schwartzmann<sup>35</sup> e Shozo Motoyama,<sup>36</sup> a presença do conhecimento científico-naturalista no Brasil não se restringe ao limiar do século XX com a fundação dos institutos bacteriológicos de pesquisa – sendo eles *Bacteriológico* (1892), *Manguinhos* (1899), *Butantan* (1901) e *Pasteur* (1903). Segundo Figueirôa, a afirmação das ciências naturais no Brasil está em devir desde a Ilustração luso-brasileira e pode ser mensurada a partir de três principais pontos de análise que passamos a definir.

---

<sup>33</sup> Margareth Lopes, Heloisa Bertol Domingues e Maria Amélia Dantes compõem o grupo de pesquisadoras. Em relação às obras de tais autoras, Figueirôa destaca: LOPES, M. M. *Brazilian museums of natural history and international exchanges in the transition to the 20 century*. In: PETITJEAN, P. *et al.* (eds.). *Science and empires*, Kluwer Acad. Press, Holanda, p. 193-200, 1992. LOPES, M. M. *As ciencias naturais e os museus no Brasil no século XIX*. 1993. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1993. LOPES, M. M. *As ciencias dos museus: a História natural, os viajantes europeus e as diferentes concepções de museus no Brasil no século XIX*. In: GOLDFARB, A. M. A.; MAIA, C. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 721-32. DOMINGUES, M. H. B. *Ciência: um caso de Política [As relações entre as Ciências naturais e a Agricultura no Brasil-Império]*. 1995. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1995. DOMINGUES, M. H. B. *A idéia de progresso no processo de institucionalização nacional das ciencias no Brasil: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Asclepio*, 48 (2), p. 149-62, 1996. DANTES, M. A. M. *Institutos de pesquisa científica no Brasil*. In: Ferri, M. G.; Motoyama, S. (coords.) (1979-81), *História das ciencias no Brasil*, São Paulo: EPU: Ed. USP, v.2, 1980. DANTES, M. A. M. (1988), *Fases da implantação da ciência no Brasil*. *Quiqu*, México, 5 (2), p. 265-75, 1988. DANTES, M. A. M. (1995), *Relações científicas e tradições científicas locais: modelos institucionais no Brasil no final do século XIX*, In: GOLDFARB, A. M. A.; MAIA, C. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Edusp, São Paulo, 1995, p. 923-31. No que se refere aos seus próprios trabalhos, Figueirôa menciona: FIGUEIRÔA, S. F. de M. *Moder-nos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. 1987. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1987. FIGUEIRÔA, S. F. de M. *Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciencias naturais durante o século XIX*. *Interciência*, Caracas, 17 (3), 141-46, 1992a. FIGUEIRÔA, S. F. de M. *Ciência na busca do Eldorado: a institucionalização das ciencias geológicas no Brasil, 1808-1907*. 1992. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1992b. FIGUEIRÔA, S. F. de M. “Ciência no torrão natal”: a adaptação de modelos estrangeiros e a construção de uma problemática científica nacional (1840-1870), In: GOLDFARB, A. M. A.; MAIA, C. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*, Edusp, São Paulo, 1995, p. 773-84.

<sup>34</sup> AZEVEDO, F. *As ciencias no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1955.

<sup>35</sup> SCHWARTZMANN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979.

<sup>36</sup> MOTOYAMA, S. *História da ciência no Brasil. Apontamentos para uma análise crítica*. *Quiqu*, México, vol. 5, n.2, p. 167-189, 1988.

O primeiro ponto refere-se ao crescimento quantitativo e à continuidade temporal dos espaços institucionais. Se a ciência luso-brasileira do início do século XIX era construída, basicamente, nas dependências do *Jardim Botânico* (1808), da *Academia Real Militar* (1810) e do *Museu Nacional* (1818), na transição para o século XX o quadro se expande:

além da permanência dessas instituições já então quase centenárias (algumas reformadas e subdivididas, como foi o caso da *Academia Militar*, que nos anos de 1850 separou o ensino militar do civil), [constatam-se] a multiplicação de museus regionais, escolas profissionais, associações de cientistas, comissões de serviços afeitos aos levantamentos do território e um observatório astronômico, que foram surgindo no passar do século [XIX].<sup>37</sup>

Decorrente do primeiro ponto, a especialização dos espaços institucionais é o segundo aspecto a ser sublinhado. A especialização institucional das ciências naturais implicou em um duplo movimento: ao mesmo tempo em que ela engendrou uma multiplicação do saber, foi responsável por “sucessivas reformas nas instituições pré-existentes, as quais repassaram funções e atribuições originais, reordenando-se internamente para acompanhar o processo geral de crescente profissionalização e especialização científicas.”<sup>38</sup>

Para Margareth Lopes é na década de 1870 em que o “movimento científico no Brasil” consolida-se, momento em que os “profissionais de ciência” demarcam suas áreas de especialidade, seus campos de atuação científica. Lopes afirma que “a década de 1870 foi unanimemente reconhecida por contemporâneos e pela literatura como definidora de novos tempos no Brasil”, já que o período significou uma “renovação substancial na cultura científica brasileira.” O cenário é o de mudanças profundas nos paradigmas do campo das ciências naturais, que passam a ser associadas às novas exigências colocadas pelo evolucionismo e por rupturas conceituais e institucionais.<sup>39</sup> A autora indica serem características dessa conjuntura a atuação do Estado e a estreita relação estabelecida entre a multiplicação de novas instituições de ciência e o reordenamento de instituições pré-existentes – ambos os elementos, como vimos, já sinalizados por Figueirôa enquanto estrutu-

<sup>37</sup> FIGUEIRÔA, S. F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição do século XX). *Asclepio*, v. 50, n.2, p.107-123, 1998, p. 112.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>39</sup> LOPES, M. M. O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, A. et al. (Org). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.77-96, p. 90.

rantes do processo mais amplo de institucionalização das ciências naturais no Brasil. A esses traços notadamente marcantes da profissionalização da ciência brasileira, Margareth Lopes ainda acrescenta:

constituição de redes de interesses, nacionais e internacionais, evidentemente múltiplos na diversidade das áreas disciplinares já constituídas. Materializados por opções diferenciadas desde as escolas de que cursos frequentar no exterior, que países visitar, que modelos implantar, que periódicos intercambiar, com quem manter correspondência, que opções teóricas privilegiar, até a busca de hegemônias também no plano científico. Hegemônias estas disputadas efetivamente, pelo menos, pelos museus brasileiros entre si e particularmente com aqueles latino-americanos atuantes no período, e especialmente no campo da paleontologia também com instituições norte-americanas.<sup>40</sup>

O terceiro e último ponto de destaque implica na atuação do Estado em relação às atividades científicas. Para Figueirôa, o seu trabalho<sup>41</sup> e o de Margareth Lopes<sup>42</sup> dão conta de mostrar que no fim do antigo sistema colonial o Estado português empreendeu reformas socioeconômicas modernizadoras e eminentemente fundamentadas na Ilustração. Tais reformas ilustradas expressaram-se através do fomento e valorização, por parte do governo português, das ciências naturais – principalmente da Botânica, por ser considerada aplicável a novos desenvolvimentos agrícolas e por estar vinculada à Medicina, à Química, à Mineralogia e à Metalurgia. As perspectivas de Maria Odila Leite da Silva Dias presentes no já clássico *Aspectos da Ilustração no Brasil* endossam que o estímulo à ciência natural foi política de estado da Coroa ilustrada portuguesa: destacam-se o fomento à criação de instituições e o financiamento de viagens científicas, ações que, inscritas numa conjuntura de reordenamento econômico português com o declínio da produção aurífera, eram entendidas como possíveis caminhos para o desenvolvimento de novas produções agrícolas em território colonial.

Segundo Mary Louis Pratt,<sup>43</sup> as expedições além-mar realizadas a partir de 1735 expressaram uma clara mudança na consciência planetária europeia. Diferentemente das viagens de circunavegação realizadas anteriormente, as viagens que se seguiram há tal ano possuíam forte conotação científica ao tomarem como referenciais a expedição *La Condamine* e a obra *Os Sistemas da Natureza* (*Syste-*

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>41</sup> FIGUEIRÔA, 1992b.

<sup>42</sup> LOPES, 1993.

<sup>43</sup> PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

*ma Naturae*), de Carl Linné<sup>44</sup>. Sob os registros de uma nova perspectiva de mundo, a catalogação, descrição e explicação da natureza despontaram em 1735 como horizontes científicos a serem perseguidos pelas viagens além-mar:

As viagens e os relatos de viagem jamais seriam os mesmos. Na segunda metade do século XVIII, fosse uma dada expedição primariamente científica ou não, fosse o viajante um cientista ou não, a história natural desempenharia algum papel nela. A coleta de espécimes, a construção de coleções, o batismo de novas espécies, a identificação de outras já conhecidas, tornaram-se temas típicos nas viagens e nos livros de viagem.<sup>45</sup>

No tocante às viagens científicas do Portugal ilustrado, convém acrescentar que estrangeiros foram autorizados a viajar pelo Brasil a partir de 1808, consequência da chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro e da abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Antes de 1808, dois eram os decretos que impediam qualquer estrangeiro de adentrar a colônia portuguesa na América, um de 1591 e outro de 1605.<sup>46</sup> Como consequência desse incentivo ao conhecimento científico, as viagens e seus respectivos relatos sobre o território brasileiro cresceram vertiginosamente.<sup>47</sup> Diz Fabíula Sevilha de Souza:

A abertura do Brasil aos cientistas estrangeiros a partir do início do século XIX foi considerada como um movimento de “redescobrimto do Brasil”. A célebre expressão cunhada por Sérgio Buarque de Holanda sintetiza o momento em que o Brasil foi alvo de inúmeras viagens e expedições científicas, com o objetivo de realizar o levantamento e a coleta de espécies animais, vegetais e minerais, posteriormente classificadas, catalogadas e remetidas para os grandes herbários e museus de história natural da Europa. Esse reconhecimento científico do território compu-

---

<sup>44</sup> A expedição científica *La Condamine* e a obra *Os Sistemas da Natureza* são entendidas por Pratt como os dois eventos que expressam a nova consciência planetária europeia. Enquanto a expedição procurou delimitar a forma exata da Terra, o livro de Linné buscou parâmetros para classificar e descrever os elementos naturais.

<sup>45</sup> PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999, p. 59.

<sup>46</sup> SARNAGLIA, M. O Brasil sob olhar estrangeiro: um estudo da obra *Dois anos no Brasil* de Auguste François Biard. In: Seminário Brasileiro de História da Historiografia, 6, Mariana, *Caderno de resumos & Anais...*, Ouro Preto: EdUFOP, p. 01-11, 2012. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/viewFile/1155/699>>. Acesso em: 19/08/2013.

<sup>47</sup> BELUZZO, A. M. De M. *O Brasil dos viajantes*. vol. 1. Imaginário do novo mundo; Vol. 2. Um lugar no universo; Vol. 3. A construção da paisagem. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994.

nha a política de Ilustração luso-brasileira que vinha sendo articulada desde fins do século XVIII.<sup>48</sup>

A crença de que a ciência levaria a novos progressos e que deveria ser estimulada enquanto política de Estado permanece, diz Figueirôa, nos anos subsequentes à Independência do Brasil. Assim como na Ilustração luso-brasileira, o Estado do Brasil incentiva as atividades científicas ao também criar instituições, ao financiar estas e outros órgãos instituídos por iniciativas privadas e ao patrocinar estudantes-bolsistas. O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), fundado em 1838, é um claro exemplo dessa permanência. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, o *Instituto* que se propunha “pensar a história brasileira de forma sistematizada” sempre esteve sob o patronato do Imperador; “cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75 % do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX”.<sup>49</sup>

Figueirôa considera necessário ainda dizer que os três pontos de análise aqui mencionados permeiam alguns temas de discussão, sendo eles: “ciência e a construção da identidade nacional; papel dos modelos institucionais estrangeiros; ausência de universidades e existência de atividades científicas; ciência ‘útil’ e ideologia de progresso; atividade dos cientistas locais e diversidade de seus ‘papéis profissionais’”.<sup>50</sup> No capítulo que segue, procuramos demonstrar através da inter-relação estabelecida entre tais eixos temáticos como *O Doutor Benignus* insere-se no processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil.

### 1.1 A década de 1870 e um país em crise.

Em *A construção da ordem*, José Murilo de Carvalho defende que a elite política atuante na conjuntura da Independência possibilitou a formação e a consolidação do Estado Nacional Brasileiro. Segundo Carvalho, o núcleo da elite políti-

<sup>48</sup> SOUZA, F. S. de. Natureza, ocupação territorial e vias de comunicação de Goiás nos relatos de viagens do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*. vol. n.1, p. 50-59, 2012, p. 50.

<sup>49</sup> GUIMARÃES, M. L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988, p. 09.

<sup>50</sup> FIGUEIRÔA, 1998, p.113.

ca brasileira, estendendo-se à segunda metade do século XIX, era composto por burocratas vinculados ao direito romano, à formação presente em Coimbra. A unidade desse grupo, portanto, tornava-se possível por meio da existência de uma “ideologia” e de uma “ocupação burocrática” comuns. Nesse sentido, o principal argumento de José Murilo de Carvalho centra-se na ideia de que, embora boa parte da elite política fosse recrutada na classe latifundiária, essa mesma elite conseguiu compor-se enquanto uma instância de poder diferenciada, uma vez que possuía uma formação e uma ocupação que a distinguiu de todos os outros grupos sociais; como não havia no Brasil uma burguesia capaz de regular as relações sociais por meio da operacionalização do mercado e a classe proprietária possuía diferentes interesses advindos de necessidades regionais específicas, caberia então ao próprio Estado, enquanto aparelho burocrático composto por uma elite política devidamente treinada e afinada ideologicamente, regular as relações sociais e econômicas da sociedade brasileira. Para afirmar-se e retroalimentar-se, o Estado Nacional Brasileiro tutelou os seus letrados, diz Carvalho, inserindo-os em seu aparelho administrativo e alocando-os, muitas vezes, em instituições de saber por ele mesmo fomentadas.

Angela Alonso<sup>51</sup> reforça e complementa a perspectiva de José Murilo de Carvalho ao afirmar que, desde a Independência política brasileira, os “homens de letras e de Estado”, associando de forma intrínseca literatura, política e historiografia, se voltaram à construção de uma brasilidade responsável em vincular o Brasil às civilizações de tipo europeu. No Segundo Reinado, o Romantismo foi o modelo desse discurso civilizador que, a partir do indianismo, procurou lançar as bases da brasilidade.<sup>52</sup>

Passado o conflituoso Período Regencial, diz Alonso, o contexto de Conciliação trouxe estabilidade e unidade político-territorial ao país em torno de um rei “brasileiro”. Dentre as preocupações do monarca, estava a clara necessidade de estimular a consolidação de uma “elite intelectual”, fosse através da contribuição estatal na realização de viagens e na publicação de obras, fosse mediante a alocação, no IHGB, dos letrados que iam se destacando;

as ciências naturais, através da botânica, da zoologia, da mineralogia, da geologia e, principalmente da geografia, astronomia

<sup>51</sup> ALONSO, A. Epílogo do romantismo. In: *Dados*, vol. 39, n.1, 1996.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 139.

e da etnografia (pois o conhecimento científico dos povos do interior era condição para alargar as fronteiras), deram suporte e se desenvolveram inseridas no processo político de consolidação e afirmação do estado-nação brasileiro dentro do qual estava inscrito o propósito do IHGB.<sup>53</sup>

Assim, os primeiros homens de letras íntimos do imperador, alguns deles membros da *Nitheroy, Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras, e Artes. Tudo pelo Brasil e para o Brasil*<sup>54</sup> e do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, elaboraram um indianismo que procurava ser o programa oficial das letras nacionais no Brasil, projeto voltado à definição da civilizada e nova nação. Mas uma polêmica ocorre em meados da década de 1850, diz Alonso, quando o desestabilizador José de Alencar surge no cenário público ao criticar a *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães, obra que melhor expressava as perspectivas dos “intelectuais” da *Nitheroy*. A polêmica<sup>55</sup> entre ambos foi publicada no jornal *O Globo* e não deixou de ter a participação de correligionários.<sup>56</sup> O debate não se referia diretamente aos princípios românticos a serem empregados na construção dos textos literários, mas sim ao tipo de indianismo a ser manejado. Para Alencar, o indianismo de Magalhães era “a realização mais acabada do que a literatura nacional não deveria ser, por basear-se em uma idealização do País que desandava em um indianismo sem a correspondência com a realidade nacional”;<sup>57</sup> Alencar dizia que Gonçalves de Magalhães, ao desconsiderar o movimento específico de miscigenação da tradição e da história indígena com a cultura europeia, forjava o índio em um molde greco-romano. E o crítico ferrenho ao autor de a *Confederação* ainda foi mais além: o insucesso da falseadora obra de Magalhães podia ser explicado pela escolha infeliz do gênero literário – a epopeia. José de Alencar propunha, assim, um novo indianismo a ser escrito enquanto romance e a ter como cerne a

<sup>53</sup> DOMINGUES, H. M. B. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: HEIZER, A. et al. (Org). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.55-75, p. 57.

<sup>54</sup> A *Nitheroy* foi editada em apenas um tomo, dividido em dois números, ambos publicados em 1836. Ganhou estatuto de grande definidora da nacionalidade brasileira, sendo os seus membros: o poeta Gonçalves de Magalhães, o importante pintor e político Araújo Porto Alegre, Francisco de Salles Torres Homem e Pereira da Silva (ALONSO, *op. cit.*, p.158, nota 2).

<sup>55</sup> Angela Alonso destaca que a discussão apresentada por ela sobre tal polêmica deve quase que integralmente às considerações apresentadas por Antônio Candido em *Formação da literatura brasileira*.

<sup>56</sup> “Participaram da polêmica, encobertos por pseudônimos, José de Alencar (Ig.), Manuel Araújo de Porto Alegre (O Amigo do Poeta), D. Pedro II (Outro Amigo do Poeta), Pinheiro Guimarães (Ômega) – esta identificação é duvidosa –, além de dois outros cuja identidade não foi descoberta: 'O Boqui-aberto' e 'O Inimigo dos Capoeiras’” (CASTELLO, 1953 *apud* ALONSO, 1996, nota 2)

<sup>57</sup> ALONSO, 1996, p. 141.

verossimilhança histórica – aceitação limitada da imaginação em uma narrativa que se considerasse veículo de realidade.

A nosso ver, tal polêmica confirma as perspectivas teórico-metodológicas desenvolvidas por Mikhail Bakhtin em relação ao romance como gênero literário. Para Bakhtin<sup>58</sup>, os gêneros são tipos de enunciados temáticos, estilísticos e composicionais que estabilizam suas normas em específicas situações de comunicação social. Por serem, portanto, expressões particulares da linguagem que se desenham na sociedade, Bakhtin permite-se de outro modo dizer que os gêneros são constituídos historicamente, ao passo que diferentes formas de interação verbal da vida social vão se consolidando. O romance, como um dentre os gêneros presentes na interação social permeada pela linguagem, apresenta especificidades. Embora possua elementos que o reportem a gêneros populares antigos de escopo cômico, o romance, diz Bakhtin,<sup>59</sup> nasce e alimenta-se efetivamente com a modernidade, tornando-se a melhor expressão das “tendências evolutivas do novo mundo”. Sem referentes fixos de estabilização, o romance é permeado por uma postura literária desagregadora, sempre direcionada pela busca de supremacia em relação aos outros gêneros presentes. Quando consegue ser o enunciado dominante, ele, no lugar de possibilitar uma integração harmônica que respeite os limites estruturais dos outros discursos, “parodia os outros gêneros (justamente como gêneros), revela o convencionalismo de suas formas e linguagens, elimina alguns gêneros, reinterpretando-os e dando-lhes outro tom”.<sup>60</sup> Assim, pode-se dizer que o romance, além de ser “crítico” da literatura como um todo, insere-se nela autocriticamente, já que sempre se volta à necessidade de repensar o seu próprio lugar dentro de uma polifonia de gêneros da qual ele mesmo é a expressão moderna resultante.<sup>61</sup>

Se o presente fundamentalmente inacabado é o referente máximo do romance, Bakhtin propõe pensar tal gênero em contraponto com a epopeia. A epopeia, diz o russo, possui como objeto de representação um “passado absoluto”. Esse passado se adjetiva e se substancia como sendo o “passado heroico nacional, [...] o mundo das 'origens' e dos 'fastígios' da história nacional, o mundo dos pais e ancestrais, o mundo dos 'primeiros' e dos 'melhores', [o mundo da lenda nacio-

---

<sup>58</sup> BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

<sup>59</sup> *Idem*, Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 4.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 397-428.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 399.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 400.

nal]”.<sup>62</sup> O autor epopeico (o aedo) fala aos seus ouvintes, portanto, sempre na posição de alguém que tem como conteúdo de discurso um passado inacessível, passado cuja perfeição distancia-se de um presente inferiorizado. Desse modo, aedo e público, de um lado, e os personagens da epopeia, de outro, situam-se em níveis e tempos completamente diferenciados.

Quando retomadas as características dos gêneros populares antigos – que pertencentes à atmosfera literária de “rica criação cômica popular” podem ser considerados “raízes folclóricas do romance”–,<sup>63</sup> o contraponto de análise proposto por Bakhtin pode ser viabilizado. O gênero literário “cômico popular”<sup>64</sup> realiza em relação à epopeia uma ruptura fundamental: volta-se para a representação da atualidade das pessoas inseridas no discurso (autor e público), bem como para a

parodização e travestização de todos os gêneros elevados e das grandes figuras da mitologia nacional. O “passado absoluto” dos deuses, dos semideuses e dos heróis – nas paródias e nos travestimentos – “atualiza-se”: rebaixa-se, é representado em nível de atualidade, no ambiente dos costumes da época, na linguagem vulgar daquele tempo.<sup>65</sup>

Encontra-se no cômico popular antigo, realizadas tais considerações, a passagem da linguagem epopeica para a romanesca. No romance, diferentemente da epopeia, o objeto e as pessoas do discurso estão em um mesmo plano temporal (o presente) e axiológico. Mesmo quando o mito e o passado aparecem como objeto do discurso romanesco, o presente é quem “fornece o ponto de partida para a compreensão, a avaliação e a formulação”.<sup>66</sup> Se o objeto é/ou parte da atualidade, a experiência humana a ele pode interpelar mudanças, releituras, dúvidas e diferentes pontos de vista. Como vimos, na epopeia essa postura não é possível, pois o objeto não pode ser tocado, nem manejado pela atividade humana ao constituir-se enquanto passado distante, absoluto, autossuficiente, isolado e superior.<sup>67</sup>

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 405.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 412.

<sup>64</sup> Do “riso popular”, surgiu no solo literário clássico aquilo que os antigos denominavam como o “domínio do 'sério cômico'. A esta literatura pertenceram os mimos de pequeno enredo de Sofrônio, toda a poesia bucólica, a fábula, a primeira literatura de memórias ([...] de Íon de Quios, [e] a [...] de Crítias) e os panfletos. A ela pertencem também os antigos 'diálogos socráticos' (enquanto gênero) e, ainda mais, a sátira romana (Lucílio, Horácio, Pérsio, Juvenal), a vasta literatura dos Simpósios e, finalmente, a sátira menipeia (como gênero) e os diálogos à maneira de Luciano.” (*Ibidem*, p. 412)

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 412.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 413.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 409.

No romance, a autoridade da narrativa, por recair na ideia de um presente sempre inconcluso manifestado através de um devir que se estende, engendra outro elemento importante de análise: a concepção de autoria. Com o autor faz parte dessa atualidade que se coloca como referente suprema do romance é legítimo que a autoria apareça em todo escopo representativo que a obra engendra; o autor, nesse sentido, “pode representar os momentos reais de sua vida ou fazer uma alusão, pode se intrometer na conversa das personagens, pode polemizar abertamente com seus inimigos literários”.<sup>68</sup> Tem-se no gênero romanesco, portanto, a autorização para que o autor e suas personagens, ao estabelecerem relações dialógicas e híbridas entre si, coabitem em um único plano de representação discursiva.

O período, fins da década de 1860, que marca a ascensão do polêmico José de Alencar como o grande nome do romance brasileiro é também o que sinaliza o fim, destaca Angela Alonso, da estabilidade política presente no período de Conciliação. O Brasil inseria-se em um período de transformações estruturais, quadro responsável pelo emergir de uma geração (a geração 1870) que, mobilizando um discurso associado às novas perspectivas científicas então elaboradas (darwinismo, evolucionismo e positivismo), questiona o bacharelismo e as instituições constituintes do Estado Monárquico Brasileiro.<sup>69</sup> Para Alonso, são elementos desse novo quadro sócio-político: a desestabilização da elite imperial e da própria monarquia, já que se fala em reorganização econômica e política; a interferência nos recursos materiais, políticos e simbólicos de todos os grupos sociais em meio à crise política e à modernização conservadora – o que gera descontentamentos e possibilidade de expressá-los; a explicitação das “assunções tácitas do universo cultural do Império no debate público”, visibilidade forçada pela combinação entre mudança social e crise política.<sup>70</sup>

Como é estrutural o processo de mudança social e política, a delimitação precisa dos estratos sociais do momento fica dificultada. Nesse sentido, Alonso afirma não ser possível estabelecer um vínculo estreito entre os membros da geração 1870 e o emergir de um setor médio urbano. Defende a estudiosa, contudo, que mesmo não fazendo parte de uma origem social em comum, eles compartilhavam uma “comunidade de experiência”, a saber:

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 417.

<sup>69</sup> ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 42.

as instituições imperiais prejudicavam as suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial, fosse por não pertencerem aos estamentos senhoriais, de onde se extraía a elite imperial, fosse por serem membros de suas facções politicamente subordinadas. Esta experiência compartilhada de marginalização política é a chave para entender o sentido de suas manifestações “intelectuais”: são formas coletivas de crítica às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial.<sup>71</sup>

Fazendo parte das tensões dessa nova conjuntura política, são justificáveis as críticas feitas Franklin Távora,<sup>72</sup> membro da geração científicista emergente, ao romantismo alencariano. Para Távora, a literatura deveria estar associada a uma pesquisa efetivamente documental do país, e, ao contrário do que havia dito Alencar no seu famoso embate com Magalhães, não poderia caber nos textos literários qualquer lastro de imaginação. Na perspectiva do científicista da nova geração, a verossimilhança de Alencar não era satisfatória, pois o que deveria ser buscada era uma literatura fiel à verdade de fatos cuidadosamente constatados pelo saber científico em voga.<sup>73</sup> Interessante observar que o argumento baseado na noção de falseamento da realidade utilizado por José de Alencar contra Gonçalves Magalhães é o manejado por Távora nas suas críticas ao escritor de *O Gaúcho* e *Iracema*: “José de Alencar dá poemas e romances de costumes, sem ter estudado a natureza

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>72</sup> “As *Cartas a Cincinato*, de Franklin Távora, foram publicadas no jornal *Questões do dia*, entre 14 de setembro de 1871 e 22 de fevereiro de 1872, e reunidas em livro no mesmo ano. Editado pelo português José Feliciano de Castilho, o jornal havia surgido em agosto de 1871, no contexto dos debates travados sobre o projeto da lei do ventre livre, e tinha a finalidade de rebater os argumentos contrários à libertação dos filhos de escravos, levantados na câmara pelos membros da minoria do partido conservador, além de defender Dom Pedro II da acusação de interferir indevidamente nos negócios do Estado. Escrevendo com o pseudônimo de Cincinato, Feliciano de Castilho indicava na sua segunda carta quais eram ‘as duas questões da ordem do dia: poder pessoal e elemento servil’ (CASTILHO, J. F. de. *Questões do dia*. 3 Tomos. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial, 1871, p. 30). Desde a primeira carta, Cincinato elegeu José de Alencar como seu principal interlocutor, convertendo as *Questões do dia* num verdadeiro libelo contra o escritor cearense. Inicialmente restrito ao âmbito da política, o embate adquiriu feição literária quando Távora começou a enviar do Recife diversas cartas discutindo os romances de Alencar. Enquadrando-se no modelo dos artigos estampados nas *Questões do dia*, o crítico assumiu uma máscara romana e, sob o pseudônimo de Semprônio, transmitia ao amigo Cincinato suas impressões sobre o romancista. As *Cartas a Cincinato* dividem-se em duas séries: a primeira contém oito cartas sobre *O gaúcho*, publicadas entre 14 de setembro e 12 de outubro de 1871; a segunda é formada por 13 cartas sobre *Iracema*, publicadas entre 13 de dezembro de 1871 e 22 de fevereiro do ano seguinte.” (MARTINS, E. V. Observação e imaginação nas *Cartas a Cincinato*. In: Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC, 11, São Paulo, *Anais...*, São Paulo: USP, s/p, 2008. Disponível em: <[http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/070/EDUARDO\\_MARTIN\\_S.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/070/EDUARDO_MARTIN_S.pdf)>. Acesso em: 02/09/2013, s/p

<sup>73</sup> ALONSO, 1996.

nem os povos [...]. Essas obras, ele as dá do fundo de seu gabinete [...]”.<sup>74</sup> Tal polemização marca, segundo Alonso, o início efetivo do processo de esmaecimento do romantismo brasileiro; “se o romantismo, ainda que mitigado, perdura, o indianismo declina francamente”.<sup>75</sup> No horizonte da geração 1870, despontava uma nova maneira de compreender o Brasil:

Findo o longo período de formação, esteado na necessidade de fundar-se numa tradição, a de uma nação tupi-portuguesa, gerada como uma espécie de mito de formação de um povo, o País passava, então, a ser concebido a partir de sua inserção no contexto mundial, e, por consequência, por recurso dos padrões europeus então em voga, de civilização e atraso. Se o bacharelismo liberal combinava com o discurso romântico, em grande medida conciliador de diferenças, o cientificismo emergente iria encontrar a forma de seu discurso na própria ciência. [...]. A ciência emergia, portanto, como a grande fornecedora de respostas, lugar a partir do qual a “nova geração” iria se contrapor ao indianismo romântico e ao bacharelismo liberal. Nesse momento, a euforia do país novo cedia à compreensão de um fosso que separava o Brasil da civilização. Esta “consciência amena do atraso” levaria a intelectualidade brasileira a reconsiderar as possibilidades de progresso futuro a partir de uma releitura de si própria.<sup>76</sup>

Para compreendermos de que maneira *O Doutor Benignus*, enquanto romance, atua nessa conjuntura caracterizada pelo manejo também político do conhecimento científico, apostamos no estudo da forma como o *ethos* do personagem principal é construído. A partir de agora, veremos que a composição da imagem do benigno homem realiza-se através de quatro principais registros, sendo eles: a ciência enquanto código partilhado por certo grupo de homens; o caráter heroico do cientista viajante; os imperativos de “vulgarização científica” em uma obra de ficção científica; uma perspectiva de Brasil vinculada ao ato de fazer ciência.

## 1.2 Entre homens de ciência.

Ao longo da narrativa, Benignus se refere a um conjunto de outros homens que, assim como ele, são portadores de um olhar dirigido à produção do conheci-

<sup>74</sup> TÁVORA, F. Carta III. In: PROENÇA, M. C (ed.). *Iracema*. São Paulo: Edusp, 1979, p. 164 *apud* ALONSO, 1996, p. 145.

<sup>75</sup> ALONSO, 1996, p.146.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 144.

mento científico. Escrita pelo “sábio Saint-Hilaire”, a obra *Viagem à província de Goiás* não deixa de ser considerada quando o doutor se defronta com informações etnográficas a respeito de uma aldeia indígena localizada ao norte de Minas Gerais. Ao depararem-se com a figura do faiscador – às vezes um “mísero negro ou mulato, coberto de andrajos, quase sem sustento e sem abrigo, mas que arranca do seio da terra brilhante metal com que se adornam todas as grandezas e todas as mediocridades felizes da sociedade” –, Benignus e seus companheiros lembram-se do “encontro que teve de natureza análoga o sábio A. de Saint-Hilaire, visitando em companhia de seus amigos M. Langsdorff e o barão d’Eschwege uma pitoresca cascata nas vizinhanças de Ouro Preto.”<sup>77</sup> O nosso sábio mostra-se cada vez mais convencido da “verdade para ele inconcussa das conclusões científicas” às quais o darwinismo havia chegado, a ponto de provar que “ele mesmo podia ser o descendente de um chimpanzé”.<sup>78</sup> Quando um “imenso meteoro luminoso, fendendo obliquamente o espaço azul, foi cair com violenta detonação, seguida de um agudo silvo, alguns centos de metros distante do lugar onde se achavam”, Benignus e M. de Fronville, moço de mediana fortuna, inteligente e estudioso das ciências naturais, recorrem prontamente a informações oferecidas por outros homens de ciência:

Quanto à sua origem, [diz M. de Fronville], a hipótese que está hoje mais aceita é que estes corpos são fragmentos destacados do anel dos asteroides que gira em torno do Sol, e encontrados pelo nosso planeta na sua imensa elipse, deslocados por uma nova atração, atravessam horizontalmente a atmosfera da Terra, iluminam-se ao seu contacto e enquanto uns desaparecem com-

<sup>77</sup> ZALUAR, A. E. *O doutor Benignus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 154.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 35-36. Figueirôa (1998) destaca que o processo de implantação das ciências naturais na realidade brasileira está intimamente relacionado à “mundialização da ciência europeia”, isto é, à expansão do conhecimento científico produzido na Europa pelo restante do mundo. Não se trata de dizer, porém, que a adoção de modelos europeus por parte da ciência natural brasileira é sinônimo de imitação. O que ocorre, diz Figueirôa, é um “processo ativo” de incorporação e “aclimação” do pensamento europeu às realidades históricas e disciplinares vigentes no Brasil. Em *O Doutor Benignus*, a teoria da evolução de Darwin é apropriada. Como bem observa Ricardo Waizbort, no período em que Zaluvar publicou seu livro o evolucionismo já aparecia em outras obras literárias como um discurso progressista de valorização da ciência. A ideia de que o evolucionismo afirmava a superioridade da raça branca também não era uma novidade presente em *O Doutor Benignus*, assim como não o era a pergunta sobre a natureza do homem. “Mas O Doutor Benignus merece ser lido, talvez, pela janela que nos abre sobre como se usou o discurso evolucionista no Brasil. Afinal, pela primeira vez o nome de Darwin e sua teoria são aqui usados, em um texto literário no Brasil, para sugerir o processo civilizatório que iria nos alçar ao caminho trilhado pelas grandes nações na visão de Emílio Zaluvar”. (WAIZBORT, R. F. *O Doutor Benignus: a origem do homem na concepção de natureza em Emílio Zaluvar*. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. n.1, p.60-76, 2012, p. 75.

pletamente nos vapores do ambiente terrestre, os outros chegam a alcançar a sua superfície, com tanta velocidade e peso, que muitas vezes se encravam cinco e seis metros pelo solo. Esta hipótese prende-se, pois, à teoria cosmogônica de Laplace, que remonta à origem do mundo a uma nebulosa, teoria que explica satisfatoriamente muitos fenômenos das regiões celestes, sendo ainda a composição química dos aerólitos uma prova da unidade dos elementos componentes de nosso sistema planetário e da coesão por consequência das forças físicas, tão sabidamente explicadas pelo R. P. Secchi.

O Dr. Benignus, apreciando devidamente ainda uma vez os conhecimentos científicos de seu companheiro e amigo, acrescentou à rápida notícia formulada pelo ilustrado naturalista francês as seguintes palavras:

— Ao calcular-se o número destes meteoros que conhecemos, com os que devem ter caído nos mares, nos rios, ou em regiões desconhecidas, a soma deve ser prodigiosa. Juntarei os factos que mencionou dous que se deram no Brasil e que nesse momento me ocorrem. No Museu Nacional do Rio de Janeiro existe uma pequena pedra amarelada, que deve pesar apenas doze grammas e dizem ser parte de um aerólito caído a 3 de fevereiro de 1829, na rua da Ajuda nº. 128, à porta de um sapateiro alemão, chamado Scheidal, e cuja pedra pesava mais de duas libras.

Mas o testemunho mais importante a respeito dos grandes aerólitos é o que examinaram em 1818 os Srs. Spix e Martius, depois de haverem visitado o sertão da Bahia e Pernambuco, dirigindo-se ao Piauí, e penetrando aquelas regiões desertas com o fim de observarem no caminho uma massa de ferro meteórica, célebre em todo o país, e tal era realmente a dureza do projétil celeste que foram ver, que empregaram muitos dias em batê-lo a martelo, sem conseguirem nunca destacar-lhe um só fragmento. É provavelmente este bólido que o Sr. Rambosson diz existir no Brasil e pesar setecentos quilogramas. Seja, porém, como for, continuou o sábio, a queda do aerólito, que há pouco presenciámos, veio robustecer ainda mais em meu espírito a ideia de que, por assim dizer, se me tornou fixa da habitabilidade dos mundos.<sup>79</sup>

Com a leitura dessa citação, percebemos ainda que não apenas os olhares de Laplace, Spix e Martius convergem, junto aos de Benignus, a um mesmo plano de interpretação do mundo. Além desses homens, que em constante diálogo narrativo dão a ver novas conclusões científicas, uma instituição de saber é mencionada. Mesmo sem a presença de universidades, lembra Figueirôa,<sup>80</sup> foram várias as instituições a partir das quais a ciência natural conseguiu marcar presença no Brasil desde o final do século XVIII, dentre elas: a *Academia Científica do Rio de Janeiro* (1772- 1779), a *Sociedade Literária do Rio de Janeiro* (1786 - 1794), a

<sup>79</sup> ZALUAR, 1994, p. 285-286.

<sup>80</sup> FIGUEIRÔA, 1998.

*Casa dos Pássaros*, a *Sociedade Auxiliadora Nacional (SAIN)* (1827), o *Imperial Observatório do Rio de Janeiro* (1827), o *IHGB*, o *Museu Nacional* e o *Jardim Botânico*. Além desses espaços, podem ser consideradas as escolas profissionais ligadas à Medicina ou às Engenharias, como a *Academia Real Militar* e aquelas que a sucederam – *Escola Militar* (1839), *Escola Central* (1855) e *Escola Politécnica do Rio de Janeiro* (1874), ou ainda a *Escola de Minas de Ouro Preto* (1875) e a *Escola Politécnica de São Paulo* (1873).

Em *O Doutor Benignus*, nesse sentido, torna-se coerente a menção ao *Museu Nacional*, principal instituição de pesquisa então existente no Brasil,<sup>81</sup> bem como ao *IHGB* e ao *Imperial Observatório do Rio de Janeiro*. Diz o narrador que foi destinado ao “primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, então o preclaríssimo cônego Januário da Cunha Barbosa” aquilo que Dr. Lund escrevera, em 12 de janeiro de 1842, em uma carta “publicada na Revista do mesmo Instituto, na qual dava conta a seus consórcios que há mais de seis anos já estudava ‘a criação animal que habitava no Brasil na época geológica precedente à atual ordem de cousas’”.<sup>82</sup> A referência ao *Observatório*, por sua vez, também acontece de dupla forma, pois além de ser nominalmente mencionado dois dos homens que o dirigiram na década de 1870 são lembrados pelo sábio – Camilo Maria Ferreira Armond (Conde de Prados) e Emmanuel de Liais. Depois da morte de uma cobra que quase o ferira, diz o doutor:

O veneno dessa cobra é dos mais enérgicos e determina inoculado no sangue, tendências à coagulação, segundo as sábias observações do eminente astrônomo e notável homem de ciência, o nosso distinto compatriota o Sr. Visconde de Prados. Segundo também a valiosa opinião do mesmo, esta espécie de serpentes é diversa da das Antilhas.<sup>83</sup>

Instrumentalizando o olhar para uma melhor observação do sol, *Benignus* recorda-se das importantes premissas formuladas por outro homem de ciência. Diz o narrador:

Lembrou-se que para melhor conseguir este importante trabalho, lhe era preciso pôr em prática uma opinião do ilustrado Sr. Liais, que julgava acertadíssima. Entende o eminente astrônomo, e com razão que não é nas grandes cidades europeias, onde a atmosfera está sempre viciada por grande quantidade de vapores estranhos, e cuja densida-

<sup>81</sup> CARVALHO, J. M. de. *Benigna Ciência*. In: ZALUAR, A. E. *O Doutor Benignus*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 09.

<sup>82</sup> ZALUAR, 1994, p. 161-162.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 75.

de intercepta os raios de luz, produzindo notáveis alterações nos oculares, o lugar mais apropriado para estabelecer os melhores pontos de observações astronômicas. As vastas regiões da América oferecem neste sentido mais seguras condições de sucesso.  
84

Destarte, Benignus atribui legitimidade ao conhecimento produzido por naturalistas vinculados a importantes instituições de pesquisa do século XIX. A construção narrativa do *ethos* protagonista, contudo, não se esgota na tentativa de inseri-lo em um grupo de homens e de instituições que veem o mundo a partir de uma mesma perspectiva (a ciência). Trata-se, pois, de uma segunda predicação a ser especialmente considerada: o heroísmo inerente aos viajantes naturalistas.

### 1.3 “Heróis do trabalho e da ciência”.

Maria da Glória Oliveira constata que, entre 1839 e 1899, é profuso e regular o número de escritos biográficos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*.<sup>85</sup> Manoel Ferreira Lagos é autor de um deles, cuja publicação, em 1840, se deteve na vida do frei José Mariano da Conceição Veloso. Nessa biografia, as dificuldades inerentes ao empreendimento dos viajantes são enaltecidas:

é mister descer aos mais profundos vales, emaranhar-se nos vastos e inextricáveis bosques, arriscar-se no declive das escarpadas e escorregadiças serras, trepar ao cume de picos cobertos de rochedos sobranceiros ou gelos formidáveis, seguir as margens dos mares, dos lagos, dos rios, dos precipícios, e das cascatas, onde o botânico deve procurar o objeto de seu culto e o alimento de seu ardor, porque os únicos livros que nos podem instruir a fundo sobre a matéria, foram lançados ao acaso sobre toda a superfície da terra.<sup>86</sup>

Como vimos, Saint-Hilaire, Eschwege, Langsdorf, Martius, Spix são alguns dos viajantes mencionados em *O Doutor Benignus*, mas é José Vieira Couto

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 95.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, M. da G. de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, Franca, v. 26, n. 1, 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010190742007000100013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742007000100013&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 08/08/2013.

<sup>86</sup> LAGOS, M. F. Biografia de frei José Mariano da Conceição Veloso. *RIHGB*, v. 2, 1840, p. 598 *apud* DIAS, M. O. L. da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: DIAS, M. O. L. da S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 116.

de Magalhães – que à época de escrita do romance já havia publicado, segundo José Murilo de Carvalho,<sup>87</sup> *Viagem ao rio Araguaia* (1863), *As Dezoito mil milhas do interior do Brasil* (1872) e *Ensaio de antropologia* (1874) – o viajante que ganha, assim como frei Veloso nas páginas escritas por Ferreira Lagos, um claro estatuto de herói por parte do narrador:

Quem, na idade de pouco mais de trinta anos, já viajou tantas vezes desde o golfo do Prata por entre inúmeras regiões até a foz do Amazonas, e subiu em uma frágil barca, movida por uma pequena máquina a vapor de força de 8 cavalos, oitenta léguas de cachoeiras no rio Araguaia e pode dizer a seus compatriotas que já arcou mil vezes com a morte, lutando quase simultaneamente com índios bravos, com medonhas feras e ainda com furiosas e terríveis conflagrações dos elementos, aprendendo as línguas e os dialectos selvagens, levando a civilização ao deserto e chegando a impor-se à consideração e ao respeito dessas raças indomáveis, merece realmente a admiração de todos que prezam o arrojo audacioso dos grandes homens, dos heróis do trabalho e da ciência, que são a um tempo a verdadeira glória da sua pátria e do século em que viveram!<sup>88</sup>

Correndo perigos de morte quando imerso no mundo natural, o benigno viajante transforma-se em herói<sup>89</sup> e não deixa de fazer ciência. Dizendo de outro modo, as dificuldades em produzir conhecimento traduzem-se em heroísmo e, a um só tempo, legitimam a ciência enquanto visão de mundo ao colocá-la como horizonte a ser perseguido em detrimento de desertos, “medonhas feras” e “raças indomáveis” que porventura apareçam no caminho. Presente do mundo ilustrado ao início do século XX, a crença de que a ciência pode ser utilitária e por consequência vinculada aos imperativos civilizadores de um progresso econômico contribui para a justificação do heroísmo inerente ao ato de viajar. Se ao estudar a atuação do primeiro diretor do *Jardim Botânico*, frei Leandro de Sacramento (1774-1829), Heloisa Bertol Domingues<sup>90</sup> evidencia um entrelaçamento entre Botânica e as necessidades práticas de progressos agrícolas, Margareth Lopes mostra que o cunho aplicativo das ciências naturais possibilitou que o *Museu Nacional* funcionasse,

---

<sup>87</sup> CARVALHO, 1994.

<sup>88</sup> ZALUAR, 1994, p. 86.

<sup>89</sup> Sobre as perspectivas de “herói” presentes na literatura, ver: CEIA, C (coord.). *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <[http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=1](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1)>. Acesso em: 19/08/2013.

<sup>90</sup> DOMINGUES, 1995.

desde seus primeiros anos até praticamente o final do século [XIX], como um órgão consultor governamental para assuntos de Geologia, mineração e recursos naturais. Daí decorreu a importância de seu laboratório de análises, das amostras de sua coleção que orientariam viagens [...]. A significação dessa área de conhecimentos no Museu levou, inclusive, a que ao longo de muitos anos, seus diretores fossem escolhidos exatamente em função de seus conhecimentos químicos, mineralógicos e geológicos.<sup>91</sup>

Ao finalizar o livro, o narrador atribui uma clara conotação utilitária à expedição empreendida pelo herói Benignus e seus companheiros. Ao jovem Fronville, o doutor Benignus e o maquinista norte-americano James Wathon atribuem uma tarefa:

redigir os estatutos para a futura colônia agrícola na ilha dos Carajás. A idéia desta humana e civilizadora empresa, era finalmente o resultado prático da longa romaria que, através os desertos de duas província interiores do Brasil, haviam empreendido e levado a termo o Dr. Benignus e seus companheiros.<sup>92</sup>

Legitimando o conhecimento científico enquanto heroica medida civilizadora, poder-se-ia dizer que o doutor Benignus é um profissional da ciência? A “figura do profissional especializado somente começou a emergir ao final do século XX, quando a própria ciência e o cientista, mundialmente, também se especializam.”<sup>93</sup> Isso significa dizer que a imagem do cientista que trabalha no campo de uma ciência de contornos epistemológicos claramente definidos surge apenas no final dos oitocentos. Em um contexto de não especialização, as distinções quanto ao método e ao objeto de cada campo do conhecimento não estão bem delimitadas. Se não há profissionalização, os homens envolvidos diretamente com a produção do conhecimento científico atuam em diversas funções. Se considerarmos que década de 1870 foi um momento fundamental para a especialização e profissionalização da ciência brasileira, podemos aceitar a constatação de que, ao longo do século XIX, era comum

os cientistas que [atuavam] no Brasil, de igual modo que no restante da América Latina, [serem] ao mesmo tempo religiosos, funcionários públicos, diretores de repartições públicas, militares, membros de associações diversas, escritores e até literatos.<sup>94</sup>

<sup>91</sup> LOPES, 1993, p.333 *apud* FIGUEIRÔA, 1998, p.117.

<sup>92</sup> ZALUAR, 1994, p. 346.

<sup>93</sup> FIGUEIRÔA, 1998, p. 120.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 120.

Realizadas tais considerações, como qualificar, portanto, a ciência presente em *O Doutor Benignus*? Trata-se de um conhecimento especializado e resultante dos trabalhos de um profissional da ciência? Primeiramente, é importante não deixar de novamente enfatizar que Augusto Emílio Zaluar era um homem que atuava em diversas frentes. Além de escrever *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*<sup>95</sup> e de publicar, em 1875, *Exposição Nacional Brasileira de 1875*<sup>96</sup>, foi poeta, escritor de biografias, tradutor, colaborador em periódicos, autor de obras didáticas, membro da sociedade literária *Arcádia Fluminense*. Ele era membro, ainda, da SAIN e do *Observatório Nacional*, aquela instituição, como já dissemos, que além de ser nominalmente referenciada no romance, reafirma-se mediante a elogiosa menção feita pelo protagonista a dois de seus diretores. Como ainda não sabemos quais foram os pormenores que inseriram tais instituições no contexto geral de especialização da ciência natural no Brasil e em que momento Zaluar conseguiu vincular-se diretamente a elas, a possibilidade de melhor matizarmos o “lugar” do nosso autor complexifica-se. Resguardadas as limitações, contudo, dois elementos cruciais merecem ser destacados: a obra *O Doutor Benignus* veicula não apenas uma ciência, mas várias (astronomia, biologia, geologia, paleontologia). A voz do narrador, nesse sentido, não parte de um discurso singularizador, isto é, voltado apenas a um campo delimitado de conhecimento. Trata-se aqui, lembremos, da soma de conhecimentos úteis realizada por um protagonista que

não pertencia à classe dos sábios oficiais, pela maior parte egoístas e intolerantes, a ponto de estarem convencidos de que mais pessoa alguma entende ou pode entender do assunto científico de que fazem a sua especialidade; mas antes o Dr. Benignus pertencia a essa classe de simpáticos cultores da ciência, que se dedicam ao estudo dos fenômenos da natureza com abnegação pessoal levada até ao heroísmo, e tornam-se, por seus escritos, acessíveis a todas as compreensões, os verdadeiros propagado-

<sup>95</sup> Publicada em 1862, narra a viagem de Zaluar a São Paulo e elenca aspectos civilizadores das regiões visitadas, tais como densidade populacional, produção de café e número de alunos que frequentavam escolas de instrução primária e secundária. (SMANIOTTO, 2007, p.34)

<sup>96</sup> Trata-se de um relato da quarta exposição científica nacional. Financiadas pelo governo imperial, as *Exposições Nacionais* procuravam recolher e organizar material a fim de que o país participasse das *Exposições Universais* (SMANIOTTO, 2007, p.32). “Apesar de não merecer qualquer destaque especial, a regularidade da participação brasileira chama a atenção. Até o final da monarquia, o Brasil estaria presente nas exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris), enquanto outros países da América Latina não tomariam parte sequer de uma feira, a Argentina entrou apenas na de 1889.” (SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 395 *apud* SMANIOTTO, 1994, p.31)

res das descobertas e das conquistas, que tanto adiantam e utilizam os progressos da indústria e da civilização geral.<sup>97</sup>

Quem seriam os “sábios oficiais” citados pelo narrador? Seriam os profissionais de ciência que passaram, na década de 1870, a melhor delimitar os campos científicos? O fato é que o doutor Benignus cultua a ciência de tal modo que se entrega à heroica viagem com o intuito de mais conhecimento construir. Mas às preocupações dos “cultores da ciência”, diz o narrador, acrescenta-se ainda um importante aspecto, cuja face consiste em tornar o conhecimento científico acessível a “todas as compreensões”; através dos “seus escritos”, os benignos heróis são também “propagadores das descobertas e das conquistas” que, a um só tempo, utilizam e fomentam os “progressos da indústria e da civilização geral”. É o que passamos a discutir.

#### 1.4 Um romance e o *dever de vulgarização*.

Em um momento de sono profundo, o sábio depara-se sonhando com “uma figura luminosa semelhante ao que se pode idear de mais perfeito na forma humana, massa cósmica, espécie de chama cor de ouro, que se agitava às mais ligeiras ondulações do ar, sem perder nunca a pureza dos contornos”. Dirigindo-se a Benignus, a “maravilhosa aparição” diz ser o habitante solar que ele “procuravas inutilmente nas regiões do espaço”.<sup>98</sup> Antes do fim do sonho, o encantador morador do sol lembra ao sábio:

Mas entre os meios eficazes de elevar o homem teu semelhante ao seu aperfeiçoamento espiritual, que é também moralmente o seu ponto objetivo, consiste o principal na fecunda e nobre missão de que te encarregaste, isto é, vulgarizar os resultados da ciência e fazer subir por esse meio o nível intelectual do povo.<sup>99</sup>

Nesse momento da viagem, podemos dizer que o personagem cultor da ciência recebe a chancela de propagador do conhecimento científico, e *O Doutor Benignus*, enquanto livro/romance, manifesta-se como o escrito que permite a Zaluar vulgarizar ciência. Segundo Moema Vergara, o termo “vulgarização cientí-

<sup>97</sup> ZALUAR, 1994, p. 125.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 293.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 295.

fica” foi difundido no século XIX,<sup>100</sup> de modo que no Brasil será utilizado, até os anos 1930, para “designar a atividade de comunicação com os leigos”.<sup>101</sup>

Na edição de 1813 do *Dicionário da língua portuguesa* escrito por Antonio Morais Silva, o substantivo “vulgarização” aparece como ato ou ação de vulgarizar, definição que se mantém nas edições oitocentistas e subseqüentes do *Dicionário* da seguinte forma: “Reduzir ao estado do plebeu, e homem vulgar. Fazer comum, com abatimento da nobreza, gradação de apreço, respeito. Traduzir em vulgar, romancear. Publicar a todos, prostituir-se.”<sup>102</sup> Encontramos em tal definição, e até mesmo antes do termo ser dicionarizado, a ideia de que a vulgarização consiste no ato de traduzir, ação não desvinculada de “uma perda de ‘aura’ e deslocamento de valores, o que antes era nobre passa a ser agora plebeu, culminando com a corrupção máxima que seria a prostituição”.<sup>103</sup>

Assim, pensar o estatuto da tradução torna-se fundamental para a compreensão do significado de vulgarização. Remontando à Renascença e geralmente aceita no mundo contemporâneo, a ideia de tradução designa a reprodução do original em outro código. Para os renascentistas, “a missão do tradutor era então de ‘transladar’, de difundir as obras-primas da antiguidade, de torná-las acessíveis a todos”.<sup>104</sup> Ocorre, nesse sentido, que a tradução se dá mediante um complicado impasse: ela possui como referente algo que existe antes de si mesma, mas é per-

---

<sup>100</sup> “Segundo Bruno Béguet [1990, p.06], o termo “vulgarização” seria raro antes do século XIX, e foi apresentado como um neologismo no *Dictionnaire de la langue française* de Littré, em 1881. Esse dicionário, que era bastante usado por nossos intelectuais do fim do século XIX, atribui sua origem a Mme de Stäel, que, no início do século, utilizara a palavra *vulgarité* como algo que perde sua distinção e amplia seu uso e domínio [RAICHVARG, D.; JACQUES, J., 1991, p. 09]. Já Bensaude-Vincent e Rasmussen [1997, p.13] assinalam que a ‘maioria dos dicionários data a aparição do verbo *vulgariser* de 1826 e o substantivo *vulgarisation* nos anos 1850-1870 – a expressão *vulgarisation scientifique* foi utilizada por Zola em 1867.” No dicionário “*Le petit Robert*, o verbo *vulgariser* data de 1829 e o substantivo em 1852, tudo indica que este verbo foi dicionarizado anteriormente em português, mantendo o mesmo significado nas duas línguas. Cf. REY-DEBOVE, J.; REY, A. *Nouveau Le petit Robert: Dictionnaire de la langue française* Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.” VERGARA, M. de R. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-145, 2008. Disponível em: <[http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas\\_antiores/2008/2/artigos\\_2.pdf](http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas_antiores/2008/2/artigos_2.pdf)>. Acesso em: 09/08/2011, p. 140-145).

<sup>101</sup> VERGARA, 2008, p. 140.

<sup>102</sup> MORAIS SILVA, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Edição 1a[1813], 4ª [1831], 6a [1858], 7a [1878], 8a [1891], 10a [1945]. Ed. Confluência *apud* VERGARA, 2008, p. 138.

<sup>103</sup> VERGARA, 2008, p. 138.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 138.

meada pela impossibilidade de ser completamente fiel àquilo que se propõe traduzir.

Em 1891, o *Dicionário* de Moraes Silva acrescenta ao significado do substantivo outros predicados: “tornar alguma coisa geralmente conhecida, sabida, tornar-se geral, vulgar, espalhar-se muito; divulgar-se”. É somente na sua décima edição que a obra de Moraes Silva sinaliza entre os usos de vulgarização o “ato ou efeito de divulgar. Vulgarização de conhecimentos científicos especializados, pondo-se assim ao alcance do maior número possível de indivíduos, isto é, do vulgo; por definição”.<sup>105</sup> Articulando as características inerentes ao ato de traduzir com a perspectiva de “vulgarização científica”, Moema Vergara chega a uma conclusão reveladora:

A vulgarização científica do século XIX trazia consigo vários dos elementos enunciados pela tradução: o limite na transmissão dos conteúdos; a preocupação de estar ao alcance de todos e assim conferir um efeito universal ao conhecimento; além de carregar consigo também a centelha do novo. Se isso é verdade, então posso afirmar que a vulgarização ou divulgação é uma atividade criadora, ou seja, faz surgir algo que não existia anteriormente.<sup>106</sup>

Considerando que os dicionários procuram formalizar termos já cristalizados culturalmente, é possível afirmarmos que a utilização do termo “vulgarização científica” vinha ganhando considerável regularidade no Brasil desde o século XIX. Entre 1850 e 1890, a palavra designava uma prática efetiva. Era o momento em que a vulgarização científica intensificava-se nos planos nacional e internacional; proliferavam-se revistas, jornais, palestras públicas e exposições a ela destinadas. Possivelmente introduzido no país através da leitura de livros franceses – tais como os de Camille Flammarion –, “vulgarização científica” já era uma expressão, portanto, disponível ao contexto brasileiro de 1870. Vulgarizar ciência era um fenômeno social concreto ao qual Augusto Emílio Zaluar vinculava-se não apenas através da nova e grande “soma de conhecimentos” que dizia criar em *O Doutor Benignus*, mas também ao editar *O vulgarizador: jornal dos conhecimentos úteis*, periódico<sup>107</sup> que nos dizeres do próprio Zaluar buscava “despertar [...] a

<sup>105</sup> MORAIS SILVA *apud* VERGARA, 2008, p. 140.

<sup>106</sup> VERGARA, 2008, p. 139.

<sup>107</sup> Os periódicos científico-literários eram publicações muito comuns no Brasil do século XIX, assim como na França e na Inglaterra. *O Vulgarizador* circulou entre 1877 e 1880. Pretendia-se que ele fosse uma publicação semanal, contudo foram publicados apenas 40 números em uma periodicidade irregular. Suas páginas o creditavam como um periódico “Colaborado por Homens

emulação no aperfeiçoamento das indústrias nacionais e criar novos elementos de progresso ao desenvolvimento moral e material do Brasil”.<sup>108</sup> Atribuindo valor à ciência ao torná-la objeto necessário de fabulação, Zaluar não deixa de inspirar-se em Júlio Verne e de escrever a sua própria ficção científica.

### 1.5 Para a ciência, uma ficção.

A definição de ficção científica ainda não é precisa. São vários os estudos que procuram explicar a origem do gênero, seus temas fundamentais e, consequentemente, o conjunto de obras que compõem seu cânone. As dificuldades de definição são grandes na medida em que todas as tentativas de enquadramento da ficção científica partem de uma principal tensão responsável por evidenciar o caráter contraditório presente no núcleo desse tipo de narrativa: a união da ficção, ensimesmada na imaginação humana, e da ciência, um resultado preciso da observação e da explicação do mundo através das faculdades racionais.<sup>109</sup>

Duas principais perspectivas então se abrem na tentativa de demarcar o gênero, ora aproximando-se, ora repelindo-se. Uma delas, enquanto *análise literária*, prioriza os aspectos ficcionais do gênero, seus valores artísticos, seus níveis de legitimidade e suas formas literárias originárias. A outra perspectiva, a partir de uma *análise conteudista*, centra-se na evidenciação do conteúdo científico do gênero, entendendo a ficção científica como um dos momentos a partir dos quais a ciência revela a sua perenidade ao longo do tempo.<sup>110</sup> Em ambas as posturas interpretativas, portanto, formula-se uma ideia de *tradição*, segundo a qual haveria

---

de Ciência e Estudiosos”, dentre eles Afonso Celso, José de Alencar, Araripe Jr e Rangel S. Paio, João Barbosa Rodrigues, F. Keller Leuzinger, Charles F. Hartt e Orville Derby. “O exemplar avulso custava \$500 e a assinatura anual 12\$000 para residentes na Corte, nas demais províncias o preço era de 14\$000 por assinaturas. Pode-se considerar que o exemplar era acessível mesmo às classes populares, apesar de considerar o grande número de analfabetos da sociedade brasileira de então.” (VERGARA, M. de R. *Ciência, Cultura e Público: periódicos científico-literários no Rio de Janeiro oitocentista*. In: Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH, 24, São Leopoldo, *Anais...*, São Leopoldo: UNISINOS, p. 1-6, 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Moema%20R%20Vergara.pdf> >. Acesso em: 09/08/2011, p.01-02.

<sup>108</sup> ZALUAR, A. E. Comércio, Indústria e Artes: fábrica de cerveja da rua da Guarda Velha. In: *O vulgarizador*, n. 24,10/06/1878, p. 91 *apud* VERGARA, 2008, p. 143.

<sup>109</sup> SKORUPA, F. A. *Viagem às letras do futuro: extratos de bordo da ficção científica brasileira: 1947-1975*. 2001. 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2001, p. 20.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 21.

uma linha de desenvolvimento onde a ficção científica apareceria como um dos resultados possíveis. Sob tais concepções, uma quantidade imprecisa de autores é catalogada com o objetivo de estabelecer “fundadores” ou “precursores” do gênero:

do mundo grego, Plutarco, *Na superfície do disco lunar*; Homero, *Ilíada*; Luciano de Samosata, *História verdadeira do mundo moderno*; Ludovico Ariosto, *Orlando Furioso*; Johannes Kepler, *Somnium*; Cyrano de Bergerac, *Viagem à Lua e história cômica dos estados e impérios do Sol*; Jonathan Swift, *As viagens de Gulliver*; Voltaire, *Micromegas*; ainda Thomas More, *Utopia*; Tomás Campanella, *A cidade do Sol*; Francis Bacon, *A nova Atlântida*, entre outros.<sup>111</sup>

É importante observar que a tradição formulada pelos teóricos conteudistas supõe a existência de um “propósito humano” preocupado em entender e imaginar as possíveis interferências que o conhecimento traria ao futuro ou à resolução dos mistérios naturais “existentes nos lugares indeterminados que podem ser próximos (um espaço geográfico continental ou planetário) ou distantes (na Lua, nas estrelas, no espaço profundo e no mundo sobrenatural e além da vida)”. Não é difícil perceber que tal propósito eleva sob um mesmo plano, em detrimento das transformações inerentes ao devir histórico, as noções espaciais, temporais, espirituais, imaginativas e epistêmicas presentes nas mais diferentes sociedades.<sup>112</sup> Os conteudistas, contudo, não deixam de perceber uma quebra na tradição: a grande velocidade com que o progresso científico teria se realizado no mundo moderno faria emergir, com Jules Verne e Herber Georges Wells, a ficção científica propriamente dita, uma produção literária em parte diferente dos textos ficcionais até então escritos pelos “precursores”. Dizem os conteudistas que enquanto as narrativas precursoras privilegiavam pouco a ciência, na medida em que esta ainda se apresentava de forma menos avolumada e desenvolvida, a ficção científica expressaria uma ciência protagonista, veloz em sua ascensão. O problema presente nas perspectivas conteudistas de análise residem, portanto, no fato delas partirem da naturalização da perspectiva de progresso. A ciência e os textos literários que a expressam são tomados em uma linha progressiva, de modo que a literatura de ficção científica se desenvolveria em um *continuum* partilhado pelo progresso científico. Dizendo de outro modo, a ascensão do conhecimento científico enseja-

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 22.

ria o ápice de uma produção literária com moldes já tradicionalmente estabelecidos.<sup>113</sup>

Os motivos que levaram ao aparecimento dessa genealogia progressista e conteudista da ficção científica situam-se entre os anos 1920 e 1960, momento em que tal gênero passa a ter como grande polo produtor os Estados Unidos e não mais a Europa. Dois discursos então surgem, resultando numa “queda de braço entre os entusiastas que desejavam Verne e Wells como pais de algo que se iria tornar a ficção científica e seus adversários que não aceitavam ver associados os nomes dos dois autores ilustres à literatura popularesca estadunidense”. O fato é que “a determinação dos primeiros provou ser maior, elegendo ambos os autores vanguarda de algo ainda sem um nome hegemônico”.<sup>114</sup>

No final do século XIX, há primeiros indícios da presença consciente de uma literatura que se afigurava como nova. Nesse momento, a rivalidade histórica entre ingleses e franceses nomeava de *Romance Científico* as obras de Wells, e de *Antecipação* as obras de Verne. O termo definitivo ao gênero surge nos Estados Unidos, não sem forte resistência da Europa, que dá vazão às suas próprias denominações. Ainda nos Estados Unidos existiam variações que interpunham, mesmo que semelhantemente, os termos *Scientfiction* e *Science-Fiction*, sendo este último o que se consagrará internacionalmente. Para o cinema, um nome diferente também se estipula, o *Sci-Fi*. No Brasil, a tônica concentrou-se, em um primeiro momento, na tradução de denominações europeias para logo depois entregar-se aos termos norte-americanos *Ciencificção* e, finalmente, *Ficção Científica*.<sup>115</sup> No entanto, em meio às indefinições de seu nome, a ficção científica ia ganhando o seu lugar enquanto coisa. Afirmava-se enquanto literatura iniciada com Verne e Wells, que diferentemente dos precursores, escreviam-na de forma sistemática. A partir dos pais modernos, os temas do gênero eram elencados, ficcionalizando cientificamente “jornadas extraordinárias, expedições à Lua e ao fundo do mar, guerras interplanetárias, invisibilidade, viagem no tempo, miniaturização, cientistas megalômanos etc”.<sup>116</sup>

Embora as análises literárias e conteudistas afirmem estar presente na história da ficção científica uma tradição intrínseca ao progresso por elas entendido

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 22-23.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 25.

como propósito humano, é importante ressaltar que o elo a partir do qual o vínculo entre tradição e ficção se estabelece muda conforme o enfoque da análise. Se conteudista, como se viu, a análise toma a ciência como elemento de ligação à tradição; se literária, é o “tipo de narração” aquele que insere o gênero na naturalizada linearidade.<sup>117</sup>

Partindo de uma análise literária, Raul Fiker localiza as origens da ficção científica na fabulação, a mesma que expressa um mundo diferente daquele que conhecemos, embora se refira a ele de uma ou outra forma. São várias as formas de fabulação apresentadas por Fiker, sendo elas a alegoria, a sátira, a fábula e a parábola. Contudo, é na sátira em que ele situa a origem da ficção científica. Cabe à sátira, diz ele, criticar os aspectos do mundo, demonstrando-o de forma jocosa ou contrastando-o com outro mundo que não o nosso. A partir do registro literário satírico, Fiker vê equivalências entre as obras “precursoras”, chamadas por ele de “proto-FC”, e a ficção científica, denominada de “FC moderna”. Nessa tradição, a sátira é entendida como uma mensagem didatizada que

relega o conteúdo científico a segundo plano, afinal não é esse o objetivo do escrito, mas a descaracterização cômica desse mundo ou de partes dele. A sátira seria uma permanência de outras épocas, ocasionalmente ambientada com detalhes que se reportam à ciência e à tecnologia.<sup>118</sup>

Muniz Sodré, por sua vez, relativiza a presença da tradição na história da ficção científica, pois para ele tal gênero não seria uma expressão literária artística, mas sim um produto a ser vendido enquanto resultado da forte apropriação do discurso científico pela ideologia capitalista. A ficção científica, destarte, seria “o produto da apropriação ideológica da terminologia científicista, identificando-a a uma nomenclatura industrial-capitalista a fim de legitimar a ordem capitalista, a partir da Revolução Industrial”.<sup>119</sup> Para Sodré, Verne e Wells permanecem como as figuras originárias do gênero, que não é por ele em todo desvinculado de uma tradição mais recuada no tempo. Tal concessão à tradição acontece, diz Sodré, pelo fato de a ficção científica veicular um léxico científicista encontrado não apenas na literatura do mundo contemporâneo, industrial em sua essência.<sup>120</sup>

---

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 27.

Para André Carneiro, é perfeitamente possível falar na existência de características comuns entre “precursores” e “modernos”, desde que se resguarde valor às particularidades. A ficção científica moderna, diz o autor, relaciona-se a uma nova concepção de tempo engendrada, principalmente, pela aceleração com que a ciência moderna intensificou sua produção e difusão.<sup>121</sup> Isaac Asimov concorda com Carneiro ao também afirmar que o surgimento da ficção científica atrela-se à grande velocidade do desenvolvimento da ciência na modernidade, entendendo o advento da Revolução Industrial como solo efetivo ao nascimento do gênero.<sup>122</sup> Asimov considera que a alta velocidade com que a ciência e a técnica passaram a se proliferar no mundo moderno trouxe mudanças de toda ordem na vida das pessoas. Com as mudanças, surgiram também processos não menos conflituosos de adaptação a uma realidade que se interpunha sempre e aceleradamente nova. Novas concepções de tempo então surgem, fazendo do futuro lugar fértil para os escritores de ficção científica. É o que indica, por exemplo, a expressão *Antecipação*, criada na França com o objetivo de definir os trabalhos de J. Verne. Por *Antecipação* entendia-se a

possibilidade do ato de imaginar acertadamente o avanço próximo da ciência, ou ainda, fazer o mesmo em relação aos possíveis meios de utilização para conquistas científicas que já fossem, à época, uma realidade. Contudo, o que eventualmente foi uma acurada visão analítica de um autor sobre sua época, baseada em elementos reais, tornou-se sinônimo de profetizar.<sup>123</sup>

Francisco Alberto Skorupa assume a perspectiva de Asimov ao também entender a ficção científica como uma expressão literária imersa em uma particularidade histórica notadamente marcada pela expansão vertiginosa do conhecimento científico e tecnológico presente na sociedade industrial. Para Skorupa, o progresso da ciência é a principal temática da ficção científica e, diferentemente das perspectivas que o naturaliza no processo histórico, deve ser analisado como visão de mundo produzida a partir do Iluminismo, segundo a qual a ação humana é capaz de criar e transformar as coisas do mundo ao longo de um processo linear e ascendente de contínuo aperfeiçoamento. Citando Franklin Baumer e ampliando suas concordâncias com o pensamento de Asimov, Skorupa evidencia as transformações que a ciência e a tecnologia, no transcorrer do século XIX, trouxeram

---

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 29-30.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 32

às concepções de tempo e de espaço: a experiência da aceleração do tempo supunha, sempre, a criação de novos objetos e de novos modos de vida; diminuía-se as distâncias, ao mesmo passo em que as máquinas ampliavam as capacidades físicas e sensitivas do homem. Trata-se, pois, de uma profusão de novas coisas e modos de ser, um apelo à adaptação constante frente a um “mundo mutagênico em sua essência”.<sup>124</sup> Em um solo de constante velocidade e mudança, a requisição de explicações científicas intensifica-se, tornando possível o nascimento de novas ciências. A um quadro interpelado, portanto, pela crescente especialização torna-se necessário traduzir as ciências por meio de uma linguagem mais simples, capaz de levar a informação ao homem comum.

Uma categoria de escritores se esforçam nesse sentido, pois a ciência fascina, e isso obviamente tanto mais porque ela parece misteriosa, e também porque ela modifica, por suas aplicações práticas, e a uma velocidade sempre crescente, as circunstâncias que envolvem o homem. Daí, sobretudo na segunda metade do século [XIX], o extraordinário prestígio das obras de vulgarização [por exemplo, Figuiier, Simonin, Zurcher e Margollé, Flammarion...]. Tratava-se de colocar o discurso científico ao alcance do profano.<sup>125</sup>

A literatura não demora muito para aparecer enquanto veículo didático importante para uma difusão mais agradável da ciência. Os livros de J. Verne, fortemente caracterizados pelo tom enciclopédico e vulgarizador que possuem, assim se explicam. Neles, encontram-se ainda as antecipações realizadas “a partir dos últimos avanços técnicos de sua época”.<sup>126</sup> Veem-se, aqui, demonstrações claras de uma ciência que procura estar em todo lugar, bem como ordenar a experiência de homens submetidos à velocidade das transformações visivelmente materializadas no mundo da vida.

Mensurar a presença do conhecimento científico na sociedade a partir principalmente do século XIX abre espaço, acrescenta Skorupa, à discussão sobre a positivação ou negativação da ciência no mundo moderno. Há no século XIX correntes filosóficas que se dividem entre as mais entusiastas e as mais reticentes em relação à ciência. Na literatura, Wells “escrevia o seu desgosto e pessimismo ante a industrialização e o desenvolvimento capitalista que testemunhava”, não procurando colocar-se nem como divulgador da ciência nem como fiel narrativa-

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 36-37.

<sup>125</sup> VIERNE, 1994, p. 81 *apud* SKORUPA, 2001, p. 41.

<sup>126</sup> SKORUPA, 2001, p. 41.

mente fiel às conclusões científicas.<sup>127</sup> Existe uma forte tendência da historiografia sobre ficção científica pautar-se na polarização estabelecida entre obras otimistas em relação à ciência – e que, por assim serem, narrativamente se fundariam em certo desejo de veracidade científica – e obras pessimistas – fatalmente desinteressadas, portanto, pela verossimilhança e atentas às complicações que a ciência poderia trazer para a vida humana. Tal polarização, assumida inclusive por Asimov, não se sustenta ao passo que “a noção de que Verne é um otimista enquanto Wells é um pessimista mostra-se incompleta quando observados os seus textos de conteúdo contraditório ao que lhes é frequentemente atribuído.”<sup>128</sup>

No Brasil, a ficção científica pode ser associada se não ao desenvolvimento industrial, ao menos à imaginação dele. Sem contar os intercâmbios intelectuais e institucionais, entendidos facilmente enquanto instâncias veiculadoras de códigos sociais embasados na ideia de ciência, tecnologia, progresso e aceleração. Considerado enquanto o “texto fundador da ficção científica no Brasil”, *O Doutor Benignus* assim se torna possível mediante a afirmação desse amplo contexto notadamente marcado pela presença da ciência. Enquanto ficção científica, o romance de Augusto Emílio Zaluar toma as obras de Júlio Verne como referência, colocando-se como fonte de antecipação, bem como de vulgarização da ciência.<sup>129</sup>

As possibilidades da iluminação elétrica fascinavam o autor de *O Doutor Benignus*, a um tempo em que as lâmpadas e pilhas elétricas ainda estavam muito longe de uma utilização prática: a primeira lâmpada de incandescência durável só seria inventada por Edison dois anos depois da publicação do livro, e a pilha seca nove anos após. O equipamento científico da expedição do Dr. Benignus [...] incluía “lâmpadas de luz elétrica, notável aperfeiçoamento do sistema Darvy”, certamente lâmpadas a arco voltaico. Tais lâmpadas são designadas em duas outras passagens do livro como “lâmpadas de Roqueyrol” [...]. Essa confiança do autor do livro no progresso futuro das aplicações da eletricidade quase nos levaria a supor que ele já tinha alguma informação sobre a existência das ondas eletromagnéticas, previstas teoricamente por Maxwell em 1868, mas só demonstradas experimentalmente por Hertz vinte anos depois, quando o “sono agitado e povoado de visões” do Dr. Benignus e de seus auxiliares, na noite que se seguiu à queda do meteorito, é atribuído “à passagem pela atmosfera por alguma corrente magnética.”<sup>130</sup>

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 46-47.

<sup>130</sup> CARNEIRO, F. L. Comentários ao romance *O Doutor Benignus*. In: ZALUAR, A. E. *O Doutor Benignus*: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 14-15.

Destarte, há em *O Doutor Benignus* certo entusiasmo em relação à ciência, de modo que seu protagonista, inclusive, sonhava com o desenvolvimento de indústrias, infraestruturas e colônias agrícolas em Goiás e Minas a partir das aplicações que ela poderia oferecer.<sup>131</sup> Para o doutor Benignus, o Brasil era um manancial de riquezas naturais destinado a ser o “gigantesco capitólio da metrópole do futuro!” caso a ciência fosse nele largamente desenvolvida.<sup>132</sup>

### 1.6 Brasil, a “metrópole do futuro”.

A nosso ver, a relação estabelecida entre ciência e nacionalidade manifesta-se em *O Doutor Benignus* sob duas formas. Na primeira delas, o Brasil é valorizado por ser um especial objeto de pesquisa científica. Ao escrever uma carta tentando convencer o astrônomo francês Camille Flammarion a visitar sua casa localizada na mata da província de Minas Gerais, o doutor Benignus vale-se de uma série de argumentos. O céu tem no Brasil, salienta o protagonista, a “transparência do cristal”; as “constelações mais longínquas”, assim como as “imensas nebulosas perdidas na amplidão do espaço”, são geralmente “visíveis sem o auxílio poderoso das lentes”.<sup>133</sup> Quando o olhar dirige-se à floresta brasileira, significada como “natureza virgem”, contemporânea aos “primeiros séculos da criação”, um “mundo ainda nas faxas das idades primitivas”, o sábio não deixar de encontrar

o sério e grave tucano, cujas penas do papo têm a honra de oferecer seu brilhante adorno às insígnias majestáticas; o sabiá, trovador das selvas, que canta nas balsas as inspiradas e amorosas canções; o chocalheiro bem-te-vi que denuncia os segredos alheios com esta indiscreta revelação, expressa em seu cantar malicioso; e uma interminável multidão de outros povoadores da mata [que] oferecem ao espírito observador fundamento para curiosos estudos, sobre a natureza, costumes, singularidades, e harmoniosa variedade de canto deste mundo desconhecido de voláteis habitantes.<sup>134</sup>

<sup>131</sup> SKORUPA, 2001, p. 47.

<sup>132</sup> ZALUAR, 1991, p. 121.

<sup>133</sup> ZALUAR, 1994, p. 54.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 51-53.

A segunda interface entre ciência e nacionalidade aparece no romance de forma ambígua, tensão cuja presença pode ser encontrada nos dois excertos destacados a seguir. Segue o diálogo entre Benignus e M. de Fronville:

– [...] o meu fim único é estudar astronomia e resolver o problema da habitabilidade dos mundos, [diz Benignus].

– E o meu, [diz M. de Fronville], o de chegar pela observação da natureza ao descobrimento das leis físicas, que podem proporcionar ao homem a composição dos corpos inorgânicos, que lhes são indispensáveis à vida, quando os não puder obter por outro meio!

– Bravo! exclamou o Dr. Benignus, e continuou: veja como é admirável a ciência! Todas as suas províncias confinam e se unem para se vincularem em um mesmo império! O senhor observará a terra e eu contemplarei o céu! Dous caminhos diversos, que vão dar ao mesmo ponto: a grande lei da unidade universal!<sup>135</sup>

Antes de embrenhar-se pelo sertão junto à sua grande comitiva, discursa o sábio:

– À bandeira brasileira, que se desfralda inundada de luz sobre nossas cabeças! Esta bandeira não é só o símbolo de uma nacionalidade, é também o símbolo da aliança e da fraternidade universal dos povos! Quando um dia os desertos que vamos atravessar, as selvas por onde temos de embrenhar-nos, as cordilheiras que havemos de transpor e os rios imensos que teremos de navegar, forem o teatro de uma civilização gigante e esplêndida, esta bandeira, tantas vezes gloriosa com o baptismo de sangue das batalhas, tremulará então para sempre ainda mais esplendorosa do que hoje nos campos de combate do trabalho, nas oficinas da indústria e nos templos sacrossantos da religião e da paz! [...] Como não acreditar que em algum ponto desta região predestinada, na junção das duas Américas, no caminho da Europa e Ásia, será capital futura do mundo? Eu peço pois que saudemos, nesta hora precursora de saudoso apartamento, a bandeira que será destinada talvez a arvorar-se no gigantesco capitólio da metrópole do futuro!<sup>136</sup>

A partir da leitura dessas duas passagens, percebemos que se o conhecimento científico aparece despido de uma nacionalidade específica – isto é, ganha um valor cosmopolita ao poder resultar da colaboração mútua entre pessoas de diferentes nações –, ele não deixa de ser tomado como um dos viabilizadores da possível transformação de um país em “metrópole do futuro”. Depois de viagens, de atravessamentos de deserto, da heroica produção de um conhecimento científico também construído por homens de nacionalidades distintas, a civilização pode

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 99-100.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 120-121.

afirmar-se em território brasileiro e, por conseguinte, fazer tremular para sempre a bandeira do Brasil. Mas a tensão retroalimenta-se: possivelmente brasileira, a “metrópole do futuro” traduz-se em “símbolo da aliança e da fraternidade universal entre os povos”.

\*\*\*

Voltemos ao nosso ponto de partida. Assim como nos debates envolvendo Gonçalves de Magalhães, José de Alencar e Franklin Távora, o que está em jogo para Augusto Emílio Zaluar é o dever de atribuir à literatura a potencialidade de expressar dimensões do real e de estabelecer uma identidade brasileira mediante a incorporação da ciência. Dizendo recusar a pura imaginação, Zaluar procura ser portador de uma realidade marcada pela soma de conhecimentos científicos, cálculo cuja força irrompe no presente e transforma-se em dever literário-romanesco. Vimos que a noção de soma de conhecimentos opera, para o autor, em dois sentidos: se valoriza o tempo presente, então entendido como desdobramento aperfeiçoado, também legitima o passado ao tomá-lo enquanto parte de um processo em ascensão. Realizadas tais considerações, podemos dizer que o romance coaduna passado e presente na construção de um benigno *ethos*: em situações, lugares, instituições e momentos diferentes, homens de nacionalidades diversas são romanescamente vinculados por partilharem de um mesmo código, isto é, são associados por possuírem um mesmo horizonte claramente projetado pela crença em imperativos de progresso que tanto justificam o heroico ato de fazer ciência; aqui, todos os homens de ciência possibilitam a nova soma de conhecimento a qual Zaluar diz ser capaz de realizar e de vulgarizar através do crítico, novo e híbrido romance.

Se a geração 1870 apropria-se da ciência e nega o Romantismo com o claro propósito de contestação política da ordem imperial, no vulgarizador *O Doutor Benignus* algo diferente acontece. O nosso protagonista chegou a ser nomeado agente do correio pelo ministro da agricultura, mas logo declinou do emprego e foi demitido oficialmente, terminando assim “com este episódio ridículo a [sua] brilhante carreira pública!”.<sup>137</sup> Se no século XIX brasileiro o Estado é um grande financiador da ciência, em *O Doutor Benignus* ele não aparece assim representado; o sábio “não era rico”, “mas o certo é que contra a regra geral, o Dr. Benignus

---

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 44.

tinha tido, já se sabe por meios honestos, uma fortuna inesperada”.<sup>138</sup> Tal informação despreocupa o leitor quanto aos gastos da grandiosa expedição realizada por um sábio que se mostra incomodado com o mundo político em que se insere:

Detesto os exércitos permanentes, aborreço a guarda nacional, e sobretudo não posso compreender a utilidade da monarquia constitucional, porque já está velha, nem a da república, porque ainda está nova. Bem vêes que estou deslocado no meio de todo este mundo.<sup>139</sup>

Mesmo dizendo-se deslocado entre a velha monarquia e a jovem república, o romântico sábio, adjectivação que discutiremos nos segundo e terceiro capítulos, não deixa de manejar ciência. Tal manejo explicita, sob nossa leitura, uma clara tentativa do autor em elevar o conhecimento científico a um plano que suplante particularidades e contingências políticas. Na obra, a menção a certo particularismo restringe-se à própria ciência, e mesmo assim é fortemente interpelado pelos imperativos de universalidade: Zalar não deixa de delimitar e enaltecer a particular identidade do Brasil enquanto país depositório de potencialidades científicas; contudo, essas mesmas potencialidades são disponibilizadas a todos os homens de ciência, os responsáveis em tornar concreto o progresso vislumbrado no horizonte de todos os povos. Interessante destacarmos, ainda, que mesmo no momento onde certos homens de ciência são criticados, a valorização do conhecimento científico como viabilizador dos progressos do mundo é reafirmada: a crítica feita por Zalar aos “sábios oficiais” não se fundamenta no tipo de ciência produzida, mas na monopolização de um saber que, segundo ele, deve ser propagado a “todas as compreensões”.

---

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 42-43.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 37.

## Capítulo 2 - Romantismo e Ciência na experiência moderna de tempo.

Michel Foucault, em *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, procura entender as condições epistêmicas que estruturaram as ciências humanas no transcorrer do século XIX. Segundo esse autor, tais ciências se constituíram mediante o nascimento, nos oitocentos, do “homem” enquanto um ente histórico capaz de ser, a um só tempo, objeto e sujeito do saber. Isto significa que nesse momento histórico o homem passou a pensar sobre si mesmo, bem como sobre o mundo histórico do qual fazia parte, entendendo-se enquanto sujeito vivo, que *trabalha* e se expressa por meio da *linguagem*.

Nosso interesse em determinada obra se justifica na medida em que, segundo Foucault, o surgimento do homem enquanto objeto e sujeito cognoscente não incorre apenas no surgimento das ciências humanas, mas também no emergir de outros saberes, que se tocando em um espaço dinâmico de maleabilidade, vêm na vida, no trabalho e na linguagem seus respectivos objetos de conhecimento. Percebe-se, portanto, que Foucault volta-se para uma discussão de caráter bastante amplo, oferecendo explicações que revelam as bases epistemológicas a partir das quais os saberes desenvolvidos no mundo moderno se estruturaram. O nascimento do homem, dentro dessa ampla explicação, coloca-se como a pedra fundamental, responsável em estabelecer uma clara ruptura entre a *epistémê* clássica e a *epistémê* moderna, que então se funda.

Afirmar que determinados saberes compõem uma mesma episteme equivale a dizer que eles são atravessados pelas mesmas regras de formação, organização e aparecimento, num dado momento da história. Foucault analisa uma diversidade de discursos, que aparentemente não têm qualquer proximidade entre si, e encontra características semelhantes que norteiam a formação e sustentação desses discursos. É percebendo a homogeneidade nos discursos de uma época que será caracterizada uma episteme, diferenciando-a como nova periodização do saber ocidental, como nova forma de racionalidade.<sup>140</sup>

---

<sup>140</sup> GERALDINI, J. R. As ciências humanas na arqueologia de Michel Foucault. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/15625/14157>>. Acesso em: 16/10/2014, nota 2, p. 124.

O campo epistêmico clássico funda-se na capacidade de “comparar estruturas visíveis das coisas da natureza e relacioná-las por meio de princípio ordenador”. Tal relação terá como eixo a disposição e a classificação dos seres e das coisas a partir das semelhanças e, conseqüentemente, das diferenças entre elas encontradas.<sup>141</sup> O surgimento da *epistémê* moderna, plenamente configurada no século XIX, acontece a partir da duplicidade inerente ao surgimento do homem, que já apresentamos aqui: o homem como sujeito e objeto do saber. É inegável que no saber clássico (história natural, gramática geral ou análise das riquezas) pode-se reconhecer certa imagem do homem. Entretanto, não se trata de uma “consciência epistemológica como fundamento e objeto”, tal como aparece na perspectiva de homem advinda com o pensamento moderno.<sup>142</sup>

No século XIX, portanto, o homem surge, e junto a ele novos saberes (biologia, economia política e filologia) se constituem. Trata-se do homem como objeto “dado à experiência”, ou seja, enquanto ente “a ser descoberto e desvendado, como um objeto que tem um corpo físico com estrutura e funcionamento que devem ser explorados”. O homem “não está mais no final de um quadro bem ordenado, como o modelo último e perfeito” apresentado pelo pensamento clássico.<sup>143</sup> Intrínsecas a esse homem, estão a vida (um corpo que vive), a linguagem (um ser que fala) e o trabalho (um ser que alastra e transforma sua existência pelo espaço) dinamizados pelo peso da passagem do tempo.

Destarte, discutimos neste capítulo a configuração do campo epistemológico moderno, isto é, os elementos que determinam a forma como, na Modernidade, sujeito e objeto de conhecimento se inter-relacionaram. Em um primeiro momento, falamos sobre as diferenciações mais amplas estabelecidas entre o pensamento clássico e um pensamento propriamente moderno, baseando-nos especialmente nas perspectivas teóricas desenvolvidas por Michel Foucault. Logo em seguida, delimitamos a participação do Romantismo nesse processo de diferenciação, sem deixar de inseri-lo na moderna experiência de tempo inerente às concepções de progresso.

---

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 125.

## 2.1 Percorrer o mundo, evidenciar suas similitudes.

Até o século XVI, o pensamento viu na “semelhança” um papel fundamental, sendo responsabilizada por toda interpretação e compreensão dos textos. A semelhança

organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las. O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem. A pintura imitava o espaço. E a representação – fosse ela festa ou saber – se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título da linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar.<sup>144</sup>

Assim, a semelhança supunha a congruência entre coisas visíveis e invisíveis, permitindo um movimento em que os entes refletiam-se uns aos outros. A representação era capaz de expressar a semelhança em sua integralidade, sendo, nesse sentido, contínua às coisas que eram representadas. A linguagem inerente à representação ganhava o foro de retrato fidedigno do real, a expressão incontestada do que realmente era. Nesse campo epistêmico, a semelhança assumia quatro formas possíveis e imbricadas (a *convenientia*, a *aemulatio*, a *analogia* e o *jogo das simpatias*), e são elas a serem definidas a partir de agora.

A *convenientia* designava com mais força a “vizinhança dos lugares” do que a “similitude em si”.<sup>145</sup> Equivale dizer que eram convenientes as coisas que se emparelhavam ao aproximarem-se umas das outras, de modo que suas extremidades alinhavam-se em um elo marcado pela continuidade, onde a extremidade de uma designa o começo da outra.<sup>146</sup> Nesse sentido, havia entre as coisas que se avizinham o estabelecimento de uma “comunicação”, na qual a articulação entre os seus movimentos, influências, paixões e propriedades possibilitava o emergir da semelhança.<sup>147</sup>

Se a semelhança que se expressava por meio da *convenientia* decorria das aproximações estabelecidas entre as coisas em certo lugar, pode-se dizer que se tratava de uma semelhança dupla: “semelhança do lugar, do local onde a natureza colocou as duas coisas, similitude, pois, de propriedades; pois, neste continente

<sup>144</sup> FOUCAULT, 1999, p.23.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>146</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 24.

natural que é o mundo, a vizinhança não é uma relação exterior entre as coisas, mas o signo de um parentesco ao menos obscuro”.<sup>148</sup> A duplicidade então manifesta dá margem ao estabelecimento de um “regime comum”, na medida em que, depois da aproximação, novas permutas estabelecidas entre as coisas emparelhadas surgem, reafirmando a “similitude como razão surda da vizinhança”, como o efeito “visível da proximidade”. Na conveniência,

os diferentes seres se juntam uns aos outros; a planta comunica com o animal, a terra com o mar, o homem com tudo que o cerca. A semelhança impõe vizinhanças que, por sua vez, asseguram semelhanças. O lugar e a similitude se imbricam: vê-se crescer limos nos dorsos das conchas, plantas nos galhos dos cervos, espécies de ervas no rosto dos homens; e o estranho zoófito justapõe, misturando-as, as propriedades que se tornam semelhante tanto à planta quanto ao animal. São signos da conveniência.<sup>149</sup>

A *convenientia*, portanto, se realiza mediante a autoridade do lugar, então responsável pelo aparecimento de semelhanças ao avizinhar as próprias coisas. O “mundo” coloca-se como a “conveniência universal das coisas”, o lugar onde os elos de uma cadeia de aproximações sempre se tocam e, conseqüentemente, replicam a semelhança.<sup>150</sup>

Quando a semelhança libera-se da lei do lugar e atua na distância há a *ae-mulatio* (emulação). É como se os elos convenientes que sempre se tocaram pela aproximação que possuíam se desatassem, de modo que os círculos da antiga cadeia fossem se reproduzir longe um dos outros, o que resulta em uma “semelhança sem contato”.<sup>151</sup> Havia na emulação, portanto, uma similitude marcada pelo reflexo, pelo espelhamento de coisas que se correspondem, mesmo estando dispersas no mundo em que são acolhidas. Equivale dizer que, de uma extremidade a outra do universo, as coisas podem imitar-se, sem necessariamente estarem encadeadas e próximas. Ao reduplicar-se espelhadamente, o mundo anula a distância, momento em que ele mesmo impera sobre o lugar ocupado por cada coisa: “o rosto é o êmulo do céu e, assim como o intelecto do homem reflete, imperfeitamente, a sabedoria de Deus, assim os dois olhos, com sua claridade limitada, refletem a iluminação que, no céu, expandem o Sol e a Lua [...]”.<sup>152</sup> Trata-se, pois, de uma

---

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 24-25.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 26

duplicação: “Paracelso compara essa duplicação fundamental do mundo à imagem de dois gêmeos ‘que se assemelham perfeitamente, sem que seja possível a ninguém dizer qual deles trouxe ao outro sua similitude’”. Considerando tal aspecto, pode-se dizer que a emulação é uma “espécie de germinação natural das coisas; nasce de uma dobra do ser, cujos dois lados imediatamente se defrontam”.<sup>153</sup>

Há que se considerar, no entanto, a existência de tensões entre os entes refletidos que a emulação geminariamente opõe. Primeiramente, tais tensões ocorrem na medida em que uma figura, por apresentar “valor” e “dignidade” mais fracos, acaba acolhendo em seu espelho passivo a figura mais forte: céu e terra distinguem-se quanto ao valor que possuem, sendo esta mais fraca e aquele mais forte; as estrelas possuem primazia sobre as ervas da terra, pois aquelas são o “modelo sem mudança” destas; “a terra sombria é o espelho do céu disseminado”. Contudo, a equivalência entre as figuras acaba se sobressaindo, pois

“as estrelas”, diz Crollius, “são a matriz de todas as ervas, e cada estrela do céu não é mais que a prefiguração espiritual de uma erva tal como a representa e, assim como cada erva ou planta é uma estrela terrestre olhando o céu, assim também cada estrela é uma planta celeste em forma espiritual, a qual só pela matéria é diferente das terrestres, as plantas e as ervas celestes estão viradas para o lado da terra e olham diretamente as ervas que elas procriaram, infundindo-lhes alguma virtude particular”.<sup>154</sup>

O segundo caso acontece quando a tensão permanece aberta, isto é, quando o acolhimento refletido entre as coisas que se emulam não acontece. Tal quadro de contenda se dá quando “a similitude torna-se então o combate de uma forma contra a outra – ou melhor, de uma mesma forma separada de si pelo peso da matéria ou pela distância dos lugares.”<sup>155</sup> O exemplo é claro:

O homem de Paracelso é como o firmamento, “constelado de astros”; mas não está a ele ligado como o “ladrão às galeras, o assassino ao suplício da roda, o peixe ao pescador, a caça ao caçador”. Pertence ao firmamento do homem ser “livre e poderoso”, “não obedecer a ordem alguma”, “não ser regido por nenhuma das outras criaturas”. Seu céu interior pode ser autônomo e repousar somente em si mesmo, sob a condição, porém, de que, por sua sabedoria, que é também saber, ele se torne semelhante à ordem do mundo, a retome a si e assim faça equilibrar no seu firmamento interno aquele onde cintilam as estrelas visíveis. Então, essa sabedoria do espelho envolverá, em troca, o

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 27-28.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 28.

mundo onde estava colocada; seu grande elo girará até o fundo do céu e mais além; o homem descobrirá que contém “as estrelas no interior de si mesmo [...], e que assim carrega o firmamento com todas as suas influências.”<sup>156</sup>

O homem de Paracelso, em um primeiro momento, está distante do firmamento com todo o peso humano que possui; possui um firmamento próprio, composto por elementos que o assemelha antes a outros entes. Contudo, diz Foucault, tal homem só pode possuir seu próprio firmamento desde que sua sabedoria o revele pertencer a um firmamento maior, onde as estrelas se fazem visíveis e a ordem do mundo se afirma. A despeito da contenda, portanto, o fim cristaliza o retorno à similitude, ao espelhamento não menos tenso entre os elementos que se emulam. De uma forma ampla, a emulação advém da distância, uma distância que não é anulada, sendo ainda (e sempre) visivelmente constatada. Distantes, as figuras se afrontam quando hierarquizadas pelo valor e pela dignidade que possuem.

E, neste duelo, as duas figuras afrontadas se apossam uma da outra. O semelhante, que, por sua vez, o cerca, e talvez, será novamente envolvido por uma duplicação que tem o poder de prosseguir ao infinito. Os elos da emulação não formam uma cadeia como os elementos da conveniência: mas, antes, círculos concêntricos, refletidos e rivais.<sup>157</sup>

A *analogia*, por sua vez, corresponde a uma superposição entre *convenientia* e *aemulatio*. Tal sobreposição torna a analogia muito poderosa, na medida em que nela, independentemente da existência ou não de distância, todas as figuras do mundo podem se aproximar. A relação estabelecida entre os outros e o céu corresponde a que se estabelece entre a erva e a terra; a planta torna-se um animal com pé, o que demonstra a capacidade da analogia retornar sobre si mesma.<sup>158</sup> Há nessa dimensão que dá vazão a várias direções, contudo, um ponto privilegiado. Este ponto é o homem, que está em forte relação de analogia com tudo o que existe:

ele está em proporção com o céu, assim como com os animais e as plantas, assim como com a terra, os metais, as estalactites ou as tempestades. Erguido entre as faces do mundo, tem relação com o firmamento (seu rosto está para seu corpo como a face do céu está para o éter; seu pulso bate-lhe nas veias como os astros circulam sobre suas vias próprias; as sete aberturas formam no seu rosto o que são os sete planetas no céu); todas essas relações, porém, ele as desloca e as reencontramos, similares, na

---

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 28-29.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 29-30.

analogia do animal humano com a terra que habita: sua carne é uma gleba, seus ossos, rochedos, suas veias, grandes rios; sua bexiga é o mar e seus sete membros principais, os sete metais que se escondem no mundo das minas.<sup>159</sup>

Percebe-se, destarte, que as analogias constituem-se em um dinâmico “espaço de irradiação”. Nele, o homem é sempre envolvido, transmitindo as semelhanças que absorve do mundo. Assim, torna-se o homem “o grande fulcro das proporções – o centro onde as relações vêm se apoiar e donde são novamente refletidas.”<sup>160</sup>

O *jogo das simpatias* é a última faceta que compõe as similitudes presentes no pensamento do século XVI. Através desse jogo, tudo se assemelha, tudo se torna idêntico. As coisas assemelhadas perdem a individualidade, pois todas são convergidas ao campo do idêntico. Trata-se, pois, de uma instância do mesmo. Porém, se todas as situações de semelhança convergissem para um mesmo campo de igualdade, tão propalado pelo jogo das simpatias, o mundo seria apenas um único ponto, seria apenas uma massa homogênea. Há necessidade, portanto, de um contrabalanceamento e quem o faz é a figura gêmea da simpatia, a *antipatia*.

A *antipatia* mantém a singularidade das coisas. No entanto, continua inserida naquele jogo onde as singularidades, em combate, acabam novamente reafirmando a ordem presente na relação estabelecida entre todas as coisas. Sobre esse jogo, onde forças simpáticas e antipáticas estão presentes, Foucault assinala em tom conclusivo:

assim se encontram retomadas e explicadas as três primeiras similitudes. Todo o volume do mundo, todas as vizinhanças da conveniência, todos os ecos da emulação, todos os encadeamentos da analogia são suportados e duplicados por esse espaço da simpatia e da antipatia que não cessa de aproximar as coisas e de mantê-las a distância. Através desse jogo, o mundo permanece idêntico; as semelhanças continuam a ser o que são e a se assemelharem. O mesmo persiste o mesmo, trancafiado sobre si.<sup>161</sup>

No saber do século XVI, a semelhança configura-se como o ente mais universal, à medida que a um só tempo possui a maior visibilidade e o maior obscurantismo a ser revelado. Ela determina a forma do conhecimento (pois conhecer é percorrer os caminhos da similitude) e a riqueza de seu conteúdo (pois olhar e

---

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 34-35.

decifrar são operações que permitem trazer à superfície a própria semelhança).<sup>162</sup> No entanto, a evidenciação da semelhança não deixa de ser dinâmica, já que uma similitude apenas se afirma quando se remete a outra. Assim, fica pressuposta para a *epistémê* do século XVI a necessidade de se percorrer todo o mundo a fim de que as semelhanças, então irmanadas, se legitimem continuamente.

É, pois, um saber que poderá, que deverá proceder por acúmulo infinito de informações requerendo-as umas às outras. E, por isso, desde suas fundações, esse saber será movediço. A única forma de ligação possível entre os elementos do saber é a adição. Daí essas imensas colunas, daí sua monotonia. Colocando a semelhança (ao mesmo tempo terceira potência e poder único, pois que habita do mesmo modo a marca e o conteúdo) como nexos entre o signo e o que ele indica, o saber do século XVI condenou-se a só conhecer a mesma coisa, mas a conhecê-la apenas ao termo jamais atingido de um percurso indefinido.<sup>163</sup>

Entretanto, essa indefinição marcada pelas necessidades constantes de um conhecimento sempre aditivo, à procura de novas semelhanças que se repliquem e se espelhem, é restringida e estabilizada pela “categoria do microcosmo”, muito importante à *epistémê* do século XVI. Em um primeiro momento, tal categoria apresenta-se enquanto “categoria de pensamento”, isto é, aplica a toda natureza o jogo das semelhanças; garante ao empreendimento investigativo que cada coisa, em escala maior, encontrará seu espelhamento e sua segurança macroscópica; afirma que o ordenamento visível e presente nos mais altos domínios do mundo irá refletir-se no que há de mais profundo e obscuro da terra. Funcionando enquanto “configuração geral da natureza”, a categoria do microcosmo procura demarcar a permuta constante de similitudes, pois indica que existe um mundo delimitado, no qual se inserem todas as coisas criadas; que, na extremidade outra agigantada pela distância, existe um ser privilegiado, então responsável pela reprodução da grande ordem com que se assemelham o céu, os astros, os rios, enfim, tudo o que há. Mesmo precisando percorrer o mundo no intuito de alimentar a evidenciação de semelhanças, a *epistémê* do século XVI encontra, assim, um fundo no qual é possível se estabilizar:

a distância do microcosmo e do macrocosmo pode ser imensa, mas não é infinita; os seres que aí residem podem ser numerosos, mas afinal poderíamos contá-los; e, conseqüentemente, as similitudes que, pelo jogo dos signos que elas exigem, apoiam-se sempre umas nas outras, não se arriscam mais a escapar inde-

<sup>162</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p. 42.

finidamente. Para se apoiarem e se reforçarem, elas têm um domínio perfeitamente cerrado. A natureza, como o jogo dos signos e das semelhanças, fecha-se sobre si mesma segundo a figura redobrada do cosmos.<sup>164</sup>

## **2.2 Uma ciência universal da ordem: o saber clássico à procura de identidades e diferenças.**

No início do século XVII, uma ruptura essencial na forma como o saber ocidental vinha se configurando acontece. O pensamento deixa de se movimentar enquanto uma operação investigativa à procura da semelhança. A similitude afirma-se não mais enquanto ponto de chegada e partida do saber, mas antes como a instância do erro em meio ao qual o pensamento pode perigosamente se iludir. Trata-se, assim, da estruturação do pensamento clássico, que ao nascer pelo início do século XVII e estender-se até o final do século XVIII, acaba “excluindo a semelhança como experiência fundamental e forma primeira do saber”, substituindo-a pelo estabelecimento de identidade de diferença, de medida e de ordem.<sup>165</sup>

Descartes, expoente desse novo campo epistêmico, não recusa o “ato de comparar”, mas antes o considera enquanto aparato a ser utilizado à procura de identidades e diferenças. No pensamento cartesiano, ha duas formas de comparação possíveis, sendo elas a comparação de medida e a de ordem. Na comparação de medida, considera-se uma totalidade a ser dividida em unidades. Para que a comparação entre tais unidades aconteça, torna-se necessário o estabelecimento de uma unidade comum. “Assim, a comparação efetuada pela medida se reduz, em todos os casos, às relações aritméticas da igualdade e da desigualdade. A medida permite analisar o semelhante segundo a forma calculável da identidade e da diferença.”<sup>166</sup>

Diferentemente da comparação de medida, a comparação de ordem é estabelecida sem referência a uma unidade exterior, isto é, pode-se determinar a ordem entre dois entes sem nada considerar além deles. Pressupõe-se, ainda, que a ordem não pode ser conhecida a partir da natureza isolada das coisas, mas antes por intermédio da construção de uma série, que se iniciando com a coisa mais simples e se estendendo continuamente até as coisas mais complexas, é capaz

---

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 70-71.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 73.

de evidenciar identidades e diferenças. Estes são, portanto, os dois tipos de comparação cartesianamente definidos: o primeiro deles analisa em unidades com o objetivo de encontrar relações de igualdade e desigualdade; o segundo dispõe os elementos em uma sucessão responsável por destacar diferenças segundo os graus mais fracos possíveis.<sup>167</sup> Deve-se destacar que a redução de medidas a uma ordem compõe o horizonte do saber clássico. Tal operação, na verdade, consiste no novo método que então se funda:

reduzir toda medida (toda determinação pela igualdade e a igualdade) a uma colocação em série que, partindo do simples, faz aparecer as diferenças como graus de complexidade. O semelhante, depois de ter sido analisado segundo a unidade e as relações de igualdade ou de desigualdade, é analisado segundo a identidade evidente e as diferenças.<sup>168</sup>

Contudo, nota-se que tal ordem ou comparação generalizada pode ser entendida apenas enquanto um encadeamento presente na esfera do próprio conhecimento. Nesse sentido, o conhecimento não concerne ao ser das coisas, mas sim à maneira como elas podem ser entendidas ou encadeadas. Dizendo de outro modo, para a *epistémê* clássica o caráter de uma coisa não está isento de variações, não possui um valor em si mesmo absoluto; a ordem pode, a um só tempo, ser indispensável e natural (em relação ao pensamento) e arbitrária (em relação às coisas), uma vez que determinada coisa, segundo a maneira como a consideramos, pode ser situada em diferentes pontos do ordenamento que se quer estipular.<sup>169</sup>

Advêm desse novo quadro muitas modificações à forma com que o saber passa a configurar-se a partir do século XVII. Destaca-se, primeiramente, a “substituição da hierarquia analógica pela análise”: se, no século XVI, pressupunha-se a existência de um sistema global onde as coisas assemelhavam-se por correspondência, com o pensamento clássico qualquer semelhança será apenas admitida “quando for encontrada, pela medida, a unidade comum, ou mais radicalmente, pela ordem, a identidade e a série das diferenças”.<sup>170</sup> E ainda: se os reflexos de similitude eram antes infinitos, mesmo que demarcados pela finitude de um mundo comprimido entre o microcosmo e o macrocosmo, agora o saber clássico torna possível um encadeamento completo,

---

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 75.

quer sob a forma de um recenseamento exaustivo de todos os elementos que constitui o conjunto visado; quer sob a forma de uma colocação em categorias que articula na sua totalidade o domínio estudado; quer enfim, sob a forma de uma análise de certo número de pontos, em número suficiente, tomados ao longo da série.<sup>171</sup>

Vê-se que o conhecimento, enquanto operação investigativa, não mais buscará aproximar as coisas entre si com o intuito de nelas evidenciar um essencial parentesco, uma força de convergência ou uma natureza secretamente compartilhada. Ao contrário, o foco do saber clássico é discernir, ou seja, determinar identidades mediante a diferenciação de entes ordenadamente dispostos. Destarte, o discernimento como que impõe à comparação um principal dever a ser entendido enquanto método: “a busca primeira e fundamental da diferença”.<sup>172</sup>

O fundamental para a *epistémê* clássica é a sua relação com a *máthêsis*, isto é, com uma “ciência da medida e da ordem” que permaneceu constante até fins do século XVIII. Tal relação apresenta duas características. A primeira delas determina que embora as relações entre os seres possam ser pensadas, de um lado, sob a forma da medida e, de outro, sob a forma da ordem deve-se considerar a necessidade de reduzir os problemas da medida aos da ordem. Assim, “a relação de todo conhecimento com a *máthêsis* se oferece como a possibilidade de estabelecer entre as coisas, mesmo não-mensuráveis, uma sucessão ordenada. Nesse sentido, a *análise* vai adquirir bem depressa valor de método universal [...]”.<sup>173</sup> Observa-se que tal relação com a *máthêsis* não restringiu o saber às matemáticas, à contagem incessante dos seres do mundo. Houve, pelo contrário, o aparecimento de um conjunto de novos “domínios empíricos” do conhecimento e, em quase nenhum deles, encontra-se uma redução ao mecanicismo e à matematização, mas antes a evidenciação de uma “ciência possível da ordem”.<sup>174</sup>

Assim apareceram a gramática geral, a história natural, a análise das riquezas, ciências da ordem no domínio das palavras, dos seres e das necessidades; e todas essas empiricidades, novas na época clássica e coextensivas à sua duração (têm por pontos de referência cronológicos Lancelot e Bopp, Ray e Cuvier, Petty e Ricardo, que escreveram, os primeiros por volta de 1660, e os segundos por volta dos anos 1800-1810), não se puderam cons-

---

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 75-76.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 78-79.

tituir sem a relação que toda a *epistémê* da cultura ocidental manteve com a ciência universal da ordem.<sup>175</sup>

### 2.3 O saber moderno: uma nova *epistémê* e o emergir das ciências humanas.

Com o objetivo central de entender o nascimento das ciências humanas no século XIX, Foucault entende ser necessário compreender os saberes que inauguraram a *epistémê* moderna no final do século XVIII e, conseqüentemente, lançaram as bases para o nascimento das ciências humanas. Trata-se dos chamados “saberes empíricos” (*biologia, filologia e economia política*) e das novas bases filosóficas que então surgem.

Definida a partir de Cuvier, a *biologia* tem na anatomia comparada o seu foco, diferenciando-se da história natural clássica. Enquanto a clássica história natural, com o intuito de compor um quadro estável e bem ordenado, organiza e classifica “os seres de acordo com as semelhanças e diferenças percebidas pelo olhar do pesquisador”, comparando e relacionando “as estruturas visíveis das coisas da natureza”, a biologia cuvieriana atribui maior relevância a uma perspectiva segundo a qual os órgãos são entendidos como “partes de sistemas comandados uns pelos outros”. Assim, a diferenciação inicial entre saber clássico e saber moderno, nesse campo, acontece quando se passa à “valorização não mais das coisas vistas, mas das relações que elas têm entre si e da função que desempenham”. Isto significa dizer que “os órgãos não serão mais tratados como variáveis independentes, mas entrarão em destaque as funções que esses órgãos exercem para o campo e as relações mútuas por elas estabelecidas”.<sup>176</sup> Portanto, o aspecto destacado pela moderna biologia em um órgão não é a sua configuração ou, como queira, o aspecto visual com que ele se manifesta no mundo, mas sim a função que ele contribui para realizar.<sup>177</sup>

As análises da biologia moderna, nesse sentido, não se atêm principalmente à busca por semelhanças e diferenças entre órgãos a partir do que eles apresentam visualmente ao mundo (forma, grandeza e número), tal como fazia a clássica história natural. É possível dizer que a biologia permanece à procura de semelhan-

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>176</sup> GERALDINI, 2007, p. 126.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 126.

ças condicionadas pelas identidades e diferenças, contudo direciona seus estudos não ao aspecto visual, mas sim às utilidades apresentadas pelos órgãos em questão: “as brânquias são para a respiração na água o que são os pulmões para a respiração no ar”.<sup>178</sup> O pensamento biológico moderno traz mudanças notáveis de perspectiva:

a superfície dos corpos torna-se indicativo da multiplicidade dos indivíduos e das espécies, impede a busca pelas semelhanças e, conseqüentemente, a possibilidade classificatória. Foucault (1999, p. 369) diz que “a partir de Cuvier, é a vida, no que tem de não-perceptível, de puramente funcional, que funda a possibilidade exterior de classificação”, e assinala que o campo do conhecimento traçado inicialmente com esses estudos instaura a possibilidade para o aparecimento da biologia. Nesse mesmo sentido, a crítica da espécie, “tal como a vemos operar em Darwin, só pôde surgir a partir de uma transformação, de uma reorganização, de uma redistribuição do saber biológico, que se realiza através da obra de Cuvier.”<sup>179</sup>

No tocante ao estudo da *linguagem*, são Bopp e Grimm os pensadores que inauguram uma concepção moderna ao pesquisarem as leis de alternância vocálica. A partir delas, línguas são agrupadas em famílias, ou seja, passam a ser classificadas por meio de comparações entre os seus vários sistemas gramaticais. Constata-se uma dinâmica, portanto, não encontrada na gramática geral clássica, onde a preocupação se restringia apenas à “análise da representação por meio de uma ordem sucessiva, dispondo-a parte por parte em uma ordem linear, articulando os sons um a um, ‘desde as mais simples representações até as mais finas análises ou mais complexas combinações.’”<sup>180</sup> Foucault chega a dizer que somente com o advento da filologia moderna o “discurso” passa a ser substituído propriamente pela ideia de “linguagem”, aquela que no final do século XIX, entra “por si mesma na área do saber, e faz parte da busca por entender sobre o homem constituído pela fala.”<sup>181</sup>

Os estudos clássicos em *economia* tinham como eixo a noção de “valor”. Procurava-se analisar a formação do valor a partir do comércio e da troca, tendo como objetivo estudar as teorias da circulação e da distribuição de riquezas. O pressuposto destes estudos consistia na ideia de que o valor compunha um sistema

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 128.

no qual as mercadorias representavam umas às outras.<sup>182</sup> Portanto, o valor no pensamento clássico é um sistema que supõe troca de mercadorias: todas as mercadorias fazem parte dele e, no mesmo sentido, elas representam umas às outras; elas emparelham-se enquanto ordenamento, relacionando-se mediante o princípio da equivalência.

Se no ordenamento clássico o valor decorria do comércio e troca, na Modernidade é o trabalho que passa a ser tomado enquanto medida de valor e de riqueza. Dirá Ricardo: “a quantidade de trabalho permite fixar o valor de uma coisa, [...] porque o trabalho como atividade de produção é a fonte do valor.”<sup>183</sup> Em outras palavras, é correto dizer que no mundo clássico o valor está na “ordem do signo”, ou seja, ele é resultado da equivalência estabelecida entre mercadorias sistematicamente em circulação. No mundo moderno, o valor está na “ordem do produto”, isto é, determina-se a partir do despendimento de trabalho. O trabalho é, então, uma potência produtiva ou, como diria Ricardo, a fonte de valor. Esta concepção caracterizada pela direta associação entre valor e trabalho advém do século XIX e atribui ao corpo do operário toda a responsabilidade na geração de força produtiva.<sup>184</sup>

Assim, o corpo do homem moderno encontra-se estreitamente vinculado à produção e, conseqüentemente, fica sujeito a um tipo de trabalho que potencializa a força produtiva da fábrica, gerando o entendimento de que trabalhar implica um benefício de si próprio e a sobrevivência de sua espécie. Assim, as atividades laborais desse corpo lutam para que o corpo não morra, para que não sinta fome, ou seja, o corpo trabalha para as suas necessidades imediatas e para a longevidade dos homens.<sup>185</sup>

Junto às disciplinas empíricas que explicamos acima, há quatro segmentos filosóficos que constituíram as ciências humanas. Estes segmentos inauguraram uma “nova forma de compreender os modos de ser do homem”, sendo assim agrupados por Foucault: *finitude* do homem; homem como *duplo empírico-transcendental*; relação entre o *cogito moderno* e o *impensado*; distanciamento e retorno da *origem do ser*.<sup>186</sup>

A existência do homem moderno, como vimos, é pautada na vida, na linguagem e no trabalho. A Modernidade somente acessa esse homem, portanto,

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 128.

<sup>183</sup> FOULCALT, 1999, p. 349 *apud* GERALDINI, 2007, p. 128.

<sup>184</sup> GERALDINI, *op. cit.*, p. 128.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 129.

quando recorre ao seu organismo (vida), às suas palavras (linguagem) e aos objetos que ele fabrica (trabalho). Nesse sentido, a potencialidade de saber, própria ao homem moderno, permite-o entender-se a si mesmo não apenas enquanto sujeito cognoscente, mas também enquanto objeto da natureza. Destarte, “o homem aprende que é finito por meio das formas positivas da espacialidade do seu corpo, da historicidade de sua linguagem e de sua produção, e provoca o entendimento dos conteúdos empíricos sob a ótica da analítica da finitude da existência humana”.<sup>187</sup>

A Modernidade, que possibilitou o surgimento de um homem capaz de pensar a sua finitude a partir de si mesmo, é a mesma que permite o nascimento da ideia de ser o *homem duplo-empírico-transcendental*. Essa ideia vincula-se, propriamente, a duas formas de análise surgidas no século XIX. A primeira delas revela a natureza do conhecimento humano, mostra os conteúdos propriamente empíricos presentes nele. Assim, se manifestam “análises voltadas para as condições anatômicas e fisiológicas do corpo, no sentido de estudar suas percepções, sensações, aspectos neuromotores etc., caracterizando uma espécie de *análise estética transcendental do corpo do homem*”. A segunda forma de análise centra-se na historicidade do conhecimento humano, ou seja, demonstra como a historicidade pode construir e determinar as formas do saber empírico. Este tipo de análise compreende que

existem condições históricas, sociais e econômicas que atravessam o saber e são formadas a partir das relações estabelecidas pelos homens. Em outras palavras, trata-se de uma espécie de *dialética transcendental*, cuja base é dada por meio dos estudos das ilusões da humanidade.<sup>188</sup>

Em síntese, o homem duplo empírico transcendental entende que todo o conhecimento por ele produzido está vinculado às potencialidades empíricas do seu corpo vivo, bem como aos aspectos históricos, sociais e econômicos. Se o reconhecimento moderno da corporeidade e historicidade humanas passa pelo crivo da reflexão, isto é, do pensamento transcendental, outro movimento epistêmico torna-se possível: os saberes modernos procuram identificar e entender

a existência de aspectos desconhecidos no próprio ser do homem, que lhes são apresentados, num primeiro momento, como algo exterior a ele. Torna-se possível pensar sobre o *impensado*.

---

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 130.

Em outras palavras, tendo o homem se destacado da natureza como provavelmente único ser pensante, ainda existe a dimensão do impensado, com o qual o modo de ser do homem passa a ser articular agora dentro do saber moderno ocidental.<sup>189</sup>

Assim, o impensado pode ser entendido como resultante da fragilização da perspectiva cartesiana, segundo a qual homem e pensamento fixavam-se na indubitabilidade pressuposta pelo *cogito*, a condição suficiente para a clássica afirmação da existência. Isto significa dizer que, com a Modernidade, o ser do homem está pela primeira vez em questão, ou seja, torna-se um enigma ao deixar de ser um ponto de partida indubitável, trazendo à superfície o desconhecido, o “outro do homem” expresso, por exemplo, pela alienação de Marx e pelo inconsciente freudiano. A Modernidade mostra, a partir daí, deslocamentos importantes em relação aos questionamentos feitos pela *epistémê* clássica, pois “passou a considerar que o homem pode *pensar* sobre algo que ele não pensa, que pode *ser* algo que se apresenta a ele apenas de maneira externa”.<sup>190</sup> A partir desses novos pressupostos modernos,

apresentam-se as formulações de que o homem pode ser uma *vida* de experiências dadas a ele de forma imediata, que ele pode falar e pensar por meio de uma *linguagem* que lhe é exterior e que lhe impõe regras para a construção do discurso ou ainda estar submetido às exigências de seu *trabalho* cujas origens lhe são desconhecidas.<sup>191</sup>

O homem moderno, ao pensar sobre as condições que lhes apresentadas em um primeiro momento como coisas externas a ele, volta-se ao estudo de suas próprias *origens* na tentativa de elucidar os aspectos que o constituem como ser. Assim, vida, trabalho e linguagem passam a ser pensados a partir de historicidades que lhes são próprias, de modo que suas origens não coincidem com o momento próprio e/ou atual em que o homem se insere. Um impasse então se radicaliza, pois “a vida, a linguagem e o trabalho têm origens exteriores e anteriores ao homem, provocando um distanciamento dele para com sua origem”.<sup>192</sup> Na esteira desse problema, o homem passa a ser entendido como um ser sem origem, pois “está separado da origem que o tornaria contemporâneo de sua própria existên-

---

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 132.

cia”.<sup>193</sup> Tal quadro demonstra uma clara tentativa da *epistémê* moderna em inserir a historicidade do homem na historicidade das coisas que o circundam. Contudo, a procura por essa unidade temporal, que apontaria uma data para o nascimento do homem e das civilizações, se esbarra em alinhamentos temporais distintos, demarcando um incessante recuo da origem.<sup>194</sup> Em síntese, instaura-se uma clara tensão inerente à experiência moderna do tempo:

o pensamento moderno percebeu, então, que o homem não é contemporâneo daquilo que o constituiu como ser, encontrando-se afastado de sua própria origem. Daí o pensamento moderno retomar, sob o foco da interrogação da origem, a questão sobre a finitude, colocando-a como a “relação insuperável do ser do homem com o tempo”.<sup>195</sup>

É em meio a tal campo epistemológico, marcado pelo aparecimento do homem enquanto sujeito e objeto de um conhecimento focado na compreensão da vida, do trabalho e da linguagem, que algumas dimensões do saber moderno se consolidam, compondo o “triedro epistemológico” ou “triedro dos saberes”, como denomina Foucault. Trata-se, pois, da consolidação das ciências matemáticas e físicas (ciências dedutivas), das ciências da vida, da linguagem e da produção de riquezas (ciências empíricas) e da reflexão filosófica. Foucault considera ser difícil localizar as ciências humanas (psicologia, análise das literaturas e dos mitos e sociologia) nesse triedro, pois elas avizinham-se a todos os saberes nele presentes. A despeito das dificuldades de localização, contudo,

o espaço de representação é justamente o local entre a distância que separa o empírico do transcendental, que Foucault diz ser ocupado pelas ciências humanas. Nesse sentido, o homem elabora representações sobre sua vida, vive por meio dessas representações e ainda é capaz de representar tal vida.<sup>196</sup>

## 2.4 O escritor romântico e a sublimidade do mundo.

Ao final do século XVIII, o Romantismo surge em oposição às expressões literárias que, entre os séculos XVI e XVIII, procuraram cultivar a tradição greco-romana, aceitar o significado literário da mitologia e da história clássica, a hierar-

---

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>195</sup> FOUCAULT, 1999, p. 463 *apud* GERALDINI, 2007, p. 133.

<sup>196</sup> GERALDINI, 2007, p. 135.

quia dos gêneros e, principalmente, a autoridade do verbo literário enquanto construção capaz de apreender o mundo em sua integralidade.<sup>197</sup>

O conceito aristotélico de imitação, [destaca-se], foi sempre uma das chaves da teoria poética, dos séculos XVI ao XVIII. Dele decorria a noção de verdade, conseqüente à correlação entre racional e natural. Ao imitar os objetos da natureza, a arte caminha guiada pela razão, [sendo esta capaz de] apreender a forma imanente, ou seja, uma verdade ideal. O belo é o verdadeiro porque este é o natural filtrado pela razão. Quer as teorias acentuassem o aspecto voluntário e intelectual do processo Criador, quer dessem papel mais amplo à imaginação, resultava sempre esta pesquisa da verdade ideal, que justifica o verossímil, domínio da arte.<sup>198</sup>

Evidenciando novas concepções de *arte*, *natureza* e *artista* ao basear-se em um forte senso de individualismo e relativismo histórico, a atitude romântica contrapõe-se a tais convenções racionalistas e universalistas que, segundo Antonio Candido, são os pilares do chamado Arcadismo ou Neoclassicismo – a forte expressão literária do século XVIII.<sup>199</sup> Dizendo de outro modo, o Romantismo procura o específico a partir de uma perspectiva individualizadora e relativista, negando a universalidade ou a ideia de um absoluto obtido a partir da razão. O nosso objetivo nos tópicos subsequentes centra-se na tentativa de compreender os pormenores que caracterizam o individualismo romântico, bem como os desdobramentos que dele advém nas concepções de *natureza*, *arte* e *artista*.

O individualismo romântico altera o conceito de arte. Na estética neoclássica procura-se estabelecer-se um equilíbrio entre a expressão e o objeto da expressão. No Romantismo, tal equilíbrio não é mais possível, pois “a palavra não é mais coextensiva à natureza nem tendem as duas a igualar-se; torna-se algo menor, algo insuficiente para exprimir a nova escala em que o *eu* se coloca”. Em nova escala, o eu do artista sobrepõe-se à arte: “a arte parece ao espírito romântico uma limitação da expressão, de toda a inexprimível grandeza que o artista presente no mundo e nele próprio, a arte é um termo secundário relativamente ao drama do artista, que tenta em vão encontrar a forma”.<sup>200</sup> Isto significa dizer que o artista romântico pressente a grandeza existente no mundo e nele próprio, contudo vê-se diante da impossibilidade de expressar tal grandiosidade através da arte,

<sup>197</sup> CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*, 14ª. Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013. p. 341

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 341.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 341.

tomada aqui como insuficiente, como a limitação da expressão do próprio artista. O artista romântico está sempre em dilema criativo, pois nunca consegue encontrar o melhor registro que dê conta de expressar a grandiosidade dele e do mundo.

Contudo, há nesse conflito ensejado pela impossibilidade de representação integral do mundo a partir da arte, uma ambivalência. Se existe frustração, como vimos, há por outro lado um “sentimento de glória” por parte do artista: a condição do artista “lhe parece suprema exatamente porque o seu eu transcende o instrumento imperfeito com que busca aproximar-se do mistério”. Temos, aqui, uma diferenciação clara com a estética setecentista. Nesta, natureza e arte mais importam do que o artista em si. Elas naturalmente se correspondem, de modo que a arte é capaz de expressar a natureza em sua integralidade. Se essa expressão é tomada como certa, o artista torna-se mero intermediário, desaparece no momento mesmo em que a realização da expressão da natureza pela arte acontece; o amor, a contemplação e o pensamento aparecem como objetos do mundo, existem enquanto coisas presentes nas possibilidades certas de manifestação artística, não sendo apresentados como entes particulares a um indivíduo, a uma pessoa. No Romantismo, a arte passa à posição de intermediária, já que ela é insuficiente enquanto expressão da grandiosidade com que se apresentam a natureza e o artista.

201

Não apenas o conceito de arte se altera com o Romantismo, mas também o conceito de natureza. Se para os árcades a natureza configurava-se enquanto “*princípio*”, isto é, enquanto a expressão de um encadeamento das coisas, da ordem estabelecida entre elas e integralmente apreendida pela razão humana, no Romantismo a natureza aparece como o próprio “mundo, o cosmos, a natureza física cheia de graça e imprecisão”. A essa natureza, interpõe-se o homem enquanto indivíduo, indivíduo particularizado, logo deslocado de um mundo insistentemente misterioso. Há aqui um individualismo que, ao forçar o homem sobre o seu próprio destino, fratura o entrosamento que ele possa ter com o mundo natural que o circunda. Da fratura resulta um indivíduo romântico que se sente sozinho, potencialmente vulnerável a ponto de cometer rasgos pessoais, agir conforme o ímpeto e o desespero.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 342.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 342.

A poesia romântica tem como objetivo, pois, a expressão de um sentimento pessoal angustiado, advindo de um senso de isolamento, de um estado de solidão. Uma oposição clara a extremamente sociável literatura árcade, onde a presença do interlocutor (isto é, do outro) impõe limites à expansão do eu.<sup>203</sup> A “*magia* romântica”, então, sucede ao simples “*encanto* dos árcades”, em um movimento marcado pela afirmação de forte individualismo. Destarte, a literatura romântica, sobretudo a poesia, pode ser vista como um movimento de radical lirismo, entendendo lírica “no sentido mais restrito de manifestação puramente pessoal, de estado d’alma, sob a égide do sentimento, mais que da inteligência ou do engenho”.

Na medida em que a poesia liricamente se especializa, surgem ricos contrapontos novelísticos, retóricos e didáticos responsáveis pelo desenvolvimento de outros gêneros, principalmente da novidade moderna denominada romance.<sup>204</sup> Na literatura romântica, o romance aparece como contrapeso ao individualismo lírico. O fato de tal gênero comportar várias formas literárias dinamiza o Romantismo, na medida em que permite a seguinte ambivalência:

se de um lado [o romance] trazia água para o moinho do *eu* ia de outro preservando a atitude de objetividade e respeito ao material observado, que mais tarde produziria o movimento naturalista. O realismo, aliás, é de todo romance, em todas as suas fases, pois o romance se constituiu, sobretudo na medida em que aceitou, como alimento da imaginação criadora, o cotidiano e a descrição objetiva da vida social.<sup>205</sup>

## **2.5 O senso de missão e a posição do verbo literário em uma atmosfera romântica.**

O fato de o Romantismo ser essencialmente lírico e, conseqüentemente, revelar-se melhor na “poesia, no drama e nos romances de tendência poética” acaba nos tornando mais profícuo analisar a “figura ideal do poeta romântico” a fim de estabelecermos quadros de interpretação mais amplos sobre o escritor romântico de modo geral.<sup>206</sup> São dois os principais aspectos a serem ressaltados por tal

---

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 342.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 343.

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 343-344.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 344.

análise. O primeiro deles refere-se ao conceito de missão; o segundo, à posição do escritor em relação ao verbo literário que produz.

O conceito de missão é uma contribuição tipicamente romântica. De uma forma ampla, os poetas sempre se sentiram donos de verdades e sentimentos superiores aos dos outros homens, sentimento que explicaria a força motriz da qual adviria a inspiração de escrita da própria poesia (transe, furor poético, inspiração divina). Em fases poéticas em que o equilíbrio é a tônica, como no Neoclassicismo, essa relação de superioridade do poeta enquanto ente de efervescência criativa aparece apenas como um recurso estético possível. No Romantismo, diferentemente, voltam-se a todo vapor explicações transcendentais sobre a atividade criadora, somadas à ideia de que o fazer do poeta vincula-se a uma “missão de beleza, ou de justiça, graças à qual participa duma certa categoria de divindade”. Para alguns poetas, tal missão é espiritual; para outros, social. Contudo, para todos se trata de uma missão correspondente à “nítida representação de um destino superior, regido por uma vocação superior. É o bardo, o profeta, o guia.” Assim se explica a inclinação inicial do romântico ao monólogo, onde a presença de auditores é pressuposta não com intuito socializador, mas apenas na medida em que eleve a dignidade missionária do próprio poeta.<sup>207</sup>

Assim, o isolamento a que o poeta romântico se deixa levar pela própria grandeza, sendo aparentemente desumana, seria na realidade o sinal da sua predestinação; e o auditório sacrifica a este algo, que lhe parece mais essencial, mais poderoso, a perda sociabilidade arcádica. No máximo do isolamento o poeta atinge a condição divina, despojando-se de si mesmo para se dar à sua cruz [...]. Uma nova relação, portanto, em que a estatura do artista cresce até encontrar no isolamento a atmosfera perdida.<sup>208</sup>

Tal movimento, marcado pela articulação entre grandeza, missão e isolamento demonstra um claro afastamento do equilíbrio neoclássico e supõe, por conseguinte, uma nova relação estabelecida entre o artista e o “verbo literário” que ele exprime. Tal relação é o segundo aspecto a ser aqui considerado.

Na tradição neoclássica, o poeta lê tanto o mundo interior quanto o mundo exterior manejando categorias já estabelecidas, em detrimento de novas formas inesperadas e fora dos cânones. A tônica apriorística da escrita objetiva o conteúdo do empreendimento poético, toma o mundo como algo já delimitado, devida-

---

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 344.

<sup>208</sup> *Ibidem*, p. 346.

mente racionalizado e, conseqüentemente, fora do espírito do poeta e do leitor. Disso resulta um verbo literário enquanto expressão da natureza, sendo ele mesmo coextensivo aos objetos que diz representar. Para a atitude romântica, o verbo literário se transforma em uma simples “medianeiro entre a natureza e o intérprete”.<sup>209</sup> Os românticos partem do pressuposto de que cada situação é específica e irreversível. Nesse sentido, ela só pode ser expressa a partir de um verbo literário também específico, entendido enquanto expressão de um ângulo pessoal.

Uma nova era de experimentalismo modificará a fisionomia estabelecida do discurso, quebrando a separação entre os gêneros, derrubando a hierarquia das palavras e – mais importante que tudo – procurando forjar a expressão para cada caso, cada nova necessidade.<sup>210</sup>

Destarte, mundo e espírito estão repletos de coisas diferentes, necessariamente passíveis a específicas e novas formas de expressão. Isso explica o fato de o verbo literário perder, por meio da atitude romântica, o seu lugar sagrado: a perda acontece porque ele não mais expressa um mundo e um espírito engendrados e objetivados dentro de uma fixidez; a palavra torna-se apenas “um molde renovável a cada experiência, permanecendo sempre aquém da sua plenitude fugaz e irreproduzível”.<sup>211</sup> No Romantismo, cada experiência exige um novo verbo literário, uma nova palavra, uma nova arte. No entanto, o paradoxo persiste, pois o romântico, numa tensão entre esperança e resignação, insiste em procurar pela forma perfeita:

no mais completo breviário do que a alma romântica tem para nós de essencial, o primeiro *Fausto* (que os alemães, todavia, consideram como a expressão de um outro movimento literário), toda a angústia do velho sábio está presa no sonho de encontrar a perfeita manifestação do ato perfeito, isto é, a plenitude inserida na duração; e não desfeita por ela.<sup>212</sup>

O experimentalismo romântico, enquanto busca incessante por novas estéticas dadas à experiência e afirmação constante do quão individualizada e relativa é o diálogo entre poeta e mundo, deve ser percebido dentro de um movimento histórico marcado pelas drásticas transformações trazidas pela cultura urbana, responsável pelo acantonamento do mundo rural ocidental ao passado. Com o advento da mecanização, mudanças quanto ao ritmo da vida social e econômica

---

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 346.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 346.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 347.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 347.

são acompanhadas pela diluição de valores há muito tempo arraigados,<sup>213</sup> redirecionando as relações estabelecidas entre o homem e a natureza.<sup>214</sup> O Romantismo procura resolver os impasses daí advindos através da contemplação do *eu* e do mundo. Em meio às radicais transformações, o eu romântico não consegue resolver objetivamente seus problemas com a sociedade, preferindo evadir no espaço (natureza) e no tempo (História).

## 2.6 A evasão romântica no espaço.

A evasão espacial tem como direcionamento não mais a natureza ordenada, decorativa, polida, previamente decodificada e objetivada dos neoclássicos, mas sim o desequilíbrio instaurado pela presença expressiva de paragens agrestes e inacessíveis.

A natureza romântica é expressiva. Ao contrário da natureza árcaica, decorativa. Ela *significa* e *revela*. Prefere a noite ao dia, pois à luz crua do sol o real impõe-se ao indivíduo, mas é na treva que latejam as forças inconscientes da alma: o sonho, a imaginação [...]. O mundo natural *encarna* as pressões anímicas. E na poesia ecoam o tumulto do mar e a placidez do lago, o fragor da tempestade e o silêncio do ocaso, o ímpeto do vento e a fixidez do céu, o terror do abismo e a serenidade do monte.<sup>215</sup>

Falar em uma natureza agreste, inacessível e encarnada pelas pressões da alma equivale afirmar que o Romantismo somente é possível na medida em que o mundo tenha como fulcro a emotividade expressa pelo sempre insuficiente verbo literário de cada poeta. Um empreendimento literário, como já dito, voltado a rejeitar as formas literárias setecentistas, atribuindo autoridade apenas ao gênio do poeta, aquele magicamente capaz de conferir forma às “misteriosas sugestões da natureza e da alma, a ideia, em suma, do poeta mediúnico.”<sup>216</sup>

A tendência à mediunidade, por sua vez, redundava em uma marca indelével na sensibilidade romântica: o sentimento de mistério. Enquanto a natureza, para os neoclássicos, é espelho verdadeiro da ordem do mundo, espelho onde o espírito

<sup>213</sup>BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

<sup>214</sup>CANDIDO, 2013, p. 347.

<sup>215</sup>BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1984, p. 97-98.

<sup>216</sup>CANDIDO, 2013, p. 349.

também se abriga e se reflete, para o Romantismo ela é o lugar do mistério, ponto marcado pela inacessibilidade contra a qual o limitado homem debate-se inutilmente. Reconhecendo sua limitação frente à grandiosidade natural, o romântico opta perscrutá-la no que nela há de mais desordenado, tornando sua visão de poeta menos superficial e mais profunda. Assim, procura representar a natureza física e/ou psíquica como algo extremamente convulso. “Em lugar de senti-la como problema resolvido, à maneira do neoclassicismo, adora-a e renega-a sucessivamente, sem desprender-se do seu fascínio nem pacificar-se ao seu contato”.<sup>217</sup>

Se existe uma natureza que se fecha diante das perguntas humanas, apresentando-se em sua grandiosidade e superioridade inacessíveis, não é possível ao romântico compreendê-la apenas pela racionalidade. Nesse sentido, a racionalidade torna-se um limite a ser superado pelo que há de mais profundo e obscuro no ser, cabendo ao poeta entregar-se à vertigem e à irracionalidade que parecem compor a própria essência da natureza. Para essa entrega, deve o romântico estar motivado por um profundo “sentimento de totalidade”: o Romantismo exprime o “desgosto das soluções racionalistas e mecânicas”, deseja “ir além do empírico e tocar, com a sonda da poesia, um fundo comum que susteria os fenômenos, chame-se Natureza, Absoluto, Deus ou Nada.”<sup>218</sup>

Em trabalho mais recente, Angus Fletcher retomou toda uma discussão sobre as formas de categorização da sensibilidade, e concluiu, sob uma perspectiva analítica bastante ampla, que o mundo ocidental pode ser historicamente compreendido através da alegórica polarização existente entre as formas de sentir associadas ao belo e ao pitoresco, aproximados de um lado, e ao sublime, de outro:

O pitoresco poderia ser melhor definido como inverso, ou microscópico, [da] sublimidade: onde o sublime visa à grande dimensão e à magnificência, o pitoresco visa à pequenez e a um pouco de modéstia; onde o sublime é austero, o pitoresco é intricado; onde o sublime produz “terror”, ou melhor, uma ansiedade temerosa, o pitoresco produz uma quase excessiva sensação de conforto.<sup>219</sup>

Em conformidade com a tese de Fletcher, podemos dizer que o Romantismo também coloca em tensão o pitoresco e o sublime, conferindo, contudo, vitó-

<sup>217</sup> *Ibidem*, p. 349.

<sup>218</sup> BOSI, 1984, p. 279.

<sup>219</sup> FLETCHER, A. *Allegory: the theory of a symbolic mode*. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1986 *apud* NAXARA, M. R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004, p. 70.

ria à sublimidade em seu desejo profundo de “entregar-se ao fluxo infinito do Cosmos”: “a música de Beethoven – dizia Hoffmann – põe em movimento a alavanca do medo, do terror, do arrepio, do sofrimento, e desperta precisamente esse infinito anelo que é a essência do Romantismo”.<sup>220</sup>

Se no Arcadismo a natureza era estatizada e codificada prontamente por uma razão que dela também fazia parte, no Romantismo o mundo natural é incomensurável. Diante da incomensurabilidade, o registro romântico é fortemente inclinado a distanciar-se da ciência clássica, já que ao contrário desta não vê possibilidade de “conferir razão ao conjunto a partir dos elementos que o formam”;<sup>221</sup> dizendo de outro modo, o sujeito espiritual romântico não chega à experiência do todo através da análise eminentemente racional de fracionar o mundo dos objetos. Perspectiva maior da sensibilidade romântica, o mundo “constitui e deve ser visto e representado como unidade”, assim como pensa o romântico Schelling para o qual “a natureza tem existência *a priori*, o todo preexiste às partes, que não o formam, mas dele fazem parte intrinsecamente”.<sup>222</sup> Aproximando-se de tal perspectiva, Humboldt define seu conceito de paisagem, que influenciará toda a exploração científico-naturalista posterior; por consistir na ideia de que os elementos da natureza estão articulados de forma a não ser possível o conhecimento e a dominação deles apenas pela racionalidade, o “paisagismo” humboldtiano, somado ao pensamento de Goethe, propõem uma aproximação entre ciência e estética como forma de apreender e representar a natureza. Nessa proposta, que procura representar o todo e não as partes, opera-se uma junção, onde

razão e sensibilidade [caminham juntas] na apreciação e conhecimento da natureza, de forma a aproximar arte e ciência: o desenho, assim como a aquarela, despontando como instrumentos e meios “de conhecimento da natureza” de que os cientistas passam se valer para a observação do mundo sensível e para seus registros e conclusões.<sup>223</sup>

Vê-se que, para o romântico, a inteligibilidade do mundo não pode ser instrumentalizada e garantida pela razão, mas antes inserida em meio à dinâmica e inquietante sensibilidade. A condição poética do escritor romântico ainda se complica, lembremos, pela limitação do verbo literário frente à grandiosidade que lhe toca exprimir. Tal impotencialidade de representação resulta numa “sensação

<sup>220</sup> BOSI, 1984, p. 99.

<sup>221</sup> NAXARA, 2004, p. 55.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 57.

de desajuste” entre natureza e arte, sentimento responsável pelo emergir de tons pessimistas e sádicos atuantes no “desejo de fuga” tipicamente romântico.<sup>224</sup> Sádicos e pessimistas, os românticos ora invocam a morte, associando-a principalmente ao sentimento amoroso, ora empreendem irônica e sarcasticamente críticas negativas aos valores sociais. Afinal, trata-se de um grupo de escritores imerso em uma conjuntura histórica caracterizada por transformações radicais nas mais diferentes esferas. Se eram próprios do homem a virtude, a anormalidade e o temperamento, o eram também o crime, o vício e os desvios sexuais e morais.<sup>225</sup>

Tal atitude romântica, essencialmente individualista na medida em que expressa certa negação das normas e da rotina até o presente estabelecidas pela tradição, pode ser parcialmente explicada pela nova posição social do escritor. Antes “pensionado, protegido, quase confundido na criadagem dos mecenas”, o escritor afirma-se agora enquanto profissional dependente de uma carreira literária a ser constituída mediante vasto público. Desamparo e falta de segurança podem, nesse sentido, terem facilmente afetado a nova consciência literária que então surgia. Profissionalizando-se em meio à atmosfera de insegurança, o escritor, portanto, inclina-se ao individualismo e ao inconformismo. De forma paradoxal, o individualismo não equivale a uma postura egoísta por parte escritor romântico, pois, de tal individualização, decorre uma grande sensibilidade do escritor romântico no tocante à condição social dos outros, às possíveis formas de intervir a favor dos homens urbanos e industriais. Nesse sentido, ao lado dos pessimistas românticos ou irmanados a eles não raro encontramos “os profetas da redenção humana”, de modo que a rebeldia política não deixe de vincular-se ao sentimento de missão social.

Wordsworth foi partidário da Revolução Francesa, Lamartine teve papel destacado na de 1848, Shelley foi um panfletário contra a tirania e a religião, Victor Hugo acalentou sonhos humanitários, o nosso Castro Alves lutou contra a escravidão negra e saudou a república. Assim, pois, individualismo e consciência de solidão entrecortados pelo desejo de solidariedade, pessimismo enlaçado à utopia social e à crença no progresso aumentam a complexidade desse “tempo patético e dourado”, na expressão de um crítico italiano.<sup>226</sup>

<sup>224</sup> CANDIDO, 2013, p. 349-350.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 351.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 351-352.

O progresso, como acima sinalizado, compõe as atitudes românticas, caracterizando a experiência de tempo em que o Romantismo se insere. É a partir da dela, isto é, de suas potencialidades de orientação às ações humanas que a evasão romântica ao passado (História) pode ser explicada.

## 2.7 Crença no progresso: a atitude romântica dirige-se para a História.

A citação que se segue é longa, no entanto a consideramos um interessante ponto de partida para adentrarmos nas esclarecedoras perspectivas koselleckianas referentes à experiência moderna de tempo.

Lutero dizia frequentemente que o fim deveria ser esperado para o próximo ano, ou mesmo para o ano em curso. Entretanto, acrescentou ele em uma das *Conversas à mesa*, Deus, por amor aos escolhidos, abreviaria os últimos dias “pois o mundo se apressava nessa direção, *quia per hoc decennium fere novum saeculum fuit* [porque ao longo dessa década foi quase um novo século]”. Lutero acreditava que os acontecimentos do novo século haviam sido comprimidos em uma nova década, que se iniciara com a Dieta de Worms e terminara, como sabemos, no ano em que surgira o quadro da *Batalha de Alexandre*. Essa abreviação temporal indicava que o fim do mundo se aproximava com grande velocidade, ainda que a data permanecesse oculta.

Façamos uma pausa e contemplemos trezentos anos à frente; a transformação da estrutura temporal, nesse período, é o nosso tema aqui. Em 10 de maio de 1793, em seu famoso discurso sobre a Constituição revolucionária, Robespierre declara: “É chegada a hora de conclamar cada um para seu verdadeiro destino. O progresso da razão humana preparou essa grande Revolução, e vós sois aqueles sobre os quais recai o especial dever de acelerá-la”. A providencial fraseologia de Robespierre não é capaz de dissimular que o horizonte de expectativa alterou-se em relação à situação inicial. Para Lutero, a abreviação do tempo é um sinal visível da vontade divina de permitir que sobrevenha o Juízo Final, o fim do mundo. Para Robespierre, a aceleração do tempo é tarefa do homem, que deverá introduzir os tempos da liberdade e da felicidade, o futuro dourado.<sup>227</sup>

Expressando a específica experiência de tempo encontrada no pensamento luterano, o excerto acima destacado fornece balizas para uma compreensão mais ampla da Modernidade. Lutero, ao discursar a partir de uma escatológica ideia de

<sup>227</sup> KOSELLECK, R. *Futuro Passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 25.

Juízo Final, indica: (1) a presença de uma concepção religiosa da experiência de tempo no século XVI; (2) uma mudança notável encontrada nessa própria experiência quando comparada aos seus contornos medievais precedentes. Para entendermos semelhante mudança, explicitar as perspectivas de temporalidade presentes no medievo torna-se necessário.

No mundo medieval, a perspectiva religiosa do “fim do mundo” não deve ser entendida como algo que defina, em uma linearidade claramente estabelecida, um preciso momento para a realização do final dos tempos. Ali, o Juízo Final está sempre em suspenso, ou seja, sua presença é um espectro que não possui uma datação precisa a partir da qual ele possa realizar-se inteiramente. Em Lutero, a noção de Juízo Final se reconfigura: o fim do mundo não se coloca mais como um espectro fugidio que assombra o presente, mas sim como algo que está na iminência de acontecer, como algo que, em decorrência de um específico encurtamento da experiência de tempo, logo ocorrerá sob o julgo de uma “vontade divina” que a tudo suplanta.

A leitura do pensamento luterano mostra-nos que novos elementos, então modernos, começavam a entrar em tensão com a própria experiência religiosa de tempo. É sob essa perspectiva, diz Koselleck, em que se justifica ainda no século XV o aparecimento de previsões religiosas que lançavam a realização do fim do mundo para um futuro mais distante. Mesmo tentando adaptar-se às novas formas de experienciar o tempo, a perspectiva religiosa passa a perder espaço, tendo como sua força social e política opositora o Estado Moderno, que se gesta entre os séculos XVI e XVIII.

Intimamente relacionada com a constituição do “Estado absoluto autônomo”, tal mudança da experiência temporal associa-se, ainda, à laicização: em vez de ser vislumbrado um fim do mundo eminentemente concretizado pela “vontade divina” suplantadora dos desdobramentos de qualquer ação humana, pensa-se agora nas possibilidades de um futuro inédito e desprendido das amarras religiosas. Nesse novo tempo, dois principais elementos, segundo Koselleck, ganham destaque, sendo eles a capacidade da ação humana (não divina) em criar “prognósticos racionais” e a elaboração, principalmente pelo século XIX, das filosofias da história.

Inserindo-se principalmente no campo da ação política dos Estados Modernos, o prognóstico racional procurava, por intermédio de um “cálculo racio-

nal”, ver o futuro como um “campo de possibilidades finitas, organizadas segundo o maior ou menor grau de probabilidade”.<sup>228</sup> Há nessa definição aspectos a serem destacados no que se refere à comparação que pode ser estabelecida entre as profecias religiosas e o prognóstico racional. Enquanto nas profecias religiosas o futuro é um dado estabelecido pela vontade divina, no prognóstico racional o futuro pode ser vislumbrado, porém sempre na interpelação de possibilidades.

É nessa perspectiva que atribui ao homem a capacidade de projetar “futuros possíveis” a partir de prognósticos, diz Koselleck, em que também pode ser incluída a concepção de *Historia Magistra Vitae* (Historie). A História como mestra da vida, concepção “quase ileso até o século XVIII”,<sup>229</sup> pautava-se numa equação relativamente simples: como haveria uma “constância da natureza humana”,<sup>230</sup> tudo o que o homem tivesse realizado seria passível de repetição; nesse sentido, os erros e acertos humanos seriam imutáveis, daí a legitimidade em conferir cunho pedagógico às narrativas referentes ao passado.

Até o presente momento do nosso texto, ficou visível a diferença entre profecia e prognóstico e como ela contribuiu para explicar a nova concepção de temporalidade estruturante do mundo moderno. Mas algo importante deve ser sublinhado no que concerne à aproximação apresentada entre eles, qual seja: tanto a profecia cristã, quanto o prognóstico – que, como vimos, também é localizado na *Historia Magistra Vitae* – pautam-se na noção de que nada “fundamentalmente novo pode acontecer”.<sup>231</sup> No prognóstico, a experiência é vetor direto do que vai ocorrer; na profecia, o futuro político já é dado. Partindo desse pressuposto, Koselleck destaca que “foi só com o advento da filosofia da história que uma incipiente modernidade desligou-se do seu passado, inaugurando um futuro inédito, também a nossa modernidade.”<sup>232</sup> A experiência de tempo, assim, novamente se reorganiza.

Em um momento histórico marcado pela “experiência da aceleração”<sup>233</sup> profundamente atrelada à aplicação do desenvolvimento científico nas técnicas

---

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>233</sup> Assim como no já clássico *Futuro Passado*, Koselleck não deixa de afirmar no artigo *In there an acceleration of history?* que a noção de “aceleração”, enquanto categoria histórica, remonta às perspectivas apocalípticas do século XVI. Mas nesse segundo trabalho o autor ainda observa que a

industriais, a filosofia da história procura ordenar um mundo que vive cada vez mais em função do desconhecido; quanto mais a experiência se funda na aceleração – aceleração que se radicaliza entre 1750 e 1850, sendo cunhada por Koselleck de “*Sattelzeit*” –, mais material desconhecido é colocado ao presente. O presente, sempre em contato com o novo, passa a perder a possibilidade de ser plenamente experienciado tamanha a profusão de desconhecidos. Na tentativa de perceberem uma lógica nessa aceleração e de recuperarem o presente à experiência, as filosofias da história, diz Koselleck, promovem a junção dos dois principais registros por nós já mencionados: os prognósticos racionais e as “previsões de caráter salvacionista”. A partir dessa junção, as filosofias da história entendem que olhar para o passado, ou seja, olhar para a experiência não é uma forma de reconhecer nela exemplos práticos de ação; o passado – não mais de acordo com a *Historie*, mas a partir da concepção moderna de História que então se gesta<sup>234</sup> – torna-se, na filosofia da história, um aspecto a ser considerado na constatação de que o movimento da *Geschichte* é a transformação. Mas essa transformação é nordeada por um fio condutor, sendo ele a noção de *progresso* criada no final do século XVIII. A perspectiva de progresso não entende mais o fim do mundo – como via Lutero e as outras perspectivas religiosas apocalípticas – como substância do futuro; o futuro, para a concepção de progresso, emerge como o momento de realização de algo melhor e inédito, daí ser o passado, apenas, parte de um *continuum* no qual o processo de transformação ascendente mediado pelo desenvolvimento técnico-científico se expressa. Como se fala em um registro de aceleração, torna-se imperativo ao homem inserido na atmosfera de forte relação entre a filosofia da história, a noção de progresso e a moderna concepção de História promover a aceleração da aceleração, afinal seria interessante a ele, assim como para Robespier-

---

ideia de aceleração apenas se torna um “conceito experiencial clarificado” com os desdobramentos empíricos da Revolução Industrial.

234 De acordo com Koselleck, o termo *Historie*, que significava predominantemente o relato em si, as narrativas de certos acontecimentos, foi suplantado em torno de 1750 pelo conceito de *Geschichte*. Originalmente, *Geschichte* designava o acontecimento, a série de ações cometidas ou sofridas. Mas ao passo que o termo *Geschichte* ganhava espaço em relação ao termo *Historie*, também *Geschichte* se revestia de outro sentido. “A fim de enfatizar o novo significado, falou-se em primeiro lugar, preferencialmente, da história [*Geschichte*] em si e para si, da história pura e simplesmente – ou seja, da história. 'Acima das histórias está a história', resumiu posteriormente Droysen esse processo” (KOSELLECK, 2006, p.49). Em síntese, Koselleck assinala a passagem do conceito antigo (*Historie*) – relato pedagógico de acontecimentos – para o conceito moderno de história (*Geschichte*) – a História como acontecimento único ou como um complexo de acontecimentos (a História enquanto “singular-coletivo”).

re, também poder viver as promessas de “liberdade” e “felicidade” viabilizadas pela realização de um “futuro dourado”.

O pensamento de Hermann Lübbe<sup>235</sup> se aproxima verticalizadamente das perspectivas koselleckianas ao entender que a experiência da aceleração é vetor importante para a compreensão dos desdobramentos do mundo moderno. Para Lübbe, quanto mais houver “inovações por unidade de tempo” (aceleração) em uma “civilização dinâmica”, maior é o estranhamento que o presente mundo da vida dessa mesma civilização tem em relação ao seu passado. A partir dessa premissa, questões referentes à identidade se colocam. Diz Lübbe: “há relativamente pouca dificuldade em perceber o que somos contando as histórias da nossa proveniência individual e coletiva quando essas histórias são de um passado que ainda podemos tomar como modelos do presente”. Mas, completa o mesmo autor, quando esse passado nos é tornado cada vez mais estranho devido às forças da aceleração, o estabelecimento de nossa identidade nos fica muito mais dificultado. É dessa dificuldade que surge a necessidade de “realizações mais explícitas de uma consciência histórica cientificamente disciplinada”.<sup>236</sup> Desse modo, é possível dizer que “as conquistas da consciência histórica [– que se expressa através da interligação entre o conceito moderno de história, as filosofias da história e a noção de progresso –] são compensações para uma perda temporalmente variável de confiança nas próprias amarras culturais”.<sup>237</sup> A “cultura histórica”, então, pode ser entendida como uma “cultura especificamente moderna cuja necessidade aumenta com o dinamismo da civilização moderna”.<sup>238</sup> Através da consciência histórica, ou, como queira, da cultura histórica o mundo moderno reconecta o passado ao presente, estabilizando e compensando, por conseguinte, “os perigos da difusão temporal da identidade”.<sup>239</sup>

Hermann Lübbe não deixa de seguir Koselleck em mais um ponto ao tomar-lhe de empréstimo a categoria “futurização da utopia” a fim de explicar as consequências políticas da experiência da aceleração. Anteriormente à onda crescente de inovações trazida pelo mundo moderno ao mundo da vida, diz Lübbe, a

---

<sup>235</sup> LÜBBE, H. The contraction of present. In: ROSA, H., SCHEUERMAN, W. E. *High-speed Society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, pp. 159-178.

<sup>236</sup> *Ibidem*, p. 162.

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 162.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 163.

utopia entendia que em algum lugar da Terra algo melhor já havia se realizado. Com a experiência moderna da aceleração, ocorre uma “temporalização da utopia”: algo melhor poderia ser encontrado em tempos distantes. E em que se desdobra, portanto, essa temporalização? Lübbe responde:

ao transpor a perfeição realizada na literatura de lugares distantes para tempos distantes, a [futurização da utopia] também pressupõe que a condição social em que nos encontramos agora seja ao mesmo tempo parte de um processo dirigido de transformação. Isso obriga a validação moral política do futuro.<sup>240</sup>

Mas para validar o futuro moral e politicamente, ou seja, para vislumbrá-lo enquanto morada do que é considerado melhor, tornam-se imperativos: (1) descobrir no passado origens que expliquem a realização desse mesmo futuro, (2) articular passado e futuro a partir da ideia de epocalidade, segundo a qual a época presente seja apenas um dos momentos encontrados em determinado processo de sucessão de épocas e (3) acelerar obrigatoriamente a experiência para que o futuro aconteça, uma vez que ele se coloca como superior ao mundo da vida presente. Realizadas essas considerações, a conclusão de Lübbe não se distingue sobremaneira às perspectivas koselleckianas aqui já apresentadas: a validação moral e política do futuro é expressão clara, portanto, da “transformação da clássica filosofia da história dentro da ideologia política”.<sup>241</sup> Assim, podemos dizer que as filosofias da história são filosofias da totalidade; elas almejam e explicam o todo, inserindo-o em um único movimento.

Segundo Márcia Regina Capelari Naxara,<sup>242</sup> a sensibilidade romântica é uma dentre as modernas apostas de conferir inteligibilidade histórica ao “descoberto” mundo americano. São vários os resultados inerentes à tentativa dificilmente estável, que se prolonga na Modernidade, de atribuir à América uma posição em relação ao Velho Mundo, de dotá-la simbolicamente de valor, de representá-la através da linguagem, de inseri-la dentro de um singular coletivo cujo processo constata-se através da experiência linear e progressista da passagem tempo. Nesse sentido, Naxara entende ser explicável o aparecimento das teses publicadas por Buffon (1761) e De Pauw (1768), estudos que conferem fôlego a uma polêmica cuja duração se estenderá ao início do século XXI. Inicialmente falando de uma América degenerada, de um continente que, entendido como inferior ao europeu,

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 168.

<sup>242</sup> NAXARA, 2004.

possuiria uma debilidade e uma imaturidade intrínsecas, ambos os autores inserem-se em um acalorado debate que a eles impõe fortes reformulações. São obrigados a curvarem-se e a acatarem a ideia de um continente que “estaria vivendo, à época do descobrimento, um período de transição, de infantilidade, a partir do qual poderia progredir”.<sup>243</sup> Enquanto para Buffon, dentro dessas reformulações, a América poderia amadurecer sob a influência da passagem do tempo e do contato europeu, para De Pauw era visível que o continente, uma vez em contato com o homem branco, tinha se desenvolvido a contar do início da colonização.

Contudo, Buffon e De Pauw não encerram o debate na suavização de uma perspectiva negativadora do continente americano. Muito pelo contrário. São vários os contrapontos surgidos em relação a eles na América, bem como na Europa, sendo Rousseau um exemplo ideal. O pensamento rousseauiano, em outro polo de interpretação, valoriza e resgata a noção, já presente nos séculos XVI e XVII, que vincula o homem americano ao “bom selvagem”, àquele que está próximo à natureza primitiva, que está livre e que, por ainda viver de acordo com “a verdadeira natureza humana”, ainda não foi corrompido. O bom selvagem, em Rousseau, está no “plano ideal”, e a “simplicidade da criação” deve sempre ser objeto de exaltação.<sup>244</sup>

Inscritas na segunda metade do XVIII, as perspectivas de Rousseau serão, segundo Naxara, uma dentre as influências diretas do Romantismo então nascente. Para os românticos, o “encantamento pela natureza selvagem e sem fronteiras” é tão forte que possibilita a Goethe pensar que a natureza e a História estão inseridas em um quadro harmonioso, painel a partir do qual a América poderia ser o lugar em potencial de uma nova história a ser construída sem o peso do passado e da tradição.<sup>245</sup> Humboldt, romântico por excelência, também mostrou encantamento pela grandiosidade americana, colocando-se, inclusive, diante da tarefa de “destruir a tese da inferioridade da América, tarefa para a qual foi necessária palavra da ciência ao lado do registro romântico de veneração e exaltação da natureza e valorização do mundo primitivo e dos mitos originários”.<sup>246</sup>

---

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 57.

### Capítulo 3 - A “expedição romântica e científica” de um benigno homem.

Em missão de atentamente acompanhar os largos passos da viagem científica ficcionalizada por Augusto Emílio Zaluar, o narrador inicia a aventurosa narrativa pela nomeação do seu personagem principal, O doutor Benignus, um homem de cinquenta e dois anos a quem “se podia chamar verdadeiro sábio”, pois havia estudado “a ciência de Deus, a ciência da natureza e a ciência dos homens”.<sup>247</sup> Observa-se, assim, uma tripartição do conhecimento que logo é relativizada pelo fato de existir um sábio capaz de voltar-se às três ramificações de saber dela decorrentes. O conhecimento em questão, mesmo que de forma ainda problemática, é mais uma vez reunificado quando se diz que o verdadeiro sábio

chegou em seu espírito relativo a formar ideia mais ou menos clara do absoluto da divindade: observando a natureza, concebeu a grandeza das leis universais, que regem e transformam eternamente a matéria; mas quanto aos homens, nunca os pôde compreender, e que foi este um dos problemas cuja solução morreu sem encontrar.<sup>248</sup>

O narrador se refere a Benignus, portanto, como aquele que conseguiu de forma relativamente satisfatória compreender, ao longo de sua vida, o absoluto da divindade. Essa compreensão é resultado de uma operação investigativa claramente explicitada. O sábio precisou observar a natureza, a fim de compreender as grandes leis universais sem deixar de deparar-se com um especial paradoxo: as leis universais enquanto mecanismos que supõem estabilidade ao se expressarem e a um só tempo constituírem o que “é” e “sempre será” não apenas regem, mas também transformam a matéria. Há pelo menos até aqui, destarte, a existência de uma lei que, além de reger a matéria, incorpora a tal faculdade o intrínseco potencial de transformação. Não se trata de uma transformação externa à lei, mas sim de um movimento que a própria lei supõe, que a própria lei engendra.

Contudo, se o doutor Benignus conseguiu entender, mesmo que a partir de uma relatividade inerente ao pensamento ou ao espírito, o absoluto da divindade observando a natureza – sendo a ciência de Deus e a ciência da natureza então

---

<sup>247</sup> ZALUAR, 1991, p. 33.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 33.

entrelaçadas por comungarem elementos que estabilizam os sentidos de ordem do mundo –, o homem aparece como elemento que desestabiliza essa compreensão do absoluto divino. O narrador é claro ao dizer que o sábio Benignus “nunca” pode compreender os “homens”, que se tornaram “problemas” inexplicáveis durante toda a vida do cientista. Na esteira de tais fraturas, cabe perquirir como o “homem” é apresentado pela narrativa enquanto sujeito e objeto cognoscente. Afinal, que *homens objetos* são esses sobre os quais Benignus, em vida, não conseguiu encontrar uma explicação? E que *homem cientista* é esse que insta resolver alguns problemas sem alcançar ao fim e ao cabo soluções favoráveis? A narrativa passa a referir-se aos homens (e mulheres) com os quais Benignus estabelecia um contato mais direto. A análise desses personagens fornece indícios da concepção de homem que narrativamente começa a se formar.

E no entanto o Dr. Benignus não procurava, como Diógenes, na praça de Atenas, o homem isolado, o homem exceção, o homem moral verdadeiro produto da seleção de Darwin, não levava o seu humor sarcástico a ponto de interromper as lições de Platão com uma facécia de mau gosto; não, o Dr. Benignus vivia no meio da sociedade de seu tempo, era casado, tinha três filhos e cada filho dous padrinhos, um de cada sexo, o que formava um todo de seis compadres; e morava em uma linda casinha nos arrabaldes da cidade, e cuja horta era o mercado gratuito da vizinhança.<sup>249</sup>

Nesse excerto, a referência aos homens está acompanhada de uma marcação temporal. A afirmação de que o Dr. Benignus vivia no meio da sociedade de seu tempo abre espaço a duas especiais considerações. A primeira delas trata em evidenciar que o narrador refere-se a um homem integrante de algo maior (a sociedade), já que não se tratava do homem isolado, do homem exceção, do homem moral verdadeiro produto da seleção de Darwin. Em um segundo momento, ao homem social se acopla o tempo, isto é, a marcação temporal torna-se parte das características sociais a comporem o personagem. Benignus, enquanto homem integrante da sociedade de seu tempo, ganha ainda mais predicções: casado, pai de três filhos, compadre e morador de uma linda casinha nos arrabaldes da cidade, cuja horta era o mercado gratuito da vizinhança. As informações aqui realizadas indicam um cientista fraterno, um homem que possibilita a todos desfrutarem de sua posse sem nada pedir-lhes em troca. Para um homem onde os interesses econômicos oportunos deveriam ser suplantados pela fraternidade, ter “casa cheia

---

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 33.

de gente”, mesmo quando “precisava estar só e trabalhar”, era motivo de “felicidade”.<sup>250</sup> Contudo, as pessoas com quem Benignus mantinha contato mais próximo e que, por consequência, lhe frequentara a fraterna casa complexificam a sugerida harmonia.

Quando Benignus “sofria algum transtorno em sua vida, ou era notório que estava doente, ninguém o visitava”.<sup>251</sup> Seus compadres eram sisudos, de ações reservadas, faziam dele o maior juízo, recorriam ao seu saber e faziam-lhe elogios por todo canto, mas desde o primeiro dia posterior à cerimônia do batizado a maior parte fugia dele e do afilhado.<sup>252</sup> Fala-se de homens que antes de se tornarem padrinhos dos filhos do sábio, ou seja, antes de assumirem certas obrigações requeridas pela religiosa posição social, mantém uma relação amigável com Benignus, usufruindo-lhe os saberes e reconhecendo-lhe elogiosamente. As relações estabelecidas entre as obrigações inerentes ao compadrio e à fuga dos próprios compadres são explicadas pelo narrador:

A causa da triste solidão involuntária a que se achava pois condenado o Dr. Benignus [...] estava prevista por todas as leis econômicas, era uma questão de aritmética, de vil e prosaica tabuada, o que obrigou os seus amigos mais dedicados e sinceros a desviarem-se dele preocupados, tristes, inconsoláveis... com medo que lhes viesse algum dia a pedir alguma cousa.<sup>253</sup>

Benignus se encontrava só, e tal solidão era consequência de interesses econômicos, pois seus amigos receavam que algum dia o sábio viesse precisar de alguma coisa material que lhes onerasse as despesas. Nota-se a evidente ironia do narrador quando faz referência a dedicados e sinceros amigos, ao passo que o sábio, por fim, torna-se um indivíduo moralmente superior aos demais. Sozinho em meio a este triste “resultado da fraternidade humana”,<sup>254</sup> o Dr. Benignus elabora uma “teoria de perspectiva social”, que segundo o narrador, não deixa de possuir certa originalidade. Tal teoria justificará, em parte, a “resolução singular” de Benignus em romper os laços com a sociedade em que vive, então marcada pelos interesses vis e não fraternos da prosaica tabuada. Analisar essa original teoria torna-se fundamental para compreender a perspectiva de homem e de ciência presente na obra.

---

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 34.

Já que o coração humano não pode viver sem afeições, dizia o sábio, e visto que os amigos de perto são – além de perigosos, impossíveis, criemos amizade ao longe, interroguemos as almas e os espíritos daqueles a quem não vemos os rostos, amemos a distância, nas avenidas longínquas, assim como se adoram os astros e se conversa com as estrelas, com Sírio, com Vênus, com Júpiter, com o Sol, nos confins poéticos e luminosos do horizonte!<sup>255</sup>

Para formular sua teoria, Benignus parte de um pressuposto essencialista ao dizer que o coração humano não pode viver sem afeições, isto é, sem o estabelecimento de laços sentimentais; os “amigos” próximos seriam perigosos, sendo impossível estabelecer amizade com eles. A proximidade entre os homens, como se viu, cria pressões objetivas que minam a sentimental fraternidade. Destarte, teoriza o sábio que as amizades devem ser estabelecidas entre aqueles que se encontram distantes uns dos outros; são as almas e os espíritos distantes entre si que podem tornar-se amigos, daí a necessidade e legitimidade de que amemos a distância. O amor à distância e, conseqüentemente, as amizades a partir dele estabelecidas possibilitam que problemas vis trazidos pela aproximação, principalmente de ordem material, se dissipem, suprindo o coração humano da necessidade que lhe é intrínseca de embrenhar-se em relações afetivas, fraternalmente amorosas. O amor estabelecido entre almas e espíritos distantes, diz Benignus, assemelha-se à contemplativa conversa que os homens podem ter com os astros e as estrelas destacadamente localizados nos confins poéticos do horizonte. A poesia e a observação do céu aparecem como partes de uma forte ideia de pertencimento, possibilitada pelo sentimento do amor que a tudo fraternalmente unifica, equilibra, ordena, nomeia e agrupa.

Interessante analisar a opinião da mulher do sábio sobre a original teoria de Benignus. O narrador afirma que D. Engrácia era uma “excelente esposa” e que, “como quase todas as filhas de Eva”, “era positiva e adepta da escola utilitária, e por isso não podia concordar com a excentricidade desta doutrina platônica”.

256

—Isto é uma ideia que não entra na cabeça de ninguém, apostrofava cheia de indignação a respeitável matrona; se eu soubesse a que ponto haviam de chegar as suas extravagâncias e não fosse o respeito que professo à Santa Madre Igreja, preferia deixar, Nosso Senhor me perdoe, os nossos filhos pagões! Pois as

---

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 35.

crianças não de ser batizadas daqui em diante por procuração? Você é capaz de convidar um padrinho na China e outro na Senegâmbia! Realmente para isto não valia a pena casar, e muito menos ter filho na América do Sul!<sup>257</sup>

A postura da religiosa D. Engrácia no que compete à excêntrica e platônica ideia de Benignus indica diferenciações entre modos de ver o mundo. Fala-se que a opinião da mulher do sábio é condizente com as perspectivas da escola utilitária e, por consequência, afasta-se do teor platônico presente nas ideias do marido. Logo se vê, portanto, uma distinção, onde haveria uma oposição entre um saber meramente pragmático e um saber eminentemente amplo e reflexivo sobre o mundo. Como se verá, o saber a ser enaltecido pela narrativa nos desdobramentos aventureiros que se seguirão não será nem platônico, nem utilitário, mas sim a justaposição dessas duas esferas. Benignus se voltará, nesse sentido, às questões platônicas do conhecimento sem deixar de ater-se aos usos pragmáticos de um saber que pode dirigir-se ao enfrentamento de problemas mais corriqueiros e objetivados do mundo da vida, do mundo cotidiano em si. O destaque ao posicionamento de D. Engrácia permite visualizar, ainda, o lado jocoso e crítico presente na narrativa. O narrador, conferindo maior legitimidade às observações do sábio do que às afirmações da pragmática e religiosa mulher, afirma: “Para sermos justos é preciso consignar aqui que a ilustre senhora era muito mais versada em geografia, que nos estudos de fisiologia social, em que seu marido tinha, contra a sua vontade talvez, chegado a ser mestre.” (p. 35). O sábio, a despeito das desaprovações da esposa, não se esquivava:

o Dr. Benignus era invulnerável a todas estas objurgatórias. Quanto mais estudava esse produto da natureza da época quaternária segundo uns, ou dos últimos períodos da época terciária, segundo outros, o homem – mais se convencia da verdade para ele inconcussa das conclusões científicas de Darwin e do materialismo sombrio de Büchner: o homem não é produto espontâneo da terra, é um aperfeiçoamento lógico na escala da criação, e por isso concluída com um grande filósofo alemão: – antes ser macaco aperfeiçoado, que Adão degenerado.<sup>258</sup>

Em meio a discussões sobre o homem e à formulação de uma teoria singular e deveras excêntrica, o tema da origem emerge, enfim, como um problema científico a ser especialmente considerado. Logo no início do excerto acima, percebe-se que embora não se saiba ao certo a data que confira ao homem um posici-

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 35-36.

ornamento temporal e originário preciso, um vocabulário científico geológico é assumido, ou seja, as balizas temporais trazidas pela ideia de época quaternária e de época terciária são tomadas enquanto válidas, cabendo apenas saber ao certo onde é que nelas a origem do homem de fato aconteceu. Logo depois, uma perspectiva ampla sobre o aparecimento do homem na terra também é legitimada, configurando-se como verdade incontestada para o sábio Benignus: o homem não seria um produto espontâneo, mas sim uma coisa aperfeiçoada, tal como o darwinismo dizia à época. A tensão com a visão religiosa de mundo aparece no momento mesmo dessa afirmação, pois se o homem é aperfeiçoamento lógico, este aperfeiçoamento coloca em cheque as imagens trazidas pelo éden cristão. Contudo, mesmo inviabilizando o originário paraíso dos crentes, Benignus fala que o aperfeiçoamento humano está na escala da criação divina. A tensão trazida, portanto, pelo problema da origem do homem volta a potencializar-se ao final do trecho, pois antes ser macaco aperfeiçoado que Adão degenerado. Ante ao desconcerto da esposa, Benignus “provou que ele mesmo podia ser o descendente de um chimpanzé”,<sup>259</sup> emendando a ainda mais desconcertante declaração:

—Pois é crível que o ente humano, geralmente tão disforme e monstruoso, tanto no moral como no físico, seja feito à sua semelhança, seja a imagem, seja o transunto do Criador? Não acredito. O homem, pelo contrário, conserva bem distintas todas as marcas de sua procedência inferior. Não é na depressão da orelha, acusando a sua origem pontuda, nem tampouco no osso do cóccix, prolongamento de vértebras abortadas, que o homem mostra ser o produto aperfeiçoado do reino animal; não, não é tampouco pela sua inteligência, porque hoje está provado que há menos diferença entre um chimpanzé e um negro do lago Alberto, que entre este e Newton ou Kepler; não, o que deixa fora de dúvida que o homem não é um ser perfeito, completo, a forma definitiva e grandiosa da criação, aquele que, depois de Deus, empunha o cetro do domínio universal, é o aborto, a monstruosidade do coração humano!<sup>260</sup>

A declaração de Benignus inicia-se com uma negativa que, de forma clara, opõe-se à afirmação bíblica de que o homem é a imagem e semelhança do criador. Para Benignus, tal afirmação é incorreta, pois para ele o ente humano é algo disforme e monstruoso, tanto no moral, como no físico. Se o sábio reconhece a existência de um processo de lógico aperfeiçoamento pelo qual passam os homens, não se torna escuso a Benignus também destacar que tal devir porta marcas inferi-

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 36.

ores de procedência. Diz o cientista que os sinais responsáveis em demonstrar ser o homem um animal em aperfeiçoamento e, conseqüentemente, portador de estigmas negativos originários não são evidenciados, propriamente, pelas marcas do corpo ou pela inteligência, afinal “há menos diferença entre um chimpanzé e um negro do lago Alberto, que entre este e Newton ou Kepler”. O que mostra a imperfeição humana em sua integralidade, isto é, que o homem é um ente ainda em aperfeiçoamento e que, por assim ser, não consegue desvencilhar-se da inferioridade lhe deixada pelos estigmas de origem é o aborto, a monstruosidade do coração humano. Sendo assim, não é possível ao homem ser a forma definitiva e grandiosa da criação, aquele que, depois de Deus, empunha o cetro do domínio universal.

Um quadro de ambivalências, portanto, é composto pela narrativa. Deseinha-se a imagem de um homem imperfeito por ainda aperfeiçoar-se, detentor de um coração que, mesmo monstruoso, não consegue viver sem afeto. Trata-se, mesmo, de um coração que, não vivendo sem afeições, sem amizade, sem amor e fraternidade, só consegue estabelecê-las ao longe na tentativa de suprimir pressões vis trazidas pelo imperativo da proximidade. É ambivalente, ainda, a posição tomada frente às verdades religiosas, pois se o éden pode ser negado pelo que diz a ciência, o Deus superior a tudo cria, inclusive o monstruoso e inferior coração humano. O cientista é a figura que suplanta tal inferioridade com seu coração generoso, independentemente de distância ou proximidade. Por extensão, estaria o homem de ciência mais próximo a Deus.

É a partir dessas conclusões ainda imprecisas e contraditórias, responsáveis por colocar em tensão perspectivas negativadas e positivadas em relação ao homem, que Benignus decide-se pela evasão, embora ele já estivesse, pelos motivos já apresentados, em estado de isolamento. “—Por isso, continuou pouco depois, eu quero quebrar por uma vez as minhas relações com a sociedade; e só comunicar-me com meus semelhantes por escrito e... de longe!”.<sup>261</sup> E melhor qualificando os motivos que o levam a partir, diz Benignus à esposa:

—Sabe que mais? Não posso já sofrer os homens nem as suas instituições. Detesto os exércitos permanentes, aborreço a guarda nacional, e sobretudo não posso compreender a utilidade da monarquia constitucional, porque já está velha, nem a da república, porque ainda está nova. Bem vêes que estou deslocado no

---

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 36.

meio de todo este mundo. Vou, por consequência, acabar com tudo, e para isso convido amanhã todos os nossos conhecidos.

– E para quê?

– Para oferecer-lhes uma ceia, fazer-lhes um discurso e mandá-los embora.<sup>262</sup>

A revelação de Benignus à sua esposa demonstra, claramente, como o sábio sente-se deslocado perante a sua sociedade, percebe-se incapaz de viver sob as regras sociais às quais no momento está submetido. Com essa incapacidade, o sábio sente a necessidade de evadir, pensamento fortemente expresso por monólogos interrompidos apenas por algumas interferências da esposa. Evasão, monólogo e crítica social, eis a narrativa configurando-se passo a passo romântica. O discurso, ápice a partir do qual Benignus manifestará aos outros o seu desejo de apartamento da atual sociedade em que vive, é coroado pela afirmação plena do também romântico individualismo, afinal todo discurso a ser proferido do palanque é formalmente unívoco, direcionado a transmitir algo que parte apenas do superior emissor, desconsiderando as interpelações de outrem quanto ao conteúdo que ali se quer passar. Ao discursar, Benignus profere um sentido pré-estabelecido, um significado não construído mediante discussão intersubjetiva.

### 3.1 O “banquete egípcio”.

O quadro inicial é belo e pitoresco. A “elegante casinha de campo do Dr. Benignus, esperava, risonha e festival” os amigos do sábio para aquela ceia reveladora. A bela casa havia sido preparada com muita “profusão e gosto”, desde as salas, a biblioteca, o observatório repleto dos melhores e mais modernos instrumentos de precisão até a sala de jantar e o jardim. O alimento a ser servido no banquete era o quesito onde “mais tinha esmerado a previdência do sábio”, pois este sabia das profundas influências fisiológicas e morais que o estômago exercia no homem; enquanto corpos vivos, fisiologicamente constituídos, os homens abrem-se à necessidade imperativa de alimento, que tanto diretamente influi, entendia Benignus, nos seus padrões morais.

---

<sup>262</sup> *Ibidem*, p. 37.

Ao enumerar os alimentos servidos pelo sábio aos seus convidados, o narrador insere Benignus em uma experiência de tempo progressista, pois por se tratar de “um homem tão conhecedor dos progressos da ciência em geral e particularmente da zoologia e da botânica” não cabia servir um “leitão”, que embora fosse um “prato apetitoso dos festins da roça”, afigurava-se “muito rudimentar”. O progressista Benignus servia aos seus convidados, assim,

dous excelentes fiambres, não de Lamengo, que nos fornecia antigamente porcos criados sob o regímen das monarquias de direito divino, mas porcos de Filadélfia, cidade livre dos Estados Unidos da América do Norte, onde a um tempo se proclamou a independência Americana, e onde Franklin fundou uma biblioteca modesta, que é hoje uma das mais importes do mundo. Além desta extremidade inferior da raça suína (o fiambre), convertida pela indústria em opíparo regalo, campeavam sobre a toalha dous soberbos perus, que pela exuberância das formas pareciam realmente perus antediluvianos, contemporâneos do mastodonte e do megatherium.<sup>263</sup>

O alimento escolhido pelo homem conhecedor dos progressos da ciência não vinha, portanto, das monarquias de direito divino, mas sim da Filadélfia, lugar onde a independência norte-americana havia sido proclamada e onde o conhecimento havia germinado com a criação de uma biblioteca. O fiambre, enquanto alimento de destaque à mesa posta, é o resultado do saber aplicando-se à técnica – a indústria. E se, dentro de uma perspectiva progressista, as escolhas do banquete se resumem em associar técnica, conhecimento e independência política, o divino, mesmo que deixado para trás sob a forma de monarquia, tem sua validade reinstituída ao ser utilizado enquanto baliza temporal responsável em situar os perus antediluvianos, contemporâneos aos mastodontes e megatheriums.

A grandiosidade de tal banquete era uma forma encontrada por Benignus de suavizar a decisão de rompimento social por ele tomada. Em um mundo das aparências, onde artificialmente ocultam-se as mais tristes realidades e revestem-se todos do mais mentiroso disfarce, diz o narrador em tom de crítica, “a resolução do Dr. Benignus, apesar de excêntrica, podia até certo ponto ser desculpada como imitação natural dos costumes do tempo”.<sup>264</sup>

Ao artificioso banquete, eram vinte pessoas convidadas, sendo doze do gênero masculino e oito do gênero feminino. Dois principais personagens merecem

---

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 41.

uma especial atenção do narrador, então empenhado em fazer do romance de Zaluar fonte satírica e irônica de crítica social. Era um casal de compadres, sendo a gorda mulher portadora de um posicionamento sempre vazio, a todos complacente, menos com o marido. O homem, um real e constante contraditório, era insensível e desde sempre apático.<sup>265</sup>

A crítica aos costumes persiste, sem deixar de aparecer no instante em que o narrador fala sobre o que pensava Benignus no transcorrer da ceia. O sábio, examinando a “sociedade com olhar perscrutador”, concluía que no dia seguinte à revelação de seu rompimento seria caluniado, pois como todos os sábios “não era rico”.<sup>266</sup> As críticas sociais aqui presentes dirigem-se, portanto, aos negativos interesses já evidenciados pelo narrador enquanto elementos intrínsecos à sociedade da qual Benignus era integrante, infelizmente marcada por um materialismo vil responsável em tolher a amizade, o amor, a unidade sentimental, os laços de fraternidade.

O doutor Benignus, diz o narrador, deixou primeiro que todos mergulhassem “profundamente na pesada, mas nutritiva refocilação da matéria” antes de discursar. Só depois de reconhecer que “toda aquela animalidade se encaminhava para a irresistível inércia produzida pela febre cibaria”, empunhou o “último cálix de champagne” dando início ao memorável discurso.<sup>267</sup> Eram, pois, corpos vivos, alimentados mediante a animalidade orgânica que possuem e que, antes de entregarem-se à inércia trazida pela animalidade exacerbada em alimento, situam-se no momento exato para receberem a notícia da boca do sábio. Reduzidos à matéria, colocam-se diante da efusão com que se apresenta o pensamento, transcendente, de Benignus no transcorrer do monólogo que se segue. Em meio aos problemas objetivados, e ainda insolucionáveis, da sociedade da qual faz parte, só cabe agora monologar e explicar a evasão. Trata-se, assim, da marcação polarizada entre personagens: convidados refocilantes e inativos, de um lado, Benignus no gozo do ativo pensamento, de outro.<sup>268</sup> O monólogo não se furta à revelação, iniciando-se com ela.

– Meus estimáveis amigos. Não sei se já lestes um espirituoso livro de Júlio Verne, que tem por título *Da Terra à Lua*? Pois

---

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>266</sup> *Ibidem*, p. 43-44.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>268</sup> *Ibidem*, p. 43.

eu sou o Miguel Ardan dessa arrojadíssima expedição, com a diferença que, em lugar de ir para a Lua, vou para o sertão; em lugar de ser transportado por uma bala, sê-lo-ei por um burro, animal menos perigoso que um projétil, e que tem a seu favor a tradição bíblica, tão recomendada pela igreja ortodoxa. Estou cansado de andar por este mundo onde a natureza é tão grande e os homens tão pequeninos! Já que não posso evitar de todo sem esse ato de demência, a que vulgarmente se chama suicídio, contento-me em fugir-lhes, e fugir-lhes com toda a rapidez e para a maior distância possível.<sup>269</sup>

Ao equiparar-se com o protagonista de Júlio Verne, Benignus informa a seus amigos de sua fuga para o sertão, justificando-se cansado da pequenez humana, tão oposta à grandiosidade segundo ele encontrada no mundo natural. O suicídio abrandar-se sob a forma de evasão, e *O doutor Benignus* assim ganha enquanto romance um dos principais aspectos expressamente românticos. O discurso do sábio, contudo, não se esgota tão facilmente. Por trinta anos, continua dizendo o sábio com tamanha firmeza de espírito, havia trabalhado com “tenacidade heroica”. Era formado em medicina, mas como seus clientes só o chamavam quando estavam “para morrer”, foi-lhe impossível fazer carreira enquanto médico. Aventurou-se, então, no “campo das especulações mercantis e industriais”, e o fracasso se manteve. Pobre, atirou-se ao que fazem “quase todos nas mesmas circunstâncias”, indo “pedir proteção ao governo”. Mesmo empenhando-se, conseguiu apenas que o ministro da agricultura o nomeasse agente do correio em um município interior da província de Mato Grosso. Declinou do emprego, e logo depois foi oficialmente despedido. “Posso dizer com jactância, terminei com este episódio ridículo a minha brilhante carreira pública!” Voltou-se então à vida doméstica, e precisando suprir suas necessidades enquanto “chefe de família” muito trabalhou.<sup>270</sup> Escreveu um livro chamado *Pobreza e luxo*, que ficou muito longe de obter sucesso editorial. Vendo o restante das edições de tal livro ser devorado por “miríades de vermes de todas as formas imagináveis, e mais famintos que os que podem roer o miolo apodrecido de um inhamo monstruoso”, contraiu uma peritonite, que quase o levou à morte. Em meio a tal crise profissional, financeira e psicológica, Benignus disse enfim ter optado em “dedicar-se a uma ocupação, de que ninguém mais fizesse o caso, ou quase ninguém no país”, e começou a estudar astronomia. A partir dos seus estudos astronômicos, disse o sábio,

---

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 43-44.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 44.

tenho colhido [...] grandes e aproveitáveis lições! É verdade. Principiei a ver tudo admirável na distância incomensurável do infinito. Entre o infusório, visível apenas com o auxílio do microscópio, e as nebulosas, cujos raios de luz gastam milhões de anos a chegar à Terra, o que é com efeito o homem, quer seja um monarca, quer seja um Papa, quer seja mesmo um capitão reformado?<sup>271</sup>

Frustrado com as condições sociais a que estava imerso, Benignus decidiu olhar para o que, segundo ele, poucos faziam no Brasil. Olhando para as grandes distâncias, isto é, para o infinito que insistia em se afirmar através das observações astronômicas, começou a perceber a pequenez humana, uma pequenez que colocava sob o mesmo plano qualquer homem, pertencente a qualquer instituição. Além de lhe afigurarem enquanto deveras pequenos frente à grandiosidade mostrada pela astronomia, os homens ainda são citados pelo monólogo de Benignus enquanto problemáticos objetos de estudo.

—Tudo na criação é coerente, lógico, existe em virtude de leis absolutas e universais, de princípios eternos; menos o homem que é um ser essencialmente contraditório. Quando procurais um indivíduo da raça humana é raro encontrá-lo no momento em que falais, embora vos responda, pois ele sai do presente e entra no futuro sem ponto real da transição no presente. É por isto que quase sempre nos não entendemos uns aos outros. O homem é um ente verdadeiramente óptico. Não tem a realidade de um primeiro plano regular, é uma perspectiva. A sua atualidade, como a luz que se desprende dos corpos celestes, é imaginária.<sup>272</sup>

Para Benignus, tudo na criação é lógico, segue leis absolutas, universais, princípios eternos e imutáveis. O único elemento que foge à regra é o homem, que se lhe apresenta essencialmente contraditório. A fuga do homem a regras universalistas e ordenadoras e, conseqüentemente, sua entrada no campo da contradição se deve justamente ao seu condicionamento às forças da temporalidade: o homem está em constante mutação, a ponto de não possuir a realidade de um primeiro plano regular. Sempre em transformação a curtos espaços de tempo, o homem coloca-se como ser óptico, como uma perspectiva em mutabilidade constante. Com essa mutabilidade, os homens quase sempre se colocam em situação de não compreensão, pois não conseguem estabelecer um plano fixo e regular de diálogo entre si. Assim, pode-se dizer que até o presente Benignus sinaliza não apenas a pequenez humana perante a grandiosidade do mundo, mas também como o caráter

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 45-46.

transitório do homem o retira dos ordenamentos possíveis, mesmo ele ainda sendo um ente dentre as coisas da criação. Em tom conclusivo e em meio às diversas reclamações feitas pelos convidados, Benignus profere:

—Deixem-me concluir. Desesperado de chegar a decifrar o enigma da criatura humana, quero fugir do seu contacto, porque se a nossa convivência continuar por mais tempo, termino, além de não entender os meus semelhantes, por também não me entender a mim mesmo. É por isso que vou fugir de todos, e vos convidei hoje para esta espécie de festim egípcio. Estou morto. Esta festa é o meu enterro. Nunca mais me procureis, tornar-me-ei daqui em diante invisível para todos, à exceção de minha mulher e meus filhos.<sup>273</sup>

Benignus revela seu embaralhamento diante da desesperança em entender a criatura humana, vista enquanto intrincado enigma. Com receio de perder o controle e a inteligibilidade sobre si mesmo, caso a convivência com as contradições humanas permanecesse, ele prefere fugir e matar-se socialmente. A referência à morte, em certo mais do que metafórica e menos do que literal, novamente aparece. Um dos convidados o questiona quanto ao futuro casamento dos seus filhos, e Benignus supri-lhe a curiosidade dizendo que o filho mais velho casará com “o planeta, Vênus, o segundo com a estrela Polar, e o Juca, que é o mais moço, com a Lua!”<sup>274</sup>

A contradição humana, o homem mutável, pequeno, não entregue a explicações lógicas capazes de inseri-lo de forma equilibrada no mundo trazido e expresso pelas leis da criação coloca Benignus num quadro exasperador. É nesse sentido que o homem de ciência vê coerência em casar seus filhos com os astros, entendidos como entes cosmogônicos diferentes dos homens pelo fato de, ao contrário destes, seguirem um princípio e, conseqüentemente, comporem-se enquanto partes de certo ordenamento de coisas e seres. Destarte, a tentativa de inserir seus filhos em uma lógica que os retire da condição de realidades meramente ópticas e instáveis é possibilitada pelo casamento deles com astros dispersos no infinito, porém ordenado universo.

Benignus coloca fim ao monólogo dizendo que o jantar lhe havia “comprado o direito de mudar de vida”, de modo que a cada um dos convidados coubesse o direito de fazer dele juízo qualquer.<sup>275</sup> Assim, o sábio desce sarcástica e

---

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 47.

conscientemente ao nível vil e materialista dos convivas, a fim de deixar-lhes sua superioridade ainda mais evidente. O fim do jantar é marcado pela inexatidão cártica, típica de momentos de crise. Benignus diz à sua mulher estar “livre deles”.<sup>276</sup> “A estas palavras seguiu-se uma cena de abraços desconsolados como ainda não se presenciou outra. Ninguém sabia se devia tomar a sério o que ouvia. Chorava-se com ar de riso e ria-se com ar de choro”.<sup>277</sup>

Viu-se que o verdadeiro, excêntrico e resoluto sábio apresenta uma teoria sobre o homem, a das afeições ao longe. Ele fala ainda na impossibilidade de compreender o humano, sendo este sempre mutável. O homem, assim, é pensado enquanto questão, enquanto enigma que se furta ao ordenamento das coisas. O sábio – mesmo elaborando e validando algumas concepções sobre o homem, tal como o pensamento de Darwin, que entende a mutabilidade sob o signo da lei do aperfeiçoamento – fala na incapacidade de compreender o humano em sua integralidade, pois as transformações sofridas pelo homem ocorrem em curto espaço de tempo, conferindo à sua atualidade um aspecto fugidio, sempre óptico e perspectivo. A atualidade humana, portanto, é imaginária, e por isso sempre coloca os homens em situação de contenda. Ao fim e ao cabo, tem-se um homem mutável e pequeno perante a grandiosidade da criação. Quando a explicação recorreu a Darwin, a única conclusão a que se chegou foi que esse homem é moralmente inferior, ou seja, não corresponde à imagem perfeita de cristo por portar um coração monstruoso, de interesses materiais capazes de suplantar o real sentimento de amizade. Quando se explicou os homens a partir das afeições do coração, falou-se nas limitações que eles possuem para sociabilizarem-se, devendo as amizades ser construídas cada vez mais ao longe. Na tentativa de também não se perder, a solução encontrada foi evadir: furtar-se ao convívio humano e casar seus filhos com a ordem oferecida pelo mundo cósmico, como se o infinito mais que distante depurasse o coração humano de uma monstruosidade que lhe apresenta essencializada.

---

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 47.

### 3.2 Um romance e uma carta.

Camille Flammarion (1842-1925) foi o astrônomo francês que, em 1883, fundou o observatório de Juvisy e, em 1887, a Sociedade Astronômica da França.<sup>278</sup> É a ele a quem Benignus, em momento já posterior ao banquete realizado na bela casinha, escreve uma carta que o narrador do polifônico romance contenta-se em apenas reproduzir. Gênero intruso que não deixa de ser deglutido e ressignificado pelo romance, a carta situa a ficção espaço-temporalmente, pois indica o lugar em que é redigida pelo sábio, o “Morro do Condor”, e a sua data “20 de julho de 187...”. Assim, a narrativa coloca-se como contemporânea ao seu escritor Emílio Zaluar, interpondo de forma clara o real e a ficção no tempo presente de um mundo que pode e deseja apoderar-se da ciência através da imaginativa, porém não frívola literatura. Ao longo da carta, várias obras de Flammarion são citadas por Benignus, sendo elas *Pluralidade dos mundos habitados* (1862), *Narrativas do infinito* (1872?), *Contemplações científicas* (1870), *Mundos Imaginários* (1865) e *Deus na natureza* (1869). “Uma das glórias científicas do nosso século” e “verdadeiro pontífice da ciência”<sup>279</sup> são as predicções com as quais Benignus se refere ao destinatário da epístola, que se mostra um discurso importante na evidenciação da perspectiva de ciência e de natureza que se desenha na obra.

Benignus inicia a carta dizendo que leu as obras de Flammarion, começando pela *Pluralidade dos mundos habitados* e terminando pelas *Narrativas do infinito*. Segundo ele, a leitura de tais obras transformou-o moralmente ao alargar a sua compreensão do mundo; através delas, pôde entrar subitamente, diz ele, “na posse intelectual do espaço e do tempo”, mesmo reconhecendo-se ainda enquanto ser “incompleto” e vaidoso por erroneamente considerar-se o “modelo mais perfeito e definitivo da natureza universal”.<sup>280</sup> Prossegue o sábio:

As suas obras despertaram-se, como uma segunda consciência, uma nova alma: revelaram-se a mim próprio. Quanto mais aprofundi no estudo das leis cosmogônicas, que regem as formas da matéria e os elementos imponderáveis das forças ocultas e misteriosas da natureza, mais me senti pequeno pela percepção dos sentidos, e grande pelas faculdades da alma, diante dos abismos incomensuráveis do infinito. E realmente o que é o

<sup>278</sup> LYRA; COUTO *apud* ZALUAR, 1994, p. 357-358.

<sup>279</sup> ZALUAR, 1994, p. 55-56.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 49.

homem em face do universo, a não se a inteligência que o prende espiritualmente ao Criador? Mas ainda assim haverá em outros mundos entes mais perfeitos do que nós e, por consequência, mais próximos da unidade absoluta, do princípio originário? É de crer.<sup>281</sup>

As obras de Flammarion fizeram com que Benignus se sentisse apoderado do mundo, compreendesse o mundo. Tal compreensão fez com ele se revelasse a si próprio em um movimento onde o seu próprio deslocamento à posição de objeto não o desvinculou da faculdade de sujeito cognoscente, sendo então possível a Benignus apoderar-se da sua própria inteligibilidade. São as leis cosmogônicas que regem a matéria e o mistério da natureza, diz o sábio. Por assim ser, a percepção sensorial não é suficiente para compreendê-las, tornando necessário o apelo às faculdades da alma. Se considerado apenas em sua dimensão sensorial, nada é o homem em face do infinito universo a não ser a sua inteligência, que o prende espiritualmente ao criador. A inteligência, portanto, suplanta o sensorialismo, facultando ao homem integrar-se à divina criação. Contudo, reconhece o sábio que em face da vastidão do universo certamente haverá outro ente mais perfeito que o homem, mais próximo da unidade absoluta, do princípio originário. As tensões são evidentes: diz-se de um homem sensorialmente pequeno diante do infinito mundo natural, mas que possui uma alma inteligente que o prende espiritualmente ao criador; no entanto, o humano não é o modelo mais perfeito e definitivo da natureza.

Logo em seguida, Benignus revela que se libertou de todos que lhe “eram importunos”, pois as “relações sociais” incorriam em “certo número de horas em conversas e negócios fúteis, que não têm outro resultado a não ser abreviar a vida humana, que já é tão curta”.<sup>282</sup> Depois de revelar o rompimento de suas relações sociais, o sábio se define enquanto homem de ciência:

Quero ser um anacoreta do século XIX e, por conseguinte, procurei a minha Tebaida. Não sou o asceta do misticismo, o visionário da metafísica; sou o asceta da ciência, o contemplador a um tempo das maravilhas do céu e dos fenômenos vitais do mundo terrestre.<sup>283</sup>

Aqui, o doutor Benignus equipara-se a um anacoreta, ou seja, à figura do eremita, ao penitente que vive em lugar ermo devotando sua vida à perfeição epi-

---

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 49-50.

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>283</sup> *Ibidem*, p. 50.

ritual. Anacoreta vem do grego *Anakhoretēs* (retirado), *Anakhorein* (retirar-se), isto é, designa aquele que se isola tal como os “monges que, desde o século III, se retiravam (de preferência) para os desertos da Tebaida, com o propósito de fazer penitência”.<sup>284</sup> Lacarriere afirma que, em um sentido estrito do termo, a Tebaida era uma região circunvizinha a Tebas, no Alto Egito. No entanto, os autores do século IV e viajantes posteriores nomeavam de Tebaida os lugares ermos que, de Mênfins a Siena, beiram o Nilo integrando todo o Médio e o Alto Egito. É este último sentido, sugere Lacarriere, que deve ser mantido. Tais desertos do Médio e do Alto Egito nos quais muitos anacoretas se instalarão no século IV eram, então, extensões de pedra nas quais germinavam apenas palmeiras e gramíneas, onde as fontes de água eram escasseadas. Tratava-se de espaços entrecortados de outeiros ou de colinas, lugares nos quais os ascetas construía cabanas e cavavam buracos que lhes serviam de proteção ao sol.<sup>285</sup> Diz Maillet, viajante do século XVIII:

A começar do castelo do Cairo e até o Alto Egito, milhares e milhares de celas talhadas na pedra se vêm nos lugares mais inacessíveis. Os santos anacoretas só chegavam a estas grutas por trilhas muito estreitas, frequentemente interrompidas por precipícios que eles atravessam com pequenas pontes de madeira que, retiradas de seu lado, tornavam inacessível a abordagem de seu refúgio. Ali está o que se chama a Tebaida, outrora famosa pelo número prodigioso de eremitas que ela abrigou. Avistam-se muitas dessas grutas e cavernas a partir dos barcos que navegam pelo Nilo. Havia algumas de onde, com longas cordas, se hauria água do mesmo Nilo, quando ele estava em sua altura, vindo o rio então flutuar ao pé dos rochedos escarpados...

Aliás, estas grutas não são unicamente o que se tem chamado Tebaida. Há também aquelas montanhas desertas e incultas que se estendem rumo ao mar Vermelho com três ou quatro jornadas de marcha e que são, propriamente, os desertos da Tebaida, tão célebres na história eclesiástica dos primeiros séculos. É lá que, entre Suez e o Cossum (o monte Colzum), a uma distância de seis a sete léguas do mar, vê-se o famoso mosteiro de santo Antão, a gruta de são Paulo e diversos outros retiros semelhantes consagrados pela penitência desses antigos anacoretas.<sup>286</sup>

Fala-se, portanto, em um lugar ermo, com pouca água e de difícil acesso. Benignus, asceta da ciência, aquele que contempla as maravilhas do céu e os fenômenos vitais da terra, quer encontrar a sua Tebaida. A ciência, nesse sentido, é

<sup>284</sup> SCHÜLER, A. *Dicionário enciclopédico de teologia*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002. 512p, p. 43.

<sup>285</sup> LACARRIERE, J. *Padres do deserto: homens embriagados de Deus*. 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 107.

<sup>286</sup> MAILLET, *Description de l’Égypte, 1735 apud LACARRIERE, 2002, p. 107-108.*

colocada em um patamar que suplanta as dificuldades que porventura o protagonista anacoreta encontre no ermo sertão, seu lugar por excelência de fuga romântica. Suplantando o sensorialismo, as faculdades da alma, a segunda consciência e a inteligência são o que verdadeiramente prende o generoso sábio ao criador. Alma, consciência e inteligência, portanto, amalgamam-se, sendo também regidas pelas universalistas leis cosmogônicas.

O sábio segue a carta. Diz morar com sua mulher e filhos em uma fazenda, que comprou no interior da província de Minas Gerais. A fazenda não dista do povoado, ficando a casa de morada “no alto de uma eminência, a que se chama o Morro do Condor”.<sup>287</sup> Da janela de sua casa, diz a Flammarion, é possível regozijar-se com a espetacular paisagem, com um “quadro” ou “painel” a ser compreendido pelo verbo intrínseco à imaginação, à ciência e ao gênio.<sup>288</sup> O painel enquanto instrumento de observação compõe um objeto em si mesmo romântico. Trata-se de uma natureza ambivalente: se nela há uma “massa compacta de florestas seculares”, indicando fixidez de objetos naturais dispostos, tal massa “desenha-se sombria no puríssimo azul do firmamento”. A serra apresenta “píncaros desiguais”, mas os “últimos raios de sol poente envolvem[-nos] em um manto vermelho de luz aveluda” restabelecendo a unidade. E se há, diante dos olhos do sábio, léguas de extensão, elas são “tranquilas”, mas “infinitas” tais como são as águas do oceano. Vê-se na bela pintura, ainda, um solo “acidentado”, mas suavizado. Contudo, a observação se escapa na medida em que aos olhos só é dado a ver até cinquenta léguas, pois, no horizonte, a observação é furtada pelos “confins vaporosos” que só fazem confirmar “um espetáculo grandioso e realmente admirável”,<sup>289</sup> ou seja, afeito à sublime contemplação romântica.

As ambivalências românticas continuam. Dentro da mata, informa Benignus ao admirável Flammarion, encontram-se elementos estabilizadores de sentido, porque nela há a presença da “origem”, de um paisagismo que oferece uma faceta do real possível de ser nomeada, de uma natureza bela e pitorescamente acolhedora, mesmo que grandiosa em sua sublimidade. Diz ele:

Pois, Sr. Flammarion, dentro dessa mata, composta em sua generalidade de árvores coevas dos primeiros séculos da criação, o reino vegetal, a flora e fauna das regiões intertropicais ostentam

<sup>287</sup> ZALUAR, 1994, p. 50.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 51.

tam-se nestas paragens em todo o esplendor da natureza virgem. Aqui, há árvores cujo tronco pode abrigar uma família e as ramas proteger ao fresco de sua sombra uma caravana inteira! Há um jequitibá que, encravando as raízes no fundo de uma grota, campeia como zimbório de verdura por sobre a cúpula gigantesca da floresta. Calcule a altura que pode medir este briareu vegetal! É realmente o monarca das selvas, o venerando testemunho das remotas e terríveis convulsões do globo.<sup>290</sup>

É nessa mesma natureza acolhedora e sublime, entretanto, em que tensões estão supostas. O mesmo jequitibá que acolhe é aquele que testemunha o movimento convulsionado de um mundo natural que se transforma de forma terrível desde há muito tempo. É nessa mesma natureza, acolhedora e nomeável, porém sublime em sua infinitude, em que a solidão (mesmo que plácida), o perigo, o feio, o barulho e o mistério se manifestam, também podendo ser nomeados.

Por entre os labirintos destas colunatas e destes pórticos verdejantes, coleando sobre as espessas camadas das folhas desprendidas, infinidade de reptis, desde as cobras preguiçosas, as cascavéis, os negros surucucus, cujo veneno é mortal, até o lagarto gigantesco, vive e coabita junto, despertando em sua passagem um trêmulo rumor na misteriosa placidez da solidão. A onça feroz, os terríveis exércitos de porcos queixadas, cuja aproximação é medonha pelo barulho que fazem com as presas aguçadas, batendo umas contra as outras, os veados, as cutias, uma imensidade de outros animais, mais ou menos conhecidos, cruzam em todas as direções este mundo ainda nas faxas das idades primitivas.<sup>291</sup>

A romântica natureza de Benignus se revela ao mesmo tempo em que se retrai. Ganha som e cor, e logo em seguida silêncio e mistério. Revela-se, já se retraindo. Nomeia-se, mas a sublime infinidade supõe o limite de tal nomeação. O sublime, portanto, é evocado pela própria nomeação que não dá conta de chance-lar com uma marca linguística todas as coisas por completo. A limitação da nomeação, isto é, do verbo romanescio e romântico, portanto, faz o sublime aparecer enquanto cor, enquanto forma e som. Um sublime, contudo, entremeado pelo pitoresco e belo. Benignus diz ver, no momento em que escreve a carta, macacos fazendo uma “singular algazarra”, “dando gritos agudos e gargalhadas estrondosas”, para logo em seguida desaparecerem no “sombrio interior da floresta, tornando o

---

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>291</sup> *Ibidem*, p. 51.

silêncio a imperar de novo por toda a parte majestoso e solene”.<sup>292</sup> Diz ainda Benignus que se Flammarion ali estivesse em dias de sol quente

veria enxames de infinitas borboletas, de todos os tamanhos, de todas as formas, de todas as cores, verdadeiras flores animadas, estrelas coloridas que vêm pedir aos raios luminosos o brilho que perderam, espanear-se, brincar, doudejar, formando danças fantásticas sobre as margens perfumadas e verdejantes das águas cristalinas e quietas! Que singular evocação de tribos aladas, que turbilhões de frágeis existências, saindo não se sabe de onde, para folgar um momento nos gases transparentes e esplendorosos da atmosfera, e desaparecerem depois, não se sabe também em que recônditos misteriosos da vegetação!<sup>293</sup>

É possível a Benignus nomear e qualificar a “águia branca, símbolo da força e da audácia”, o “gavião negro, que devora nas quebradas dos desfiladeiros ou nos ermos sombrios os despojos da morte”. É possível ainda ao sábio referir-se às “legiões de delicados passarinhos”, aos “bandos de papagaios”, ao “sério e grave tucano”, bem como ao “sabiá” e ao “chocalheiro bem-te-vi que denuncia os segredos alheios com esta indiscreta revelação, expressa em seu cantar malicioso”.<sup>294</sup> Contudo, existe uma “interminável multidão de outros povoadores da floresta, que seria quase impossível enumerar”. A tentativa de nomeação e enumeração evidencia, destarte, a grandiosidade, a infinitude da natureza que ali se apresenta de forma majestática. E são esses incontáveis pássaros, diz Benignus, que “oferecem ao espírito observador fundamento para curiosos estudos, sobre a natureza, costumes, singularidades, e harmoniosa variedade de canto deste mundo desconhecido de voláteis habitantes”.<sup>295</sup> E como não poderia deixar de ser, Benignus fala sobre a negatividade presente no homem, valendo-se para tanto do estabelecimento de uma “analogia” (esta é a palavra usada por ele) entre certo costume do passarinho “azulão”, enteado do tico-tico, e as ações humanas.

O astuto passarinho (o *enteado*) quando chega a época de dar origem à prole, aproveita a ausência do *tico-tico*, entra-lhe no ninho, atira fora os ovos que lá encontra, e faz ali a sua postura. O *tico-tico* incuba os ovos como próprios, e, quando nascem os filhotes alheios, alimenta-os, afaga-os, estremece-os e ama-os como seus [...] É impossível que o enteado não aprendesse dos homens, com quem algum tempo conviveu, este abuso cobarde de inocente confiança!<sup>296</sup>

<sup>292</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>293</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>294</sup> *Ibidem*, p. 52-53.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 53.

No lugar de integrar o homem à ordem positivada do mundo, tal analogia evidencia mais uma negatividade humana, qual seja, a de ser o homem inconfiável. O recurso retórico utilizado torna-se revelador, afinal o covarde costume do *enteado* foi aprendido por meio da convivência humana. Não é a primeira vez, ao longo da narrativa, que Benignus estabelece uma analogia direta entre homem e natureza com o objetivo de negativizar o primeiro. Ainda em seu discurso proferido em ocasião do banquete de despedida daqueles que lhe eram importunos, Benignus procura mostrar que o fato de o homem estar em uma transformação sempre acelerada, potencialmente constatada naquele momento fugidio no qual dois homens encontram-se na corriqueira situação face a face do mundo da vida, acaba retirando do homem a possibilidade de integrar-se às leis universais. Estas supõem o movimento transformador, mas sendo tal transformação aquela que se esgarça pelo tempo em um *continuum* quase que permanente, tal como ocorre nas revoluções geológicas e astronômicas, que fogem à imediatas suposta pelas relações humanas sempre e aceleradamente mutantes. Assim, diz o sábio, não se conhece a atualidade dos astros, a não ser a luz que é por eles enviada e que demora a percorrer o espaço até chegar a Terra. Fala-se, pois, em uma atualidade imaginária.

Um raio luminoso do Sol gasta oito minutos e treze segundos para chegar à Terra. A luz do *alfa do Centauro* emprega três anos e oito meses para atravessar o espaço. A luz de *Vega*, vinte e um anos; a de *Arturo*, vinte e seis; a da estrela Polar, quase meio século; a da *Cabra* ou *Capella*, setenta e dois anos! A luz que partiu desta estrela em 1804, só chega à Terra em 1874! Este facto explica perfeitamente as existências retroativas, paremos estar vendo um homem vivo, e ele já é há muito tempo um homem morto!<sup>297</sup>

Essas analogias são epistemologicamente conflituosas, pois se elas lançam homem e natureza em um mesmo plano, isto é, os aproximam a partir de verdades expressas pela ciência, não deixam de também negativizar o homem que, na perspectiva do cientista Benignus, deve ser definido enquanto instância contraditória, essencialmente não sujeita às leis universais em especial constatadas pelas observações astronômicas. Se Benignus é homem antes de ser cientista, ele não poderia deixar de ser um ente essencialmente contraditório em suas afirmações. E depois de comparar o homem ao não fraterno pássaro, Benignus convida Flammarion.

Enfim, Sr. Flammarion, quem escreveu as belas páginas, que ilustram as suas admiráveis obras não deve deixar de vir pedir

---

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 46.

novas e fecundas inspirações a estas regiões prediletas do sol e da liberdade! Venha, Sr. Flammarion, venha depressa, ver todas estas cousas antes que a mão destruidora de meus compadres dê cabo de tudo isto!<sup>298</sup>

A natureza aqui aparece como solo fértil para a elaboração de conhecimento, como fonte de novas e fecundas inspirações, cabendo a Flammarion vir logo estudá-la antes que mãos humanas a destruam. Vê-se, portanto, uma nova negação do homem engendrada pelo desligamento deste com a natureza, um desligamento expresso na noção de destruição. O lugar do homem na ordem natural do mundo é mais uma vez fragilizado. Em síntese, se os homens fazem parte da criação, eles permanecem demonstrando inferioridade pela monstruosidade do coração que possuem; continuam, ainda, se furtando de princípios ordenadores ao serem essencialmente contraditórios devido à incessante, corriqueira e acelerada mutabilidade. Uma contradição, por sua vez, demonstrada por um argumento científico também contraditório, que procura evidenciá-la a partir de analogias com o ordenado mundo natural. Refere-se a um homem que, mesmo em estranha semelhança com a natureza, pode enfim destruí-la.

Depois de falar a Flammarion sobre a fauna e flora do maravilhoso painel que lhe desponha à janela, Benignus atém-se aos “domínios da noite”, adentrando “sob o pavilhão luminoso do firmamento estrelado”.<sup>299</sup> Diz Benignus a Flammarion que o céu dali observado possui a “transparência de um cristal”, onde as “constelações mais longínquas, como as imensas nebulosas perdidas na amplidão do espaço” podem ser visualizadas “sem o auxílio poderoso das lentes”. Nas “serenas noites dos trópicos”, diz o excêntrico sábio, as “brilhantes estrelas do Cruzeiro Sul” observadas por sir John Herschel e o Sr. Liais apresentam-se sob um “efeito maravilhoso”. Assim, este céu figura-se como “vasto campo”, diz Benignus, ao autor de *Contemplações científicas*. Em tom exclamativo, Benignus afirma que o céu traz “formidáveis revelações do infinito”, apresentando-se ainda enquanto “hino perpétuo e solene entoado pelas esferas siderais ao supremo autor da vida universal!”.<sup>300</sup> De Romantismo impregna-se o romance: o mundo natural, no caso o céu, é plasmado ao som. A música, para os românticos, desponha como uma das

---

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>300</sup> *Ibidem*, p. 54.

expressões que permitem a afirmação do sentimento da totalidade, daquela que é perpétua, “para sempre”.

Benignus diz não escrever mais sobre o campo da astronomia ao longo da carta, pois considerava dispensável proferir informações já sabidas pelo “ilustre autor dos *Mundos reais* e dos *Mundos imaginários*”, aquele que vinha devassando os “arcanos do campo”, do “templo majestoso” da astronomia. Benignus, assim, reconhecia-se consideravelmente pequeno se comparado a Flammarion, o “verdadeiro pontífice da ciência”.<sup>301</sup> Entretanto, mesmo consciente de sua pequenez perante o estudioso francês, o sábio não deixa de a ele equiparar-se.

No desprezioso desalinho destas frases, na falta de encadeamento lógico de minhas ideias, conhecerá o autor do grande livro *Deus na natureza*, que esta carta foi escrita na intimidade espiritual de dous homens que nunca se viram, nem talvez se verão, de duas almas que se compreendem e estão talvez presas por laços indestrutíveis das relações metempsicósicas de uma vida anterior.<sup>302</sup>

Benignus e Flammarion são avizinados, emparelhados, irmanados, isto é, colocados pela narrativa em um mesmo plano de nomeação. Desencadeador de uma clara similitude, esse emparelhamento acontece porque existe entre Benignus e Flammarion uma “intimidade espiritual” que suplanta distâncias, que vai além do contato objetivo entre dois corpos de experiências cotidianas particulares. A carta então ganha sentido mediante a comunhão de duas almas. E Benignus continua:

Quanto mais os progressos da ciência, que hoje absorve as preocupações de tantos sábios, alargam e aumentam os tesouros acumulados da inteligência humana, o homem, convencido da exiguidade de seu papel relativo na criação, sente crescer e alargar em seu espírito a ideia da divindade! Nessas metrópoles de astros, nessas catedrais de estrelas, que povoam as regiões infinitas do universo, cada momento que passa é assinalado por milhões de evoluções, que propagam a unidade da vida cosmogônica, e entoam ao Deus da natureza na perpetuidade do movimento e nas incríveis metamorfoses do calor e da luz o cântico solene do reconhecimento universal!<sup>303</sup>

Os progressos da ciência, para Benignus, possibilitam dois principais movimentos. O primeiro deles expande a inteligência humana, ao passo que o segundo mostra-se como a própria expansão do conhecimento responsável em levar o

---

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 54-55.

<sup>302</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>303</sup> *Ibidem*, p. 55.

homem a convencer-se das pequenas proporções do seu relativo papel na criação. Contudo, tal consciência do apequenamento humano leva este mesmo homem a sentir em seu espírito o alargamento da ideia de divindade. O que existe no céu é o conteúdo do sempre infinito universo, o lugar onde milhões de evoluções acontecem a cada momento. Tais evoluções, expressas por intermédio de uma transformação que se dá a largos passos temporais e que, por assim ser, escapa à fugidia e relativa existência humana, propagam a unidade da vida cosmogônica. Esses movimentos perpétuos de transformação que redundam, paradoxalmente, na confirmação da unidade de um todo incomensurável, traduzem-se em cântico solene, momento em que o Deus da natureza manifesta-se mediante o reconhecimento do todo universal. Em consequência, as coisas enfim se emparelham, tornam-se pertencidas umas as outras, se afirmam enquanto obras do criador, se assemelham na tábua de trabalho da criação. O apequenamento do homem perante esses grandes movimentos afirmadores da universalidade ainda é mais bem matizado por Zalar:

Mas se o homem é frágil e efêmero em relação à imensidade que o rodeia, se o seu próprio espírito não pode, e nem poderá talvez compreender jamais os segredos da existência, tanto no mundo dos infinitamente grandes, como no mundo dos infinitamente pequenos, a sua missão é sempre elevada na criação, porque se prende, pelo lado fisiológico, à eternidade da matéria que se transforma em perenes evoluções, e pelo lado intelectual e moral entra com o verbo Criador na comunhão do espírito, e nesta dualidade sublime serve à realização, para nós incompreensível, dos destinos ulteriores.<sup>304</sup>

O homem é frágil, é deveras efêmero em relação à imensidão que o circunda, de modo que o seu espírito possivelmente jamais compreenderá os segredos da existência. No plano da criação, entretanto, o homem se eleva na medida em que ele mesmo está prendido à eternidade da matéria – que regida pelas leis naturais, transforma-se incessantemente a largos passos – e pela intelectualidade e moralidade com que, mediante o verbo Criador, seu espírito se manifesta. Trata-se, pois, de uma dualidade sublime onde o homem torna-se capaz de enfraquecer sua relação com a frenética transformação que se apresenta no mundo cotidiano e integrar-se aos movimentos espaçados de transformação pressupostos pelas transcendentais e divinas leis universais. O homem, então, emerge como um ente não apenas efêmero, pois além de vincular-se aos eternos e temporalmente alargados

---

<sup>304</sup> *Ibidem*, p. 55.

movimentos transformadores da matéria orgânico-fisiológica, é capaz de acessar a divindade a partir da capacidade reflexiva, logo filosófica, de sua alma, de sua inteligência. No entanto, a tensão retroalimenta-se: mesmo capaz de reconhecer-se enquanto partícipe desse amplo movimento de transformação eterna, o homem é incapaz de totalmente compreender essa dupla sublimidade, na medida em que permanece como ente efêmero, deveras espectral. A vida humana é, pois, incapaz de sentir os destinos ulteriores que advirão, mesmo fazendo parte (física e intelectualmente) do eterno movimento que os engendra. Depois de intrometer-se no romance e calar o narrador, a epístola chega ao fim.

Perdoe, Sr. Flammarion, esta longa digressão. Mas eu precisava provar-lhe a simpatia que a minha alma sente pela sua. E além disso é grato a um homem que rompeu com todas as amizades, ou antes relações importunas, estender a mão da América à Europa, por sobre duas mil léguas do oceano, a outro homem a quem respeita e que é ao mesmo tempo uma das glórias científicas do nosso século. Seu admirador. – *Dr. Benignus*.<sup>305</sup>

### 3.3 A busca pela unidade eterna.

A narrativa volta ao seu curso normal, e com ela o narrador novamente se empodera enquanto principal voz de discurso, empoderamento que coloca término à intromissão de uma carta que trouxe à superfície as ideias de um cientista angustiado com os homens que lhe eram próximos, porém de espírito relativamente crente com os sucessos da ciência. Para o narrador, a História não havia oferecido digno reconhecimento aos “verdadeiros heróis do trabalho, os príncipes da inteligência, os apóstolos da paz e da verdade”.<sup>306</sup> Destaca-se, por exemplo, o fato de que Galileu e João Hus, “o mártir da ciência e o mártir do livre-exame”, terem segundo ele morrido nos “patíbulos e nas fogueiras, como loucos consumados, como aberrações perigosas e lamentáveis de entendimento”.<sup>307</sup> É possível constatar então, diz o narrador, que seu tempo é marcado pela prevalência do “erro contra a verdade”, onde a “mediocridade” sobrepõe-se aos “talentos conscienciosos e às vocações legítimas”.<sup>308</sup> Fazendo parte dessa mediocridade, a “crítica superfici-

---

<sup>305</sup> *Ibidem*, p. 55-56.

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>307</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>308</sup> *Ibidem*, p. 58.

al” é filha da ignorância a maior parte das vezes, pois não sabe “interpretar os segredos de certos factos morais. Julga e sentencia pelas aparências. Daí a injustiça do mundo a respeito de acontecimentos e de homens que não compreende, porque os não quer ou não pode devidamente apreciar.”<sup>309</sup>

Todas essas ressalvas – que procuram evidenciar injustos quadros históricos nos quais verdadeiros homens de conhecimento não foram reconhecidos pelo fato de haver a predominância de críticas superficiais, não capazes de interpretar corretamente os segredos morais – são expostas pelo narrador na tentativa de defender as perspectivas do protagonista: “mas nós, que o conhecemos a fundo, devemos protestar contra semelhante interpretação de seus atos e de suas palavras, quando não sirva para o justificar no presente, ao menos para o transmitir em toda a sua idoneidade ao conhecimento dos pósteros.”<sup>310</sup> Logo em seguida, o narrador se volta à explicitação das perspectivas de Benignus, seja retomando pontos já discutidos, seja apresentando novos aspectos.

Ao querer refugiar-se no “ermo”, diz o narrador, o doutor Benignus não quebraria de todo a relação com a sociedade. O próprio sábio reconhecia as “leis de solidariedade humana”, o “sentimento de fraternidade” que deveria alimentar de forma estreita as “relações do homem colectivo”. O sábio, mesmo angustiado em meio aos interesses advindos dos corações monstruosos e imperfeitos daqueles que lhe eram mais próximos, reconhecia de forma paradoxal a existência de leis humanas sentimentalizadas pela necessidade de fraternização. É conhecendo essas leis, inclusive, que Benignus elabora a sua teoria de amizades a distância, permitindo-se desligar da convivência com seus compadres próximos e importunos, desatar-se do contato com o “materialismo que paralisa, não raras as vezes, a ascensão indefinida, porém real, da inteligência que procura remontar às origens da vida, e resolver os problemas filosóficos da religião e da ciência”.<sup>311</sup> A fuga de Benignus, portanto, não seria uma negação por inteiro das instâncias de sociabilidade, mas antes o apartamento de um grupo social específico marcado pelos imperativos de interesse material pressupostos pela proximidade estabelecida entre os seus indivíduos. Torna-se assim compreensível a fala do narrador: a fuga de Benignus se realiza em decorrência de vis e nada fraternos interesses materiais

---

<sup>309</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>310</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>311</sup> *Ibidem*, p. 58.

presentes em um grupo, um materialismo que paralisa em boa parte das vezes a ascensão real (porém indefinida) de uma inteligência que procura, ao fim e ao cabo, explicar as origens da vida e, por conseguinte, descomplicar os problemas filosóficos colocados pela religião e pela ciência. Assim, o materialismo interesseiro de corações monstruosos é colocado em oposição à atividade verdadeira do pensamento, à capacidade reflexiva que tem como ápice o desejo de descobrir os elementos que explicam a origem humana e, por extensão, permeiam as questões colocadas pelos discursos científicos e religiosos. Benignus acreditava, diz o narrador, que o processo de desligamento de interesses meramente materiais e egoístas por meio da operação da inteligência e da produção de conhecimento implicava

plenamente na purificação da alma pelo bem. Não queria que o seu espírito, apesar do grosseiro invólucro terrestre, fosse pela morte degradado para os limbos inferiores. Aspirava ao alto, ao inacessível. Queria desprender-se, quando humanamente lhe fosse possível, das exterioridades absorventes e inúteis para encarar despreocupadamente a luz fulgurante da realidade eterna.<sup>312</sup>

Trata-se, pois, de uma separação entre alma e corpo, entre o espírito e o grosseiro invólucro terrestre. É a alma que eleva o ser à luz fulgurante da realidade eterna, sendo o corpo algo a ser suplantado. O movimento de elevação proposto não foge ao paradoxo, uma vez que, como se viu anteriormente, o corpo é conteúdo orgânico-fisiológico também capaz de integrar o homem às leis de eterna transformação da matéria, ao ordenamento seguro e perene do mundo. Nesse trecho, contudo, o corpo torna-se algo a ser preterido, cabendo à alma desprender-se dele e elevar-se à eternidade. Se a inteligência vincula diretamente o homem ao criador, e a alma pode ser considerada como o espaço onde a inteligência se realiza, pode-se dizer que inteligência e alma se equivalem, ou seja, ciência e religião se irmanam mediante a evidenciação daquilo que tudo explica (as origens da vida), elevando o sempre fugaz e corporalmente terreno homem à realidade eterna do criador.

O doutor Benignus é narrado como aquele que foi preterido de forma não generosa pela sua sociedade de próximo contato, aquele que não fora reconhecido enquanto inteligência, enquanto alma que buscou compreender a vida chegando à conclusão de que tudo, principalmente o homem, talvez para sempre ficasse obs-

---

<sup>312</sup> *Ibidem*, p. 58-59.

curecido pelo signo do romântico sentimento de mistério, da romântica paisagem do abismo.

Infelizmente vivendo no meio de uma sociedade que lhe foi madrasta e o preteriu sempre nos acessos a que lhe dava direito o seu talento, conhecia de sobra os seus semelhantes, estudara bastante a espécie a que pertencia, e no fim de contas, remontando a mais altos raciocínios, investigou a origem das raças, comparou o homem primitivo com o homem contemporâneo e entre as hipóteses antropológicas de Darwin e as conclusões de Quatrefages achou um abismo que a ciência humana talvez nunca poderá nivelar. O aparecimento do homem sobre a terra, concluía ele, não é uma teoria, é um mistério.<sup>313</sup>

Benignus encontrar-se-á mais próximo da explicitação do real, do princípio absoluto, da origem, da unidade universal, de Deus voltando-se romanticamente para a astronomia, que em meio aos afazeres domésticos e aos afagos em sua mulher e filhos, tornou-se sua quase exclusiva atividade.

Voltou-se então para o céu e contemplou o espaço, deixou a vista e a inteligência mergulharem-se no infinito das regiões siderais, porque assim lhe parecia estar mais próximo do princípio absoluto, do infinito, da unidade universal, de Deus.<sup>314</sup>

Considerando haver uma harmonia nas esferas e nas leis imutáveis que “regem a criação inteira, sujeita, como a ciência acredita, à transformação dos mesmos elementos, reproduzida sob formas diferentes variáveis”, Benignus convence-se “firmemente da pluralidade e da habitabilidade dos mundos, que giram na amplidão celeste para realização dos fins imperscrutáveis do Criador.”<sup>315</sup> Aqui, o sábio em um primeiro momento ratifica a ideia de que tudo na criação segue leis, sendo elas responsáveis pela transformação do conteúdo em variadas formas. Essa perspectiva o faz concluir que existem outros mundos habitados tais como a Terra. Ao fim, diz o sábio que a pluralidade dos mundos está a serviço dos fins inacessíveis do criador, de fins que não podem ser acessados mediante explicações. A tensão, então, mais uma vez se coloca: o homem que quer acessar a origem, o todo universal ou a criação a partir da inteligência, não consegue ao mesmo tempo tocar os desejos mais íntimos do superior criador. A não compreensão da ciência enquanto algo que, junto à religião, tem a difícil missão e o forte desejo de elevar o espírito à experiência da totalidade, da universalidade, do infi-

---

<sup>313</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>314</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 59.

nito, do criador coloca-se como a tônica da sociedade em que Benignus aproximadamente se insere, a ponto de o narrador de forma crítica, irônica e não menos romântica dizer:

A intimidade com o infinito torna o espírito alheio às cousas mundanas. É isto que explica as excentricidades e as distrações do sábio. Ele próprio reconhecia estas desigualdades de seu caráter, mas não estava em natureza remediá-las. A não ser este ponto fraco, o Dr. Benignus talvez há muito tempo já fosse senador, ou pelo menos presidente de alguma província. De bem pouco depende, não raramente, a fortuna dos homens.<sup>316</sup>

Se Benignus vivia, até o presente, imerso em uma sociedade egoísta, marcada por interesses meramente materiais, não generosa e ignorante perante o necessário e vital sentimento de totalidade trazido a tona pelos desdobramentos da ciência e da religião, um personagem passa a merecer especial atenção do narrador. Trata-se de Katini, um cozinheiro criativo e dedicado ao trabalho, pois quando

ateava fogo e temperava a comida nas caçarolas, não falava a pessoa alguma, nem mesmo para responder a pergunta mais urgente. A cozinha era para ele uma preocupação séria, que lhe absorvia o tempo e o espírito, pois enquanto abanava e soprava o fogão já tinha conseguido inventar quatorze qualidades de bifes e algumas dezoito variedades de costeletas!<sup>317</sup>

A idade do tão zeloso cozinheiro podia variar entre quarenta e oito e cinquenta anos, era “baixo e reforçado”, tinha cabelos lisos, porém duros e espetados feito espinhos. “Era feio como um botocudo e bom como as naturezas ingênuas”, conclui o narrador.<sup>318</sup> A maneira com que Katini aparece em *O doutor Benignus* merece ser analisada mais detidamente, pois as relações estabelecidas entre tal personagem e o sábio trazem outros elementos a comporem as sociabilidades narrativamente possíveis, elucidando as formas positivas ou negativas com as quais o sábio se refere ao homem. A atenção a Katini ainda se justifica, pois as perspectivas que consideram o homem enquanto matéria, enquanto corpo orgânico e fisiológico que se alimenta são narrativamente reavivadas pela figura do cozinheiro.

Ao perceber a tristeza de Katini, Benignus preocupa-se. Chamando o cozinheiro de “meu velho amigo, meu estimável descendente dos Incas, meu estimado protegido do Sr. Fidel Lopes, o verdadeiro Max Müller da linguística e da antro-

---

<sup>316</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>317</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>318</sup> *Ibidem*, p. 60.

pologia americana”, o sábio pergunta pelos motivos de tamanho entristecimento.<sup>319</sup> Katini explica ao seu “excelente amo” que se entristecia pelo fato de não estar, enquanto cozinheiro, escolhendo pessoalmente os ingredientes que iria cozinhar.<sup>320</sup> É de “meu amo” que Katini continua chamando Benignus no diálogo que se segue, chegando a afirmar que se o sábio lhe pagasse suas compras teria em recompensa “um companheiro para a vida e para a morte.”<sup>321</sup> Na tentativa de conter a tristeza de Katini, Benignus aumenta-lhe o ordenado e suas funções: “tens cara de caboclo e deves ser amigo das excursões aventurosas.”<sup>322</sup>

O romance volta-se, então, a narrar a primeira incursão à mata feita por Benignus, estando ele ao lado de seu novo companheiro de pesquisas científicas, Katini.<sup>323</sup> Em diálogo com o benigno homem, Katini releva conhecer um pouco das nomenclaturas científicas, pois quando indagado pelo estudioso sobre o significado dos termos “coleópteros” e “lepidópteros” responde correta e respectivamente: insetos e borboletas. Benignus assim conclui que o cozinheiro poderá ser um “grande auxiliar” nas suas incursões e, questionando sobre os motivos que levam Katini saber tal nomenclatura científica, tem em resposta o fato de dedicado cozinheiro ter sido “empregado em casa de um empalhador de pássaros e colecionador de insetos”. Em tom conclusivo, diz Katini: “a ciência é útil, mas o estudo é um pouco pesado”.<sup>324</sup> Assim, observar atentamente a incursão realizada pelo amo e o cozinheiro não significa apenas percorrer as esferas de sociabilidade do sábio. Significa, ainda, observar a forma com que o olhar do cientista se configura ao dirigir-se à natureza, ou seja, analisar a forma com que a natureza se expressa quando interpelada pela presença humana.

### 3.4 Os perigos naturais interpelam o corajoso homem de ciência.

O doutor Benignus, cientista sempre amável e zeloso com a sua mulher e seus filhos, está calçando “botas de veado”, veste um “antigo fraque cinzento, em

---

<sup>319</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>320</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>321</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>322</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>323</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>324</sup> *Ibidem*, p. 63.

forma de casaca” e porta um cronômetro, uma mala com livros e a rede de caçar borboletas.<sup>325</sup> Por descuido, veste Benignus o chapéu do cozinheiro, um “imenso chapéu de palha, cujas abas mediam a circunferência de um queijo de Gruyère”,<sup>326</sup> denominado por Katini de “*sombrero de jipijapa*”<sup>327</sup> e definido pelo narrador como “produto industrial do México”<sup>328</sup>. Katini está “em mangas de camisa, descalço”<sup>329</sup> e carrega outros apetrechos que lhes foram incumbidos pelo seu amo, sendo eles um “teodolito” e uma “bússola”<sup>330</sup>.

O criado não pôde deixar de rir ao ver de longe a figura do amo. O Dr. Benignus apresentava no painel daquela natureza esplêndida um contraste verdadeiramente grotesco. Imagine-se um homem alto e magro, moreno e de cabelos e bigodes quase brancos, vestido de fraque, calçado com botas que lhe chegavam acima dos joelhos e armado de um enorme chapéu de palha, que parecia a distância um chapéu de sol aberto em cima de uma pilastra.<sup>331</sup>

Ao suscitar o riso, o grotesco posiciona-se como recurso narrativo válido a fim de tornar possível a visualização do sábio em contato com os imperativos de grandiosidade absoluta trazidos pela presença sublime do painel natural. Dizendo de outro modo, a narrativa procura, através da evidenciação do grotesco, dar visibilidade a um homem que se colocará enquanto sujeito voltado à observação ordenadora do grandioso mundo da natureza; um mundo que, mesmo preanunciando o “sol abrasador”, suaviza-se para os viandantes por meio da “frescura da floresta e pela amenidade da sombra”<sup>332</sup>. O primeiro momento na narrativa em que Benignus adentra a mata, portanto, é marcado por dualidades: evidencia o humano cientista, sem deixar de reafirmar o quão esplêndido é o mundo natural e, por extensão, o quão difícil se torna observá-lo e classificá-lo; apresenta uma natureza resistente e ensolarada, mas aberta a fornecer frescura e sombra àquele que a adentra.

A natureza que Benignus adentra nessa primeira incursão é caracterizada pelo narrador como floresta de folhagem “virgem”, “espessa e carregada”, um

---

<sup>325</sup> *Ibidem*, p. 63-64.

<sup>326</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>329</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>331</sup> *Ibidem*, p.65.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 65.

“maravilhoso mundo”<sup>333</sup> passível de oferecer “acidente”,<sup>334</sup> de levar os viandantes à perda em seus trilhos cheios de “espinhos”, de “ramos” e de “longos cordões do cipó”<sup>335</sup>. Fala-se na expressão do “recôndito”, do que é oculto, desconhecido e misterioso. Entretanto, mesmo quando o sol torna-se irresistível, a natureza é capaz de oferecer “elegantes grupos de figueiras bravas, mangueiras e outras muitas árvores que produzem refrigerante sombra”<sup>336</sup>. Trata-se, diz o narrador, dos “santuários da natureza”, que até o presente ainda são as “gigantescas testemunhas das forças primitivas da vitalidade terrestre, depois das grandes convulsões do globo”<sup>337</sup>. A natureza que ali impera possui as “formas infinitas da vegetação”, tão “admiráveis como as ondas do oceano, porém mais variadas do que elas”<sup>338</sup>. É circundada por abóbodas verdes de todos os lados, e o ar penetra em suas folhas “azulado e vaporoso”<sup>339</sup>. Benignus impressiona-se agradavelmente com a natureza, mesmo ela possuindo plantas de cheiro acre e uma atmosfera rústica, campestre, marcada pela afirmação de uma solidão que se alastra antiquíssima no tempo.

340

Vê-se então a afirmação romântica de uma natureza gigantesca, infinita, espessa, misteriosa e perigosa, contudo testemunha das forças originárias, o que a torna fonte de toda verdade. A natureza é agradável ao cientista, pode ser comparada e vista como um lugar onde os entes se emparelham, formando um todo nomeadamente verde. Benignus e Katini são qualificados como “audazes exploradores”<sup>341</sup>, como aqueles que estão imbuídos de um impulso que os leva a enfrentar corajosamente fins difíceis, pois se o mundo natural se lhes afigura enquanto aprazível em verdura e sombra, ele ainda está sob o signo do mistério e da espessura que lhes dificultam a passagem. A “descrição dos jardins babilônicos, dos bosques serenos e perfumados da Grécia, do Coliseu da antiga Roma, e dos jardins de Prater, de Saint Cloud e de Versailles”, nada é maior frente à “majestade de uma floresta contemporânea dos primeiros séculos da criação”<sup>342</sup>. A compre-

---

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>334</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>335</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>337</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>341</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>342</sup> *Ibidem*, p. 67.

ensão da natureza como o lugar mais próximo por excelência das verdades originárias plasma, enfim, as tensões aqui mencionadas: misteriosa, sublime e difícil, a natureza se torna um fecundo laboratório a ser explorado por homens corajosos. Interpela o narrador:

sem que por isso percam o seu valor relativo, são bem mesquinhos na verdade os trabalhos dos homens em presença das obras portentosas e sublimes do Criador, e é preciso que o espírito esteja muito obcecado, que a mundanidade dos interesses transitórios exerça toda a sua deletéria ação sobre a alma, para que o homem não considere cheio de religioso assombro estas magnificências arrebatadoras da natureza!<sup>343</sup>

O narrador reconhece o valor humano, sem deixar de atribuir-lhe, no entanto, um peso relativo. Os trabalhos humanos são, aqui, inferiorizados em relação às obras sublimes do criador, expressas pela natureza que ali se apresenta. O fim da frase é revelador: os homens não conseguem mensurar a grandiosidade natural quando seus espíritos estão obcecados pela mundanidade dos interesses transitórios; dizendo de outro modo, a mundanidade faz com almas percam a transcendência necessária para apoderar-se de forma assombrosa, e religiosa, do arrebatamento trazido pela observação do mundo natural. Sendo assim, pode-se concluir caber ao homem desligar-se da mundanidade, dos interesses transitórios a fim de integrar-se a sempre perene sublimidade da criação.

Em diálogo com Katini e observando o mundo a sua volta, Benignus procura saber se o cozinheiro é conhecedor de “botânica” e, para tanto, lhe pergunta o que são “plantas *dicotiledôneas*”<sup>344</sup>. O cozinheiro se esquiva, cabendo ao sábio então classificar o romântico painel que ali se afigura, enumerar a admirável “riqueza abundante” por meio de uma memória que, capaz de conservar “tão grande número de nomes bárbaros”<sup>345</sup>, surpreende seu cozinheiro aprendiz:

—Lamento isso, lhe tornou o sábio, porque vais dar-me muito trabalho em explicar-te esta parte importante e agradável das ciências naturais. Plantas *dicotiledôneas* são as que formam a terceira grande divisão dos vegetais na classificação de Jussieu, compreendendo todas as que têm sementes de dous lóbulos, chamados *cotilédones*. Esta divisão encerra só em si as quatro quintas partes das plantas até hoje conhecidas. Distinguem-se em geral por suas radículas ramosas, tronco formado de camadas concêntricas, por suas folhas de nervuras ramificadas e suas flores divididas geralmente em número de cinco ou múltiplos de

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>344</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>345</sup> *Ibidem*, p. 69-70.

cinco. Pois é formada da maior parte destas plantas que vêm levantar-se diante de nós esta floresta gigantesca! Aqui estão as suas principais representantes nas espécies leguminosas cujas árvores se elevam muitas vezes a desmesuradas alturas, e são sem dúvida das mais belas da flora americana. Além destas, são ainda cinco as camadas vegetais que formam este tabernáculo grandioso contando-se entre elas uma multidão de malváceas, de euforbiáceas e certas bignônias, espécie de árvores que produzem sombra espessa e refrigerante. Depois temos as mirtáceas, os loureiros, a maior parte das terebintáceas, os fícus e grande número de malpighiáceas. Em seguida vemos as melastomáceas, entre as quais se distinguem belas e desenvolvidas flores cor-de-rosa, violetas ou brancas, e assim outras muitas variedades de árvores, apresentando as formas mais raras, as proporções mais gigantescas, a folhagem e as flores mais variadas sem que a natureza se fatigue nunca em produzir novas e singulares criações no seu misterioso e fecundíssimo laboratório.<sup>346</sup>

A grandiosidade se estende ao infinito, pois ao sábio ainda é possível ver e classificar uma infinidade de orquídeas produzidas pela natureza, tais como “a *Maxillaria picta*, a *Stanhopea ebúrnea*, *Burlingtonea fragrans vetusta e rigida*, a *Cattleya granulosa e guttata*, a *harrisoniana*, que produz grande número de variedade, a *Laelia crispa*, a *Oncidium flaxorium e pulvinatum*, a *Sophronitis violáceas*, a *Miltonia spectabilis*, *cereola e rosea*, e muitas outras.”<sup>347</sup>

A fala do cientista Benignus ao cozinheiro procura classificar e, portanto, ordenar a natureza. No entanto, tal classificação não esconde o quão gigante a natureza insiste em ser, pois ela, ainda misteriosa, apresenta dimensões infinitas e uma potencialidade criadora sempre atuante. Sua infinidade, porém, não anula o conhecimento, mas antes faz dela um laboratório fecundo ao extremo. Tem-se, portanto, um movimento que interpela ao conhecimento revelador o sempre imperativo mistério do ainda desconhecido: classifica-se, contudo se reconhece o novo a porvir, a transformação inerente à infatigável potência criadora do mundo natural. Fala-se ainda de um quadro que não se esquia à expressão de uma totalidade “sentida”, pois logo após a classificação feita por Benignus e ensinada a Katini, a

atmosfera estava límpida, a temperatura era já superior a 76°. A brisa, quase imperceptível, derramava pelo ar eflúvios aromáticos, desprendidos das urnas das flores inebriadas com as vibrações voluptuosas dos beijos do calórico e dos raios de luz. Sentia-se como uma espécie de harmonia eólia espalhada por toda a natureza.<sup>348</sup>

<sup>346</sup> *Ibidem*, p. 68-69.

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. 69-70.

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 70.

Aqui, os fluidos aromáticos desprendem-se das flores quando estas são aquecidas pelos beijos prazerosos dos raios de luz. Todos os elementos então por conveniência se emparelham, comungam, constituindo um todo “sentido”, marcado pela semelhança. Mas à classificação e à harmonia, interpelam-se em um primeiro momento as necessidades do corpo. A isso Katini fora previdente: “Farinha, uma galinha assada do jantar da véspera, que encontrou no armário, um pedaço de queijo-de-minas, completavam a parca, mas apreciável e saborosa refeição”.<sup>349</sup> Em um segundo movimento, o motivo de interpelação se deve ao perigo escondido sob a sempre misteriosa natureza, mesmo sendo esta destinada ao amor e à contemplação. Benignus é atacado por uma “surucutinga”,<sup>350</sup> por um “desmesurado ofidiano” ou ainda “monstruoso réptil.”<sup>351</sup> Tratava-se mesmo de uma “serpente notável pelo tamanho, pela vivacidade das cores e ainda pela sua raridade nestas regiões”<sup>352</sup>.

E foi acertado não se separem, porque enquanto o doutor estava de novo embebido na contemplação de sua querida *Oncidium sarcodes*, Katini, com a vista de lince que de era dotado, deu quase um grito, vendo um terrível trigonocéfalo, uma enorme surucutinga, única serpente que no Brasil investe ao homem, e que media treze a quatorze palmos de comprimento e quatro e cinco polegadas de circunferência, armar o pulo para ferir com seu veneno mortal o distraído amator das florestas virgens.<sup>353</sup>

Katini salva Benignus dos perigos da natureza, abrindo espaço a uma inversão narrativa. É nesse momento em que o homem, na figura de Katini, volta a ser fortemente valorizado. Após o bote, segue-se uma “troca recíproca de amabilidades, tão raras entre os homens” entre Katini e o sábio. Benignus se reporta ao cozinheiro chamando-lhe de herói e amigo por tê-lo salvado de tamanho ataque. Em recompensa, o cientista atribui ao cozinheiro uma “gratificação pecuniária”, mas Katini logo o adverte que seu dever era salvá-lo, pois “quando um homem tem consciência de praticar uma boa ação, não aceita por ela retribuição ou paga”<sup>354</sup>. O cozinheiro completa:

só quero ter a liberdade de fazer as compras, que são atribuições do cozinheiro, sem que ninguém me contrarie, inquirindo o mo-

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>354</sup> *Ibidem*, p. 74.

do porque as faço. Em casa sou empregado no serviço culinário. Aqui sou camarada e minha obrigação é salvar a vida de meu amo, quando esta corre perigo, ainda mesmo arriscando a minha vida!<sup>355</sup>

Ao ouvir essas palavras, Benignus emociona-se e se convence de algo “que nunca pôde acreditar, isto é, que neste mundo ainda há criados bons!”<sup>356</sup>. Neste episódio, o homem é capaz de arriscar sua vida para salvar a de um amigo. A fraternidade emerge e suplanta interesses egoístas e meramente materiais. Os ganhos materiais só devem ser valorizados moralmente na medida em que sejam frutos do trabalho, não podendo ser confundidos com a fraternidade responsável em mediar a relação entre dois verdadeiros amigos.

Depois da surpresa trazida por um mundo que, mesmo nomeado pela ciência, continua imerso em perigos potenciais, Benignus decide revelar ao amigo Katini os motivos a partir dos quais decidiu levar o cozinheiro à incursão na floresta. Diz Benignus a Katini que, “em língua Quíchua, provavelmente filha do sânscrito, como são todas as faladas pela raça ariana, o teu nome significa seguir, caminhar, andar, isto é, o movimento, a energia, o trabalho, a negação completa da ociosidade e da indolência”.<sup>357</sup> Querendo saber se Katini fazia jus ao sentido linguístico do nome, Benignus o havia levado à mata virgem. Depois dos sucessos com a surucutinga, o sábio havia comprovado que o significado do nome Katini era correspondente ao *ethos* do seu portador. A linguística, portanto, aparece como fonte de sentido, classificando e ordenando famílias linguísticas constituídas ao longo do tempo. No caso em questão, a linguística tornara possível a Benignus justificar ao cozinheiro a pertinência de seu ainda misterioso derradeiro intento: “Tenho projetos audaciosos, quase humanamente irrealizáveis, mas espero que, se me acompanhares, legaremos o nosso nome à admiração dos contemporâneos e até dos vindouros”.<sup>358</sup>

Depois de ser atacado, Benignus passa a examinar com mais atenção a grande surucutinga. A ciência volta a classificar, sem deixar de ratificar o perigo presente na natureza.

É uma surucutinga, não há dúvida, e a primeira que vejo em minha vida, o que não admira, porque já aconteceu o mesmo ao

---

<sup>355</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>356</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>358</sup> *Ibidem*, p. 75.

Sr. Liais e outros naturalistas. O veneno desta cobra é dos mais enérgicos e determina inoculado no sangue, tendências à coagulação, segundo as sábias observações do eminente astrônomo e notável homem de ciência, o nosso distinto compatriota o Sr. Visconde de Prados. Segundo também a valiosa opinião do mesmo, esta espécie de serpentes é diversa da das Antilhas.<sup>359</sup>

Continuando a incursão, Benignus decide descansar. Acaba adormecendo, mas o “sono dos sábios costuma ser curto, porque a energia do espírito não favorece a inação fisiológica que o adormecimento traz consigo”. Neste sentido, o sábio aparece como detentor de um espírito energizado, superior às necessidades fisiológicas trazidas pelo corpo.<sup>360</sup>

E é na linguística em que se assentará a interpretação do mais importante achado feito por Benignus e Katini durante a incursão à mata virgem. Em retorno à fazenda, ambos se deparam com uma gruta, e dentro dela encontram uma “dessas urnas toscas, em que os índios costumam guardar os restos mortuários de seus companheiros”. Dentro da urna, uma “folha seca de papiro”, na qual havia “desenhado no alto uma figura que representava o sol e por baixo esta legenda que o sábio reconheceu estar escrita na língua indígena. ‘A pora’”.<sup>361</sup> Terminando a incursão com tamanho achado, só podia Benignus dizer ao cozinheiro: “Vamos. Talvez esteja traçado aqui o roteiro de assombrosas descobertas!”.<sup>362</sup>

### 3.5 O papiro indígena.

O doutor Benignus, de volta à fazenda, não consegue dormir naquela noite, isolando-se em seu gabinete à procura de explicações ao papiro indígena sobre o qual tinha apenas uma “intuição para bem dizer profética”.<sup>363</sup> O índio e o sol, portanto, tornam-se os principais elementos de reflexão do sábio, que não os deixa de associá-los evidentemente à ideia de origem.

---

<sup>359</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>360</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>361</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>362</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>363</sup> *Ibidem*, p. 84.

Destaca o narrador que o sábio consultou, de forma exaustiva,<sup>364</sup> uma “porção de livros” sem achar a explicação do “enigma”. Eram raros os livros sobre o assunto, Benignus não tinha todos, além de haver no Brasil uma especial singularidade: era possível encontrar vastas regiões brasileiras ocupadas por “tribos dispersas das raças primitivas”, contudo poucas pessoas, com exceções heroicas, dedicavam-se “aos estudos antropológicos e da linguagem indígena”, fontes inexauríveis para a compreensão da “história das primeiras épocas da humanidade.”<sup>365</sup> Naquele momento de ausência de informação, Benignus não poderia deixar de lembrar-se de uma dessas exceções, o Sr. Dr. Couto de Magalhães, apresentado pelo narrador como “um dos simpáticos talentos do Brasil, e cujo nome deveria ter entre nós a popularidade de Livingstone, de um Tyndal, ou de um Horácio de Saussure, que realizou em 1787 a primeira ascensão regular aos píncaros elevados e prodigiosos do Monte Branco.”<sup>366</sup> Magalhães é apresentado como viajante infatigável e destemido.

Quem na idade de pouco mais de trinta anos, já viajou tantas vezes desde o golfo do Prata por entre ínvias regiões até a foz do Amazonas, e subiu em uma frágil barca, movida por uma pequena máquina a vapor de força de 8 cavalos, oitenta léguas de cachoeiras no rio Araguaia e pode dizer a seus compatriotas que já arcou mil vezes com a morte, lutando quase simultaneamente com índios bravos, com medonhas feras e ainda com furiosas e terríveis conflagrações dos elementos, aprendendo as línguas e os dialectos selvagens, levando a civilização ao deserto e chegando a impor-se à consideração e ao respeito dessas raças indomáveis, merece realmente a admiração de todos que prezam o arrojo audacioso dos grandes homens, dos heróis do trabalho e da ciência, que são a um tempo a verdadeira glória da sua pátria e do século em que viveram!<sup>367</sup>

A natureza volta a ser apresentada como completamente perigosa, uma fonte que, por assim ser, imbui de heroísmo o homem que nela adentra. Os índios, enquanto raças indomáveis, as feras e as conflagrações furiosas dos elementos naturais aqui são colocados em um mesmo plano, isto é, são expressos como fontes do medo a ser enfrentado e domado por aqueles que, movidos pelo desejo de expandir a civilização por meio do trabalho e da ciência, devem ser considerados como a verdadeira glória da sua pátria e do século em que vivem. Entretanto, se

---

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>367</sup> *Ibidem*, p. 86.

há o desejo e a necessidade de superação do mundo natural pelo intento civilizador, existe também a clara consideração de que os quadros naturais são testemunhos da origem, e por isso devem ser valorizados enquanto objetos por excelência de perquirição científica. O problema em relação ao homem aqui aparece sob a seguinte forma: interpela-se uma fratura entre os homens civilizados, detentores do saber e da civilização, e aqueles que se acoplam à animalidade intrínseca ao mundo natural. Mas é apenas a partir destes últimos que os primeiros podem chegar às revelações e esclarecer o problema da origem, tomada ainda como algo que reunifica essa dualidade humana.

E voltando a pensar sobre o papiro, Benignus mergulha-se em arrojadas reflexões sobre o Sol, então caracterizado pelo sábio como a “fonte luminosa da vida universal”, aquela que ao manifestar-se enquanto dia e luz evoca a natureza “ao concerto das harmonias cosmogônicas”. Os cultos primitivos, pensa Benignus, consideravam tal astro como “a imagem da personalidade Criadora e eterna”. Hoje, o sábio afirma ser ele “o centro, o foco do nosso sistema planetário”, aquele que “nos dá a vida, as estações, o alimento, a coragem do trabalho e a inspiração do gênio” em detrimento da distância numérica em que se encontra da Terra.<sup>368</sup> Trata-se, pois, de algo superior em “relação aos nossos pequenos mundos”, uma “realeza na ordem das criações celestes”.<sup>369</sup> É pensando nessa superioridade e centralidade solar, que Benignus chega a perguntas científicas que lhe acendem no cérebro um “facho de luz”<sup>370</sup>, um pensamento que, “atravessando-lhe o espírito, produziu-lhe o efeito de um choque elétrico,”<sup>371</sup> obliterando as “funções fisiológicas de seu ser” e transcendendo sua alma ao absoluto do infinito.<sup>372</sup>

Por que motivo os entes desconhecidos que o habitam não estarão, em relação a nós, em uma condição incomparável? Por que motivo sua organização física se não achará fora das leis terrestres que conhecemos? Porque seu estado de vida não será de todo o ponto diverso do nosso, do alfa ao ômega de sua existência? É verdade, por que não será o Sol habitado? Acrescentou depois de uma pausa o Dr. Benignus.<sup>373</sup>

Em meio às reflexões, que suspendiam a alma do sábio fazendo dele antes pensamento do que corpo, antes espírito infinito do que invólucro terreno, Benig-

<sup>368</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>369</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>370</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>371</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>372</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>373</sup> *Ibidem*, p. 88.

nus expande sua hipótese, considerando que além do Sol outros mundos poderiam ser habitados, pois a Terra, mesmo encerrando inúmeras “maravilhas”, não passava segundo suas reflexões “de um ponto insignificante no espaço”. É então que Benignus, voltando-se especificamente ao papiro, consulta atentamente o último dos seus livros sobre o assunto e, sem conter o grito, o abraço e o beijo efusivo que desfere em sua esposa encontra o vocábulo ECCE INCOLAE, o correspondente latino da frase em língua tupi “A pora”. O fato de ECCE INCOLAE significar “aqui há gente, aqui está povoado, aqui há habitantes” sugere a Benignus entender que, no Sol,

existirão talvez mares, continentes, raças, nações, compadres como aqui, mulheres, crianças, ignorantes, sábios, criaturas de formas materiais ou de formas aéreas, montanhas, dias, noites, calmarias, tempestades, mas o que não haverá por certo é o espírito do mal, que faz com que se devam como feras os filhos da nossa humanidade!<sup>374</sup>

Do sol, entendido como superior e fonte universal da vida, decorre a afirmação de uma possibilidade, a possibilidade de nele haver vida sem a presença do “espírito do mal”. A Terra, portanto, é diminuída a apenas um ponto do universo, mas não deixa de ser afirmada como parte dele, pois é alimentada pela vivacidade emanada do Sol, o centro do sistema planetário, aquele que, com sua luz, evoca a natureza na harmonia cosmogônica. A linguística assumida, aqui, como aquela que revela e torna tal hipótese ainda mais contundente. Em meio às reflexões, o pensamento é colocado como um ente que, a despeito do corpo, eleva a alma ao infinito. Serão tais conclusões científicas que nortearão a expedição elaborada pelo sábio homem na tentativa de obter o “aplausos dos contemporâneos” e a “admiração das futuras gerações”.<sup>375</sup> Como dizia ele, “o vapor, a eletricidade, as viagens aéreas, a telegrafia não são coisa alguma diante deste maravilhoso descobrimento”.<sup>376</sup> Em tom esperançoso, o sábio conclui: “chegarei talvez a pôr em correspondência, em comunicação, a imensa família das humanidades sidéreas”.

<sup>377</sup>

---

<sup>374</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>375</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>376</sup> *Ibidem*, p. 92-93.

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 92.

### 3.6 Otimismo e pessimismo à procura da “grande lei da unidade universal”.

Em certo sentido, viu-se que Benignus estava romanticamente triste com a humanidade, que ao sábio se apresentava muito “rude” e “gasta”. Depois de quatro mil anos, destaca o narrador, a história da “raça humana” era marcada pela irregularidade, pois se de um lado era possível constatar “períodos brilhantes”, de outro, “mesmo nas épocas de mais elevado desenvolvimento intelectual”, havia a constatação de “aberrações monstruosas que nem a consciência nem a razão” podiam justificar. O sábio, assim, diagnosticava uma guerra que perpassava o tempo, opondo “representantes da inteligência” e a “resistência inconsciente da força predominante e esmagadora da ignorância”.<sup>378</sup> Mas Benignus, diz o narrador, ainda estava preso à sociedade pelos “laços íntimos do sangue e do coração”, de modo que seus estudos não possuíam um “fim puramente egoístico”. Benignus, nesse sentido, se imbuía individual e romanticamente na tentativa de trabalhar “sobretudo para o futuro e em vista de uma perfectibilidade racional”. Desanimado, contudo, de tomar apenas a Terra como objeto de estudo, pois esta lhe negava a “decifração do enigma”, volta-se Benignus à procura da unidade das leis em outras paragens do universo.<sup>379</sup> Era, pois, a seguinte tensão colocada ao sábio:

de um lado o estado do mundo terrestre é incompleto; sua humanidade circunscrita em limites, fraquezas, misérias; o homem é um ente inferior, porque os instintos grosseiros associa paixões cuja tendência manifesta o impele para o mal. De outro lado, a simples noção da natureza de Deus implica o completo, o perfeito, o belo, e o bem – Estão aqui dous termos contrários em presença. A análise do estado do mundo terrestre torna-nos pessimistas, enquanto a contemplação da personalidade divina nos torna otimistas.<sup>380</sup>

Diante do mundo, todos os homens tornam-se pessimistas, diz o narrador, pois nele há misérias resultantes dos instintos mais grosseiros, “as paixões ambiciosas dominam alguns, e a pobreza envenena os outros”. Rareiam-se os homens de virtude, proliferam-se os homens egoístas. Mas quando os pensamentos voltam-se

---

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>379</sup> *Ibidem*, p.94.

<sup>380</sup> *Ibidem*, p. 94.

à noção do Ser supremo, descobrem nesse tipo desconhecido o esplendor da verdade, a revelação da força, a sanção da justiça e um inefável sentimento de justiça que cai do alto como a irradiação do Pai universal; e esta irradiação do sol eterno fala a nossas almas, insinuando-lhes que a obra divina é bela em seu complexo e perfeita em seu fim.<sup>381</sup>

É pela afirmação dessa posição do sol, o comunicador da beleza e da completude da criação, que Benignus vê motivos suficientes para estudá-lo. A observação científica de tal astro é a principal força que o levará enquanto homem de saber às vastas regiões da América. Se os estudos do “eminente astrônomo” Sr. Liais informavam a Benignus que nas cidades europeias as observações astronômicas eram dificultadas pela “grande quantidade de vapores estranhos”, seria nas matas americanas de céu límpido o lugar mais seguro para esse tipo de estudo. A Terra, enquanto objeto científico, é restituída de importância na medida em que se torna o melhor terreno a partir do qual o sábio homem poderá dirigir seu olhar classificador ao céu.

Em síntese, reconhece-se uma história humana conflitiva, onde o desenvolvimento intelectual é contrabalançado por aberrações da ignorância que escapam à razão e à consciência. Contudo, o sábio não consegue desvencilhar-se integralmente desse mundo antagônico, pois também é homem, isto é, ao mundo terreno também se atrela através do coração e de um corpo materialmente vivo. É essa estreita ligação ao mundo que permite dizer que os estudos de Benignus não possuem fim egoístico. O sábio se volta ao conhecimento entendendo o fazer cognitivo enquanto missão individual responsável por colaborar com o desenvolvimento de um processo que, em ascensão, navega rumo a um futuro terreno de perfectibilidade racional. Fica suposto, portanto, certo estrato de otimismo, à proporção que o sábio ainda vê o futuro sob a óptica de um conhecimento que, por meio da razão, leva à perfectibilidade, superando as aberrações históricas que escapam aos sentidos da inteligência e da consciência. Difícil entender que esse desejo de perfectibilidade que coloca o sábio em posição de missão terrena é acompanhado por um deslocamento do olhar científico: para apoderar-se do sentido que tudo rege, o sábio prefere concentrar suas observações não mais na Terra, mas no céu. O movimento então se torna possível: se o mundo terreno ainda porta incompletudes arrastadas pelo transcorrer do tempo, traduzindo-se enquanto ninho

---

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 95.

de uma humanidade repleta de limites, fraquezas, misérias, maldade e ausência de virtude, o sábio imerge numa atmosfera pessimista e, por consequência, a observação científica torna-se penosa. Assim, justifica-se o fato de Benignus voltar-se à observação do céu, o lugar tomado como mais próximo do divino, do ser supremo, completo, belo, verdadeiro e bom. Este contato com o ser supremo se dá mediante a irradiação que vem do alto, mediante a luz solar que comunica às almas toda a verdade, toda a beleza e toda a justiça. A astronomia legitima-se, pois se coloca a Benignus como o conhecimento capaz de elevar sua alma e sua inteligência à verdade da criação, ao Deus supremo. Mas se expedição do sábio ao interior brasileiro acontece, fundamentalmente, porque nas matas americanas o céu não turva a visão do observador, a terra é restituída enquanto objeto. Em resumo, Benignus foge do pequeno homem e entrega-se à contemplação do céu, sem contudo despojar-se de uma sincera e generosa missão: contribuir com a perfectibilidade racional e futura da não menos terrena sociedade.

O ilustre Dr. Benignus não era um sábio egoísta, como há tantos por este mundo e como já dissemos. Queria saber, não para guardar consigo o fruto de suas luzes, mas para enriquecer com ele os vindouros e mesmo os seus contemporâneos, apesar da distância a que se tinha afastado deles.<sup>382</sup>

A numerosa expedição começa então a ser preparada, pois seria necessário “transportar instrumentos imprescindíveis aos seus estudos e ainda além disto ir prevenido de alguns gêneros alimentícios”.<sup>383</sup> O doutor publica um anúncio nos jornais à procura de “homens de ciência” e de corajosos “camaradas” que os quisesse acompanhar na “peregrinação científica”<sup>384</sup>, além de escrever uma carta onde falava do empreendimento ao seu talvez único amigo e conselheiro James Wathon, um engenheiro-maquinista estabelecido com uma importante fábrica de ferro na Filadélfia, nos Estados Unidos.<sup>385</sup> Benignus e Wathon haviam se tornado amigos no Rio de Janeiro. Ali se tornaram íntimos, momento em que Wathon parte para seu país depois de ter sido “inteiramente curado pelo doutor de uma grave enfermidade que quase o levou à sepultura”.<sup>386</sup> A ciência, portanto, pode estreitar laços íntimos, dando vasão ao sentimento de amizade.

---

<sup>382</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>384</sup> *Ibidem*, p.96-97.

<sup>385</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 126.

Em resposta ao anúncio publicado nos jornais, chega à fazenda do Morro do Condor o francês M. Gustavo de Fronville, um rapaz de trinta e seis anos de idade dedicado às ciências naturais e físicas. Recebido prontamente por Benignus, Fronville afirma que os “homens de estudo são cosmopolitas” e que o seu objetivo ao longo da expedição era dedicar-se ao “descobrimento das leis físicas”, aquelas que podiam segundo ele “proporcionar ao homem a composição dos corpos inorgânicos, que lhes são indispensáveis à vida, quando os não puder obter por outro meio!”.<sup>387</sup> Fronville trazia consigo uma “espingarda de pressão”, um “moderníssimo aparelho de luz eléctrica”<sup>388</sup> e “alguns aparelhos de laboratório ambulante de química e de física”.

—Bravo, exclamou o Dr. Benignus, e continuou: veja como é admirável a ciência! Todas as suas províncias confinam e se unem para se vincularem em um mesmo império! O senhor observará a terra e eu contemplarei o céu! Dous caminhos diversos, que vão dar ao mesmo ponto: a grande lei da unidade universal.<sup>389</sup>

Esse episódio claramente demonstra que se a Terra vinha dificultando, por meio de um clima pessimista, as observações científicas do sábio homem, ele não deixa de entendê-la como parte integrante da lei universal a ser descoberta. Observando a Terra e o céu, a unidade poderia ser encontrada, mesmo estando Benignus esgotado com a observação de um objeto que lhe parecia ainda furtivo devido à presença do homem.

É preciso enfatizar que tal observação ainda porta uma especial singularidade, ou seja, o céu e Terra a serem analisados durante a expedição são aqueles dados a ver pelas “regiões intertropicais”, pelo continente americano e, mais especificamente, pelo sertão brasileiro. Fronville diz a Benignus estar habituado a viver no mundo europeu, onde a “atividade e o trabalho humano” vinham subjugando a natureza, a ponto de substituírem as forças e formas primitivas da criação pelas forças e formas meramente mecânicas e artísticas. Emendando, o benigno sábio termina de particularizar a natureza que ali se apresenta a ambos, dizendo que ela era o local onde o homem de ciência podia perquirir os “testemunhos sobreviventes das primeiras e variadas produções da terra”. Assim, torna-se a natureza intertropical, americana e brasileira solo fértil de estudo às mais variadas ci-

---

<sup>387</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>389</sup> *Ibidem*, p. 100.

ências, tais como “a geologia, a botânica, a mineralogia, a zoologia, a antropologia, a química e até mesmo a antropologia”. Benignus ainda afirma ser possível naquela região o estreito vínculo estabelecido entre ciência e filosofia. “Uma coligando os factos, explicando os fenômenos, descobrindo as leis que regem a matéria visível e invisível, a outra elevando-se em deduções arrojadas, em êxtasis maravilhosos, em contemplações sublimes e profundas”. Na Europa, conclui Benignus, os sábios refletem em seu gabinete e localizam-se entre as “ruínas e maravilhas da civilização”, estando eles imersos no “mundo social”. Aqui, na floresta que se agiganta e que porta o primitivo intocado pela homem, o observador “tem por companhia o silêncio e por observatório o templo das matas virgens, das cordilheiras gigantescas, dos rios, oceanos e do firmamento transparente e luminoso!” Trata-se, portanto, de um lugar onde é possível estudar a astronomia, “que sonda os golfões infinitos do espaço”, e a geologia, que “penetra nos abismos do tempo”.<sup>390</sup>

Em sentido amplo, portanto, Benignus compõe nesse diálogo o campo epistemológico possível diante de um objeto a ser perscrutado. Fala-se de solos epistêmicos amplos, onde as ciências, mesmo já ramificadas, explicam os fatos a partir de um horizonte comum, qual seja: o desvendamento de leis universais que regem a matéria vivível e invisível irmanado à filosofia enquanto esfera por excelência da contemplação, do sublime, da profundidade reflexiva. A natureza intertropical a que o diálogo entre Benignus e Fronville se refere ganha um foro especial, pois é nela onde o conhecimento encontra um arsenal de testemunhas vinculadas aos processos originários. Se a origem no mundo oitocentista deseja tudo explicar, a natureza americana torna-se o lugar por excelência da ciência e da filosofia.

Ainda dirigindo-se a Fronville, Benignus concorda com o jovem ao dizer que a “aspiração ao saber”, para não se esterilizar, deve vir acompanhada pela “fé no trabalho”, associação que não vinha sendo feita, diz ele em tom crítico, pelos fúteis homens de seu tempo. Destarte, cabia enriquecer a “inteligência com o tesouro das verdades científicas”, sendo a “observação, a experiência e o raciocínio” os elementos basilares da “moderna filosofia”. Os conhecimentos humanos, diz Benignus, aglomeravam-se, tornando-se indispensável ao homem apoderar-se de

---

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 104.

todos eles. Como as convicções de Benignus e do jovem cientista são compatíveis, não é difícil prever uma definitiva e futura “reconciliação do sábio com a humanidade a que pertencia”.<sup>391</sup> Benignus e Fronville são homens que compartilham das mesmas ideias, na medida em que para eles o saber e o trabalho são fontes de verdades. Dois homens então se irmanam mediante a afirmação radical de mesmo discurso moral e científico, emergindo na narrativa a previsão de que o sábio futuramente se ressocializaria. Isto é, a crença na ciência enquanto discurso enriquecedor da inteligência unifica dois homens, positivando a visão de Benignus sobre os laços humanos, sobre as relações sociais.

Além de chegada de Fronville, uma nova visita à fazenda de Benignus muda em alguma medida os planos da expedição que se preparava. Era uma senhora acompanhada de seus dois filhos, sendo o mais velho assim como ela nascido na Inglaterra, e a moça nascida na ilha de Ceilão, no arquipélago índico. Em conversa com Benignus e debulhada em lágrimas que comoviam a todos, a senhora diz ter lido o anúncio publicado nos jornais, de modo que este lhe afigurava como uma real esperança. Seu marido, o inglês William River, um ano depois de chegar com sua família ao Brasil

no intuito de estudar as tribos selvagens dos confluente do Amazonas e do alto Tocantins, empreendeu com uma pequena comitiva de homens destemidos uma audaciosa exploração, e, passando pelo rio da Prata e Paraguai, deve estar a estas horas talvez prisioneiro dos indígenas, ou quem sabe se... morto!<sup>392</sup>

Suplicando ao sábio “proteção, interesse e compaixão”<sup>393</sup>, a senhora o pede que encontre o seu marido em ocasião da grande viagem científica prestes a realizar-se. Em resposta, Benignus responde que a “Providência” havia trazido a inglesa até sua casa, e que dali em diante dois deveres comporiam o seu destino – “o dever da humanidade e o dever da ciência”.<sup>394</sup> Demonstrando compaixão, Benignus oferece aos suplicantes que fiquem hospedados na fazenda durante a expedição. Jaime, o filho inglês, aceita a casa à sua mãe e à sua irmã Ada, mas se dirige ao doutor dizendo-lhe que não negasse “a um filho a glória de ir a procurar seu pai”. Manifestando seu desejo de ser um dos membros da expedição, diz o rapaz:

---

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 110.

“É preciso que o nome daquele a quem devo a vida, William River, não seja deslustrado pela fraqueza de seu filho Jaime”.<sup>395</sup>

Este episódio demonstra a pertença de Benignus à humanidade, pois o sábio se afirma, desde então, como alguém em duplo destino: enquanto humano sensível e de compaixão procurará pelo inglês a quem se irmana a despeito de nacionalidades pressupostas; enquanto cientista buscará conhecimento em um território que se apresenta fecundo e singular laboratório. A “sociedade” formada na casa de Benignus às vésperas da expedição dá abertura à aparição de uma “solidariedade moral” por meio da qual todos se estimam mutuamente como se conhecessem há anos.<sup>396</sup> A narrativa interpõe àquela sociedade egoísta apresentada no início do livro uma sociedade devidamente solidária, generosa, aberta ao promissor futuro que estava próximo a realizar-se com os resultados da grandiosa expedição. Contudo, a positivação da humanidade e da natureza ainda sofre fraturas, pois a narrativa se refere à possibilidade de o pesquisador inglês ter sido capturado por indígenas em território natural. A presença do índio enquanto homem, natureza e objeto de ciência será explorada nessa dissertação em ocasião mais oportuna.

### 3.7 Entre amigos, o “consórcio com as estrelas”.

Em meio àquela sociedade de compaixão e fraternidade, formada em decorrência do anúncio expedicionário, emerge uma segunda festa de matiz claramente oposto ao banquete egípcio. Benignus a nomeia de o “*consórcio com as estrelas*” em referência à resposta que deu ao capitão durante o banquete egípcio. Questionado pelo militar sobre com quem o sábio casaria seus filhos depois de romper com a sociedade, Benignus responde que os casaria com os astros. Hóspedes, criados e camaradas eram os convidados presentes nesta segunda festa, onde a triste saudade que já se antecipara à definitiva despedida era contrabalançada

---

<sup>395</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>396</sup> *Ibidem*, p. 114-115.

pelo contentamento de alguns. Benignus, sob a trêmula bandeira brasileira posta no ponto mais alto, volta a discursar àqueles a quem nomeava “meus amigos”.<sup>397</sup>

Em seu discurso, o sábio define um duplo fim à festa oferecida. De um lado, diz ele, trata-se da “expressão do sentimento” de despedida daqueles que lhes são “mais caros” em um contexto onde nem se sabe ao certo os resultados da viagem expedicionária que se anuncia. De outro lado, o sábio diz tratar-se do “consórcio ideal de meus filhos com três astros”, os corpos celestes a serem “pontos luminosos que os guie e aconselhe na amplidão dos céus contra o egoísmo e a pequenez das paixões que naturalmente têm de os assaltar nos espinhosos labirintos da vida terrestre!”.<sup>398</sup> Vênus, a estrela Polar e a Lua são apresentadas como “as noivas celestes” de seus filhos, aquelas que, imersas no cosmos sideral em “curvas misteriosas”, entoam “cânticos perenes à magnificência e à grandeza de Deus!” O homem, diz Benignus em tom aconselhador a seus filhos, esteja ele passando ou não por um momento tumultuado de sua vida nunca deve “perder de vista o céu, onde encontrará o segredo do caminho que o salve, e o espaço em que tem de desenrolar-se o drama futuro do destino de sua alma!”<sup>399</sup>

Os homens então são revelados como entes capazes de sentimentalizar-se diante da possível perda, de sentirem a tristeza da partida por meio de lágrimas já desassossegadas de tanta saudade. Os laços fraternos estabelecidos entre amigos, pais e filhos reinstauram uma ideia de unidade, trazendo a tona uma sociedade humanamente possível em detrimento do egoísmo materialista desagregador. No entanto, ao mesmo tempo em que se fala na afirmação de sentimentos capazes de unir os homens mediante laços de fraternidade evidenciados pela saudade e pelo medo da perda, as desagregadoras paixões e o egoísmo não deixam de ser enunciados enquanto instâncias naturalizadas e conseqüentemente em curso na vida terrena. É então que o céu e seus corpos celestes afiguram-se enquanto o lugar a partir do qual o homem deve ater-se a fim de que suas tendências naturais ao egoísmo e às paixões desagregadoras sejam combatidas. O céu desponta como aquele que guia o homem à presença de Deus, à sonoridade magnífica da divindade, que eleva o humano a primeira estatura na escala da criação. É no céu, ao lado de Deus, em que o segredo do caminho pode ser encontrado, de modo que a alma

---

<sup>397</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 118.

humana se salve da desorientação retirando o homem do labirinto em que a vida terrestre tende a apresentar-se.

O discurso de Benignus impele Fronville, comovido, a proferir também algumas palavras. Diz o naturalista francês que, no transcorrer da “incerta peregrinação de um mundo inexplorado”, será a “constelação austral”, nomeada pelos “primeiros descobridores da América com o simbólico nome de Cruzeiro do Sul”, aquela que o protegerá. No entanto, não é apenas o “sacerdócio augusto da ciência” que o motivará a correr os perigos e sofrimentos inevitáveis trazidos pela “romaria”, mas também a ânsia de trazer notícias do Sr. William River à sua família. O céu de Fronville, em conformidade com os dizeres de Benignus, estende-se enquanto protetor, enquanto aquele capaz de garantir a condução em meio a potenciais perigos. Dizendo de outro modo, o fazer ciência ou a ação do homem de ciência são garantidos pelo firmamento, isto é, o céu torna-se protetor de homens a perscrutarem um objeto que a eles não cessarão perigos e sofrimentos. Entretanto, não se trata apenas de um conhecimento a ser produzido, mas também do desejo, embebido de fraternidade sentimental, de suprir a carência de uma família sentimentalmente desolada pela perda. Em meio a tais discursos, seguem-se “vivas”, êxtases, entremeados por lágrimas não menos dignas. É então que, pelo adiantar da hora, Benignus decide fazer sua última e patriótica saudação.

– À bandeira brasileira, que se desfralda inundada de luz sobre as nossas cabeças! Esta bandeira não é só o símbolo de uma nacionalidade, é também o símbolo da aliança e da fraternidade universal dos povos! Quando um dia os desertos que vamos atravessar, as selvas por onde temos de embrenhar-nos, as cordilheiras que havemos de transpor e os rios imensos que teremos de navegar, forem o teatro de uma civilização gigante e esplêndida, esta bandeira, tantas vezes gloriosa com o baptismo de sangue das batalhas, tremulará então para sempre ainda mais esplendorosa do que hoje nos campos de combate do trabalho, nas oficinas das indústrias e nos tempos sacrossantos da religião e da paz!<sup>400</sup>

O tom otimista responsável em projetar um futuro onde a civilização se cristalice por meio do trabalho, da indústria, da religião e da paz justifica os perigos e os sofrimentos a serem vividos pelo presente científico e expedicionário. O Brasil aparece como o lugar onde a aliança entre os povos pode acontecer, movimento este que procura contrabalançar-se com a fragmentação humana pressupos-

---

<sup>400</sup> *Ibidem*, p. 120.

ta pelas já definidas nacionalidades. Em um processo civilizatório possível, acrescenta Benignus, a bandeira brasileira está destinada talvez a “arvorar-se no gigantesco capitólio da metrópole do futuro!”<sup>401</sup> Ao fim do discurso do sábio, um “estrondoso hurra” acompanhado de luzes que vinham de “lâmpadas de luz elétrica” portadas por todos os futuros viajantes compõem um “espetáculo admirável”. É a técnica, portanto, se acoplando ao conhecimento científico, pois a ele festeja e ilumina. O discurso, tecnicamente iluminado, anuncia a perigosa expedição a ser realizada por corajosos homens, fazendo emergir o doloroso sentimento da saudade, o medo angustiado da perda e o otimismo em relação a um futuro civilizado ainda porvir.

### 3.8 Os imperativos da amizade interpelam a observação científica.

E a comitiva de Benignus decide partir. Talvez em poucas vezes, destaca o narrador, havia se realizado um empreendimento de tamanha envergadura de forma tão organizada. Eram trinta pessoas, dentre elas o Dr. Benignus, M. de Fronville, Jaime River, Katini e um número considerável de camaradas distribuídos entre os mais diversos perfis. Eram “homens brancos e de cor”, alguns “mestiços”, portugueses, havia também um dinamarquês e dois alemães.<sup>402</sup> Conduziam a comitiva e seus objetos sessenta animais, prontos a transportarem uma exploração que, nos dizeres de Benignus, exploraria em “diversos sentidos o vasto território da grande e formosa província de Minas, uma das primeiras do Império em interesse histórico e em riqueza de produtos naturais”.<sup>403</sup>

O doutor não poderia deixar de potencializar sua prática científica. Levava um conjunto de objetos, sendo eles “instrumentos astronômicos”, “aparelhos respiratórios”, “lâmpadas de luz elétrica” e outros objetos que de tão atuais talvez ainda fossem desconhecidos no Brasil, com destaque as mais “modernas *escafandras*, vestimentas próprias para se descer ao fundo do mar ou dos grandes rios”.<sup>404</sup> O sábio, por não ter conseguido “proteção e amor” de seus compatriotas e compa-

---

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>402</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>403</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>404</sup> *Ibidem*, p. 124.

dres mais próximos, então se apartava deles, procurando auxílio em outras relações e optando por mudar de terra. Diz o narrador, contudo, que de um modo geral a humanidade se apresentava ao sábio a partir de um “rosto prazenteiro e modo sempre afável”<sup>405</sup>, visto que Benignus, enquanto “cultor da ciência”, não negava esforços heroicos para produzir um conhecimento que, diferentemente daquilo que se supunha pelos “sábios oficiais”, não deveria encastelar-se, mas antes ser disponibilizado a “todas as compreensões” na convicção de que o saber era útil aos “progressos da indústria e da civilização geral”<sup>406</sup>. Tinha Benignus, assim, o desejo de colaborar com as “aspirações morais e elevadas de seu tempo” e, para tanto, formulava suas singulares conclusões de forma sincera, a partir da criteriosa observação e experiência dos fatos isolados e gerais.<sup>407</sup>

Embora, diz o narrador, viajar pelo interior do Brasil exija paciência em meio às possibilidades sempre presentes de perder-se na mata, o viajante depara-se em compensação com uma “natureza luxuriante” de mais variados painéis. A diversidade é tanta que

ao sair de uma mata silenciosa e agreste, onde todas as pompas da vegetação se ostentam com imponente majestade, surgem nos extremos do horizonte os árduos píncaros das cordilheiras, cachoeiras espumantes, rios caudalosos, e desdobram-se no fundo dos vales extensas e ondulantes planícies, comparáveis a mediterrâneos de verdura!<sup>408</sup>

Assim, cabe à imaginação humana maravilhar-se e aos sentidos encantarem-se perante uma riqueza geológica e vegetal que não se esgota. Em meio a uma pluralidade de painéis que fazem da natureza algo grandioso e sublime, a romântica e consciente insuficiência do verbo (e até da imagem) se expressa com toda força.

Nem a palavra nem o pincel, essas duas sublimes expressões das formas exteriores para nós perceptíveis, poderão desenhar nunca a diversidade, a magnificência e o esplendor de tão inesperadas e fantásticas transformações, que se sucedem a cada momento, nos desvios das quebradas, no alto dos morros, nas depressões irregulares do solo, quando se penetra no silêncio destes desertos, e eloquentes testemunhas das primeiras e enérgicas palpitações deste imenso continente.<sup>409</sup>

---

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>406</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>407</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>408</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>409</sup> *Ibidem*, p. 133.

A comitiva encontra próximo a Barbacena um “velho mineiro”, “sertanejo” ou “campeiro” que, em diálogo com Benignus, mostra-se bastante conhecedor da província de Minas Gerais.<sup>410</sup> O sertanejo diz a Benignus ter um irmão por meio do qual lhe chegara notícias de que certos “selvagens” ou “índios bravios” haviam aprisionado, na “margem direita do Araguaia”, viajantes que seguiam em direção a Tocantins. Na esperança de conseguir resgatar River, Benignus decide ir até o irmão de o sertanejo procurar maiores informações sobre tal ocorrido. Para chegar a Juca de Ouro Preto, irmão do sertanejo, a comitiva teria que caminhar até as redondezas de Uberaba, mesmo sabendo que para chegar até lá poderia demorar mais de um mês.<sup>411</sup> Portanto, logo no início da viagem o interesse pelo resgate de um amigo sobrepõe-se às necessidades de observação científicas, embora Benignus, portando o papiro de dizeres indígenas, não deixasse de inquietamente se perguntar sobre a questão científica que o movia: “—Haverá realmente habitantes no Sol?”<sup>412</sup> Tal sobreposição fica ainda mais clara quando o narrador enfatiza que o desejo de chegar de forma mais acelerada a Uberaba fazia Benignus deixar de visitar regiões mineiras caras a “homens de ciência”, paragens que sempre se afiguravam enquanto “novidade para quem as observa e examina à luz da ciência e com verdadeiro espírito de patriotismo e progresso”.<sup>413</sup>

No entanto, as observações científicas das mais diversas, isto é, inerentes a “qualquer das províncias do saber humano” vão sendo feitas pelo sábio, assim como pelo francês M. Fronville e Jaime River.<sup>414</sup> Enquanto fauna e flora, a natureza é nomeada, quantificada, situada geograficamente, agrupada em classes, apresentada em relação ao apelo a certos sentido (cor, cheiro, clima), qualificada como “singular” aos olhos europeus, como graciosa, porém sedutora, abundante em “várias pedras preciosas” e em ferro.<sup>415</sup>

Uma discussão encetada por Benignus e Fronville sobre o ouro e o ferro traz à superfície uma perspectiva utilitária ligada à natureza. O jovem naturalista francês diz a Benignus que o ferro é o metal mais precioso, pois é o mais útil. Fa-

---

<sup>410</sup> *Ibidem*, p. 133-134.

<sup>411</sup> *Ibidem*, p. 134-135.

<sup>412</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>413</sup> *Ibidem*, p. 152.

<sup>414</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 152.

la-se, continua Fronville, de um metal que assegura a civilização, já que se ele desaparecesse da Terra, desapareceriam em consequência

a enxada, que foi a primeira máquina agrícola da humanidade, a habitação, que é, assim como o vestuário, o abrigo do homem contra as intempéries das estações, o navio, que é o primeiro veículo de aproximação que comunicou umas com as outras as nações e as raças, enfim todos os instrumentos de progresso, que tanto na esfera do desenvolvimento social como nas conquistas elevadas da inteligência, têm concorrido até hoje para realizar um dia o belo sonho da felicidade universal.<sup>416</sup>

Embora Benignus diga a Fronville que pela província de Minas Gerais era possível encontrar “mais de sessenta fábricas de ferro”, Fronville retoma o peso do passado, indicando o erro de Minas Gerais em ter optado ambiciosamente pela exploração do ouro, pois se ela tivesse “com o mesmo ardor extraído o ferro e aperfeiçoado os seus produtos” estaria muito “mais feliz”. Os mineiros, conclui Fronville, deveriam aproveitar-se do “imenso tesouro que por toda a parte lhes prodigaliza a natureza”. Enquanto o ouro, diz Benignus concordando com o amigo, é a origem do “luxo e devassidão”, pois “brilha, seduz e perde”, o ferro, completa Fronville, é o “severo santo instrumento do trabalho, o gerador da economia e o conselheiro moral!”<sup>417</sup> A natureza, portanto, aparece novamente em dualidade: ao mesmo em que pode instigar a devassidão, isto é, o emergir de homens que se corrompem pela realização de seus particulares desejos de luxo, ela também pode fomentar o trabalho, tão indispensável enquanto fonte de alimento, abrigo, locomoção e interlocução linguística a corpos que vivem imersos num horizonte de expectativas aberto, em função do qual os progressos sociais e da inteligência concorrem para a realização futura da felicidade universal. Contudo, mesmo considerando a natureza como fonte segura de vida e garantia evidente da civilização, perder-se na mata é possível, confrontar-se com os perigos naturais é inevitável. Lembra Fronville o que havia acontecido em 1870 a M. Everts, na expedição científica ao Parque Nacional dos Estados Unidos. O míope e inexperiente Everts, perdendo-se dos seus amigos,

esteve doze dias dormindo perto das fontes de água quente para assim se preservar do frio da noite e sustentando-se de raízes de cardo, empoleirado nas árvores para poder dormir, onde teve uma vez por sentinela um leão da Califórnia. Por duas vezes passou cinco dias sem sustento, e três sem água. Quando foi en-

---

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>417</sup> *Ibidem*, p. 156.

contrado por seus amigos, depois de mais de trinta dias de ausência, o seu cérebro sofria contínuas alucinações e só por verdadeiro milagre escapou à morte.<sup>418</sup>

A natureza pode ser árida com o homem ao colocá-lo em perigo, mas a narrativa volta a falar em harmonia, pois com a chegada a noite era possível perceber o esplendoroso céu, a forma com que as estrelas “fulgiam no espaço com brilho cintilante e vaporoso”. Era o momento em que o Cruzeiro do Sul lançava luz ao misterioso firmamento. Naquele ambiente natural, a semelhança por conveniência era possível, pois “o murmúrio das águas confundia-se na terra com os rumores que vinham da floresta, estabelecendo nessa hora solene o diálogo inefável e harmonioso da natureza”.<sup>419</sup> Uma harmonia logo em seguida relativizada, porque Fronville, enquanto homem desestabilizador, não poderia deixar de angustiar-se mesmo depois de observar as impressionantes e brilhantes estrelas cadentes que ali se afiguravam. O motivo da angústia era a “incerteza do destino de sua aventureira jornada”.<sup>420</sup>

Depois de uma longa explicação científica sobre as estrelas cadentes, o narrador informa que, caçando junto a Katini e alguns camaradas, Jaime River encontra um cinto de couro, destes que “usam quase todos os tropeiros e arreadores do sertão”. A tais objetos, esclarece Benignus, dá-se o nome de *xiripá*, sendo possível também chamá-los de *enduape* ou *guaiaca*. Ao abrir o cinto, fechado por três botões, River depara-se com um papel grafado com as seguintes palavras em inglês, logo reconhecendo em lágrimas a letra de seu pai: “Ao Dr. Lund. Lagoa Santa. Um inglês prisioneiro dos índios carajás, nas margens do Araguaia, pede-lhe socorro”.<sup>421</sup>

### 3.9 A presença de Deus.

A menção a Lund, chamado na obra de “ilustre naturalista dinamarquês”, “geólogo”, “etnografista” e “paleontologista” abre espaço para o narrador evidenciar as contribuições que este homem de ciência trouxe ao problema da origem.

---

<sup>418</sup> *Ibidem*, p. 168.

<sup>419</sup> *Ibidem*, p. 168.

<sup>420</sup> *Ibidem*, p. 168.

<sup>421</sup> *Ibidem*, p. 159.

Em seus estudos, incluindo aqueles “trabalhos antropológicos” resultantes das suas visitas às numerosas cavernas nas proximidades de Lagoa Santa, Lund, destaca o narrador, havia encontrado ossos de humanos e de animais que indicavam uma remota origem ao homem americano. A partir de um vocabulário marcado pelas palavras “espécie” e “raça”, o dinamarquês entendia que “a existência do homem neste continente remonta-se aos tempos anteriores à época em que existiram as últimas raças dos animais gigantes, isto é, às idades pré-históricas”.<sup>422</sup> Tal afirmação ensejaria a possibilidade de dizer que a América já era habitada antes do Velho Mundo e que, além disso, os povos remotíssimos americanos eram da mesma “raça” daqueles que aqui estavam no momento do “descobrimento”.<sup>423</sup> Segundo o narrador, Lund teria concluído, ao estudar sobre a “unidade ou diversidade das raças” e sobre a configuração geológica encontrada no continente americano entre a serra do Mar e as cordilheiras dos Andes, que a parte central do Brasil já estava à superfície em um momento em que as outras partes do mundo ainda submergiam-se no mar ou eram ilhas insignificantes. O Brasil seria, portanto, o mais antigo continente,<sup>424</sup> tornando-se o lugar por excelência da origem terrena. Afinal, diz o narrador:

Não há um só fenômeno da natureza que não tenha uma explicação grandiosa aos olhos do observador científico.

Este enlevo do gozo espiritual está portanto reservado unicamente ao homem que sabe.

Há, pois, dous modos de ver os objetos que nos rodeiam. Um, em que se não descobre mais que as formas visíveis da matéria, limitado à percepção acanhada dos sentidos; outro, em que o espírito interroga a origem recôndita das cousas, observa, compara, calcula, e chega a devassar muitas vezes os segredos, que pareciam impenetráveis, das grandes leis universais.<sup>425</sup>

A observação da origem supõe ir além dos sentidos trazidos unicamente pelo contato visível com a matéria. Saber é gozar espiritualmente, isto é, elevar-se além da matéria à procura da recôndita e misteriosa origem. O tom otimista em relação à observação aparece quando se fala que ela é capaz de explicar todos os fenômenos naturais, de modo que tal explicação só acontece quando se perscruta a origem, quando o espírito se eleva em busca da revelação das leis universais.

---

<sup>422</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>423</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>424</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>425</sup> *Ibidem*, p. 176.

A caminho de Uberaba, Benignus e Fronville não se furtam às observações científicas. Fronville atém-se mais à geologia e mineralogia, enquanto Benignus à astronomia e botânica, distinções que se relativizam na medida em que o trabalho de ambos é sempre em conjunto. Colhiam das observações objetos dos “três reinos da natureza”, além de objetos arqueológicos raros, tais como “machados de sílex, pontas de flecha e outros instrumentos pertencendo naturalmente ao período pré-histórico de pedra lascada e capaz de enlouquecer de alegria Max Müller, Lyell e o próprio Sr. Ernesto Renan”.<sup>426</sup> Dirigiam-se, ainda, a observações históricas e geográficas, com o intuito de redigirem suas notas em gabinetes improvisados.<sup>427</sup> Fronville gostava que Benignus, com o auxílio de Katini, cozinheiro muito conhecedor dos termos da “língua geral”, lhe explicassem o significado dos nomes indígenas, significação de caráter claramente etimológico. “Foi assim que chegaram a decifrar a palavra Piũi composta de *pium*, mosquitinho que morde muito, e *y*, ribeiro, ou ribeirão do mosquitinho.”<sup>428</sup>

No entanto, a observação, a análise feita por olhares de atentos homens de ciência não pôde conter a tempestade enfrentada pela comitiva a certa altura da viagem. Benignus, observando aquilo que logo se tornaria uma tempestade, soube explicar a Fronville e a River certos “fenômenos meteorológicos”. A chuva de faíscas que podia ser vista naquele momento no céu era o resultado, diz o sábio, do contato da “eletricidade positiva das nuvens carregadas em contato com a eletricidade negativa que se desenvolvia na superfície da terra”.<sup>429</sup> A sábia explicação, contudo, não pôde conter o “espetáculo inesperado” trazido pela grande chuva.<sup>430</sup> Em meio à tempestade, perigo: raios caem na floresta, a floresta pega fogo, os animais se agitam em meio a “explosões mortíferas de uma batalha infernal.”<sup>431</sup> Benignus, Fronville, Katini e River apoderam-se de sangue frio e coragem, esquecem-se do perigo e colocam a vida em risco para salvar seus camaradas. Contudo, não conseguem impedir o “terror pânico que se apoderava da caravana.”<sup>432</sup> Passada a tormenta, Benignus tem a notícia de que de todos os seus instrumentos astronômicos apenas seu telescópio de Salomão manteve-se. Nada mais

---

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>427</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>429</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>430</sup> *Ibidem*, p. 185.

<sup>431</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>432</sup> *Ibidem*, p. 185.

o afligiu, porém, do que saber que em meio à tempestade dois camaradas da expedição haviam se esfaqueado. Tratava-se de um paulista e de um mineiro que vinham se desentendo desde o início do desenrolar da viagem. No lugar da desgraça forçar o “vínculo da fraternidade”, pensa Benignus, incorre-se o contrário.

—É incompreensível isto! disse-lhes em tom de amarga repreensão o sábio. Que lhes falta para estarem satisfeitos? Não lhes forneço eu tudo que precisam? Não sou porventura o primeiro a dar-lhes exemplo de constância, de resolução e de amor? Digam de uma vez, digam finalmente o que lhes falta?

—Falta Deus! murmurou uma voz que parecia romper dos confins do horizonte.<sup>433</sup>

A voz era a de um padre que seguia a comitiva há certo tempo. Explicando-se, o religioso diz que o que lhes faltava era “a coesão religiosa, o laço moral, sem o qual é impossível a existência social, o respeito da autoridade e o sossego da consciência humana”. Depois de questionar sobre o número de companheiros que estavam ainda imersos na floresta que havia pegado fogo, em tom imperativo o padre clama a salvação dos perdidos, inflamando a entrada na floresta. Questionado sobre as chamas, o padre responde que elas abririam “passagem à caridade”. Não consentindo que Benignus e Katini novamente adentrassem à floresta, lançam-se ao fogo o padre, Fronville, o paulista, o mineiro e outros quatro camaradas no intento heroico de salvar os companheiros perdidos. Depois de salvar dois camaradas e um burro, deparam-se com o último homem a ser salvo. “Imagine-se o esforço, a coragem, a tenacidade, o heroísmo, a humanidade” que foram necessários a fim de que eles vencessem “no regresso a distância que os separava da saída da floresta, carregando o corpo desfalecido da última vítima.”<sup>434</sup> Depois da “orquestra de hurras” com os sucessos do resgate e dos cuidados que os feridos tiveram do médico Benignus, ao ainda desconhecido ancião apenas cabia lembrar a todos da necessidade de agradecer a Deus. Diz o padre:

O templo é sublime! A tempestade acalmou. A noite vem descendo. O incêndio lava pela mata em todo o seu horroroso esplendor! O céu, a terra, as águas e os homens, tudo está inundado em luz, como se levantássemos um altar junto à cratera de um vulcão. De joelhos! de joelhos todos!<sup>435</sup>

Todos obedecem ao padre. Tratava-se, diz o narrador, de um “quadro soberbo”, pois “nunca corações tão agradecidos oraram em um templo tão majesto-

<sup>433</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>434</sup> *Ibidem*, p. 192.

<sup>435</sup> *Ibidem*, p. 193.

so.”<sup>436</sup> Benignus estava muito contente com o salvamento de todos, e “por isso invocou com fervor o princípio eterno e Criador que rege, tanto pelo influxo das leis físicas como das leis morais, os destinos do universo.”<sup>437</sup> Apertando a mão de Benignus, disse o padre que agora o sábio podia continuar o caminho, pois Deus havia entrado naquela caravana. Logo pela manhã do dia seguinte, o padre inexplicavelmente desaparece.

Do desentendimento, da falta de fraternidade entre duas pessoas mesmo estando elas em situação de perigo, a presença da caridade religiosa engendra o aproximar-se de todos. Uma atmosfera heroica de resgate marcada pela mútua pertença de camaradagem, pela coesão religiosa responsável em enlaçar moralmente todos aqueles que estão imersos na perigosa natureza de chamas que não cessam. Pela religião, os frágeis laços sociais se restabelecem. Pela caridade, a ordem entre os homens ali se afirma. Pela fraternidade, pelo amor e pela amizade, os homens pertencem-se uns aos outros, assemelham-se em detrimento de atitudes meramente egoístas. O resultado da caridade se expande de forma radical no tom universalista e transcendente trazido pelos imperativos da oração. A floresta, perigosa, ainda está em chamas, mas ela reintegra-se à ordem ao também vir do fogo a luz por meio da qual o homem, o céu e a terra unem-se a Deus em oração. Só cabe a Benignus, por extensão, invocar o princípio eterno que, a partir de leis, rege moral e fisicamente todo o universo. Destarte, Deus, coesão, alma, caridade, perdão, amizade, fraternidade, amor, homem, natureza, sociedade e ciência irmanam-se em oração.

Depois desses sucessos, Benignus conjecturou ser o padre que logo desaparecera sem deixar explicações um daqueles que tomavam a missão de “evangelizar e pregar ao povo a doutrina do amor, da caridade e do perdão.”<sup>438</sup> Fato é, destaca o narrador, que por mais cética que pudesse estar a “alma humana”, ela sempre apelaria para a “proteção divina”, levando o homem a tornar-se mais convicto na “verdade e na onipotência do Criador.”<sup>439</sup> É compreensível, assim, o fato de o Dr. Benignus ter pensado na conveniência que havia em

aliar e não distanciar os princípios religiosos dos princípios científicos. A ciência representa uma série de conquistas da inte-

---

<sup>436</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>438</sup> *Ibidem*, p. 195.

<sup>439</sup> *Ibidem*, p. 196.

ligência humana, que, se proclama por um lado a ascensão intelectual da humanidade, confirma ao mesmo tempo a eterna sabedoria, que lhe deu origem. Depois dos sucessos que narramos nos capítulos anteriores, a harmonia havia-se restabelecido de feito e como milagrosamente na turbulenta caravana do sábio Dr. Benignus.<sup>440</sup>

### 3.10 A morte em meio à exploração

Depois de muito caminhar, de muito observar, depois de muitos perigos correr e de reunificar seus membros mediante o sentimento religioso do amor, a grandiosa expedição científica e romântica empreendida pelo heroico e sábio doutor Benignus chega a Juca de Ouro Preto, e dele tem a confirmação de que uma tribo Carajá havia aprisionado um homem inglês. Segundo o narrador, os índios Carajás tinham “índole pacífica, se bem que muito zelosos de sua independência”, caracterização que não se distingue sobremaneira da visão que Juca de Ouro Preto tinha dos mesmos: provavelmente, dizia o sertanejo, os carajás mantinham o inglês ainda vivo, esperando apenas pelo “resgate” na medida em que não costumavam “reter os prisioneiros, a não ser algum soldado.”<sup>441</sup> Juca se oferece a acompanhar a comitiva até perto do caminho que levava à tribo Carajá do chefe Koinaman, o lugar em que às margens do Araguaia provavelmente encontrariam o River pai.

A viagem segue, e com ela operam-se os pensamentos astronômicos do sábio homem. Sabia Benignus que todas as estrelas, dentre elas o Sol, não diferiam essencialmente entre si, possuíam uma mesma “composição química”. Tal conclusão tornava provável que as estrelas tivessem o mesmo destino do que o Sol, o de atrair planetas ao seu redor, lhes dotando de luz e calor. Assim, a habitabilidade dos mundos ganha dentro do escopo narrativo uma justificação científica astronômica que Benignus não deixa de proferir: “seres inteligentes podem pois povoar esses espaços infindos, estudar como nós a harmonia da criação e ascender ao Criador supremo; tal é a opinião dos mais distintos astrônomos e filósofos.”<sup>442</sup> Com o intuito de tornar sua hipótese sobre a habitabilidade do Sol cada vez mais

---

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 196.

<sup>441</sup> *Ibidem*, p. 200.

<sup>442</sup> *Ibidem*, p. 214.

forte, o doutor Benignus, portanto, não deixa de citar outros homens de ciência. Intentava o benigno homem colocar termo às misteriosas palavras lidas no papiro.

Em vez de um corpo incandescente, escreve M. Petit [sobre o sol], destinado fatalmente a arrefecer e apagar-se, poder-se-á conceber então uma revivificação incessante dos produtos da combustão, para seres organizados que residam na superfície do núcleo solar, mantendo o equilíbrio, como se dá na terra, graças à nossa atmosfera, as plantas e os animais.<sup>443</sup>

Nomeia-se, mensura-se, qualifica-se, fala-se, a ciência expressa e testemunha uma natureza que comporta seres inteligentes, os possibilita à vida dentro de uma atmosfera universalista feita pelo criador. Entretanto, se de um lado a natureza engendra vida e ordem, de outro ela mesma anuncia lamentáveis acontecimentos. Um tigre preto ataca durante a caça Manuel mestiço, um dos camaradas expedicionários mais destemidos. A despeito da coragem e da solidariedade dos amigos que conseguiram atingir o animal, que se refugia em sua caverna, e dos cuidados científicos e médicos ofertados a Manuel pelo caridoso e humanitário doutor Benignus, o camarada morre; sua “alma desprende-se a pouco e pouco, mas dolorosamente do seu invólucro terrestre”, entregando-se ao criador.<sup>444</sup> Com o intuito de “vingar o seu companheiro” e sob pronta concordância do sábio, os integrantes da expedição decidem matar o animal, investindo-se, para tanto, de armas e de substâncias que pudessem produzir nitroglicerina caso fosse preciso desobstruir a passagem. Com “inabalável coragem”, colocam-se então rumo à caverna de um tigre que a ciência sabe nomear. O animal em questão, segundo M. Liais, era da espécie do

verdadeiro tigre preto da América meridional, distinta do *Felis jagaretê* e do *Felis jaguapara*. A natureza do pêlo, como diz o insigne escritor, o aproxima mais do primeiro que do segundo, e ao contrário, a disposição das manchas, a corpulência e mais que tudo a forma do corpo o avizinham do segundo.<sup>445</sup>

Morto o tigre depois dos desdobramentos de uma batalha marcada por coragem e tiros, vingado estava o companheiro, assim como provida de pele, sugeria Katini, estava a cama de Benignus a ser então amaciada. Munidos de suas “lâmpadas de luz elétrica”, os camaradas decidem entrar na caverna sob a desconfiança de que lá havia outros tigres. Habitada apenas por morcegos, a caverna apresenta

---

<sup>443</sup> *Ibidem*, p. 214.

<sup>444</sup> *Ibidem*, p. 218-219.

<sup>445</sup> *Ibidem*, p. 221-222.

aos olhos dos viajantes, em um primeiro momento, um espetáculo magnífico. Era um “vasto recinto, adornado de numerosas colunatas, cujos capiteis afetavam os mais fantásticos desenhos, produzidos tanto umas como outros pelo enlace caprichoso de centenares de estalactites e de estalagmites.”<sup>446</sup> Expressão do capricho artístico da natureza, gotas de água solidificadas formavam em um dos lados da caverna uma “alta e majestosa cruz, fazendo dali um “imenso templo” cristão. Diante daquele altar, todos se curvaram religiosamente, sendo impossível até aos mais indiferentes deixar de “invocar mentalmente a Deus.”<sup>447</sup>

Logo em seguida, outro espetáculo não menos grandioso se afigura aos viajantes. O terreno abre um buraco imenso, um profundo abismo escuro se interpõe como algo impossível de ser iluminado pelos instrumentos elétricos disponíveis. Mesmo misterioso e inacessível em sua totalidade, aquele espaço podia ser cientificamente classificado. Era, segundo Fronville e Benignus, uma

formação *cretácea*, espessa camada do *período secundário*, estendida sobre vastas superfícies da crosta sólida do globo, e que se acha sobreposta aos depósitos *patelândicos*, últimos andares dos terrenos *jurássicos*, e inferiores ao *calcário munumúlites*, e geralmente aos *terrenos terciários* da época *pliocena*.<sup>448</sup>

Embora o acesso a todo o abismo não fosse possível, Fronville decide tentar ao menos explorar uma de suas fendas. Destemido e munido de uma “lâmpada de Roqueyrol”, conseguiu trazer de sua exploração algo que lhe tomou de alegria junto ao sábio Benignus.

Depois de examinarem minuciosamente o precioso achado, o sábio voltou-se para o francês e disse-lhe com um ar de contentamento indescritível:

– É um crânio que, pelos seus caracteres, pertence inteiramente ao tipo da raça americana. Vê-se este frontal deprimido e formado quase ângulo recto com as órbitas? Isto não pode ser o resultado de uma pressão exercida sobre a cabeça, mas sim um característico osteológico da raça! Este crânio vale um milhão!<sup>449</sup>

A Benignus, em conversa posterior com o jovem naturalista, o crânio pertencia ao “tipo primitivo da raça americana”, um documento importante das “idades pré-históricas” que muito ajudaria a resolver o problema da “remota existência

---

<sup>446</sup> *Ibidem*, p. 223.

<sup>447</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>448</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>449</sup> *Ibidem*, p. 226.

do homem em nosso planeta.”<sup>450</sup> O Brasil afigurava-se, sem sombra alguma de dúvidas a Fronville, como um lugar de riquezas científicas ainda não exploradas.<sup>451</sup>

Logo se preparou o enterro do companheiro. Benignus revela que a caverna seria o melhor lugar para abrigar os despojos do corpo de Manuel mestiço. Juca de Ouro Preto mostra-se contrariado, pois considera o chão da gruta indigno para recepcionar um cristão. Benignus, em resposta, solicita a Juca que então procure um padre a fim de cumprirem os deveres impostos pela Igreja Católica. No entanto, não deixa o sábio de emendar que não entende haver problema “em confiar à terra o que é da terra, visto que pode muito embora o fanatismo e a superstição negar sepultura a um cadáver, mas não consta que nossa mãe comum expelisse jamais de seu seio nem os vivos nem os mortos!”<sup>452</sup> Trazido o sacerdote, fez-se a marcha fúnebre e figurou-se a cena grandiosa e comovente.

Aquelas abóbadas escuras, aquele labirinto de colunatas variadas, aquelas guarnições caprichosas, aqueles vultos em forma de estátuas fantásticas, e finalmente aquela cruz gigantesca, rude, mas sublime, porque saiu das mãos da natureza, tudo isto foi subitamente iluminado por vinte chamas elétricas!<sup>453</sup>

Despedia-se Benignus, então, de seu companheiro: “—Dorme, fiel companheiro! O teu corpo saiu da vida para entrar nas trevas; mas a tua alma saiu das sombras para entrar no reino eterno do dia!”<sup>454</sup>

Um perigo radicalizado em morte, então responsável por uma fratura entre homem e natureza. Benignus tenta salvar seu amigo a partir da ciência, em vão. Homens unificados sob o signo da amizade voltam-se contra a natureza, afinal era preciso matar o tigre e vingar o amigo. A técnica, expressa em armas, em lâmpadas e em substâncias explosivas são fundamentais para matar o animal, aquele responsável por apartar um homem de seu generoso círculo social. O conhecimento científico aplicado à técnica volta-se contra a natureza, movimento resultante de homens que sentem a dor da perda, a dor dos desenlaces fraternais. Depois da morte do tigre, a natureza volta-se a serviço dos homens, pois a eles oferece pele a amaciar a cama, bem como os elevam ao sentimento de totalidade – a caverna era

---

<sup>450</sup> *Ibidem*, p. 228.

<sup>451</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>452</sup> *Ibidem*, p. 227.

<sup>453</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>454</sup> *Ibidem*, p. 232.

magnífica, um templo naturalmente construído em nome daquele a quem os homens nela presentes não conseguem mentalmente deixar de evocar, Deus. Há necessidade de conhecimento, há possibilidade de nomeação, de modo que a natureza ainda serve ao homem enquanto lugar precioso a ser considerado pelas explicações que perscrutam o central problema da origem do homem. Na cena da morte, tudo se torna sublime: coisas e pensamentos ali presentes se unem em clara instância de mútua pertença, onde a alma torna-se, por excelência, a expressão final de um todo afigurado como eterno, como perene, como instância máxima que se impõe. Se a natureza leva, assim, à morte do corpo que se entrega à escuridão, em contrapartida ela afirma a superioridade sempre viva da alma, entoadada pela triste despedida dos companheiros ajoelhados na companhia do missionário em oração. Portanto, a triste e religiosa cerimônia marca sob três formas a elevação do homem à totalidade do criador: a alma transcende, o corpo reintegra-se à terra e a amizade evidencia homens em fraterna comunhão.

### 3.11 O problema da habitabilidade dos mundos.

Eram tantos os acontecimentos, que Benignus pouco tinha avançado nas observações do sol, constatação que o faz instalar um provisório observatório astronômico na floresta. Afirma o sábio que há pouco tempo o sol era reconhecido pelos homens de ciência enquanto “composição química e física” pouco diferente dos outros corpos celestes, além dele ser o “centro do nosso sistema planetário”.<sup>455</sup> Ainda sobre o sol, seu principal interesse de estudo, o benigno homem

aceitava quase sem restrição as opiniões do P. Secchi, não só porque este distinto astrônomo é de todos o que melhor tem estudado a constituição física do Sol, como porque as observações que [o próprio Benignus] acabava de fazer, em condições tão notavelmente favoráveis, estavam de acordo com os factos reconhecidos e as conclusões formuladas pelo atual e exímio diretor do Observatório de Roma.<sup>456</sup>

Sobrepondo o pensamento de Benignus à voz do narrador, o romance apresenta uma pequena história sobre a descoberta do movimento do sol. Jordão

---

<sup>455</sup> *Ibidem*, p. 263.

<sup>456</sup> *Ibidem*, p. 260.

Bruno, em seu *Tratado do universo* (1591), teria previsto, segundo alguns, o movimento de rotação do sol. “Quem todavia tornou o facto legítima aquisição da ciência foi João Fabrício em uma memória publicada em 1611”.<sup>457</sup> Vê-se então uma história que revela uma específica aquisição científica, aquisição estável notada pela persistência de sua legitimidade ao longo do tempo. Quando questionado por Fronville sobre as suas conclusões com a observação do sol, Benignus diz estar convencido de sua habitabilidade, pois não havia encontrado “factos ou conjecturas racionais” que invalidassem a sua “crença”. “Penso que os mundos que giram na infinidade do espaço são outros tantos centros de vida, que cumprem naturalmente o seu destino sob o influxo ainda desconhecido das leis da Providência”.<sup>458</sup> Contudo, Fronville não deixa de dizer que o pensamento de outros homens de ciência, tal como M. Faye, M. Delaunay, M. Dumas, M. Jansen e o próprio P. Secchi não sustentariam tal crença,<sup>459</sup> na medida em que não eram amplamente favoráveis a visões científicas que supunham a “unidade das forças vitais”.<sup>460</sup> Benignus revida, dizendo que se tal unidade não era aceita por alguns, era por outros, tais como Arago, Dr. Elliot, Wilson, Herschel, Vicaire e Flammarion. Em conclusão, diz o sábio ao jovem naturalista francês,

há uma espécie de intuição nestas conjecturas puramente especulativas. Se não há provas para afirmar absolutamente, também não há para a negativa. Mundos sem vida, descrevendo parábolas fantásticas na amplidão do espaço, assemelhar-se-iam às sombrias maldições de Byron. A vida constitui a harmonia universal, a razão de ser dos mundos, a glória suprema e absoluta do Criador.<sup>461</sup>

Assim, ainda não há provas que de fato confirmem a habitabilidade dos mundos, no entanto existe uma “intuição” vivificadora forte o suficiente para torná-la inserida num campo de real possibilidade: a ideia de que a vida é o centro, a harmonia, o motivo, a explicação, a expressão em excelência do criador. Se à vida tudo converge, ela deve estar em todo o lugar.

---

<sup>457</sup> *Ibidem*, p. 261.

<sup>458</sup> *Ibidem*, p. 262.

<sup>459</sup> *Ibidem*, p. 262.

<sup>460</sup> *Ibidem*, p. 262.

<sup>461</sup> *Ibidem*, p. 236.

### 3.12 As riquezas naturais de Goiás e homens em oração.

Já na província de Goiás, Benignus decide ir à cidade, porém “voltou triste de suas excursões [...]. Lamentava ver em tamanha decadência a capital de uma província, tão privilegiada pela natureza e tão pouco aproveitada pelos homens”.<sup>462</sup> Goiás, diz ele, era uma província portadora de uma das riquezas mineiras mais importantes do Império, pois além de fornecer ouro possuía “grande quantidade de ferro, diamantes, várias pedras preciosas, cristais de diversas cores, granito, pedras calcárias, sal-gema e várias espécies de argila e tabatinga”.<sup>463</sup>

Diz o narrador que, se a população de tal localidade “fosse mais avultada, a sua administração mais enérgica e seus habitantes mais laboriosos”, os rios navegáveis que cortam a província poderiam ser utilizados em benefício da comunicação. A exploração do ouro ali estabelecida desde os primeiros moradores, destaca ainda o narrador, é tão precária que atrapalha o “desenvolvimento da agricultura e a maiores proporções a dar à criação de gado”. Há em tal província excelentes solo e clima, assim como abundância de minerais que poderiam ser fontes de enriquecimento àqueles que “soubessem hábil e cientificamente trabalhar”.<sup>464</sup> Mediante a ciência e o trabalho, à região poderiam ser trazidos “a vida e o progresso”.<sup>465</sup> O Dr. Benignus via naquela região ainda marcada pela presença de “homens e animais bravios”<sup>466</sup> muita riqueza a ser explorada, uma região onde os homens pudessem, a partir da indústria, do trabalho e das conquistas científicas sobre os tesouros naturais, desenvolver a “felicidade e a civilização”.<sup>467</sup> Mesmo ainda não explorada, a presença de tanta riqueza contenta o sábio.<sup>468</sup> Em relação especificamente à capital da província, destaca o narrador que as condições de salubridade eram desagradáveis, assim como eram imperfeitos seus meios de transporte. Benignus concordava, nesse sentido, com a ideia proposta pelo Sr. Dr. Couto de Magalhães de mudar a capital da província para Leopoldina. Segundo Magalhães, diz o narrador, a atual capital estava instalada em um local inapropri-

---

<sup>462</sup> *Ibidem*, p. 266.

<sup>463</sup> *Ibidem*, p. 271.

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 266.

<sup>465</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>466</sup> *Ibidem*, p. 276.

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 276.

<sup>468</sup> *Ibidem*, p. 278.

ado, encravado entre serras e sem “qualidades higiênicas para se fundar uma grande povoação”. Interessante seria, nesse sentido, que a capital fosse Leopoldina, nas margens do Araguaia, onde a comunicação com outras localidades fosse facilitada. Assim, é possível afirmar que o Dr. Benignus “amava a prosperidade do seu país, apesar do profundo desgosto que lhes inspiraram os compadres”.<sup>469</sup> A narrativa segue com Benignus falando largamente sobre a província de Goiás,<sup>470</sup> sua história, suas dimensões geográficas de “vinte e cinco mil léguas quadradas” entremeadas por “montes e campinas” e sua população, afinal lhe pareceu importante destacar que “muitas das nações indígenas que habitaram aqui fundiram-se todavia, com a população europeia”.<sup>471</sup>

Depois das longas digressões do sábio homem sobre as extensas e ricas paragens goianas, Katini solicita a Benignus que mandasse todos ouvirem uma missa antes da comitiva seguir sua marcha, pois a aparição do padre havia sido boa influência aos viandantes. Fronville concorda, dizendo que “Deus melhora e protege o homem”. Benignus vê razão em ambos, mas receando que a comitiva causasse alvoroço caso se deslocasse ao povoado, recomendou que fizessem de uma pedra ali mesmo presente um altar onde pudessem “entoar um cântico de agradecimento e de súplica ao Criador”.<sup>472</sup> O sentimento de pertença que une, emparelha, assemelha romanticamente coisas e seres dispostos na natureza em função de algo maior, Deus, mais uma vez se evidencia.

Poucos momentos depois toda a comitiva do Dr. Benignus, incluindo ele próprio e seus amigos, levantava ao céu a sua prece singela, cujas vozes moduladas pelo canto subiam da terra, acompanhadas pelo coro harmonioso do murmúrio das árvores, do meigo lamento das águas e dos inefáveis perfumes que se exalavam das urnas embalsamadas das flores-do-campo.<sup>473</sup>

### 3.13 Um sonho científico revela a Criação.

A comitiva é surpreendida quando o horizonte se ilumina e, fendendo o céu, cai com violenta e sonora detonação a alguns metros de distância dos vian-

---

<sup>469</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 267-270.

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 270.

<sup>472</sup> *Ibidem*, p. 272.

<sup>473</sup> *Ibidem*, p. 272.

dantes um “imenso meteoro luminoso”. A queda do “aerólito”, diz o narrador, impressiona a todos a tal ponto que lhes são necessárias muitas explicações do Dr. Benignus a fim de que se convençam de que o objeto caído do céu não era sobrenatural, mas equiparável, inclusive, a fenômenos testemunhados pelas “épocas mais antigas da história”. Fronville colabora com a explicação, dizendo que a hipótese contemporânea mais aceita quanto à origem dos meteoros reside em afirmar que eles são

fragmentos destacados do anel de asteroides que gira em torno do Sol, e encontrados pelo nosso planeta na sua imensa elipse, deslocados por uma nova atração, atravessam horizontalmente a atmosfera da Terra, iluminam-se ao seu contacto e enquanto uns desaparecem completamente nos vapores do ambiente terrestre, os outros chegam a alcançar a sua superfície, com tanta velocidade e peso, que muitas vezes se encravam cinco e seis metros pelo solo.<sup>474</sup>

Esta hipótese, completa o jovem naturalista francês, vincula-se à “teoria cosmogônica de Laplace”, segundo a qual a origem do mundo remonta a uma nebulosa. A composição dos aerólitos, ainda diz Fronville, é uma das provas “da unidade dos elementos componentes de nosso sistema planetário e da coesão por consequência das forças físicas, tão sabiamente explicadas pelo R. P. Secchi”.<sup>475</sup> Completando o que diz o jovem, para Benignus a queda do aerólito potencializa em seu espírito a ideia que se lhe tornara fixa – a da habitabilidade dos mundos. O aerólito torna-se então para o sábio um privilegiado objeto de saber, pois se os asteroides são “vizinhos do Sol e seus satélites”, é possível encontrar nesses visitantes cosmogônicos um “documento autêntico da existência das humanidades sidéreas”.<sup>476</sup>

Observando o aerólito à procura de indícios que provassem definitivamente a existência de outras “humanidades planetárias”, a ideia de unidade se afigura como pressuposto principal a Benignus. Pensa ele que se a variedade encontrada no espaço sidéreo é inegável, impunha-se considerá-la, em contrapartida, como organizada por um sistema regido pela “grande lei da variedade na unidade”. Flammarion, pensa o sábio, confirma tais perspectivas ao entender que “materiais,

---

<sup>474</sup> *Ibidem*, p. 285.

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 285.

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 286-287.

peso, densidade, calor, luz, anos, estações, metro, etc” variam ao “infinito por entre a inumerável diversidade dos sistemas de mundos”.<sup>477</sup>

Depois de muito cientificamente refletir e observar o meteoro, o sábio começa a sentir o efeito de “fenômenos fisiológicos”. Nele manifesta-se uma “ligeira dor de cabeça na região occipital” e as pálpebras, involuntariamente, fecham seus olhos. Não é escuso dizer que o sábio quis resistir contra o sono que fortemente lhe chegara, “reter no cérebro as ideias que lhe fugiam, reagir com a força de vontade, ainda tenaz, contra a força desconhecida, que o dominava, invadia e se infiltrava em todo o seu ser; mas foi-lhe inteiramente impossível e o sono triunfou”.<sup>478</sup> Em sono, isto é, fora de uma relação objetivada com o mundo exterior e real, Benignus sente-se transportado a regiões que lhe afiguram como ainda mais belas do que as paragens nas quais se assenta a comitiva. De puro azul reveste-se a atmosfera em que agora o sábio está. A “cor de safira imaculada”, quando fundida na “diáfana transparência de vapores argênteos”, confere a toda natureza presente em sonho uma aparência serena e melancólica, compondo um cenário profundamente impressionante à alma. Em meio ao silêncio, que domina todo esse quadro de admirável comoção do espírito,

viu ainda o sábio cousa singular. Apareceu diante dele uma figura luminosa semelhante ao que se pode idear de mais perfeito na forma humana, massa cósmica, espécie de chama cor de ouro, que se agitava às mais ligeiras ondulações do ar, sem perder nunca a pureza dos contornos.<sup>479</sup>

Dirigindo-se a Benignus, a “maravilhosa aparição” passa a explicar-se. Diz ser o habitante que inutilmente o sábio procura, e que se alma do homem é “vestida de ar condensado”, a dela revestia-se de luz. Vem das regiões sidéreas, de modo que se não fosse a impaciência de Benignus pelo conhecimento, tão rara entre os semelhantes do sábio, ela não teria viajado para um “mundo tão ínfimo”. A aparição havia andado muito para encontrar o sábio, viajado trinta milhões de léguas em oito minutos a bordo da locomotiva mais ágil que se conhecia, o “raio de luz”. Havia deixado pelo caminho Mercúrio, Vênus e Marte, passando ainda pelos anéis de asteroides sem deixar de saudar um “formoso cometa”, terminando enfim sua viagem “em um lugar que não é bem a Terra, mas pode ser considerado como uma miragem na tua atmosfera”. Contudo, destaca a figura luminosa, se a distân-

---

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 292.

<sup>478</sup> *Ibidem*, p. 292.

<sup>479</sup> *Ibidem*, p. 293.

cia e o tempo representam-se enquanto dimensões importantes na vida de homens tais como o sábio, para ela e seus compatriotas sidéreos espaço e duração plasmassem-se “como um ponto invariável”.<sup>480</sup> Portanto, Benignus não deveria pensar que a maravilhosa aparição, ao vir de tão longas distâncias, estivera mais próxima a Deus. A onírica figura luminosa revela ao sábio que, para o criador, não há proximidades nem distâncias, de modo que Deus estava naquele momento em presença de ambos, assim como quando estavam afastados por “milhões de léguas”; ele, o criador, é “no tempo o passado e o futuro e no espaço o infinito”.<sup>481</sup>

Benignus ainda é informado pelo viajante luminoso que os viventes, fossem quaisquer os seus mundos de origem, possuem um mesmo espírito, sendo a *forma* o único elemento que sofre variação. Nesse sentido, mesmo o volume do sol sendo absurdamente maior do que o volume da terra, as composições físicas dos dois astros são apresentadas quase idênticas; as diferenças estabelecidas entre as configurações do sábio e do viajante interplanetário se dão, assim, mediante apenas a diferente maneira com que cada astro *combina* as mesmas composições que insistem em se repetir no cosmos.

Tal jogo de aproximações e diferenças continua sendo feito pelas revelações que o habitante sidéreo faz ao sábio sonhador. Se a maravilhosa aparição vive rodeada de esplendores, Benignus está cercado de ar, imerso em uma terrível escuridão cuja única fonte de luz toma de empréstimo o reflexo emanado pelo sol. A existência de Benignus continua “circunscrita às mil exigências da matéria”, enquanto os habitantes sidéreos têm uma vida marcada pela “eterna aspiração do bem, ao sublime e ao ideal”. A ausência da compreensão da plena “felicidade pelo bem”, prossegue monologando o luminoso fantasma, é o que marca a existência de “humanidades inferiores” no universo. Os mundos, destarte, se reafirmam como lugares habitados, de modo que ao onírico e maravilhoso habitante solar só resta confirmar a Benignus ser verdadeira a informação encontrada na misteriosa folha de papiro. Tal confirmação, por sua vez, ainda vem acompanhada por uma especial advertência: Deus não havia criado tantos mundos para servirem apenas como espetáculo ao pequeno planeta terra.<sup>482</sup> Caminhando para o fim de seu mo-

---

<sup>480</sup> *Ibidem*, p. 293.

<sup>481</sup> *Ibidem*, p. 294

<sup>482</sup> *Ibidem*, p. 294.

nólogo revelador, a aparição diz ao sábio em tom profético, missionário e romântico:

Quando chegar o dia em que deves largar o envólucro que te veste, para tomares a forma diáfana e brilhante em que me apresento diante de ti, compreenderás como ainda está atrasada a humanidade a que pertences. Mas entre os meios eficazes de elevar o homem teu semelhante ao seu aperfeiçoamento espiritual, que é também moralmente o seu ponto objetivo, consiste o principal na fecunda e nobre missão de que te encarregaste, isto é, vulgarizar os resultados da ciência e fazer subir por esse meio o nível intelectual do povo.

Os prazeres fúteis arrastam a dissipação do tempo e são geralmente consequência da ignorância, enquanto os gozos que resultam do saber, prolongam a vida e justificam a grandeza de seu fim na obra da sublime criação. Caminha, pois, Dr. Benignus, concorre para infiltrar o bem na alma de teus semelhantes, e no momento de praticares uma boa ação, olha para o céu, e lembra-te que no Sol, quer seja nessa hora visível ou invisível para ti, um de seus habitantes que veio visitar-te, registra o teu nome entre os dos beneméritos de nossos planetas, porque tu estás destinado talvez a ser o símbolo da aliança e da fraternização das nações civilizadas na parte do continente americano, que hoje percorres com tua fiel comitiva.<sup>483</sup>

A grandiosidade da natureza tanto impressiona os homens que estes são capazes de supor a existência de esferas situadas além dela, afinal parecia aos viandantes que o aerólito que ali caíra vinha de dimensões sobrenaturais. É então que a ciência logo se interpela com o intuito legítimo de evitar fraturas, explicando os fenômenos, nomeando-os e localizando-os enquanto instâncias de recorrência estável ao longo do tempo, e não enquanto entes amorfos, viajantes intrusos ao mundo natural.

Se a recorrência de tais fenômenos no transcorrer do tempo ratifica, a partir da história, a presença de um movimento esperado, interno e intrínseco às leis naturais irrompe-se em consequência a ideia de um mundo ordenado, pautado na dimensão do que “sempre é” e “sempre será”; um todo coeso transcorre o tempo e preenche o espaço, isto é, uma unidade grandiosa supõe a interligação sistemática de todos os entes dispostos na tábua de trabalho com que se figura o infinito universo. A terra e os outros corpos celestes, emparelhados, sistematicamente então se assemelham. Trata-se, pois, de entes cosmogônicos compostos pelos mesmos elementos, pela coesão de forças onde a presença da variedade é pressuposta pela afirmação constante de uma instância unificadora a que se denomina lei. Assim,

---

<sup>483</sup> *Ibidem*, p. 294-295.

podem os entes diferir entre si quanto à forma, mas o conteúdo que partilham é e sempre será o mesmo ao passo que estão submetidos aos imperativos da unidade, da coesa semelhança encontrada por todo o universo.

Tal unidade não deixa de ser expressa pela maravilhosa atmosfera em que se insere aquele que dorme e sonha. O corpo fisiológico apaga-se, ou antes, suplifica o descanso necessário requerido pela sua matéria, fatigada de tanto trabalhar. O sono abre espaço ao sonho, sendo este o resultado de um espírito que continua em atividade. Sempre acordada, essa intensa potência espiritual eleva-se mediante uma atmosfera situada além do mundo objetivado e material com o qual o corpo fisiológico tem contato direto, de modo que a contemplação da perfeição torna-se possível. A perfeição torna-se a performatividade do próprio espírito, um ente que, embebido em luz, é capaz de garantir a sua própria atividade transcendente a despeito daquele que lhe serve enquanto suporte – o corpo fisiológico que dorme. Espírito imagem, espírito luz, chama cor de ouro, a inteligência que revela e a ideia que tudo unifica, a perfeição enquanto transcendência reside no próprio homem. No entanto, a este mesmo homem interpõe-se o corpo, a não menos pesada matéria que dorme, esperando o seu momento de vivamente despertar.

Fala-se, portanto, de um duplo homem, um homem empírico e transcendental. A intensa atividade de um espírito impulsionado pelo forte desejo de conhecimento expõe o corpo a situações de cansaço e perigo; para realizar-se enquanto transcendência, o conhecimento exige, por seu turno, o lançamento do corpo à perigosa observação do mundo objetivado. Enquanto resultado dessa perigosa investigação, o espírito ratifica-se a si mesmo, pois é uma inteligência que se integra às leis que ela mesma conseguiu revelar mediante o olhar criterioso. O cansaço do corpo e a afirmação, por conseguinte, de sua inferioridade enquanto matéria é, ao mesmo tempo, a confirmação do espírito enquanto instância de superioridade, enquanto ente que se integra ao todo, movimenta-se ativamente na produção de conhecimento, transcende-se em plena luminosidade, rege todas as coisas e seres que compõem a natureza do mundo e afigura-se resultante, enfim, da inteligência do criador.

Nesse movimento de ratificação constante do espírito, constata-se: existe uma ordem que, por interligar a matéria, está além dela. Existe, pois, uma ordem que se apresenta enquanto inteligência, sendo esta uma operação que transcende as coisas não sem ao menos esperar o momento de ser enunciada enquanto ciên-

cia. E tal inteligência configura-se em habitante sidéreo, o resultado do próprio pensamento responsável em fatigar o corpo e continuar ativo nas transcendentais atmosferas inteligentemente concebidas em sonho. Enquanto saber, a figura luminosa conhece a si mesmo, pois sabe da existência da unidade absoluta – Deus. Se a unidade supõe o todo, ela subjuga qualquer espaço ou tempo que supunha distâncias. A unidade apresenta-se, então, enquanto replicação incessante da semelhança: a instância imperativa é a repetição do mesmo, e, portanto, do mesmo tempo (onde passado e futuro se emparelham) e do mesmo espaço (que de tão inteiro torna-se infinito). Mas o habitante solar também é a expressão da variedade, afinal se reporta aos vários viventes e aos vários mundos. No entanto, todos eles se integram à unidade por meio da instância central de toda sublime existência esculpida pela inteligência do criador – a vida. É coerente entender, portanto, os genuínos motivos que fazem o espírito de Benignus conjecturar a existência de populações em outros mundos: se a vida possui centralidade, pois é em si mesma toda a criação possível, ela está em todo lugar, testemunhando a sublimidade do criador.

Em meio a tal sublime e religiosa unidade, contudo, as fraturas insistem em se afirmar. A inteligência configurada enquanto iluminado habitante solar reconhece que o planeta terra é ínfimo, dependente da luz de outrem, é escuro e condena o seu habitante às exigências da matéria. A humanidade terrena, assim inferior, não conhece a felicidade pelo bem, não conhece o sublime e o ideal. Em contraponto está o superior habitante solar, pois ele é luz, massa cósmica, chama e tem a forma humana da perfeição. Em síntese, se na terra os habitantes se regurgitam na matéria, na infinidade do coeso e uno universo os habitantes empoderam-se da transcendente consciência do sublime, do belo e do ideal. No entanto, tal jogo se complica na medida em que o habitante solar que reivindica superioridade é também o habitante do sonho de um homem terreno, é o resultado reflexivo do impassível espírito de um corpo que dorme, mas que pode despertar. Trata-se, afinal, de um espírito que se desdobra sobre si mesmo e que, embora reconhecendo o peso do seu próprio corpo, se lança à sublime e transcendente dimensão onde a ordem enquanto pensamento inteligente e divino se enuncia.

Posicionando-se além (e não aquém) do corpo e dos sensorialismos que a ele são instigados pela empírica experiência da matéria, os homens operam por excelência um pensamento capaz de transcendentemente entender a inteligência

que rege todas as coisas e que, por extensão, permite verificar o atraso da humanidade terrena. O sonho trata, portanto, de um espírito que, transcendendo a um corpo que dorme, constata uma dúbia condição: a ínfima condição da terra, relegada à matéria, e a superioridade de um espírito todo revestido de ciência, todo consciente da verdade incontestemente presente na lei da unidade universal. Ao desprender sua alma de seu corpo e tornar-se consciente da danação terrena pela matéria, o cientista então se imbui de uma sincera e generosa missão: seu dever, enquanto espírito ativo, é fazer com que a humanidade inferiormente terrena e fadada ao mundo material aperfeiçoe o que nela há de espírito, isto é, aperfeiçoe o seu intelecto a partir do aprendizado da verdade revelada pela incontestemente ciência, aquela que, observando as coisas do mundo, constata algo que as transcende – a existência da unidade, do princípio originário, da lei universal, enfim, de Deus. O fazer ciência, bem como a necessidade de expansão desse próprio conhecimento então se justificam. Incorre o mesmo dizer que a expedição de Benignus revestisse de importância e o sábio firma-se enquanto indivíduo a promover a fraterna aliança entre povos, na medida em que conhecer torna-se uma espécie de comunhão, onde os espíritos se unem à instância criadora por reconhecerem nela a origem de toda vida possível.

O sonho de Benignus é um momento onde o espírito do cientista volta-se para si mesmo, reconhece o seu papel missionário ao posicionar-se enquanto responsável em evidenciar à humanidade o senso de pertença que a todos unifica a partir das leis naturais elaboradas pelo criador. Esse mesmo espírito, contudo, não se esquece de sua posição de corpo: o sonho pressupõe o despertar de um corpo descansado, apto a fazer o espírito adentrar pelo mundo material que, enquanto criação, não deixa de também integrar-se à lei que tudo ordena. “A impressão [...] que este sonho deixou na memória do sábio, é que não havia decerto apagar-se nunca. Creu naquela singular revelação e sentiu acrisolar e sua alma o amor da ciência e a ideia absoluta do bem”.<sup>484</sup> O problema da habitabilidade dos mundos, e em especial do Sol, estava para Benignus resolvido, “ao menos em presença dos meios de investigação que hoje nos oferece a ciência e das deduções racionais que se podem deles coligir.”<sup>485</sup>

---

<sup>484</sup> *Ibidem*, p. 295.

<sup>485</sup> *Ibidem*, p. 297.

### 3. 14 Diálogos entre “o chefe selvagem e o chefe civilizado”.

Por questão de “consciência e de humanidade”, diz o narrador, seguem Benignus e sua comitiva em direção ao salvamento de River.<sup>486</sup> Adentrando a província de Goiás, os corajosos viajantes se deparam com uma sertanista povoação chamada Leopoldina. Ainda segundo o narrador, tal povoado havia sido fundado pelo Sr. Dr. Couto de Magalhães, servindo de porto de navegação às margens do rio Araguaia. Benignus faz referência aos índios que viviam no distante horizonte a ser visto dali, horizonte onde os pés dos sertanistas ainda não haviam sequer pisado, mas que certamente detinha muitas riquezas a serem exploradas:

são as aldeias dos xavantes do rio das Mortes; ao sul as dos caiapós, ao norte as dos canoieiros. Os primeiros são os que infestam a estrada de Cuiabá; os segundos, robustos e ferozes, declaram que dos brancos só desejam ver o sangue; os terceiros, combatem sem recuar, não dão tréguas ao inimigo, e nem aceitam a vida, quando por acaso são presos.<sup>487</sup>

Com a definitiva entrada da expedição no povoado, a referência narrativa aos índios volta a destacar-se, pois o local que ali mais chama a atenção dos viajantes é o colégio de intérpretes indígenas. Tal colégio, diz o narrador, “presta importantes serviços à civilização”:

sustenta-se ali, educa-se e ensina-se a ler, assim como os ofícios de carpinteiro e ferreiros aos órfãos indígenas das diversas tribos do Araguaia, os quais logo que estão educados voltam a suas aldeias, servindo assim de poderoso elo entre a civilização cristã e as tribos selvagens e infelizes que não poderiam jamais compreender os benefícios da sociedade sem terem quem lhes pudesse explicar em sua língua.<sup>488</sup>

Ao visitar o colégio, Benignus encontra índios das “quatro principais nações daquele chapadão”, sendo-lhe fácil contratar intérpretes das línguas xavante, carajá e taparé a fim de que o acompanhassem nos desdobramentos finais da jornada. É importante observar, no entanto, que o primeiro contato direto estabelecido entre a benigna comitiva e os índios acontece antes da chegada em Leopoldina. Neste primeiro encontro, o índio em questão era da tribo dos gradaús. Ele referia-se aos viandantes na língua tupi, dizia ser da ilha do Bananal, vestia um cocar de

<sup>486</sup> *Ibidem*, p. 297.

<sup>487</sup> *Ibidem*, p. 301.

<sup>488</sup> *Ibidem*, p. 302.

penas na cabeça, pingentes disformes nos “beiços e nas orelhas” e uma “curta blusa de pano azul desbotado, com botões à militar, e mantinha o resto do corpo inteiramente descoberto”.<sup>489</sup> Para Katini, tais características eram suficientes para provar que o índio gradaú era a transição definitiva do gorila para o homem, contudo Benignus logo sinaliza o erro de tal conjectura: o fato de o índio estar em Goiás, pertencer a um período no qual as cerâmicas já eram conhecidas e de possuir uma forma física relativamente perfeita, eram elementos suficientes para provar que, dentro das explicações sobre a evolução das espécies estudada por Darwin, Huxley e Carlos Vogt, o índio que a eles naquele momento se apresentava era de uma configuração bem mais recente no tempo.

É ainda em Leopoldina que a comitiva, sob grande contentamento, reencontra o misterioso padre que havia desaparecido depois dos sucessos caridosos no dia da tempestade que colocara fogo à mata. O padre parecia à comitiva como um amigo, um irmão, um pai a quem todos “amavam e respeitavam como uma segunda Providência”. O Frei Custódio, era assim que o sacerdote se chamava, então explica-lhes que era nascido no Piemonte e se consagrava desde muito tempo “à catequese dos selvagens, primeiro nas regiões inóspitas d’África, onde residira por espaços de dez anos, depois nas paragens solitárias e não menos desertas da América meridional”.

À convite de toda a comitiva, o missionário segue junto a Benignus a bordo do vapor *Araguaia*, transporte que se não ofereceria acomodação espaçosa à comitiva, em compensação era mais seguro e rápido<sup>490</sup> para percorrer os últimos e humanitários caminhos.<sup>491</sup> Chegam à povoação de S. José de Jamimbu, também fundada, segundo o narrador, pelo Sr. Couto de Magalhães em companhia dos índios carajás e xavantes.<sup>492</sup> Lá, Frei Custódio é logo informado que os carajás mantinham William River como prisioneiro em uma de suas aldeias localizadas junto a foz do rio Tapirapé, próximas à ilha do Bananal.

À procura de maiores informações sobre o paradeiro definitivo de River, os viajantes conversam com Zaque, chefe dos índios xavantes e que também atendia pelo nome cristão de Pedro. O diálogo entre Benignus e Zaque torna-se possível pelo intermédio de Vadjureima, um dos intérpretes contratados pelo sábio em

---

<sup>489</sup> *Ibidem*, p. 279.

<sup>490</sup> *Ibidem*, p. 311.

<sup>491</sup> *Ibidem*, p. 304-305.

<sup>492</sup> *Ibidem*, p. 307.

Leopoldina. Zaque é apresentado pelo narrador como um velho guerreiro, corpulento e ainda vigoroso a despeito do corpo sarjado de cicatrizes. Um de seus filhos estuda no colégio de Leopoldina. Mesmo de caráter leal e franco, a desconfiança intrínseca talvez a “todos de sua raça” faz Zaque confirmar o aprisionamento de River, contudo nega-se a oferecer aos curiosos viandantes informações mais pormenorizadas quanto ao lugar e quanto ao estado em que se encontrava o inglês. Obstinado a nada mais dizer trata todos, contudo, com “certa urbanidade”, oferecendo-lhes frutos indígenas e explicando-lhes outras coisas que pareceram curiosas aos viandantes. Dentre as coisas explicadas por Zaque, estavam algumas “singulares tradições astronômicas”, que certamente interessaram especialmente a Benignus e a Fronville. Através delas, ambos os estudiosos souberam dos motivos que levam os “selvagens” a tanto gritarem e se atemorizarem em presença dos eclipses solares.<sup>493</sup> Zaque ainda lhes diz o significado das inscrições indígenas vistas “nas pedras da cachoeira dos Martírios, já muito abaixo da entrada do Tapi-rapé, no braço esquerdo do Araguaia”.<sup>494</sup> Estas últimas explanações do chefe xavante faz Benignus sentir a importância do cuidado a ser tomado no trato com as informações obtidas através das “narrações antigas” dos primeiros exploradores daquela parte da América, pois, segundo ele, elas nem sempre mostram com muito “escrúpulo” a “exposição dos fatos” e a “decifração dos documentos”. Sobre tal problema interpretativo, destaca-se a ocasião onde o próprio doutor verificou por si mesmo “de quantos erros andam adulteradas as cartas, os mapas, as descrições quase fabulosas do interior do país, especialmente nestas regiões”.<sup>495</sup> Colocando lado a lado a “tradição indígena”, que da boca de Zaque diretamente lhe chegara, e a “tradição escrita”, Benignus chega a certas conclusões:

as inscrições figuradas nas pedras da cachoeira dos Martírios, representadas por caracteres inteiramente ilegíveis ou por figuras indicando jacarés, cabeças, cobras e outros desenhos, serão porventura documentos importantes para se chegar a conhecer um dia as antigas civilizações de nosso continente, sepultadas por enquanto na escuridão do passado, mas de cuja existência se encontram desde já entre os povos da América testemunhos idênticos.<sup>496</sup>

---

<sup>493</sup> *Ibidem*, p. 308.

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 309.

<sup>495</sup> *Ibidem*, p. 309.

<sup>496</sup> *Ibidem*, p. 309-310.

Benignus sabia que ali não poderia demorar-se, pressa que não lhe facultava a possibilidade de estudar em detalhes o “caráter, usos e costumes dos indígenas” então presentes. Entendia que aquelas “raças” eram “incultas”, mas eram aptas para “gozarem o benefício da civilização”. Contudo, lamentava que tal aptidão não tivesse barrado, até o presente, as calúnias atrozes e as poetizações idealizadas que tanto obscureciam o “verdadeiro ponto de vista de observação científica” a partir do qual aqueles indivíduos deveriam realmente ser estudados. Assim, o narrador aponta que Benignus, naquela ocasião, queria estudar o lugar do “homem selvagem americano na série desigual da família humana sobre o nosso planeta e assim resolver importantes problemas psicológicos e fisiológicos em relação à doutrina transformista, que tanto terreno vai ganhando entre os primeiros naturalistas.”<sup>497</sup> No entanto, pesou-lhe mais no espírito a necessidade de ceder às amigas pressões de Jaime River a fim de que encontrassem seu pai.

Navegando pelo Araguaia, em cujas margens podia-se apreciar o “espetáculo” apresentado pelos aldeamentos carajás, a comitiva chega enfim à foz do rio Tapirapé. Prudente, a expedição se arma com espingardas, revólveres e facas de mato, além de contar com os “recursos maravilhosos da ciência”, que aos índios “ignorantes”, pareciam coisas “sobrenaturais”. As lâmpadas de luz elétrica e as escafandras produziram, então, “mais efeito na imaginação dos selvagens do que o medo e o terror da morte”.<sup>498</sup> O padre, Katini, um índio intérprete e outros dois índios remadores partem, a bordo de uma “ligeira piroga”, à procura do chefe dos carajás em uma aldeia localizada na ilha do Bananal. Depois de horas, regressa a embarcação portando um tripulante a mais. Trata-se do chefe carajá Koinaman, diz o intérprete e índio Vadjureima a Benignus.

Koinaman, diz o narrador, era uma “figura majestosa”,<sup>499</sup> um homem alto, musculoso, de “formas corretas” e de uma “fisionomia audaz”, cujo perfil lembrava a “máscula beleza dos bárbaros antigos”, sem dúvida de quem era Koinaman descendente.<sup>500</sup> Não estava completamente vestido, sua nudez estava parcialmente coberta. Portava na mão direita uma “clava de rija madeira” utilizada por ele com fins de defesa ou como insígnia de mando. Seus cabelos negros chegavam-lhe aos ombros e acompanhavam a cor de olhos penetrantes tais como os da

---

<sup>497</sup> *Ibidem*, p. 310.

<sup>498</sup> *Ibidem*, p. 312-313.

<sup>499</sup> *Ibidem*, p. 314.

<sup>500</sup> *Ibidem*, p. 315.

água.<sup>501</sup> Tanto as orelhas quanto o lábio inferior do majestoso chefe eram furados, com a particularidade de o buraco presente na boca pender um “pingente de pedra de forma singular”. Havia nos dois lados de sua face um pequeno círculo, notadamente o distintivo da nação da qual fazia parte. Tudo concorria, conclui o narrador, antes para imprimir ao chefe um aspecto admirativo que repugnante.<sup>502</sup>

A partir de uma fiel tradução realizada pelo intérprete, o diálogo entre o sábio e o chefe dos carajás tornou-se possível. Disse Benignus a Koinaman que não estava ali com o intuito de guerrear, mas sim de resgatar um prisioneiro. A restituição do prisioneiro, diz Benignus, lhe afigurava como certa, pois sabia que os carajás possuíam um “espírito humano”, além de não costumarem “guardar em tuas aldeias os prisioneiros que a sorte da guerra ou qualquer outra circunstância entregou em tuas mãos”. Koinaman, em resposta, confirma o aprisionamento de River, logo dizendo:

está vivo, mora como um irmão entre nós, mas não lhe é permitido sair debaixo de nossas vistas, porque então fugiria e nós perderíamos o nosso melhor conselheiro, aquele que dirige os planos de guerra para sairmos triunfantes das tribos inimigas, e nos ensina as indústrias com que melhoramos a vida e acudimos de pronto às nossas necessidades.<sup>503</sup>

Em réplica Benignus prossegue dizendo que tal quadro de submissão não poderia firmar-se, ainda mais considerando o fato de os carajás prezarem a independência; como River era diferente da “raça” dos carajás, estes não poderiam condenar pela força um homem livre ao cativo. “O branco”, rebate Koinaman, não era um cativo; convinha observar, diz o índio, que havia mais generosidade por parte dos selvagens do que dos homens brancos no que refere à situação que ali discutiam: “os da tua nação matam os nossos irmãos ou ainda hoje deles fazem escravos; eu, porém, guardo o meu prisioneiro como um amigo e sou o primeiro a reconhecer a sua superioridade sobre nós”.<sup>504</sup>

Quando questionado por Benignus se não temia por represálias pelo fato de não querer libertar o prisioneiro, Koinaman responde em negativa, dizendo que estava protegido por milhares de arcos prontos a desferirem golpes caso assim precisasse. O sábio, apercebendo-se do perigo junto ao restante da comitiva, opta

---

<sup>501</sup> *Ibidem*, p. 315-316.

<sup>502</sup> *Ibidem*, p. 316.

<sup>503</sup> *Ibidem*, p. 316.

<sup>504</sup> *Ibidem*, p. 317.

em perguntar ao chefe indígena o que desejaria este em troca de River. “O branco não tem preço, contestou o índio, ensina-nos a vencer o inimigo, a fazer instrumentos de ferro, a aperfeiçoar os utensílios de barro; ele faz produzir a terra com mais vigor e sabe curar milagrosamente os nossos enfermos e quase ressuscitar os mortos”.<sup>505</sup>

A pedido de Benignus, o resoluto carajá permite que todos os viandantes vejam River. Contudo, tal visita apenas seria possível no dia seguinte, pois o prisioneiro estava localizado em uma aldeia ainda mais oculta nas matas da ilha do Bananal. Antes de partir, o sábio não deixou de presentear o cacique com “alguns objetos, como vestimentas, colares, adornos, que os indígenas tanto apreciam”.<sup>506</sup> O fim do diálogo entre o “chefe selvagem e o chefe civilizado”<sup>507</sup> instaura entre a comitiva um sentimentalismo negativado, visto que o “sábio e seus amigos sentiram quase esvaecer o único raio de esperança que ainda lhes aquecia o coração”. A natureza, como que encarnando tais pressões sentimentalistas, agitava as águas pelo vento, algumas pesadas gotas de chuva que se desprendiam de nuvens fortemente carregadas de eletricidade já eram possíveis de ser sentidas e o horizonte, em consequência, ganhava uma “sinistro aspecto”.<sup>508</sup>

Examinando topográfica e hidrograficamente o lugar em que estavam, os membros da comitiva não se sentiram animados caso fosse preciso empregar a força em algum momento. O cerco indígena sobre a comitiva era evidente e inspirava sinais claros de perigo; havia ali perto uma tribo carajá, qualquer movimentação que se dispusessem a fazer seria percebida, ainda mais que “os índios em situações como estas, mandam espias examinar o inimigo”.<sup>509</sup> As dificuldades que se apresentavam à comitiva, portanto, não eram pequenas, sobressaltando imperiosamente sobre seus sentimentos “o vago receio de uma situação incerta, no meio de tantos perigos, e o assombro que lhes inspirava a presença por assim dizer desse mundo novo em que neste instante se achavam”.<sup>510</sup>

Contudo, se a situação era de perigo e o futuro se afigurava como incerto, não se esquivava Benignus em pensar na “utilidade prática” com que se poderia tirar

---

<sup>505</sup> *Ibidem*, p. 318.

<sup>506</sup> *Ibidem*, p. 318.

<sup>507</sup> *Ibidem*, p. 322.

<sup>508</sup> *Ibidem*, p. 318.

<sup>509</sup> *Ibidem*, p. 318-319.

<sup>510</sup> *Ibidem*, p. 320.

proveito daqueles terrenos que lhe pareciam tão férteis. Seria possível atrair para ali, pensava então sábio, o comércio e a vida típica a grandes centros; repleto de riquezas, o deserto convidava a civilização ao invocar o “engenho e a energia do homem”.<sup>511</sup> Em conversa com Benignus, o missionário dizia conhecer outros indivíduos da nação dos carajás, e sabia-os não serem como os da nação dos canoeiros, tão “sedentos de sangue e implacáveis para com os brancos”.<sup>512</sup> Por isso, conservava Frei Custódio em meio àquele clima armado de insegurança a ideia de ainda convencer Koinaman, por bem, a libertar River. Além disso, o padre portava “uma esperança vaga, indefinível, porém risonha, que lhe fazia acreditar em um desenlace quase milagroso ao complicado trama desta angustiosa situação”.<sup>513</sup> A angústia de Jaime River era evidente, sua inquietação era inconsolável. Fronville e Katini, seus amigos, tentavam acalmá-lo, pois não se conformava pelo fato de estar próximo a seu pai sem poder “vê-lo, abraçá-lo, falar-lhe, contar-lhe o que ele, sua mãe e sua irmã tinham chorado e sofrido durante os dias intermináveis de tão dilatada ausência!”<sup>514</sup>

No outro dia, como havia prometido, Koinaman regressa ao acampamento de Benignus, dizendo que todos poderiam acompanhá-lo até a ilha com o intuito de verem o inglês. O chefe selvagem, no entanto, não deixou de destacar que, caso tentassem tomar River a força, morreriam. Os companheiros mais audazes de Benignus pensaram ser aquela situação motivo de emboscada, contudo o tom seguro com que falava o cacique fez com todos, à exceção daqueles que ficaram fazendo guarda ao acampamento, acompanhassem-no. Jaime River, dirigindo-se ao missionário, afirma tudo estar perdido, não sabendo ao certo quem poderia salvá-los. A salvação, respondeu o esperançoso padre, viria da Providência.<sup>515</sup>

A situação do reencontro com o prisioneiro, diz o narrador, mostra um homem por volta dos seus cinquenta anos, de média estatura e bastante magro pelos sofrimentos por que havia passado. Calvo, sua barba branca vinha-lhe ao peito. Seu rosto era largo e liso, não fossem “as três rugas horizontais que lhe rasgaram, como um tríplice diadema, o sofrimento, o trabalho e o estudo”.<sup>516</sup> Possu-

---

<sup>511</sup> *Ibidem*, p. 320.

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. 320.

<sup>513</sup> *Ibidem*, p. 320.

<sup>514</sup> *Ibidem*, p. 321.

<sup>515</sup> *Ibidem*, p. 322-323.

<sup>516</sup> *Ibidem*, p. 327.

ia uma fisionomia bondosa e atraente, sendo em todo simpático e agradável. Suas vestimentas eram completadas por uma blusa de soldado e por velhas calças de lona.

Descrever a cena que se passou entre o pai e o filho, quando se viram e se abraçaram, confundindo beijos e as palavras com as lágrimas, é empenho inteiramente fora do alcance da linguagem humana; por isso bastará dizer que o lance foi tão expressivo que os próprios selvagens se sentiam comovidos em presença daquele santo e doloroso amplexo.<sup>517</sup>

O prisioneiro inglês fala em detalhes a seu filho e a Benignus sobre sua luta e a sua prisão pelos selvagens, conjecturando que talvez fosse o único ainda vivo dentre os companheiros de viagem que o acompanhavam. Quando informado sobre a resolução de Koinaman em relação à sua soltura, William River disse conhecer profundamente o caráter deveras firme daquele povo inculto, sem, no entanto, desconsiderar qualidades carajás que bem podiam ser aproveitadas pela civilização. Segundo o inglês, Koinaman, não temendo a morte, “não cederia aos meios vulgares, e muito menos a força”, sendo a única coisa que poderia vencer os carajás o “terror do sobrenatural, a influência de qualquer fenômeno inexplicável para eles, que os assombrasse, atuando em sua apavorada imaginação”.<sup>518</sup>

Benignus, assim informado, pediu ao cacique que fosse generoso diante da impressionante cena do reencontro entre pai e filho, contudo o chefe mostrava-se sempre intransigível. Fronville e Katini estavam impacientes, inclusive recorrendo a este último a ideia de disparar o resolver contra o cacique. Entretanto, a prudente figura do velho missionário, “a vaga esperança que tinha poder de incutir no ânimo de todos, a grave austeridade de seu semblante, e o tom de suas palavras sensatas e firmes, desarmavam todos os braços e chegavam mesmo a conter momentaneamente as mais fortes e veementes irritações”.<sup>519</sup>

Negando outras propostas feitas por Benignus, observando o anunciar de uma tempestade e o escuro que tomava conta do firmamento, Koinaman ofereceu abrigo por aquela noite aos viandantes, e Benignus não pôde deixar de espantar-se com algo de diferente e luminoso despontando no escuro céu. O ponto luminoso, observava o sábio, ia crescendo à proporção que se aproximava de forma aparentemente veloz. O “suposto meteoro crescia rapidamente”, e quando observado por

---

<sup>517</sup> *Ibidem*, p. 327.

<sup>518</sup> *Ibidem*, p. 327-328.

<sup>519</sup> *Ibidem*, p. 328.

Fronville ganhou definitivamente um nome que fazia jus ao seu estatuto enquanto coisa: tratava-se, disse o naturalista francês efusivamente, de um “balão aerostático”.<sup>520</sup>

Se William e Jaime River ficaram vivamente emocionados ao se certificarem da verdade trazida pela revelação de Fronville, os indígenas passaram a dar gritos aterrorizados diante do que lhes aparecia como deveras desconhecido. Ao se aproximar, o balão denunciava o seu tamanho, podia-se calcular nele pelo menos “dois mil metros cúbicos de circunferência”. A luz que dele emanava era tão forte que ofuscava a vista, e os selvagens, em meio a gritos de pânico e a sentimentos repletos de desorientação, “abriram em uma carreira desvairada, envolvendo em sua fuga o próprio chefe Koinaman, em procura de algum recôndito esconderijo nas matas ou dentro de alguma caverna”.<sup>521</sup> No entanto, o resolutivo Koinaman decide regressar, e, aproximando-se dos viajantes, questiona sobre o significado daquela aparição.

O missionário respondeu-lhe que Sambeoa (Deus) vendo a sua pertinácia em não entregar o branco a seus irmãos, que de tão longe o vinham buscar, mandara aquele mensageiro de luz anunciar-lhe o extermínio do mundo; e que, em presença de tão assombroso acontecimento não devia hesitar em momento a dar a liberdade ao prisioneiro.<sup>522</sup>

O cacique aceita conferir liberdade a River, desde que o missionário acalmasse a “cólera do céu”. Frei Custódio consente, exigindo que o índio declarasse quais seriam as condições do resgate. Koinaman, em resposta, diz que falaria sobre tais condições no dia seguinte, refugiando-se em seguida para junto dos seus. O balão estava cada vez mais próximo da comitiva, que lhe recebia com um “grito espontâneo, unísono, intraduzível”, afinal os “intrépidos e quase milagrosos viajantes aéreos” vinham tão inesperadamente prestar-lhe poderosos auxílios. Três homens vinham a bordo do balão, e um deles perguntou se as pessoas cá embaixo eram cristãos ou gentios.<sup>523</sup> “Viva o Brasil”, respondeu-lhe Benignus. O homem que havia feito a pergunta correu para Benignus e o abraçou. Tratava-se do engenheiro norte americano James Wathon, que vinha da Filadélfia. “—Bendito seja, meu Deus, disse o velho missionário pondo as mãos e ajoelhando sobre a terra,

<sup>520</sup> *Ibidem*, p. 331.

<sup>521</sup> *Ibidem*, p. 332.

<sup>522</sup> *Ibidem*, p. 332.

<sup>523</sup> *Ibidem*, p. 333.

que fazes com que a ciência seja um dos maiores instrumentos de teu poder!”<sup>524</sup> Todos da comitiva, sem exceção, consideravam como providencial aqueles acontecimentos. James Wathon explicou que havia construído o balão e se dirigido ao Brasil com o intuito de encontrar o sábio Benignus. Contudo, sua viagem teria sido interpelada pela forte tempestade, que desorientou todo o percurso.<sup>525</sup>

No dia seguinte, Koinaman dirigiu-se até a comitiva a fim de estipular as condições necessárias à liberdade definitiva do prisioneiro. River fora para os carajás, diz o narrador, como uma “providência”, de modo que o cacique, sem negar a promessa feita ao missionário no dia anterior, tentou “reter a todo custo o homem que o destino colocara em suas mãos”.<sup>526</sup> Assim, instou um conjunto de condições completamente impossíveis, sendo logo advertido pelo missionário em relação ao valor real de sua “palavra” e aos desastres que lhe poderiam novamente ocorrer. Koinaman então aceita o acordo de liberdade, recebendo em troca

cem espingardas, cem machados, cem enxadas, todos os objetos mais ou menos fúteis de que o Dr. Benignus se havia prevenido mesmo no intuito de ter que entrar em alguma transação com os selvagens, bem como toda a pólvora que restasse ainda aos viajantes, com a condição que esta só lhes seria entregue depois de embarcados a bordo do vapor Araguaia, cuja volta tinham de esperar ali, para se dirigirem ao Pará, e embarcar depois para o Rio de Janeiro.<sup>527</sup>

Até a partida da comitiva de Benignus, o chefe dos carajás a visitou todos os dias, sendo notável o fato, diz o narrador, de aqueles “filhos das primitivas florestas, dominadores do deserto, nem uma só vez tentaram contra os homens civilizados a menor sombra de hostilidade!”<sup>528</sup> Koinaman e todos aqueles que viviam sob o seu domínio “portaram-se durante todo o tempo que a expedição ainda teve de demorar-se nas proximidades de sua maloca, com lealdade digna de homens mais adiantados em sentimentos morais e civilização.”<sup>529</sup>

Portanto, fala-se aqui de uma expedição científica que procura dirigir-se ao salvamento de um amigo movida por um real sentimento de humanidade. A afirmação narrativa da amizade acontece a despeito dos perigos encontrados na sublimidade, porém não menos fonte de verdade científica, natureza brasileira. Dentre os

---

<sup>524</sup> *Ibidem*, p. 334.

<sup>525</sup> *Ibidem*, p. 337-338.

<sup>526</sup> *Ibidem*, p. 339.

<sup>527</sup> *Ibidem*, p. 340.

<sup>528</sup> *Ibidem*, p. 340.

<sup>529</sup> *Ibidem*, p. 343.

perigos aos quais o homem civilizado lança-se enquanto corpo sensível e fisiológico e enquanto espírito fraterno e afoito pelo conhecimento encontra-se a figura do selvagem.

Em meio a esse quadro em si mesmo bastante paradoxal onde perigo, natureza, ciência e amizade comungam-se, a figura do indígena não poderia furtar-se a ambivalências. O índio, nesse sentido, é um ente natural feroz, desejoso pelo sangue dos homens, é guerreiro a ponto de preferir o combate à vida. Ao mesmo tempo, o indígena é aquele que, mesmo vivendo em recônditas aldeias, dirige-se a uma instituição civilizadora onde aprende a língua, os ofícios e as verdades religiosas do homem branco. Vê-se, nesse caso, um elo entre a civilização cristã e as tribos selvagens, uma ligação evidentemente desigual, onde ao índio cabe apoderar-se de uma felicidade a qual só o homem branco tem acesso pelo fato de estar à frente no processo de aperfeiçoamento civilizatório. Os intérpretes contratados por Benignus figuram-se, assim, como a síntese perfeita desse elo de fins civilizados. Apoderados da língua do homem branco, os índios intérpretes colaboram decisivamente com os desdobramentos finais de uma viagem alimentada por ideais civilizatórios.

O índio, destarte, entra no plano da ordem possível, é capaz de ser integrado às leis reveladas pela inteligência presente na civilização. Essa entrada do selvagem no plano da ordem é ainda reafirmada, na medida em que o índio presta-se enquanto objeto indispensável para o principal problema científico – o problema da origem do homem. O indígena, como que ainda recuado em uma experiência de tempo que supõe aperfeiçoamento, está mais próximo aos desdobramentos naturais originários. No entanto, mesmo sendo o índio testemunha da origem, é a ciência, enquanto pensamento consciente da existência da origem comum dos homens e seres, que faz com que o homem branco, seu detentor, tenha o espírito mais elevado do que os ainda infelizes selvagens.

Zaque, chefe xavante que já responde pelo nome Pedro, é expressão de que a civilização avançou sobre os indígenas. Mesmo ainda não falando a língua do homem branco civilizado, seu filho está no colégio onde ela é ensinada, e seu nome cristão indica um quadro onde a religião do homem branco busca criar profundas raízes. Zaque é forte e guerreiro, assim como demonstra o seu corpo. Possui caráter franco e leal, porém desconfiado. Com certa urbanidade, oferece alimentos ao homem branco, assim como lhe informa das tradições indígenas. Tais informações

são incorporadas enquanto legítimas pelo homem de saber civilizado, levando-o inclusive a reavaliar fontes de conhecimento elaboradas pela própria civilização. Zaque, assim, configura-se como um personagem situado na fronteira. De um lado, o indígena é ainda selvagem, força guerreira que mal sabe o idioma do homem branco e que se nega a ajudá-lo. Por outro lado, o indígena civiliza-se, porta um nome cristão, trata com urbanidade os outros que a ele se apresentam e preocupa-se que seu filho aprenda a língua do homem inteligente. Nem de um lado, nem de outro, mas na posição mesmo de fronteira, Zaque é ao mesmo tempo índio, por pertencer à tradição de seu povo, e civilizado, ao fazer dessa tradição informação importante para o conhecimento cientificamente elaborado pelo cristão e culto homem branco.

Mesmo o índio configurando-se como rico objeto de investigação, isto é, como um elemento fundamental na explicação científica sobre a origem do homem, é necessário ao homem de ciência ir embora, na medida em que o salvamento de um amigo, integrante da civilização, deve ser feito. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a ciência é preterida em função da amizade. Contudo, o homem a ser salvo também é cientista, de modo que o quadro narrativo então posto é o de uma civilização que se movimenta em torno de elementos que se irmanam – a ciência e o sentimento de fraternidade.

Embora o índio, a partir da imponente figura de Zaque, tenha parecido a Benignus com urbanidade e enquanto fonte legítima de explicação aos grandes problemas elencados pela ciência, o sábio preferiu dar continuidade à sua fraterna expedição não sem ao menos proteger-se com instrumentos desenvolvidos pela própria ciência. O índio pode, então, tornar-se fonte de ordem e tábua a ser grafada pela civilização; contudo, não deixa de ainda ser encarado como perigo pertencido àquele cenário natural que se agiganta. Trata-se, pois, de um duplo movimento por que passa o conhecimento científico: em um primeiro momento, observa a natureza, nela localizando entes e indivíduos a partir dos quais revela as leis e produz técnica; em um segundo momento, volta-se contra o ainda perigoso mundo natural. Em síntese, a natureza revela e traz ordem ao mesmo tempo em que se torna mistério e fonte de ameaça. Destarte, o índio entendido como natureza torna-se objeto a colaborar com a revelação da ordem pressuposta pela ciência, sem, no entanto, deixar de ser grande motivo de risco.

O chefe civilizado, ao deparar-se com o chefe indígena que lhe aprisiona o amigo, logo quer desvencilhar-se dessa atmosfera marcada pelo perigo. Benignus diz não estar ali por motivo de guerra, mas sim por um sentimento de humanidade que, a seu ver, certamente seria compartilhado pelo índio. A crença de Benignus de que o selvagem reconheceria a empreitada de uma expedição voltada para o humano resgate de um amigo procura lançar ambos os personagens em um mesmo plano narrativo, ou seja, ordená-los a partir de uma semelhança: índio e civilizado tornam-se humanos, ou seja, são emparelhados pela presença de uma humanidade que lhes é intrínseca.

No entanto, tal reconhecimento não acontece da forma simples como imagina o sábio. É correto verificar que o índio volta a ser emparelhado ao homem de ciência, pois o selvagem considera que as informações trazidas pelo prisioneiro à sua tribo foram contribuições positivas. Porém, tal emparelhamento é desestabilizado, na medida em que o índio se recusa a conferir liberdade ao civilizado que lhe trouxe benefícios. Por conseguinte, outros emparelhamentos não menos conflituosos surgem. O índio diz que o prisioneiro vivia entre eles como um amigo, amizade certamente estabelecida ao passo que o inglês havia trazido consigo elementos civilizatórios que lhes foram benéficos. Contudo, ao mesmo tempo em que o índio atribui positivo valor à civilização estabelecendo com ela, inclusive, relações de amizade, coloca essa mesma civilização em perigo por não querer restituir-lhe um de seus homens. O homem civilizado, quando representado pela figura do sábio inglês, foi incorporado pelos indígenas, modificou-lhes, trouxe-lhes a civilização e por isso cabe a eles serem resolutos em não quererem desvencilhar-se dele. Paradoxalmente, os índios negam o valor humano da liberdade, então citado por Benignus no início da negociação com Koinaman. Trata-se, portanto, de dois estranhos homens que não deixam de se pertencer em uma conflituosa experiência que supõe o aperfeiçoamento de um ente classificado como humanidade.

O conhecimento científico do sábio procura entender os indígenas, sendo novamente enunciado enquanto instrumento que retire o homem civilizado da situação de perigo. Procurando dissuadir Koinaman da resistência em entregar o inglês, o benigno homem diz saber que os carajás prezavam a independência, de modo que lhe não parecia coerente manter em cativeiro alguém que dali não era. Ou seja, o argumento de Benignus revela uma ciência que busca estabelecer um

acordo entre homens que, em certa medida diferentes, podem assemelhar-se mediante a chancela de um acordo. A resposta do índio mantém o paradoxo: Koinaman não quer desvencilhar-se do inglês justamente porque reconhece a superioridade do homem civilizado, e sabe que tal superioridade ensinou coisas que amigavelmente aperfeiçoaram seu povo. E falando em amizade, Koinaman dá a ver novas ambiguidades: ao mesmo tempo em que a civilização torna-se ao índio um bem a ser incorporado, o selvagem diz que os homens civilizados não são capazes de tratar a sua raça da forma tão generosa como a por ele manejada no trato com o homem inglês, com a civilização. A narrativa completa, portanto, a evidenciação de um jogo onde a civilização, ora afirmada, ora negada, torna-se uma questão a ser compreendida.

Vê-se que a civilização torna-se um objeto de disputa, pois se configura enquanto tema debatido entre dois perfis humanos. Tal disputa resulta em uma situação de contenda que, se radicalizada, poderia levar à supressão de todo desejo civilizatório possível: trata-se da menção à guerra, negação completa de toda e qualquer civilização possível, de toda e qualquer sociedade organizada a partir do bem, da justiça, do amor, da fraternidade e da amizade.

Mesmo em meio a perigos que lhe pudessem colocar em situação de guerra, o espírito do chefe civilizado não deixa de operar, não deixa de perceber as potências naturais que poderiam ser colocadas a serviço da civilização e que, até o presente, estavam intocadas na vastidão natural que lhe agigantava aos olhos. Natureza e civilização, portanto, continuam estabelecendo uma relação antinômica: a civilização corre perigos ao adentrar o meio natural, contudo deve valer-se dele para aperfeiçoar-se. O encontro entre pai e filho mantém as contradições aqui expostas. Na medida em que o encontro familiar evidencia a unidade do amor existente entre pai e filho, supõe-se que tal apartamento se deveu ao fato de o pai ter-se deslocado a uma natureza repleta de riscos com o intuito de produzir ciência.

Mas o desejo de ordem, então reinstaurado pela evidenciação de riquezas naturais a potencializarem a civilização em detrimento da persistência de uma atmosfera marcada pelo perigo que angustiadamente distancia indivíduos que se amam, é ainda reafirmado pela esperança em milagre trazida pela figura do padre. Para o generoso catequista de índios, o caso da libertação do prisioneiro se revolveria com a influência direta da Providência, de Deus.

Os perigos da mata voltam a avolumarem-se com a tempestade, momento em que a ciência emerge enquanto técnica coisificada em balão aerostático. É então a ciência, enquanto inteligência produzida pela civilização, que consegue subjugar os incultos e inferiores índios. Os indígenas reconheciam a superioridade da civilização, e esta confirma tal superioridade quando se torna um código ainda não completamente absorvido por aqueles que, evidentemente, estão recuados no processo de aperfeiçoamento. Assim se justifica o fato de os índios ficarem atônitos frente ao balão, uma coisa que de tão civilizada lhes afigurava ainda mais incompreensível e inclassificável. É possível afirmar, assim, que o fosso entre civilização e selvageria, antes diminuído e problematizado no diálogo entre Benignus e Koinaman, volta a aparecer com grande força na narrativa. Os civilizados, portadores de um grande balão iluminado, detém o conhecimento, ou seja, sabem que aquele objeto é técnica, é uma coisa elaborada por uma inteligência que afirma existirem leis naturais a regerem todo o universo mediante a vontade do criador.

É Deus, a fonte de tudo o que há e de todo o pensamento possível, que então salva os homens civilizados ao enviar o milagroso balão. O homem branco reafirma-se enquanto superior aos índios, pois reconhece mais do que eles os desejos divinos aos quais a ciência não se desvincula. A chegada do balão, a aparição milagrosa de Deus ou a chegada da ciência subjuga enfim os índios, possibilita a vivência feliz do amor entre pai e filho e, por fim, traz sucesso ao término de um empreendimento expedicionário cancelado pela amizade.

Os índios afiguram-se, ao fim e ao cabo, como indivíduos dignos de humanidade, visto que estão no caminho de civilizar-se e possuem características que podem ser úteis à civilização. Se a civilização era por eles tomada como superior, torna-se coerente que o homem branco, selando definitivamente as condições do resgate, lhes voltasse em troca objetos marcados de civilidade.

### **3.15 O retorno.**

A viagem ia chegando ao fim. Ainda na ilha dos Carajás, James Wathon disse a Benignus que a natureza ali presente era admirável e que estava quase convencido de querer sentar pouso naquelas paragens. Ao observar a vegetação e

o terreno, o norte-americano se deparava com um solo que lhe parecia fértil. Carajás possuía ainda um rio navegável, a pesca e a caça figuravam abundantes e supunha-se que as minas de ferro, quiçá de carvão-de-pedra, de ouro ou outros metais preciosos não fossem escassas na ilha. Motivos existiam, diz o engenheiro norte americano em tom conclusivo, para aproveitar território tão “abençoado, atrair para ele a vida e o trabalho e criando com eles as forças das grandes energias, que originam a circulação dos capitais, os prodígios da indústria, as descobertas maravilhosas da ciência”. Bastar-se-ia “uma vontade potente para transformar este deserto em civilização”.

O desejo de civilizar ganha oportunidade concreta de realizar-se nos desdobramentos finais do diálogo. James Wathon pergunta a Benignus se este tem guardado segredo sobre a retribuição em dinheiro que lhe tem dado em função dos cuidados médicos do sábio, então responsáveis em ter-lhe poupado a vida no Rio de Janeiro. Depois da afirmativa de Benignus, Wathon, dono de uma grande fábrica nos Estados Unidos, entrega ao sábio o valor de “um milhão de *dollars*”, saldando assim o resto definitivo de suas dívidas. O sábio, “perplexo diante desta ação tão nobre e rara generosidade”, aceita o valor sob uma dupla condição, então acatada de pronto pelo engenheiro: a primeira supunha que o sábio tivesse liberdade em dizer a origem de tamanha fortuna; a segunda, por sua vez, determinava que ambos fundassem uma “colônia agrícola e industrial” na ilha dos Carajás.<sup>530</sup>

Benignus “retribuiu generosamente a seus camaradas”, e o maior número deles aceitou continuar trabalhando com o sábio em sua fazenda no Morro do Condor. James Wathon passou a apreciar o talento e o caráter de Fronville desde que o conheceu, e Katini, amigo de todos, selou tal relação propondo que os três se abraçassem.<sup>531</sup> Ada River, filha dos ingleses, casou-se com o francês Fronville, sendo-lhes padrinhos Benignus e sua esposa. O boliviano Katini resolveu não voltar para a Bolívia, pois agora havia sido promovido a

intendente geral da fazenda, fato que o deixou tão reconhecido, que se viu obrigado a contar muito em segredo a M. de Fronville, ter sido ele o autor da inscrição gravada na folha de papiro, e encontrada por seu estimável amo na célebre gruta, por ocasião de realizarem a sua primeira excursão científica, acrescentando que maquinara tudo aquilo já prevendo mais ou menos o que devia suceder e realmente aconteceu.<sup>532</sup>

---

<sup>530</sup> *Ibidem*, p. 341-342.

<sup>531</sup> *Ibidem*, p. 343-344.

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 345.

Mesmo instalados todos no Morro do Condor, não lhes foi possível desfazerem-se de trabalho. O sábio, depois de agrupar as suas notas feitas no transcorrer da “expedição romântica e científica”,<sup>533</sup> propunha escrever um livro tomando como tema a habitabilidade dos mundos, principalmente a do Sol. James Wathon decide voltar-se a um trabalho sobre a sua viagem aérea, na tentativa de resolver os problemas inerentes ao “grande problema da navegação aerostática”.<sup>534</sup> Já M. de Fronville, além da escrita das notas que fizera enquanto naturalista na América do Sul, é incumbido por Benignus e Wathon de “redigir os estatutos para a futura colônia agrícola na ilha dos Carajás”. Diz o narrador que tal “humana e civilizada empresa” era o “resultado prático da longa romaria” realizada por Benignus e seus companheiros. William River, por seu turno, procura escrever uma “memória sobre os usos e costumes dos indígenas oriundos das matas de Goiás”, esperando que o seu trabalho fosse bem recepcionado pela Sociedade Geográfica de Londres e pelo congresso internacional de antropologia. Por fim, Jaime River e os filhos do benigno homem estudam conteúdos “racionais e práticos”, a fim de que um dia sejam os grandes proprietários da colônia a ser fundada. Tal colônia torna-se um “sonho dourado do sábio Benignus e seus amigos, pois querem fazer representar ali todas as nações principais, atraindo à civilização pela santa comunhão do trabalho, as raças ainda mergulhadas na indolência e no barbarismo.” Enfim, o narrador certifica o leitor que terá o cuidado de informá-lo sobre os “resultados reais desta generosa empresa”.<sup>535</sup>

É possível perceber que a romântica e científica expedição de Benignus apresenta grandes resultados através dos quais ciência e amizade irmanam-se de dupla forma: congregados pela amizade, na fazenda do Morro do Condor estão os homens a produzirem legítima ciência depois de uma longa romaria, que não perde sua legitimidade mesmo tendo sido impulsionada pelo fictício papiro; fraternos são os homens que querem, a partir do conhecimento científico, levar a civilização para recônditos repletos de riqueza natural e ainda habitados por uma população a ser retirada da condição de selvageria.

---

<sup>533</sup> *Ibidem*, p. 344.

<sup>534</sup> *Ibidem*, p. 345.

<sup>535</sup> *Ibidem*, p. 346.

## Considerações Finais

O homem como o problema central da ciência, ao passo que também a torna passível de realização. Essa dubiedade caracterizada pela indelével marca do humano nas condições de possibilidade de elaboração do conhecimento científico configura-se enquanto a principal tensão a perpassar todo o aventuroso romance do estudioso Augusto Emílio Zaluar, escritor engajado na construção de uma narrativa capaz de, a partir de uma experiência progressista da passagem do tempo, vulgarizar conhecimento e, por conseguinte, assegurar um futuro promissor já vislumbrado em um horizonte de expectativas em aberto.

Em *O doutor Benignus*, o homem é aquele que vive uma experiência marcada pelos imperativos do corpo biológico, pelas necessidades de uma matéria viva responsável pela afirmação do sensorialismo. Tais necessidades abrem espaço para o forte sentimento de egoísmo por meio do qual os homens interessam-se apenas por benefícios particulares em detrimento de toda e qualquer forma de amizade. Essa materialidade acoplada ao sentimento do egoísmo é responsável em evidenciar as marcas de inferioridade presentes em um coração humano monstruoso que ainda está em vias de aperfeiçoar-se. No entanto, a monstruosidade do coração humano é contrabalançada pela necessidade de afeto também nele presente. Destarte, na medida em que o homem, enquanto ente fisiológico e sensorial, restringe-se a apenas suprir interesses materiais imediatistas, toda necessidade de amizade e amor permanece latente em seu coração, esperando ansiosamente o momento de ser enunciada.

De acordo com o campo epistemológico em que o romance de Zaluar se insere, a ciência, por seu turno, realiza-se mediante a existência de um espírito humano capaz de observar todos os objetos da natureza, incluindo a si mesmo. É da observação inteligentemente dirigida pelo pensamento ao mundo natural que emerge o conhecimento. O pressuposto que atribui legitimidade e lógica a tal operação investigativa é a compreensão de que todos os entes presentes no vivo e infinito universo sistematicamente se articulam pela presença de leis originárias criadas por um Deus que a tudo rege.

Assim, a ciência presente em *O doutor Benignus* possibilita ao homem perceber-se enquanto ente imerso no ordenamento do cosmos deveras grandioso elaborado pelo criador. Como esse cosmos é de natureza sublime, sendo a figura do criador a perfeição imperscrutável em sua totalidade, cabe ao homem que então se apropria da ciência lançar-se a um duplo movimento. Em um primeiro momento, o homem deve aperceber-se de sua pequenez, entender que sua existência é fluida, sua vida é deveras passageira e as necessidades materiais do seu corpo instigam a monstruosidade intrínseca ao seu coração. Logo em seguida, cabe ao homem inserir-se na escala da criação, compreender-se enquanto ente feito por Deus e que a ele se vincula mediante um espírito capaz de inteligentemente pensar e transcender à lei universal em tudo presente.

A grandiosidade infinita do mundo, portanto, impera sobre o homem, a ponto de ora colocá-lo em situação de perigo, ora situá-lo em estado de contemplação, ambas as esferas situadas nos registros românticos de confronto do homem com a realidade. Os paradoxos então se afirmam: a ciência, enquanto inteligência operacionalizada pelo espírito pensante do homem, é limitada na medida mesmo em que se percebe do quão grandioso é o universo, a natureza, o cosmos, as capacidades intrínsecas à potencialidade criadora de Deus. No entanto, é essa mesma inteligência que atribui ao homem a transcendência necessária para se acessar a grandiosidade da criação. O aperfeiçoamento humano, portanto, configura-se enquanto um difícil processo em que o homem, a um só tempo, torna-se consciente da presença de um *continuum* que o liga à origem, à criação e sente-se pequeno pela exiguidade de sua existência ainda fortemente terrena. Percebendo-se integrados ao sublime cosmos e reconhecendo o quão insignificantes são os interesses terrenos, os homens se dispõem a estabelecerem entre si sinceros laços fraternos, abrindo espaço para a constituição de uma sociedade genuinamente justa, civilizada e feliz.

Afirmar que os homens podem, nesse sentido, sentirem-se enquanto humanidade a partir do momento em que se apoderam da ciência é o mesmo que dizer que eles se apropriam da capacidade de transcendência constituída pelo vínculo entre inteligência e espírito. Transcendendo, os homens conseguem deixar de ser apenas corpo volátil, tornando-se também entes integrados à lei que tudo transcende, ao criador. Destarte, o homem ainda fadado ao corpo e a uma vida sensorial passageira pode também integrar-se à eternidade da criação mediante um

espírito vinculado à lei que rege o sublime e perene universo. Produzir ciência, bem como vulgarizá-la torna-se enfim missão àquele romântico que deseja unificar os homens, mesmo sabendo que suas existências cotidianas são extremamente passageiras, fugidias e potencialmente desordenadas.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, M.; VASCONCELOS, S. G. T.; VILLALTA, L. C. SCHAPOCHNIK, N. *Caminhos do romance no Brasil, séculos XVIII e XIX*, p. 01-22. Disponível em: <www.unicamp.br/iel/memoria/caminhos>, 2005. Acessado em: 30/08/2012.
- ALONSO, A. Epílogo do romantismo. In: *Dados*, vol. 39, n.1, 1996.
- ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AZEVEDO, F. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1955.
- BAKHTIN, M. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 4.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 397-428.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BELO, A. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BELUZZO, A. M. De M. *O Brasil dos viajantes*. Vol. 1. Imaginário do novo mundo; Vol. 2. Um lugar no universo; Vol. 3. A construção da paisagem. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994.
- BENSAUDE-VICENT, B.; RASMUSSEN, A. (org). *La science populaire dans la presse et l'édition XIXe et XXe siècle*. Paris: CNRS éditions, 1997.
- BÉGUET, B., La vulgarisation scientifique en France de 1855 à 1914: contexte, conceptions et procédés. In: BÉGUET, B. (org). *La science pour tous, 1850 - 1914*. Paris: Bibliothèque du Conservatoire National des Arts et Métiers, 1990.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. v.2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

CARNEIRO, F. L. Comentários ao romance O Doutor Benignus. In: ZALUAR, A. E. *O Doutor Benignus*: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 14-15.

CARVALHO, J. M. de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília, D.F.: UnB, 1981.

CARVALHO, J. M. de. Benigna Ciência. In: ZALUAR, A. E. *O Doutor Benignus*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

CEIA, C (coord.). *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: < [http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=1](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1) >. Acesso em: 19/08/2013.

CHARTIER, R. Uma revolução da leitura no século XVIII? In: NEVES, L. M. B. P. (Org.). *Livros e impressos*. Retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

DANTES, M. A. M. Institutos de pesquisa científica no Brasil. In: Ferri, M. G.; Motoyama, S. (coords.) (1979-81), *História das ciências no Brasil*, São Paulo: EPU: Ed. USP, v.2, 1980.

DANTES, M. A. M. (1988), Fases da implantação da ciência no Brasil. *Quiipu*, México, 5 (2), p. 265-75, 1988.

DANTES, M. A. M. (1995), Relações científicas e tradições científicas locais: modelos institucionais no Brasil no final do século XIX, In: GOLDFARB, A. M. A.; MAIA, C. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Edusp, São Paulo, 1995, p. 923-31.

DIAS, M. O. L. da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: DIAS, M. O. L. da S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005

DOMINGUES, M. H. B. *Ciência: um caso de Política [As relações entre as Ciências naturais e a Agricultura no Brasil-Império]*. 1995. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1995.

DOMINGUES, M. H. B. A idéia de progresso no processo de institucionalização nacional das ciências no Brasil: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Asclepio*, 48 (2), p. 149-62, 1996.

DOMINGUES, H. M. B. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: HEIZER, A. et al. (Org). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.55-75.

DUARTE, D. A S. D. Augusto Emílio Zaluar: aspectos da trajetória e produção de um intelectual português no Brasil do século XIX. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, nº. 1, p. 123-129, 2010.

- EL FAR, A. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- EUGÊNIO, A. *Arautos do Progresso - O Ideário médico sobre a saúde pública no Brasil na época do Império*. Bauru, SP: Edusc, 2012.
- FABIAN, A. C. (Org.). *Evolução: sociedade, ciência e universo*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. – (Coleção Filosofia e Política)
- FIGUEIRÔA, S. F. de M. *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. 1987. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1987.
- FIGUEIRÔA, S. F. de M. *Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX*. *Interciência*, Caracas, 17 (3), 141-46, 1992a.
- FIGUEIRÔA, S. F. de M. *Ciência na busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907*. 1992. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1992b.
- FIGUEIRÔA, S. F. de M. “Ciência no torrão natal”: a adaptação de modelos estrangeiros e a construção de uma problemática científica nacional (1840-1870), In: GOLDFARB, A. M. A.; MAIA, C. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*, Edusp, São Paulo, 1995, p. 773-84.
- FIGUEIRÔA, S. F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição do século XX). *Asclepio*, v. 50, n.2, p.107-123, 1998.
- FLETCHER, A. *Allegory: the theory of a symbolic mode*. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. - 8ª. Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção tópicos)
- GUIMARÃES, H. de S. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MAIA, C. A. *História das ciências: uma história de historiadores ausentes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- MALERBA, J. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.
- MORETTI, F. (org.). *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- GERALDINI, J. R. As ciências humanas na arqueologia de Michel Foucault. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/15625/14157>>. Acesso em: 16/10/2014.

GUIMARÃES, M. L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.

GUMBRECHT, H. U. Cascatas de Modernidade. In: *A modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998. p.9-31.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, R. In there an acceleration of history? In: ROSA, H., SCHEUERMAN, W. E. *High-speed Society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009.

LOPES, M. M. Brazilian museums of natural history and international exchanges in the transition to the 20 century. In: PETITJEAN, P. et al. (eds.). *Science and empires*, Kluwer Acad. Press, Holanda, p. 193-200, 1992.

LOPES, M. M. *As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX*. 1993. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1993.

LOPES, M. M. As ciências dos museus: a História natural, os viajantes europeus e as diferentes concepções de museus no Brasil no século XIX. In: GOLDFARB, A. M. A.; MAIA, C. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 721-32.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

LACARRIERE, J. *Padres do deserto: homens embriagados de Deus*. 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LOPES, M. M. O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, A. et al. (Org). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.77-96.

LÜBBE, H. The contraction of present. In: ROSA, H., SCHEUERMAN, W. E. *High-speed Society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, pp. 159-178.

MARTINS, E. V. Observação e imaginação nas *Cartas a Cincinato*. In: Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC, 11, São Paulo, *Anais...*, São Paulo: USP, s/p, 2008. Disponível em: <[http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/070/EDUARDO\\_MARTINS.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/070/EDUARDO_MARTINS.pdf)>. Acesso em: 02/09/2013.

MOLLIER, J-Y. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MOTOYAMA, S. História da ciência no Brasil. Apontamentos para uma análise crítica. *Quipu*, México, vol. 5, n.2, p. 167-189, 1988.

NAXARA, M. R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA, M. da G. de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, Franca, v. 26, n. 1, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742007000100013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742007000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08/08/2013.

PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

RAICHVARG, D.; JACQUES, J. *Savants et ignorants: une histoire de la vulgarisation des sciences*. Paris: Seuil, 1991.

RANGEL, M. de M. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil*. 2011. 316f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2011.

REY-DEBOVE, J.; REY, A. *Nouveau Le petit Robert: Dictionnaire de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.

ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. – (Coleção História)

SALES, G. M. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. *Entrelaces*, vol.1, n.1, p.44-56, 2007.

SARNAGLIA, M. O Brasil sob olhar estrangeiro: um estudo da obra Dois anos no Brasil de Auguste François Biard. In: Seminário Brasileiro de História da Historiografia, 6, Mariana, *Caderno de resumos & Anais...*, Ouro Preto: EdUFOP, p. 01-11, 2012. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/viewFile/1155/699>>. Acesso em: 19/08/2013.

SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZMANN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979.

SERRES, M. *Filosofia Mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SKORUPA, F. A. *Viagem às letras do futuro: extratos de bordo da ficção científica brasileira: 1947-1975*. 2001. 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2001.

SMANIOTTO, E. I. *Uma análise do conceito antropológico do “outro” na obra do escritor Augusto Emílio Zaluar*. 2007. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciência, UNESP, Marília, 2007.

SOUZA, F. S. de. Natureza, ocupação territorial e vias de comunicação de Goiás nos relatos de viagens do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, vol. n.1, p. 50-59, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERGARA, M. de. R. *A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. 2003. 234f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

\_\_\_\_\_. Ciência, Cultura e Público: periódicos científico-literários no Rio de Janeiro oitocentista. In: Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH, 24, São Leopoldo, *Anais...*, São Leopoldo: UNISINOS, p. 1-6, 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Moema%20R%20Vergara.pdf>>. Acesso em: 09/08/2011.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-145, 2008. Disponível em: <[http://www.sbhc.org.br/pdfs/revistas\\_antteriores/2008/2/artigos\\_2.pdf](http://www.sbhc.org.br/pdfs/revistas_antteriores/2008/2/artigos_2.pdf)>. Acesso em: 09/08/2011.

WAIZBORT, R. F. O Doutor Benignus: a origem do homem na concepção de natureza em Emílio Zaluar. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, vol. n.1, p.60-76, 2012.

WEHLING, A. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da História: algumas questões. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p.147-169, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1943>>. Acesso em: 08/08/2013.

## Referências documentais

AZEVEDO, J. I. A. de. *Poesias*. Rio de Janeiro Typ. Universal de Laemmert, 1872.

CASTELLO, J. A. (ed.). *A Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios* [1857]. São Paulo: Ed. FFCL/USP, 1953.

CASTILHO, José Feliciano de. *Questões do dia*. 3 Tomos. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial, 1871.

CASTRO, E. de Sá P. de. ZALUAR, A. E. *Os Heróis brasileiros na campanha do sul em 1865*. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro & Comp. 1865.

FIGUIER, L. COLOMBO, Christovão. *Os Sábios Ilustres*. Tradução de Augusto Emílio Zaluar. Rio de Janeiro: Oliveira & Ca. [Typographia Americana], 1869.

LAGOS, M. F. Biografia de frei José Mariano da Conceição Veloso. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 2, 1840.

MORAIS SILVA, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Edição 1a[1813], 4ª [1831], 6a [1858], 7a [1878], 8a [1891], 10a [1945]. Ed. Confluência.

TÁVORA, F. Carta III. In: PROENÇA, M. C (ed.). *Iracema*. São Paulo: Edusp, 1979.

ZALUAR, A. E. *Dores e flores*. Rio de Janeiro: Typ. De F. de Paula Brito, 1851. (Disponível na Biblioteca Nacional)

\_\_\_\_\_. *Revelações*. Rio de Janeiro-Paris: Livraria de B. L. Garnier, 1862. (Disponível na Biblioteca Nacional)

\_\_\_\_\_. *Uruguayana*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. (Disponível na Biblioteca Nacional)

\_\_\_\_\_. *Contos da Roça*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868. (Disponível na Biblioteca Nacional)

\_\_\_\_\_. *Emilia Adelaide*. Rio de Janeiro, Typ. do Diário de Rio de Janeiro, 1871. (Disponível na Biblioteca Nacional)

\_\_\_\_\_. *Exposição Nacional Brasileira de 1875*. Rio de Janeiro: Typ. do Globo, 1875. (Disponível na Biblioteca Nacional)

\_\_\_\_\_. Comércio, Indústria e Artes: fábrica de cerveja da rua da Guarda Velha. In: *O vulgarizador*, n. 24, 10/06/1878.

\_\_\_\_\_. *Lições das cousas animadas e inanimadas; modelos e assumptos de exercicios oraes e por escripto para os meninos de 5 a 8 annos, imitação, para uso das escolas primarias*. 3. ed. Rio de Janeiro, Liv. classica de Alves & comp., 1893. (Disponível na Biblioteca Nacional)

\_\_\_\_\_. *Os Rios. A S.M. Imperial o Senhor Dom Pedro Segundo*. [S.l: s.n, s.d.] 6p. 22 cm. (Disponível na Biblioteca Nacional)

\_\_\_\_\_. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61)*. São Paulo: Ed. Itatiaia, USP, 1975. p. 05-09.

\_\_\_\_\_. *O Doutor Benignus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

*O Globo*. Rio de Janeiro: Typographia do Globo, 1874 a 1883.

#### *Dicionários:*

AMARAL, M. *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, 2000. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/>>. Acesso em: 30/10/2011.

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

MACEDO, J. M. de M. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876.

SILVA, I. F. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SCHÜLER, A. *Dicionário enciclopédico de teologia*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002. 512p.